



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS  
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM CULTURA E SOCIEDADE**

**PLÍNIO CÉSAR DOS SANTOS RATTES**

**A PRAÇA É DO POVO?  
DIVERSIDADE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DAS PRAÇAS  
CEU DE FEIRA DE SANTANA (BA)**

**SALVADOR  
2022**

**PLÍNIO CÉSAR DOS SANTOS RATTES**

**A PRAÇA É DO POVO?**  
**DIVERSIDADE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DAS PRAÇAS**  
**CEU DE FEIRA DE SANTANA (BA)**

Tese apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. José Marcio Barros

**SALVADOR**  
**2022**

Rattes, Plínio César dos Santos.

A praça é do povo? diversidade e participação social na gestão das praças CEU de Feira de Santana (BA) / Plínio César dos Santos Rattes. - 2022.  
328 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. José Marcio Barros.

Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2022.

1. Cultura. 2. Política cultural - Feira de Santana (BA). 3. Pluralismo cultural - Feira de Santana (BA). 4. Participação social - Feira de Santana (BA). 5. Espaços públicos - Feira de Santana (BA). 6. Praças - Feira de Santana (BA). 7. Praça CEU - Centro de Artes e Esportes Unificados. I. Barros, José Marcio. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos. III. Título.

CDD - 306.498142

CDU - 304.4(813.8)



ATA DA REUNIÃO DA DEFESA ORAL DA TESE Nº \_\_\_\_\_ DE **PLÍNIO CÉSAR DOS SANTOS RATTES**

Intitulada: "A PRAÇA É DO POVO? DIVERSIDADE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DAS PRAÇAS CEUS DE FEIRA DE SANTANA (BA)".

Ao 08 (oito) dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte e dois, no IHAC - Instituto de Humanidades Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia - foi instalada a Banca Examinadora da Defesa da tese intitulada: "**A PRAÇA É DO POVO? DIVERSIDADE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DAS PRAÇAS CEUS DE FEIRA DE SANTANA (BA)**". Após a abertura da sessão, foi composta a Banca Examinadora formada pelos professores Drs.: **Prof.(a) Dr.(a) José Marcio Pinto de Moura Barros** – Orientador(a), pelos examinadores externos: **Prof.(a) Dr.(a) Maria Carolina Vasconcelos Oliveira**, o(a) **Prof.(a) Dr.(a) Luiz Augusto Fernandes Rodrigues** e internos do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade: **Prof.(a) Dr.(a) Gisele Marchiori Nussbaumer** e **Prof.(a) Dr.(a) Giuliana d'El Rei de Sá Kauark**. Conforme o Regimento Interno do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade foi dado o prazo de trinta minutos para que o/a doutorando(a) fizesse a exposição do seu trabalho e trinta minutos para que os membros da Banca realizassem a arguição. Primeiro falou o(a): **Prof.(a) Dr.(a) Maria Carolina Vasconcelos Oliveira**, seguida da **Prof.(a) Dr.(a) Luiz Augusto Fernandes Rodrigues**, avaliadores externos. Após os examinadores externos, fez sua arguição o(a) **Prof.(a) Dr.(a) Gisele Marchiori Nussbaumer** e em seguida a **Prof.(a) Dr.(a) Giuliana d'El Rei de Sá Kauark**, avaliadores internos. Depois que os membros da Banca falaram, foi dado um prazo de trinta minutos para que o(a) doutorando(a) fizesse sua réplica. Concluída a exposição, arguição e réplica, a Banca Examinadora se reuniu e considerou a tese de **PLÍNIO CÉSAR DOS SANTOS RATTES** como APROVADA. Nada mais havendo a tratar, eu, **Prof.(a) Dr.(a) José Marcio Pinto de Moura Barros**, orientador(a), lavrei a presente ata que será por mim assinada, pelos demais membros da Banca e pelo(a) doutorando(a). Salvador, 08 de agosto de 2022.

15 dezembro

Prof.(a) Dr.(a) **José Marcio Pinto de Moura Barros** \_\_\_\_\_  
Prof.(a) Dr.(a) **Maria Carolina Vasconcelos Oliveira** M. Carolina V. Oliveira  
Prof.(a) Dr.(a) **Luiz Augusto Fernandes Rodrigues** Luiz  
Prof.(a) Dr.(a) **Gisele Marchiori Nussbaumer** \_\_\_\_\_  
Prof.(a) Dr.(a) **Giuliana d'El Rei de Sá Kauark** Giuliana  
Doutorando(a) **PLÍNIO CÉSAR DOS SANTOS RATTES** Plínio Rattes



Universidade Federal da Bahia  
Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos



### Parecer DA BANCA EXAMINADORA

DOUTORANDO (a): **PLÍNIO CÉSAR DOS SANTOS RATTES**

TÍTULO DA TESE: "A PRAÇA É DO POVO? DIVERSIDADE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DAS PRAÇAS CEUS DE FEIRA DE SANTANA (BA)".

AREA DE CONCENTRAÇÃO: **Cultura e Sociedade** LINHA DE PESQUISA: **Cultura e Desenvolvimento**

DATA DA DEFESA: 08.08.2022

HORA: 14h

LOCAL: IHAC/UFBA

#### BANCA EXAMINADORA:

#### ASSINATURAS:

1. ORIENTADOR(A): Prof.(a) Dr.(a) José Marcio Pinto de Moura Barros
2. EXAMINADOR(A) EXTERNO(A): Prof.(a) Dr.(a) Maria Carolina Vasconcelos Oliveira
3. EXAMINADOR(A) EXTERNO(A): Prof.(a) Dr.(a) Luiz Augusto Fernandes Rodrigues
4. EXAMINADOR(A) EXTERNO(A): Prof.(a) Dr.(a) Gisele Marchiori Nussbaumer
5. EXAMINADOR(A) INTERNO(A): Prof.(a) Dr.(a) Giuliana d'El Rei de Sá Kauark

#### RESULTADO:

A BANCA EXAMINADORA, APÓS O EXAME DA TESE E ARGUIÇÃO DO(A) CANDIDATO(A), DECIDIU PELA:

- provação da Tese com distinção, por sua excepcional qualidade e extrema originalidade
- Aprovação da Tese.
- Reprovação da Tese.
- Reformulação da Tese, indicando o prazo de sessenta dias para apresentar a nova **versão**.  
15 dezembro

#### CONSIDERAÇÕES:

A BANCA RECONHECE A RELEVANCIA DA PESQUISA E SEU CARACTER INÉDITO - DESTACA A IMPORTANCIA DO ESTUDO SOBRE UM PROGRAMA COMPLEXO E DE IMPACTO. PARABENIZA O PESQUISADOR PELO TRABALHO DE FELEGO E PELAS ESCOLHAS CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS E APRESENTA ALGUMAS SUGESTÕES PARA FUTURAS PRODUÇÕES.

08/08/2022

#### PREENCHER SOMENTE EM CASO DE REFORMULAÇÃO DA TESE:

- O (a) Doutorando (a) apresentou a reformulação e a Tese foi APROVADA pela Banca.
- O (a) Doutorando (a) apresentou a reformulação e a Tese foi REPROVADA pela Banca.

AUTENTICAÇÃO DO (A) PRESIDENTE DA BANCA EXAMINADORA

AUTENTICAÇÃO DO(A) ALUNO(A)

\_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

*A praça! A praça é do povo  
Como o céu é do condor*

*Castro Alves*

*Aos meus pais*

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe e às doces lembranças que tenho da infância, sempre cercada de muito bem-querer, afetos e coisas gostosas de comer que ela sempre fez maravilhosamente bem. Eu sei que essas recordações também ainda estão com ela, apesar dos lapsos de memória cada vez mais constantes e irreversíveis.

Ao meu pai, a quem compreendo muito melhor hoje e a quem desejo dias sempre leves e felizes.

A Bruno, por todo amor, carinho e paciência para aguentar essa minha jornada mestrado-doutorado-Sesc ao longo dos últimos 10 anos.

À Lasanha de Berinjela, por nos salvar durante o isolamento social imposto pela pandemia, trazendo leveza e amor para nosso lar.

A Nath e Carla e à nossa amizade tão gostosa, divertida e cheia de momentos lindos para guardar na memória e de tantos outros por vir.

Às minhas caríssimas amigas Gina e Debs, pelo amor e delícia de estarmos juntos nessa vida.

Às queridas amigas do Sesc, por todo incentivo, amizade e imenso carinho que sempre transbordaram em nossas relações. Obrigado, Kerol, Conça, Marth e Ilmoca.

Aos colegas do Observatório da Diversidade Cultural, pela inspiração e pelos aprendizados em nossos encontros quinzenais aos sábados pela manhã – sempre prazerosos. Em especial a Gisselle Dupin, que contribuiu com muitas informações e contatos dentro da máquina federal.

A todos e todas que prontamente atenderam ao pedido de entrevista e que compartilharam suas experiências, percepções e pontos de vista sobre os temas tratados na pesquisa, o que foi fundamental para a realização deste trabalho. A todos agradeço muitíssimo.

Ao professor José Marcio Barros, por sua orientação precisa, cuidadosa e respeitosa ao longo de todo o período e, também, pelo incentivo, apoio e confiança, meu muito obrigado.

Aos demais membros da banca, Gica Nussbaumer, Maria Carolina Vasconcelos, Giuliana Kauark e Luiz Augusto, pela leitura atenta e comprometida deste trabalho.

À Profa. Gica, um agradecimento especial pelo apoio, oportunidades e inspiração desde a graduação, quando eu ainda era um jovem estudante. Meu muitíssimo obrigado.

Ao Pós-Cultura e seus corpos docente, discente e de funcionários, pelo empenho e dedicação no desafio de manter o programa e qualificá-lo permanentemente.

E, por fim, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio fornecido durante o curso.



## RESUMO

O presente estudo traz uma análise da gestão compartilhada e colaborativa que ocorre no âmbito das três Praças CEU localizadas na cidade de Feira de Santana, na Bahia, a partir de duas chaves conceituais – diversidade e participação social. O programa Praça CEU – Centro de Artes e Esportes Unificados – é uma iniciativa do governo federal, executada em parceria com prefeituras municipais, que abrigam ações voltadas à promoção da cultura, do esporte, do lazer, da assistência social e da qualificação e aperfeiçoamento laboral. O programa foi idealizado para ser gerido, no âmbito governamental, de forma intersetorial e, no âmbito local, de forma compartilhada com a sociedade civil, a partir de um grupo gestor tripartite composto por moradores, entidades e poder público local, com poder deliberativo. Dessa forma, o objetivo da pesquisa foi analisar a efetividade e a aplicabilidade do modelo de gestão proposto e, sobretudo, verificar em que medida os discursos de participação social e diversidade cultural se materializam ou não nas Praças pesquisadas. A estratégia metodológica contou com um levantamento bibliográfico a respeito das chaves conceituais e sobre o programa; foram realizadas também entrevistas com gestores da esfera federal e municipal, bem como representantes dos grupos de gestão, além de trabalho de campo. Em linhas gerais, a pesquisa constatou que entre os principais equívocos e fragilidades do programa na cidade de Feira de Santana estão a operacionalização superficial da intersetorialidade e o não alcance de uma participação verdadeiramente deliberativa, como se propunha. No que se refere às principais realizações e impactos causados pela implantação das Praças, destacam-se o sentimento de pertencimento gerado na comunidade e o oferecimento de atividades variadas, com certa regularidade e sistematicidade, nas áreas de cultura, esporte e assistência.

**Palavras-chave:** Políticas culturais. Gestão cultural. Espaços culturais. Praça CEU. Diversidade. Participação social.

## ABSTRACT

This study analyzes the shared and collaborative management that occurs in the three CEU squares located in the city of Feira de Santana, Bahia, from two conceptual keys - diversity and social participation. The program Praça CEU - Centro de Artes e Esportes Unificados - is a federal government initiative, executed in partnership with municipal governments, which houses actions aimed at promoting culture, sports, leisure, social assistance, and labor qualification and improvement. The program was conceived to be managed, at the governmental level, in an intersectorial way and, at the local level, in a shared way with civil society, based on a tripartite management group composed of residents, entities and local government, with deliberative power. Thus, the objective of the research was to analyze the effectiveness and applicability of the proposed management model and, above all, to verify to what extent the discourses of social participation and cultural diversity are or are not materialized in the researched squares. The methodological strategy included a bibliographic survey about the conceptual keys and about the program; interviews were also carried out with federal and municipal managers, as well as representatives of the management groups, in addition to field work. In general terms, the research found that among the main mistakes and weaknesses of the program in the city of Feira de Santana are the superficial operationalization of intersectoriality and the failure to achieve a truly deliberative participation, as proposed. As for the main achievements and impacts caused by the implementation of the squares, the most noteworthy are the feeling of belonging generated in the community and the offer of varied activities, with a certain regularity and systematicity, in the areas of culture, sports and assistance.

**Keywords:** Cultural policies. Cultural management. Cultural Spaces. CEU Square. Diversity. Social Participation.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Proporção de pessoas residentes, por existência de equipamentos culturais tradicionais nos municípios, segundo características selecionadas das pessoas - Brasil – 2018 .....	63
Tabela 2 - Percentual de municípios com equipamentos culturais e meios de comunicação (%) .....	65
Tabela 3 - Despesas da SECEL, FUNTITEC e SEDESO nos anos fiscais de 2019 e 2020 .....	163

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Níveis de participação cidadã – Escada de Sherry Arnstein (1969) .....	45
Figura 2 - Tela inicial do Sistema de Gestão e-Praças .....	97
Figura 3 – Composição do Grupo Gestor da Praça CEU .....	101
Figura 4 - Representação de um Território de Vivência .....	105
Figura 5 - Horta comunitária da Praça CEU de Araras, São Paulo .....	115
Figura 6 - Praça CEU Maricá, Rio de Janeiro .....	116
Figura 7 - Localização da Região Metropolitana de Feira de Santana na Bahia .....	131
Figura 8 – Feira livre em Feira de Santana, 1950 .....	134
Figura 9 - Região central do distrito sede de Feira de Santana .....	138
Figura 10 - Cine Theatro Sant'Anna pouco antes de fechar as portas .....	140
Figura 11 - Localização dos principais espaços culturais de Feira de Santana .....	147
Figura 12 - Organograma da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Lazer de Feira de Santana .....	151
Figura 13 - Organograma a Fundação Municipal de Tecnologia da Informação, Telecomunicação e Cultura Egberto Tavares Costa (FUNTITEC) .....	153
Gráfico 1 - Evolução do número de inaugurações – até 2017 .....	88
Mapa 1 - Praças CEU aprovadas, não aprovadas e inauguradas .....	89

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Metas do Plano Nacional de Cultura relacionadas aos Espaços Culturais .....	50
Quadro 2 – Metas do PNC relacionadas aos Espaços Culturais/Gestão Pública .....	62
Quadro 3 – Objetivos do Mais Cultura divididos por eixos de atuação .....	75
Quadro 4 – Origem ao lançamento do Programa Praças CEU .....	77
Quadro 5 – Fases do Programa Praças CEU .....	84
Quadro 6 – Seleção de Propostas CEU .....	87
Quadro 7 – Praças CEU no Estado da Bahia .....	91
Quadro 8 – Estrutura física das Praças CEU .....	94
Quadro 9 – Oficinas para mobilização social e gestão dos CEUs .....	98
Quadro 10 – Direitos e obrigações do Grupo Gestor da Praça CEU .....	102
Quadro 11 - Feira de Santana: População total rural, urbana e da cidade; Taxa de Urbanização; e Percentual da população da cidade sobre a total, 1940-2010 .....	134
Quadro 12 - Metas do Plano Municipal de Cultura de Feira de Santana – 2016-2026	156
Quadro 13 – Relação de entrevistados - Praças CEU Cidade Nova, Aviário e Jardim Acácia .....	158
Quadro 14 – Trecho do Estatuto do grupo gestor – Art. 25 .....	177
Quadro 15 – Trecho do Regimento - Art. 16 .....	180
Quadro 16 – Representantes dos Grupos de gestão das Praças CEU de Feira de Santana .....	204
Quadro 17 - Fases da participação dos grupos de gestão nas Praças CEU de Feira de Santana .....	210
Quadro 18 – Fases da participação dos órgãos públicos municipais na gestão das Praças CEU de Feira de Santana .....	216
Quadro 19 – Principais desafios e fragilidades da gestão compartilhada das Praças CEU de Feira de Santana – BA .....	217
Quadro 20 - Principais realizações e potencialidades da gestão compartilhada das Praças CEU de Feira de Santana – BA .....	221
Quadro 21 - Funcionamento e recursos humanos das Praças CEU Aviário, CEU Cidade Nova e CEU Jardim Acácia .....	229
Quadro 22 - Fonte de recursos das Praças CEU Aviário, CEU Cidade Nova e CEU Jardim Acácia .....	232
Quadro 23 - Públicos das Praças CEU Aviário, CEU Cidade Nova e CEU Jardim Acácia .....	234
Quadro 24 - Atividades comunitárias das Praças CEU Aviário, CEU Cidade Nova e CEU Jardim Acácia .....	234
Quadro 25 - Relação das principais atividades culturais e esportivas (pontuais e sistemáticas) realizadas nas Praças de Feira de Santana, em 2019 .....	236
Quadro 26 - Atividades/Atendimentos realizados pelos CRAS das Praças CEU e Nº	

de beneficiários, em 2019 .....	239
Quadro 27 - Conservação dos espaços, Telecentro e Segurança das Praças CEU Aviário, CEU Cidade Nova e CEU Jardim Acácia .....	242
Quadro 28 – A Comunidade e as Praças CEU Aviário, CEU Cidade Nova e CEU Jardim Acácia .....	224
Quadro 29 - Principais projetos e eventos realizados nas Praças CEU de Feira de Santana (2019) .....	257
Quadro 30 - Grupo de gestão - Praça CEU Cidade Nova .....	260

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEU	Centro de Artes e Esportes Unificados
CONCINE	Conselho Nacional de Cinema
CNC	Conferência Nacional de Cultura
CNC	Conselho Nacional de Cultura
CNPC	Conselho Nacional de Política Cultural
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
Embrafilme	Empresa Brasileira de Filmes S.A.
FUNARTE	Fundação Nacional das Artes
IFCD	Fundo Internacional para a Diversidade Cultural
FNC	Fundo Nacional da Cultura
FICART	Fundos de Investimento Cultural e Artístico
FUNTITEC	Fundação Municipal de Tecnologia da Informação, Telecomunicação e Cultura Egberto Tavares Costa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
SNC	Sistema Nacional de Cultura
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual, + outras identidades de gênero e orientações sexuais não cis/heteronormativo
MINC	Ministério da Cultura
ONC	Observatório Nacional da Cultura
ODC	Observatório da Diversidade Cultural
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIPs	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC	Programa de aceleração do Crescimento
PEC	Praças dos Esportes e da Cultura
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
PIB	Produto Interno Bruto
PNC	Plano Nacional de Cultura
PNPS	Política Nacional de Participação Social
PRONAC	Programa Nacional de Apoio à Cultura
PAIF	Proteção e Atendimento Integral à Família
REDA	Regime Especial de Direito Administrativo
RQPs	Relatórios Quadrienais (UNESCO)

SECEL	Secretaria de Cultura, Esporte e
SECULT	Secretaria Especial da Cultura
SEDUC	Secretaria Municipal de Educação
SEDESO	Secretaria de Desenvolvimento Social
SEPLAN	Secretaria do Planejamento
SEST	Serviço Social do Transporte
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduo
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias
SID	Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural
SUAS	Sistema Único da Assistência Social (SUAS)
SUS	Sistema Único de Saúde
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1 ESPAÇOS CULTURAIS: DIVERSIDADE E PARTICIPAÇÃO .....</b>	<b>21</b>
1.1 DIVERSIDADE CULTURAL .....	26
1.1.1 Conceitos e reflexões sobre Diversidade Cultural .....	27
1.1.2 A diversidade na gestão e nas políticas públicas de cultura .....	33
1.2 PARTICIPAÇÃO SOCIAL .....	39
1.2.1 Algumas abordagens e reflexões sobre participação social .....	40
1.2.2 A participação na gestão e nas políticas públicas de cultura .....	46
1.3 ESPAÇOS CULTURAIS .....	53
1.3.1 Panorama histórico, características e usos .....	54
1.3.2 Infraestrutura cultural do Brasil .....	59
1.3.3 Políticas e gestão de espaços culturais públicos à luz da diversidade e da participação .....	68
<b>2 PROGRAMA PRAÇA CEU – CENTRO DE ARTES E ESPORTES UNIFICADO .....</b>	<b>73</b>
2.1 AS BASES DE APOIO À CULTURA E O MAIS CULTURA: ORIGEM DO PROGRAMA PRAÇA CEU .....	73
2.1.1 Contribuições dos demais Ministérios .....	78
2.1.2 As fases do programa Praça CEU .....	82
2.2 IMPLANTAÇÃO DAS PRAÇAS CEU .....	86
2.2.1 Edital de seleção de propostas .....	87
2.2.2 Estrutura física das Praças CEU .....	93
2.3 GESTÃO COMPARTILHADA E MOBILIZAÇÃO SOCIAL .....	97
2.3.1 Instrumentos e modos de gerir .....	97
2.3.2 Territórios de vivências e Ativações locais .....	104
2.3.3 Práticas de gestão .....	107
2.4 USOS, APROPRIAÇÕES E IMPACTOS DAS PRAÇAS CEU .....	111
2.4.1 Editais de dinamização das Praças CEU .....	113
2.4.2 Projetos permanentes e outras programações .....	114
2.4.3 Pesquisas sobre os usos e apropriações .....	118
2.4.4 Impactos e resultados transversais .....	122
<b>3 PRAÇAS CEU NA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA (BA) .....</b>	<b>130</b>
3.1 A CIDADE DE FEIRA DE SANTANA .....	131
3.1.1 Aspectos históricos e socioeconômicos .....	133
3.1.2 Infraestrutura e características culturais.....	140
3.1.3 Políticas e gestão pública da cultura .....	151

3.2 AS PRAÇAS CEU DE FEIRA DE SANTANA .....	158
<b>3.2.1 Histórico, vínculos institucionais e principais características .....</b>	<b>160</b>
3.2.1.1 Praça CEU Aviário .....	165
3.2.1.2 Praça CEU Cidade Nova .....	166
3.2.1.3 Praça CEU Jardim Acácia .....	167
<b>3.2.2 Mobilização social e constituição dos grupos de gestão .....</b>	<b>168</b>
3.2.2.1 Das primeiras reuniões à formação dos grupos de gestão .....	169
3.2.2.2 Estatuto dos grupos de gestão .....	176
3.2.2.3 Regimento interno das Praças .....	179
<b>3.2.3 Grupos de gestão: pontos de vista e percepções .....</b>	<b>183</b>
3.2.3.1 Programação e atividades realizadas .....	183
3.2.3.2 Participação da comunidade e modos de uso .....	188
3.2.3.3 Conservação e medidas de segurança .....	192
3.2.3.4 Treinamentos e capacitações .....	197
<b>4 A GESTÃO COMPARTILHADA DAS PRAÇAS CEU DE FEIRA DE SANTANA (BA) .....</b>	<b>202</b>
4.1 ATUAÇÃO DOS MEMBROS DOS GRUPOS DE GESTÃO E DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS .....	203
<b>4.1.1 Participação dos representantes dos grupos de gestão .....</b>	<b>204</b>
<b>4.1.2 Atuação dos órgãos públicos municipais .....</b>	<b>212</b>
<b>4.1.3 Desafios e fragilidades da gestão compartilhada .....</b>	<b>218</b>
<b>4.1.4 Principais realizações e potencialidades da gestão compartilhada .....</b>	<b>222</b>
4.2 CONSENSOS E DIVERGÊNCIAS NOS USOS E APROPRIAÇÕES DAS PRAÇAS .....	226
<b>4.2.1 Funcionamento e recursos humanos .....</b>	<b>227</b>
<b>4.2.2 Sistema e praças, planos e relatórios de gestão .....</b>	<b>230</b>
<b>4.2.3 Públicos .....</b>	<b>233</b>
<b>4.2.4 Atividades comunitárias e programação .....</b>	<b>235</b>
<b>4.2.5 Uso e conservação dos espaços .....</b>	<b>241</b>
<b>4.2.6 Comunidade e sociedade civil organizada .....</b>	<b>244</b>
4.3 A GESTÃO COMPARTILHADA À LUZ DA DIVERSIDADE E DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL .....	247
<b>4.3.1 Fases e níveis de participação .....</b>	<b>248</b>
<b>4.3.2 Diversidade na estrutura, na composição e nos modos de gerir .....</b>	<b>254</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>263</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>271</b>
<b>APÊNDICES E ANEXOS .....</b>	<b>285</b>

## INTRODUÇÃO

Símbolo da democracia direta na Grécia antiga, a ágora era um espaço livre, com edificações, que os cidadãos gregos frequentavam e no qual conviviam com o outro. Como lugar onde ocorriam discussões políticas e tribunais populares, a ágora era o espaço público por excelência, da cultura e da vida social, manifestando-se como a expressão máxima da esfera pública. Acredita-se que tenha sido um elemento fundamental na constituição dos primeiros estados gregos.

Em paralelo, nas sociedades modernas, as praças públicas mimetizaram os ideais da ágora grega como locais da convivência, da diversidade e da participação na vida sócio-política e cultural da comunidade. A praça, como um local de sociabilidade e de práticas simbólicas, do encontro dos dissonantes e das diferenças, da disputa e do debate político, das lutas, manifestações e construção dos consensos, passou a compor o imaginário coletivo ao longo da história das sociedades ocidentais.

A ideia da praça como um espaço do povo, de onde emana o seu poder, é imageticamente bem ilustrada no célebre poema do abolicionista baiano Antônio de Castro Alves, “O povo ao poder”, nos famosos versos guardados de ouvido por muitos:

A praça! A praça é do povo  
 Como o céu é do condor  
 É o antro onde a liberdade  
 Cria águias em seu calor!

O poema foi declamado pela primeira vez de improviso, pelo próprio autor, em um comício republicano reprimido duramente pela polícia do Recife de 1866 (AGUIAR, 1997). Um dos seus versos mais conhecidos foi tomado de empréstimo para titular esta tese de doutorado. Acompanhado de um ponto de interrogação que não pertence ao poema original, o verso em questão sintetiza o senso comum que conforma a representação imagética estabelecida em torno da ideia de praça pública e formula a pergunta que me guiou subjetivamente ao longo deste trabalho: a Praça é do Povo?

As praças às quais me refiro nesta pesquisa compõem o programa Praça CEU – Centro de Artes e Esportes Unificados, que foi idealizado pelo governo federal brasileiro em 2010; embora as primeiras unidades tenham sido inauguradas em 2012, foi apenas durante as pesquisas realizadas no mestrado (2014-2017) que tive a oportunidade de conhecer de forma mais

detalhada esses espaços públicos. O que mais atraiu minha atenção e provocou o interesse de estudá-los foi o modelo de gestão ali aplicado, que se propõe a ser compartilhado entre o poder público e a sociedade civil.

Os locais de formação, criação, difusão e fruição de bens e serviços culturais são objetos de meu interesse e investigação desde a graduação, quando, a partir de 2005, como pesquisador de iniciação científica, integrei o grupo de pesquisa Equipamentos Culturais de Salvador: Públicos, Políticas e Mercados (FACOM/UFBA)<sup>1</sup>, ocasião em que mapeamos os teatros da capital baiana e realizamos uma pesquisa sobre o perfil dos públicos de alguns deles; no mestrado em Cultura e Sociedade (IHAC/UFBA), já em 2017, defendi a dissertação intitulada “Políticas e gestão de equipamentos culturais públicos de Salvador-BA: a perspectiva dos gestores”, cujo objetivo foi analisar a gestão de oito espaços cênicos soteropolitanos, à luz das políticas culturais vigentes e da atuação de seus gestores.

As Praças CEU guardam características singulares que as diferenciam de outras estruturas semelhantes. São espaços públicos que abrigam equipamentos diversos, como biblioteca, cineteatro, laboratório multimídia, salas multiuso, pista de skate, quadra de eventos, playground, pista de caminhada e Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). Instaladas em locais com baixos índices de desenvolvimento humano, as Praças são voltadas à promoção da cultura, do esporte, do lazer, da assistência social e da qualificação e aperfeiçoamento laboral.

Renomeado algumas vezes ao longo de sua trajetória, que completou dez anos em 2020, o programa Praça CEU foi criado no último ano de gestão do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006/2007-2010) e capitaneado pelo ainda existente Ministério da Cultura (1992-2019), em parceria com outros quatro ministérios (Esporte, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Justiça e Trabalho e Emprego) e prefeituras municipais. Originalmente denominado Praças do PAC, o programa já foi chamado de Praças dos Esportes e da Cultura (PEC) e depois de Praças das Artes, até ser rebatizado como Centros de Artes e Esportes Unificados, em 2013, assim permanecendo até junho de 2019, quando foi novamente renomeado, passando a se chamar Estação Cidadania – Cultura, pelo então recém-criado Ministério da Cidadania, no governo Jair Bolsonaro. Dois anos depois, em maio de 2021, o programa sofreu mais uma alteração em sua nomenclatura, sendo chamando então de Pracinhos da Cultura. Porém, o programa é mais

---

<sup>1</sup> Vinculado ao Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT/UFBA, o grupo foi idealizado e coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gisele Nussbaumer (FACOM/UFBA). Mais informações em: <http://www.cult.ufba.br/word-press/pesquisas/concluidas/equipamentos-culturais-de-salvador-publicos-politicas-e-mercados/>. Acessado em: 12 ago. 2021.

conhecido como “Praça” ou “Praça CEU”, e será com esses termos que a ele irei me referir ao longo deste trabalho.

O programa é ousado em termos de recursos e capilaridade nacional, com investimentos na ordem de R\$ 800 milhões e previsão inicial de 400 unidades instaladas nas cinco regiões do País – sendo que, até dezembro de 2020, já haviam sido inauguradas 223 Praças. Na Bahia, a previsão é de 27 empreendimentos, que atenderão a 23 cidades. Até dezembro de 2020, o estado já contava com 18 unidades inauguradas e duas com obras concluídas nas cidades de Alagoinhas, Camaçari, Dias D’ávila, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Irecê, Itaberaba, Itabuna, Jacobina, Juazeiro, Lauro de Freitas, Luís Eduardo Magalhães, Paulo Afonso, Porto Seguro, Salvador, Santo Antônio de Jesus, São Sebastião do Passé e Vitória da Conquista. Destaca-se a cidade de Feira de Santana, que é um dos poucos municípios do País a ter três Praças em seu território, todas em pleno funcionamento desde julho de 2016.

A gestão desses espaços é realizada, por exigência do edital e convênio, de forma compartilhada entre a prefeitura e a comunidade, a partir de um grupo gestor tripartite composto por um terço da sociedade civil organizada (entidades), um terço da comunidade (moradores) e um terço do poder público local, com poder deliberativo. A perspectiva do programa é que a comunidade se torne protagonista na gestão da Praça, definindo sobre os investimentos prioritários, a programação, as atividades a serem realizadas, os serviços a serem oferecidos, os instrumentos mais eficazes de comunicação e divulgação, bem como sobre a solução de conflitos e o enfrentamento de problemas. O programa, portanto, foi pensado para ser gerido, no âmbito governamental, de forma intersetorial, e, no âmbito local, de forma compartilhada com a sociedade civil organizada, ou seja, com grupos e coletivos que trabalham com temas correlatos aos serviços prestados nas Praças.

A iniciativa de gestão compartilhada no âmbito das Praças CEU compõe um conjunto de experiências de gestão participativa vividas no Brasil nos últimos 30 anos, entre o final do século passado e o início deste, período no qual assistimos a uma grave crise acometer a democracia representativa no País, ao tempo em que, por outro lado, vimos surgir e se consolidar aquilo que passamos a chamar de “democracia participativa”. A gestão democrática é um preceito da democracia participativa que considera a participação direta da sociedade na formulação de políticas públicas e nos atos da administração pública como ação significativa e fundamental.

Desenvolvida e reconhecida internacionalmente, em grande parte, a partir das experiên-

cias de orçamento participativo difundidos em diversos municípios pelo País afora, a democracia brasileira foi colecionando, nos últimos anos – sobretudo a partir de 1988, com a redemocratização, e de 2003, com a chegada da centro-esquerda ao poder –, inúmeras iniciativas em que há maior envolvimento da sociedade civil organizada em espaços de decisão junto à administração pública, sejam consultivos ou deliberativos. Essa aproximação entre a sociedade civil organizada e o Estado no seio das políticas públicas contribui para mudanças políticas e materiais dos cidadãos, sobretudo porque a participação social tem influência em um processo que, em parte, tem potencial para inverter as prioridades em favor de grupos subalternizados. A partir dessa participação, os movimentos sociais têm a oportunidade de disputar suas pautas de interesse, em melhores condições, em relação a outros agentes.

A política torna-se mais plural quando conta com um maior número de segmentos sociais envolvidos em processos de discussão, consulta e deliberação. Sabe-se, no entanto, que o resultado de um processo mais participativo naturalmente leva um tempo maior de duração e maturação. Construir junto é sempre mais difícil, afinal, é preciso haver negociação entre os mais diversos interesses, abordagens e compreensões de indivíduos, grupos e comunidades sobre determinado assunto. A questão da participação social nas políticas públicas evidencia a necessidade de se conjugar a diversidade que há na sociedade, do ponto de vista dos diferentes sistemas de valores e práticas socioculturais.

Em um mundo cada vez mais globalizado, o tema das diferenças tem ganhado atenção e aponta para a necessidade de formulação de políticas públicas mais democráticas e que representem a diversidade da sociedade, tendo como horizonte a garantia dos direitos humanos, a cidadania e a promoção da própria diversidade.

Ponderar, portanto, sobre participação e diversidade nas políticas públicas é, sobretudo, refletir acerca do exercício da democracia, em como torná-la um processo ativo, inclusivo e dinâmico na vida pública do País e, também, intrínseco às nossas ações mais cotidianas. Nesse contexto, é preciso sublinhar o papel fundamental das administrações municipais para o êxito de um modelo de democracia mais participativa e plural, uma vez que os cidadãos vivem na cidade e é nela que se relacionam socialmente e constroem suas vidas. Cabe ao poder municipal criar instrumentos para que o exercício da cidadania não esteja limitado ao direito de votar e ser votado, dando aos munícipes condições de colaborar na construção do espaço público, encarando-o não apenas como sujeito passivo, mas como agente ativo e propositivo das políticas públicas. É justamente no âmbito municipal que a gestão compartilhada da Praça CEU se realiza, com o intuito de articular e envolver uma diversidade de vozes, por meio de indivíduos e

coletivos representativos de vários segmentos daquele território, na formulação, na execução e no acompanhamento de sua gestão.

Entretanto, se até pelo menos 2016 era perceptível, entre avanços e retrocessos, um movimento de estímulo à participação social nos rumos das políticas públicas no País, especialmente das políticas culturais, nota-se um arrefecimento e até mesmo um movimento contrário a qualquer iniciativa que envolva processos de escuta e atuação da sociedade. Atesta essa percepção, por exemplo, a publicação do Decreto nº. 9759/2019, em que o governo federal encerrou comitês, comissões, grupos, juntas, equipes, mesas, fóruns, salas e qualquer outra denominação dada a colegiados que não tenham sido criados por lei, além de ter revogado o Decreto nº 8243/2014, da Política Nacional de Participação Social (PNPS). A justificativa dada pelo governo seria a necessidade de desburocratizar e permitir maior eficiência, alegando que esses conselhos atravancam o desenvolvimento, conforme noticiado pela imprensa no período<sup>2</sup>.

Enfraquecer ou extinguir instâncias de participação social vai de encontro ao aperfeiçoamento da democracia e atende a um projeto secular de manutenção de poder, pautado em modelos excludentes, elitistas e centralizadores de política. Ações de desmonte como as adotadas pelo atual governo, que ameaçam a continuidade de iniciativas que se pretendem mais plurais, que abrem à possibilidade de escuta, interlocução, negociação ou controle social por parte de indivíduos e coletivos de diferentes posicionamentos, valores e origens na sociedade, tornam ainda mais relevantes e urgentes propostas como as Praças CEU, justificando, inclusive, terem seus modelos de gestão como objetos de investigação. Vale frisar ainda que, a despeito da paralização de vários programas do MinC e sua redução à condição de Secretaria Especial, o programa continuou, atravessou governos e gestões de diferentes partidos e ideologias e permaneceu.

Diante desse contexto, esta tese de doutorado se debruça sobre a experiência do programa Praça CEU – Centro de Artes e Esportes Unificados, sob a ótica da diversidade e da participação, elementos fundamentais da democracia, com o intuito de compreender os processos de constituição, efetivação e funcionamento do modelo de gestão compartilhada entre o poder público e a comunidade local proposto no âmbito do programa, assim como as atividades realizadas e os usos e apropriações que se dão desses equipamentos. Dessa forma, busco refletir sobre o envolvimento da sociedade civil na gestão das Praças, a fim de analisar se esse modelo

---

<sup>2</sup> A extinção de conselhos federais com a participação da sociedade civil foi amplamente divulgada pela imprensa no período, a exemplo da matéria publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, em 14 de abril de 2019, disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/bolsonaro-enaltece-extincao-de-conselhos-federais-com-atuacao-da-sociedade-civil.shtml>. Acessado em: 20 mai. 2019.

contribui para tornar tais espaços mais democráticos, republicanos, com o olhar mais plural e fortes laços de pertencimento entre a comunidade e o equipamento, ou se a institucionalização de um modo de operar a gestão tolhe e/ou afasta a população, uma vez que esse modelo pode não fazer sentido ou não ter lógica para aquela comunidade.

Como recorte para o estudo, tomei as três Praças instaladas em diferentes localidades da cidade de Feira de Santana, na Bahia: Praça CEU Jardim Acácia, Praça CEU Cidade Nova e Praça CEU Aviário. Inauguradas no mesmo dia, em 1º de julho de 2016, as Praças estão inseridas em comunidades que guardam características e histórias próprias. Assim, vale refletir sobre qual é a efetividade e a aplicabilidade do modelo de gestão proposto e, sobretudo, em que medida os discursos de participação social e diversidade cultural se materializam ou não nessas três Praças.

A Praça CEU Aviário está situada em um dos bairros mais populosos da cidade, que congrega diversos conjuntos habitacionais populares, alguns deles construídos por mulheres da própria comunidade enquanto seus maridos, pais e filhos trabalhavam fora. Por sua vez, a Praça CEU Jardim Acácia é a mais próxima do centro da cidade, e tem a mesma estrutura da Praça do Aviário. A Praça CEU Cidade Nova é a maior das três e está sediada em um bairro de comércio local forte, que surgiu como um conglomerado de dois conjuntos habitacionais, sendo uma das localidades mais procuradas para moradia em Feira de Santana, tanto pelo comércio quanto pela localização e infraestrutura.

Feira, como é costumeiramente chamada, é a segunda cidade mais populosa da Bahia e uma das primeiras entre as cidades interioranas das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul do Brasil, sendo considerada um importante centro urbano, político, educacional, comercial e cultural. A cidade tem o terceiro maior produto interno bruto (PIB) do estado e o maior entre as cidades do interior da região Nordeste, por conta do significativo centro comercial e industrial que abriga. Porém, apesar do grande dinamismo econômico, há uma enorme desigualdade social na cidade.

No trajeto metodológico traçado para este estudo, busquei compreender os conceitos e abordagens acerca da diversidade cultural e da participação social na contemporaneidade e como tais noções estão postas no âmbito das políticas públicas de cultura, considerando, principalmente, a gestão Gilberto Gil, no Ministério da Cultura, a partir de 2003, quando foram gestadas as bases conceituais que iriam dar sustentação ao programa Praça CEU a partir de 2010. Em seguida relacionei essas duas chaves teóricas com o objeto central da pesquisa, bus-



cando ponderar sobre as políticas e a gestão de espaços culturais, à luz da diversidade e participação.

Para essas investigações, foram considerados autores como Stuart Hall (1997) e Néstor Garcia Canclini (2005) (cultura e contemporaneidade); Javier Pérez Cuéllar (1997), François de Bernard (2003; 2005), José Márcio Barros (2008, 2011) (diversidade cultural e cidadania); Boaventura de Sousa Santos (2002), Leonardo Avritzer (2002), Norberto Bobbio (1986; 2000), José Moroni (2005; 2009) (democracia e participação social); Albino Rubim (2012; 2013; 2014), Isaura Botelho (2001), Lia Calabre (2007; 2009) e Alexandre Barbalho (2005; 2013; 2015) (gestão e políticas culturais); Teixeira Coelho (1997), Luis Milanese (1991; 1997; 2003), Victor Vich (2014), Alfons Martinell (2014) (gestão cultural, espaços e equipamentos culturais e espaço público), entre outros e outras.

A estratégia metodológica contou ainda com uma pesquisa documental e bibliográfica a respeito do programa Praça CEU – Centro de Artes e Esportes Unificados, com base em publicações, documentos oficiais, relatórios de gestão, matérias de jornais e revistas, artigos, dissertações e teses. Fui também a campo para entrevistar gestores da esfera federal e municipal, além de representantes dos grupos de gestão das Praças pesquisadas. Ao todo foram 23 entrevistados (APÊNDICE C), entre os anos de 2017 e 2020, com os quais busquei compreender o surgimento do programa, sua execução e operacionalização nos municípios, em especial em Feira de Santana, sobretudo no que diz respeito à gestão compartilhada empreendida. Além disso, observei *in loco*, por alguns meses, o funcionamento dessas Praças e a forma como a população local utilizava os recursos ali disponíveis e interagiu com o ambiente e os demais usuários.

O resultado final foi uma tese estruturada em quatro capítulos. O primeiro se debruça sobre as abordagens contemporâneas dos termos “diversidade cultural” e “participação social” e suas dimensões em torno das políticas e gestão pública da cultura, de modo a delinear as fronteiras conceituais entre as quais se move o objeto de pesquisa; o capítulo procura também ponderar sobre os espaços culturais, em diálogo com a diversidade e participação.

No segundo capítulo, as discussões estão divididas em quatro tópicos, que visam apresentar ao leitor informações detalhadas sobre o programa Praça CEU. O primeiro tópico se concentra em identificar as bases conceituais originárias do programa, enquanto o segundo apresenta dados sobre a implantação das Praças no País. O tópico seguinte aborda o modelo de gestão aplicado e as orientações para a mobilização social a ser realizada nos territórios que sediam o programa. Finalizando o capítulo, destacam-se os usos e apropriações desses espaços

por parte da comunidade, a partir de pesquisas realizadas pelo governo federal ou delegadas a outras instituições mediante convênios.

O terceiro capítulo se dedica a apresentar o contexto da gestão e das políticas culturais na cidade de Feira de Santana, além de descrever e analisar, a partir de documentos oficiais e depoimentos dos membros dos grupos de gestão, as características, o funcionamento e as principais ações desenvolvidas nas Praças da cidade, bem como apresentar os modos de apropriação da comunidade em relação aos equipamentos que as compõem.

No quarto capítulo, em continuidade às análises sobre a gestão compartilhada entre sociedade civil e poder público no âmbito das Praças de Feira, no período de 2016 a 2020, abordo, inicialmente, a atuação dos membros dos grupos de gestão e dos órgãos públicos municipais na gestão compartilhada; identifico também os principais desafios, fragilidades, potencialidades e realizações do modelo de gestão. No segundo tópico, são confrontados os depoimentos e documentos oficiais sobre o programa e o referencial teórico levantado nos capítulos anteriores, de modo a mapear os consensos e as divergências identificados a partir daí. Por fim, dedico-me a refletir e ponderar sobre esse modelo de gestão à luz da diversidade e participação social e das informações obtidas nas entrevistas, trabalho de campo e bibliografia pesquisada.

Nas considerações finais, apresento algumas reflexões e trago, ainda, nos apêndices e anexos, informações extras sobre determinados aspectos da pesquisa, a exemplo do roteiro padrão utilizado nas entrevistas e dos nomes dos entrevistados, com as respectivas datas e locais; a relação dos representantes dos grupos de gestão das Praças de Feira de Santana, assim como o estatuto e regimento desses grupos; há ainda uma galeria de fotos dos CEU da cidade, entre outras informações adicionais.

## 1 ESPAÇOS CULTURAIS: DIVERSIDADE E PARTICIPAÇÃO

Durante uma mesa no II Seminário de Políticas para Diversidade Cultural, realizado em Salvador, na Bahia, em 28 de setembro de 2012, promovido pelo Observatório da Diversidade Cultural (ODC)<sup>3</sup>, o professor e pesquisador Paulo Miguez (UFBA) contou uma pequena anedota, antes de apresentar o convidado que falaria na sequência. Ele relatou ter estado em um evento algumas semanas antes, quando compartilhou uma mesa de debate com um francês. Nessa ocasião, em um rompante de ousadia durante a sua apresentação, Miguez afirmou categoricamente que não havia sido a França a “inventar” as políticas culturais, a partir da criação do Ministério da Cultura, por André Malraux, na década de 1950, como se convencionou demarcar no campo dos estudos da cultura; e seguiu proferindo que as políticas culturais haviam sido criadas no Brasil ao menos vinte anos antes, na década de 1930, pelo modernista Mário de Andrade, quando este esteve à frente do Departamento de Cultura da Prefeitura da cidade de São Paulo (1935-1938). Não satisfeito, afirmou ainda que o Brasil não apenas teria inventado as políticas culturais muito antes dos franceses como também as reinventou sob a liderança daquele que estava ao seu lado e explanaria em seguida: Gilberto Gil, ex-ministro da Cultura (2003-2008). Para finalizar, ele teria dito ao interlocutor francês e aos demais presentes que à França era apenas legítimo reivindicar o direito de ter os melhores vinhos e queijos, mas não o título de “inventora” das políticas culturais.

Apesar de a anedota ter gerado aplausos e gracejos na plateia, a tese que ela apresenta não é consenso entre os pesquisadores das políticas culturais. Embora a década de 1930 seja considerada o marco inicial da atuação política na cultura no Brasil, com a existência de um número significativo de ações referentes à participação do Estado na cultura, parte considerável dessas iniciativas era isolada ou estanque em si mesma, não podendo ser tratada como integrante de um conjunto de política culturais. A institucionalização da política cultural, segundo Lia Calabre (2007), seria uma característica dos tempos atuais.

De toda sorte, independentemente de o Brasil passar a figurar ou não como inventor das

---

<sup>3</sup> O Observatório da Diversidade Cultural (ODC) é uma organização não governamental integrada a um grupo de pesquisa, que desenvolve projetos e ações de formação, investigação, difusão de informações e consultoria no campo interdisciplinar da proteção e promoção da diversidade cultural e suas interfaces com as políticas culturais, gestão cultural, processos de mediação, memória e patrimônio, educação, saúde, meio ambiente etc. Com sede em Belo Horizonte (MG), a ONG atua de forma presencial e virtual em diversos territórios do estado de Minas Gerais e de outros estados brasileiros. O grupo de pesquisa é integrado por pesquisadores de diferentes instituições, como UEMG, PUC Minas, USP, UFRB, UFBA e UFC, que atuam nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Ceará. Cf. <https://observatoriodadiversidade.org.br>. Acessado em: 20 mai. 2019.

políticas culturais para os estudos do campo, é pertinente o destaque feito pelo professor Miguez ao apontar as atuações paradigmáticas e inovadoras que os artistas Mário de Andrade e Gilberto Gil legaram às políticas e à gestão pública de cultura, o primeiro em âmbito municipal, nos anos 30 do século XX, o segundo em amplitude nacional, nos primeiros anos do século XXI.

Ao longo dos setenta anos que separam as gestões de Andrade e Gil, o termo “cultura” passou por intensas transformações, apresentando diversos significados que foram se construindo e se reelaborando. Se à época de Mário de Andrade o entendimento que prevalecia era uma concepção de cultura como um cabedal de conhecimento e sua divisão entre folclore e alta cultura, na metade do século, após as duas grandes guerras, surgiu o conceito de “indústria cultural” e a popularização e massificação da cultura. O termo segue em mutação, mimetizado pelo mercado a partir da lógica neoliberal, passando a exigir uma maior organização do setor e a formação de profissionais especializados, até chegar à virada do milênio, quando emerge a aproximação da cultura com os movimentos sociais e a busca por direitos, como a garantia de participação na vida cultural da comunidade e a liberdade em expressar, promover e proteger a diversidade que lhe é própria. A partir de organismos multinacionais, consolidam-se na agenda internacional discussões em torno da cultura e sua relação com temas como direitos humanos, diversidade, desenvolvimento, sustentabilidade e democracia participativa. É nessa conjuntura que se situa a gestão do músico e compositor Gilberto Gil.

As transformações da ideia de cultura entre uma gestão e outra foram ocorrendo em paralelo aos contínuos avanços tecnológicos, em especial no campo da comunicação, que provocaram novas perspectivas e colocaram o mundo em uma etapa mais avançada da globalização. Com a revolução cultural ou “virada cultural”, como define Stuart Hall (1997), que ocorre ao longo do século XX, a cultura passa a ser encarada como uma condição constitutiva da vida social, e não mais como uma “variável dependente”. Assim, de um entendimento que considerava a existência de uma baixa e de uma alta cultura, que eram produzidas por classes sociais diferentes e que se opunham, saltou-se para uma compreensão ampla do termo, que abrange todas as dimensões da vida em coletividade, desde os valores, hábitos, costumes, crenças e saberes até as produções intelectual e artística elaboradas por todos os indivíduos e coletivos, indistintamente.

De Mário de Andrade a Gilberto Gil, as políticas culturais brasileiras trafegaram por caminhos tortuosos, marcados por instabilidades, ausências, dirigismos (RUBIM, 2007) e incompletudes (BARROS, 2016), refletindo os contextos históricos de cada período. De um ges-

tor a outro, é possível localizar ao menos cinco importantes momentos dessas políticas (CANEDO, 2008). O primeiro surge no Estado Novo, de 1930 a 1945, quando são realizados investimentos na área cultural, com o objetivo de promover a integração nacional. Nesse período aparecem instâncias como o Conselho Nacional de Cultura, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), o Serviço Nacional do Teatro, o Instituto Nacional do Livro e a Casa Rui Barbosa. O segundo momento pode ser demarcado de 1945 a 1964, quando a sociedade brasileira vivenciou a ausência do Estado na cultura e a atuação de agentes privados, bem como o surgimento de novos movimentos culturais. A ditadura militar, que permaneceria nos vinte anos seguintes, de 1964 a 1985, marca o terceiro momento, com destaque para a valorização da cultura popular, a criação de órgãos públicos para a promoção da arte e da cultura<sup>4</sup> e o investimento na cooptação de artistas para defender o discurso do regime vigente. Durante o quarto momento das políticas culturais brasileiras, 1985 a 2002, conhecido como período neoliberal, floresce a relação com o mercado representada pelas leis de incentivo fiscal, que passam a surgir nas três esferas de governo. O quinto momento é marcado pelas políticas empreendidas na gestão Gilberto Gil, a partir de 2003, e os ministros que o precederam até pelo menos 2016. Nesse período se destaca a abrangência do conceito de cultura, representado em três dimensões – simbólica, cidadã e econômica – que compõem a categoria da tridimensionalidade concebida pelo Ministério da Cultura para subsidiar a formulação das políticas públicas da área. Destacam-se também desse período a institucionalização das iniciativas propostas, a busca por maior participação social e a promoção da diversidade cultural.

Nos tempos atuais, as políticas culturais brasileiras enfrentam um “apagão” de programas e ações, simbolizado pelo desmonte do Ministério da Cultura, tentado primeiramente em 2016, no governo Michel Temer (PMDB)<sup>5</sup>, e concretizado em 2019, no primeiro ano de governo de Jair Bolsonaro (PL). No momento, no âmbito federal, as políticas públicas de cultura estão a cargo da Secretaria Especial da Cultura (Secult), órgão vinculado ao Ministério do Turismo, no qual a omissão e a descontinuidade parecem ser as principais diretrizes. Ambas as gestões se caracterizam pela interrupção de inúmeras políticas culturais estruturantes e sistêmicas, além de colecionarem diversos casos análogos a censura e impedimentos à liberdade de

<sup>4</sup> A exemplo da Fundação Nacional das Artes (FUNARTE), da Empresa Brasileira de Filmes S.A. (Embrafilme), do Conselho Nacional do Direito Autoral e do Conselho Nacional de Cinema (CONCINE).

<sup>5</sup> Em 2016, durante as tentativas de fundir o Ministério da Cultura ao da Educação ou de transformá-lo em uma Secretaria Nacional, foi criado o movimento OcupaMinc, composto por artistas, estudantes, profissionais da cultura e sociedade civil organizada, que ocuparam unidades e representações estaduais ligadas ao Ministério da Cultura em diversas cidades brasileiras, como forma de protesto contra a extinção ou possível fusão do Minc com outra pasta.

expressão artística<sup>6</sup>.

Se em determinado momento a diversidade cultural e a participação social, por uma decisão política e institucional, foram instituídas como faróis essenciais para as políticas públicas de cultura, hoje vivemos a negação desses dois princípios, enquanto se consolida uma nova hegemonia, em que o cerceamento, o silenciamento e a intolerância se sobrepõem (COSTA; RATTES, 2017).

Esse percurso histórico marcado por ciclos tão distintos e permeado por ações e medidas descontínuas e inconclusas levou o País a políticas esvaziadas, pouca efetivas, além de enormes lacunas de investimentos nos mais diversos segmentos do campo cultural, incluindo o universo que envolve os espaços e equipamentos culturais, tema central desta investigação. Esses locais, essenciais para a dinâmica cultural das cidades, abrigam variadas práticas culturais e manifestações artísticas e sintetizam a cadeia produtiva da cultura, à medida que acolhem, em suas dependências, ações de formação, criação, produção, difusão e consumo.

Em muitos municípios brasileiros, esses espaços contribuem para a sociabilidade e convivência das pessoas, desempenham não apenas a função de ofertar produtos e serviços artístico-culturais à população, mas também se constituem como espaços de construção de sentidos, de conhecimentos e de práticas diversas que refletem nos modos de produção e nas relações estabelecidas nessas localidades.

Os espaços culturais, em geral, quando bem administrados, têm potencial para desempenhar um papel fundamental na formação do tecido social, colaborando para o desenvolvimento de um território sob diversos aspectos. Do ponto de vista espacial, por exemplo, contribuem para o desenho das cidades e para o reforço da arquitetura urbana existente. No que diz respeito à economia, além de essenciais para a fluidez e o acolhimento dos diferentes elos da

---

<sup>6</sup> Do período Temer (2016-2018), registram-se inúmeros episódios de censura à arte, com agressivas manifestações de movimentos conservadores contra a liberdade de expressão artística, a exemplo do que ocorreu em 2017, na cidade de Porto Alegre (RS), com a exposição “Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira”, e naquele mesmo ano, em Jundiaí (SP), com o espetáculo “O Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu”, protagonizado pela atriz Renata Carvalho, mulher transexual. Ambos foram proibidos de acontecer em diversas cidades brasileiras, por serem considerados um atentado à moral e aos bons costumes (COSTA; RATTES, 2017). Mais adiante, na gestão Bolsonaro (2019-2022), a censura se intensificou ainda mais e avançou de setores da sociedade para dentro do governo, tendo como exemplos: imposição de filtros de conteúdo, como o caso da suspensão dos editais de filmes com temática LGBTQIA+; a proibição de linguagem neutra em projetos da Lei Rouanet; e a revogação da proteção dos territórios de quilombos, a retirada de nomes da lista de personalidades negras e o banimento de livros do acervo da Fundação Palmares. Outro caso emblemático ocorreu em meados de 2021, quando o Festival de Jazz do Capão, realizado na Chapada Diamantina, na Bahia, recebeu parecer desfavorável para captação de recursos pela Lei Rouanet. A alegação para a proibição do financiamento, conforme descrito no parecer oficial, está numa propaganda compartilhada em redes sociais, em que o festival se autoneomeia como um evento “antifascista e pela democracia”.

produção cultural, configurando-se como pontos de mobilização de capital, são também importantes ativos para outros mercados, como o turístico, por exemplo. No sentido social, colaboram na construção da identidade, na promoção da cidadania e na garantia dos direitos culturais, pois se tornam lugares de encontro para a convivência e articulação de diferentes saberes, conteúdos e narrativas que expressam a diversidade cultural de uma população. Na perspectiva criativa, contribuem para a experimentação artística e o despertar para outros olhares, sentidos e sensibilidades que envolvem os anseios e dilemas de nosso tempo e espaço (KAUARK, RATTES, LEAL, 2019; BARROS, RATTES, 2021).

No entanto, apesar da evidente importância dos espaços culturais, o lugar que ocupam ainda é pouco privilegiado no campo dos estudos da cultura e das políticas culturais. Ainda são poucos, incipientes ou pontuais os estudos que os tomam como objetos de pesquisa, com o propósito de analisá-los e compreendê-los nas suas mais variadas dimensões e a partir de diferentes epistemologias. São igualmente escassas as políticas públicas, sejam elas pontuais ou permanentes, voltadas para esse segmento. Tal contexto se configura como um grande desafio para o campo e para os profissionais nele envolvidos.

No que diz respeito à presente pesquisa, a reflexão que desenvolvo sobre o objeto de investigação desta tese, a gestão compartilhada realizada no âmbito do programa do governo federal denominado Praça CEU – Centro de Artes e Esportes Unificados, tomou como base duas chaves conceituais: diversidade cultural e participação social.

Elementos fundamentais da democracia, a participação e a diversidade são temas atuais e instigantes. Há inúmeros estudos e teorias que subsidiam reflexões sobre ambos os termos. Atualmente, a participação e a diversidade são evocadas frequentemente nos meios de convívio e relação social, tomaram conta dos diferentes espaços públicos, quer seja nas associações de bairro, sindicatos, redes sociais, discursos e plataformas políticas, movimentos sociais, conselhos de políticas públicas e muitas outras organizações e instituições. Ao fazer referência à participação e à diversidade, expõem-se posicionamentos, opiniões e concepções sobre a cultura, a sociedade, a cidadania, a igualdade, os direitos humanos, a ética e a justiça.

Ao analisar o modelo de gestão empreendido nas Praças CEU à luz da participação e da diversidade, busco refletir como esses dois elementos podem ser tomados como objetos de políticas públicas e, conseqüentemente, objetivos de ação do referido programa, podendo ser percebidos também a partir da forma como os grupos de gestão das Praças operam a participação e expressam a diversidade em sua estrutura, composição e modos de fazer.

Conforme afirma Milanesi (2003), quando o equipamento cultural prioriza em suas

ações a diversidade cultural, a coletividade e o diálogo, isto pode contribuir para a construção de um espaço que possibilite, de fato, que o indivíduo e coletivos vivam experiências significativas e transformadoras tanto no plano individual quanto na relação com o outro. Como espaços constitutivos do entorno, da multiplicidade de práticas que realizam os indivíduos, as Praças CEU se estabelecem como peças arquitetônicas significativas, como lugar de encontro e convivência social, difusor de atividade transversal e promotor da diversidade. Para cumprir o que pretendem, esses equipamentos precisam estar a tal ponto imbricados no território onde estão inseridos que possam envolver, na sua gestão, a participação da comunidade local, tal como ela é, diversa e plural.

Diante do exposto, procuro refletir, neste primeiro capítulo, acerca dos conceitos e abordagens que norteiam as ideias de diversidade cultural e participação social na contemporaneidade, bem como localizá-las nas políticas culturais e gestão pública desenvolvidas no País, sobretudo na esfera federal, promotora do programa Praças CEU, com ênfase a partir de 2003. Na sequência, apresento um panorama histórico dos espaços de cultura, suas características e os diferentes usos que lhes são dados; pondero também a respeito da infraestrutura cultural existente no País, sublinhando a importância das Praças CEU nesse contexto. Por fim, apresento algumas reflexões sobre políticas e gestão de espaços culturais públicos, à luz da diversidade e da participação.

## 1.1 DIVERSIDADE CULTURAL

O entendimento sobre a noção de diversidade cultural, assim como o termo “cultura” também foi sendo reelaborado à medida que as constantes e intensas transformações políticas, sociais, econômicas, culturais e tecnológicas foram acontecendo ao longo da história, em especial no último século. Dessa forma, por certo, a compreensão sobre a acepção de diversidade à época da gestão inaugural de Mário de Andrade não era a mesma que vivenciamos durante a gestão do “reinventor” das políticas culturais, Gilberto Gil.

A diversidade cultural compreende os diversos modos pelos quais indivíduos e coletivos se expressam, se identificam, se diferenciam e se afirmam; e todas as formas de manifestação cultural têm sua importância, sendo um direito universal de todos os humanos, sem qualquer



distinção, criar livremente suas próprias expressões culturais, bem como acessar a outras manifestações e estruturas simbólicas.

Nos dois tópicos a seguir, trato os conceitos e abordagens acerca da diversidade cultural a partir de um breve resgate histórico, e procuro localizá-la na gestão e políticas culturais empreendidas no Brasil nos últimos anos.

### **1.1.1 Conceitos e reflexões sobre Diversidade Cultural**

Do ponto de vista histórico, é possível apontar ao menos quatro momentos emblemáticos que refletiram o desenvolvimento das discussões sobre o conceito de diversidade cultural (OBULJEN, 2005). O primeiro deles é no pós-guerra, em 1946, quando o conceito de cultura estava restrito ao campo da arte, os países eram vistos como entidades unitárias e a ideia de pluralismo estava ligada às diferenças intranacionais. O segundo momento diz respeito ao período da Guerra Fria e à ampliação do conceito de cultura, quando a diversidade passou a ser entendida como identidade. Os outros dois momentos que permitiram o alargamento das compreensões do termo se deram com o início da associação do conceito de cultura e desenvolvimento, o que trouxe alterações no contexto do planejamento de políticas e no campo da pesquisa; e a partir da relação entre cultura e democracia, que fez emergir tensionamentos e provocações por conta da ideia de cultura como direito (COSTA, 2017).

Porém, é a partir dos anos 1990 que o debate sobre diversidade cultural e temas correlatos passa a ser tratado de forma central nas agendas internacional e nacional, nas discussões sobre o desenvolvimento e na formulação de políticas públicas, especialmente na área da cultura. As discussões sobre o tema ganham escala mundial a partir da promoção de diversas reuniões e da publicação de diversos documentos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Criada em 1945, no âmbito do surgimento dos organismos que compõem a Organização das Nações Unidas (ONU), a UNESCO nasceu com o objetivo de se constituir em um sistema permanente de cooperação multilateral para a educação, a ciência e a cultura, tendo como princípio o entendimento de que a constituição de um mundo pacificado não seria possível apenas com acordos econômicos e políticos, mas também com a cooperação entre as nações em outras esferas do campo social. Pautada pela ética de uma cultura de paz, a Unesco lançou, em 1966,

a Declaração dos Princípios de Cooperação Cultural Internacional, inaugurando a prática de estabelecer normas de orientação na área da cultura, através da regulamentação de inúmeros instrumentos jurídicos como as declarações, as recomendações ou convenções (PITOMBO, 2005). Mais recentemente, a Organização incluiu a cultura como um dos dezessete objetivos propostos para transformar o mundo. Na mesma direção, a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável defende que “colocar a cultura no centro das políticas de desenvolvimento constitui um investimento essencial no futuro do mundo e uma pré-condição para processos de globalização bem-sucedidos que levem em consideração o princípio da diversidade cultural” (UNESCO, 2015).

Destacam-se ao menos três documentos referenciais e emblemáticos que expõem os entendimentos da UNESCO sobre diversidade cultural. O primeiro deles, publicado no contexto do Decênio Mundial para a Cultura e o Desenvolvimento (1988-1997), em 1997 e intitulado “Nossa diversidade criadora: Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento”, defende que o papel da cultura deve ser considerado como um fim desejável em si mesmo: o de conferir sentido à nossa existência; o documento também alerta que a cultura não significa apenas um elemento do progresso material, uma vez que ela é a finalidade última do ‘desenvolvimento’ definido como florescimento da existência humana em seu conjunto em todas as formas (CUÉLLAR, 1997, p.32-33). Nesse sentido, a UNESCO alarga ainda mais a fronteira da concepção de cultura ao compreendê-la não somente como um meio que viabiliza o desenvolvimento, mas, sobretudo como sendo seu fim último.

Essa proposição reconhece a centralidade que a cultura ocupa na sociedade no século XXI e evidencia a sua relação intrínseca com o desenvolvimento e como ela permeia e ultrapassa a dimensão política e econômica. A cultura representa o espaço privilegiado de articulação dessas dimensões e também da reprodução das relações sociais. Ao ser concebida como finalidade própria do desenvolvimento, a cultura atua transversalmente nessa interpenetração global, representando o campo em que suas contradições políticas e econômicas são articuladas e ressignificadas (VILUTIS, 2015).

Vale salientar que a compreensão de desenvolvimento concebido nos dias atuais não se restringe apenas à ótica do crescimento e do progresso econômico, mas fundamentalmente na perspectiva do desenvolvimento humano, a partir da sua sustentabilidade ambiental e cultural, que considera indicadores como: qualidade de vida, educação de qualidade, oportunidades de trabalho, biodiversidade, produção e distribuição de bens culturais, liberdade para escolher as

práticas culturais que deseja, participação da vida em comunidade, entre outros. Ou seja, o desenvolvimento passa a ter como função garantir, indiscriminadamente, a qualidade de vida e o bem-estar dos homens e sua relação harmoniosa e sustentável com o meio ambiente – do qual ele faz parte, como mais um componente a integrar a vida no planeta, tal como colocado por Kliksberg:

Junto ao crescimento econômico, surge a necessidade de alcançar o desenvolvimento social, melhorar a equidade, fortalecer a democracia e preservar os equilíbrios do meio ambiente. O Consenso dos Presidentes da América, em Santiago (1998), refletiu esta ordem de preocupações, incluindo, em seu plano de ação, pontos que excedem as abordagens convencionais como, entre outros: a ênfase na promoção da educação, a preservação e aprofundamento da democracia, a justiça e os direitos humanos, a luta contra a pobreza e a discriminação, o fortalecimento dos mercados financeiros e a cooperação regional em assuntos ambientais (2003, p. 110).

O segundo documento é a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, de 2001, que proclama a data de 21 de maio como o Dia Mundial da Diversidade Cultural para o diálogo e o desenvolvimento. Sem poder jurídico, o referido documento é um compromisso moral ou político que une os estados com base no princípio da boa-fé.

Composta por 12 Artigos, a Declaração compreende a diversidade cultural como um patrimônio comum da humanidade, que deve ser reconhecido e consolidado em benefício das gerações presentes e futuras. Para a Organização, a diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades; assim, cabe às nações implementar políticas que favoreçam a inclusão e a participação de todos os cidadãos, refletindo o pluralismo cultural e fortalecendo a coesão social e a vitalidade da sociedade civil. O documento considera que o respeito à diversidade cultural não é só um direito, mas também uma condição indispensável das políticas desenhadas para promover o diálogo entre os povos (UNESCO, 2002).

No Artigo quinto da Declaração, a UNESCO recupera um documento basilar para a humanidade, que é a Declaração Universal de Direitos Humanos, promulgada em 1948 pelas Nações Unidas<sup>7</sup>, reconhecendo os direitos culturais enquanto parte integrante dos direitos humanos e defende que o “desenvolvimento de uma diversidade criativa” exige uma plena realização desses direitos – o que envolve a garantia de que “toda pessoa deve poder participar na vida cultural que escolha e exercer suas próprias práticas culturais, dentro dos limites que impõe

---

<sup>7</sup> Cf. DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://brasil.un.org>. Acessado em: 19 de dezembro de 2020.

o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais” (2002, p. 3).

O documento propõe também, em seu 11º Artigo, o estabelecimento de parcerias entre o setor público, o setor privado e a sociedade civil, no que diz respeito à elaboração de políticas públicas que promovam e protejam a diversidade cultural com vistas a um desenvolvimento humano sustentável, uma vez que “as forças do mercado, por si sós”, não seriam capazes de garantir esse acolhimento e preservação (2002, p. 4). A defesa da diversidade cultural seria “um imperativo ético, inseparável do respeito à dignidade humana” (2002, p. 3).

O terceiro documento é a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, adotada em 2005, após um processo acirrado de discussões que opuseram dois blocos de nações nas rodadas de negociação travadas dentro da UNESCO.

As disputas em torno da aprovação do texto da Convenção foram geradas porque um grupo de países, capitaneado pelo Brasil, França e Canadá, defendia a exclusão da cultura das regras do comércio internacional, sinalizando que as atividades, bens e serviços culturais não devem ser tratados como se tivessem valor exclusivamente comercial, permitindo, assim, que os países tomem as medidas que considerem apropriadas para proteger seu patrimônio cultural. A delegação brasileira na Conferência, tendo à frente o Ministério da Cultura, à época gerido por Gilberto Gil, e o Ministério das Relações Exteriores, teve um papel importante nas articulações para a aprovação do instrumento. A proposta foi aprovada por maioria na sessão plenária da 33ª Conferência Geral da UNESCO<sup>8</sup>, apesar da forte pressão imposta pelo grupo opositor, liderado pelos Estados Unidos da América (EUA) e por Israel (KAUARK, 2017).

O pano de fundo da Convenção para a diversidade cultural é originado em divergências comerciais entre França e EUA no que se refere à importação e exportação de filmes. O mercado audiovisual, segundo mais rentável dos EUA (atrás apenas do mercado bélico), é considerado um veículo de conformação do imaginário humano, configurando-se como importante instrumento de dominação *soft power*. Os franceses detiveram a liderança desse mercado até a Primeira Guerra Mundial, quando, com a crise econômica que assolou toda a Europa, foram ultrapassados pela produção estadunidense, a partir da consolidação de Hollywood como grande exportadora de filmes e disseminadora do que viria a ser conhecido como *american way of life*. Segundo Kauark, a “Convenção foi, assim, pensada a partir da preocupação com a pressão do fenômeno de globalização sobre as identidades culturais, com seus mercados internacionais de vertente uniformizante e massificadora” (2008, p. 2).

---

<sup>8</sup> A Convenção foi aprovada por 148 países, tendo dois votos contrários (Estados Unidos da América e Israel) e quatro abstenções (Austrália, Nicarágua, Honduras, Libéria).

Diferentemente dos instrumentos anteriores, a convenção é um tratado, que supõe uma vontade comum de suas partes e cria compromissos jurídicos obrigatórios. Composto por 35 Artigos, o documento deu à cultura *status* de “exceção”, liberando as diversas “expressões culturais” das regras que regem o comércio internacional e autorizando os Estados a desenvolverem políticas públicas de proteção aos seus produtos culturais. Nesse contexto, o documento se refere à Diversidade Cultural como a

multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram sua expressão. Tais expressões são transmitidas entre e dentro dos grupos e sociedades. A diversidade cultural se manifesta não apenas nas variadas formas pelas quais se expressa, se enriquece e se transmite o patrimônio cultural da humanidade mediante a variedade das expressões culturais, mas também através dos diversos modos de criação, produção, difusão, distribuição e fruição das expressões culturais, quaisquer que sejam os meios e tecnologias empregados (UNESCO, 2005, p. 4).

Os países signatários da Convenção são instruídos a apresentar relatórios quadrienais (RQPs) à UNESCO, com informações sobre as medidas adotadas para proteger e promover a diversidade de expressões culturais em seus respectivos territórios e fora deles, conforme consta no Artigo 9 do documento. O Brasil, que ratificou a Convenção no final de 2006, já apresentou dois relatórios, em 2012 e em 2016 – o primeiro referente às ações desenvolvidas pelo País entre os anos de 2008 e 2011 e o segundo com as informações relativas ao período de 2012 a 2015. O terceiro relatório, referente ao quadriênio 2016-2019, deveria ter sido apresentado à UNESCO em 2020, porém ainda não consta no site da Convenção, que compila todos os RQPs dos 150 Estados signatários<sup>9</sup>.

Esses três documentos referenciais e basilares consolidaram a UNESCO como principal referência mundial em torno do tema, mas também a colocaram como alvo de críticas aos conceitos que ela defende sobre diversidade cultural, sobretudo em relação ao evidente esvaziamento dos conflitos que envolvem o tema. Para Bernard, “é como se essa ideia tivesse receio de assumir a conflitualidade intrínseca ao movimento da diversidade cultural – o reconhecimento de que essa diversidade só se desenvolve pelo conflito” (2005, p. 77).

Na acepção da UNESCO, a diversidade é atravessada pela questão da tolerância e do apaziguamento dos conflitos, em que as hierarquias hegemônicas e as diferenças estruturais são pouco ou quase nada questionadas. As autoras Rodrigues e Abramowicz (2013, p. 17) alertam

---

<sup>9</sup> Cf. <https://en.unesco.org/creativity/governance/periodic-reports#views-aggregator-datatable>. Acessado em: 29 dez. 2020.

para o fato de que a popularização do termo e seu uso, por vezes impreciso e descuidado, restringem a diversidade ao simples elogio às diferenças e pluralidades, “tornando-a uma armadilha conceitual e uma estratégia política de esvaziamento e/ou apaziguamento das diferenças e das desigualdades”.

Além disso, a diversidade é a palavra-chave da possibilidade de ampliar o campo do capital, que penetra cada vez mais em subjetividades antes intactas. Vendem-se produtos para as diferenças e, nesse sentido, é preciso incentivá-las. Ou seja, a diversidade foi entendida como uma forma de governo exercido pela política pública no campo da cultura, como uma estratégia de apaziguamento das desigualdades e de esvaziamento do campo da diferença, tendo como função borrar as identidades e quebrar as hegemonias (RODRIGUES; ABRAMOWICZ, 2013, p. 18).

Nesse sentido, Barros (2008) ressalta que a diversidade não se constitui como um mosaico harmonioso, mas um conjunto de opostos, divergentes e contraditórios. A diversidade cultural é cultural e não natural, ou seja, ela resulta das trocas entre os sujeitos, grupos sociais e instituições a partir das diferenças, mas também das desigualdades, tensões e conflitos (BARROS, 2008, p.18). Reconhecer esse tensionamento, que é intrínseco à diversidade, é fundamental para compreendê-la nas suas ambiguidades e renunciar à ideia ingênua de acreditar na existência de uma “diversidade necessariamente boa” (BERNARD, 2003).

Para Bernard (2003; 2005), a diversidade cultural pode ser definida em cinco palavras, a saber: 1. Diverso, e não simplesmente múltiplo, diferente ou plural; 2. Cultural, com o intuito de não confundir com a biodiversidade, que diz respeito à natureza; 3. Dinâmica, porque as culturas não são estáticas ou rígidas; 4. Resposta, porque ela deve ser uma resposta política, social, educativa e econômica; e, 5. Projeto, primeiramente um projeto teórico, para defini-la, em seguida um projeto jurídico, para garanti-la, e, enfim, um projeto de natureza especialmente política, pois se dá a partir do reconhecimento das diferenças e do campo permanente de lutas.

A diversidade cultural se apresenta atualmente como um objeto de disputa não somente conceitual, mas, sobretudo, política. Os tensionamentos que envolvem a diversidade se dão tanto no contexto interno dos países – compostos, em geral e em maior ou menor medida, por expressões e manifestações culturais heterogêneas –, quanto no contexto global das trocas de bens e serviços culturais. Seja para uma ou outra abordagem, é preciso atuar por meio de políticas públicas e acordos multilaterais, elaboradas a partir de um diálogo estreito com as sociedades, que reconheçam e garantam a proteção e promoção da diversidade cultural nos contextos

intranacional e internacional (SERFERT, 2007). Tendo como premissa, conforme assinala Barros (2009), a ideia de que as diferenças existem e sempre irão existir, pois são inerentes à condição humana, a nossa decisão consiste na forma como trataremos as diferenças, pois disso depende se produziremos diversidade ou desigualdade. Para o autor, “a diversidade cultural, tanto no interior de cada sociedade quanto nas diferentes e distantes realidades, configura-se como a mais radical expressão da singularidade humana” (BARROS, 2009, p. 34) e para tanto devemos protegê-la e promovê-la.

No próximo bloco traço uma breve análise de como a diversidade cultural é tratada enquanto objeto de políticas culturais e gestões públicas no Brasil, sobretudo na esfera federal, com ênfase a partir da gestão Gilberto Gil, em 2003.

### **1.1.2 A diversidade na gestão e nas políticas públicas de cultura**

A diversidade cultural passa a ser objeto de atenção das políticas culturais brasileiras de forma mais consistente e palpável a partir dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff (PT), de 2003 a 2016, tendo à frente a atuação do Ministério da Cultura, que apostou em políticas que buscaram valorizar e reconhecer a pluralidade cultural do País. Segundo Barbalho (2007), a gestão cultural desse período se contrapôs ao projeto de integração do Estado-nacional brasileiro através da cultura, iniciado pelo Governo Vargas, nos anos 1930, e que ganhou novos contornos com os governos militares após o golpe de 1964. Ele assinala que

a diversidade não se torna uma síntese, como no recurso à mestiçagem durante a era Vargas e na lógica integradora dos governos militares, nem se reduz à diversidade de ofertas em um mercado cultural globalizado. A preocupação da gestão Gilberto Gil está em revelar os brasis, trabalhar com as múltiplas manifestações culturais, em suas variadas matrizes étnicas, religiosas, de gênero, regionais etc. (BARBALHO, 2007, p. 13-14).

No esforço de desconstruir a ideia de uma identidade nacional homogênea, as gestões petistas ampliaram sobremaneira o número de iniciativas voltadas à promoção da diversidade de expressões culturais existentes no País, especialmente se comparadas às gestões imediatamente anterior e posterior.

Antecessor de Gilberto Gil (2003-2008), Francisco Weffort, que esteve à frente da pasta de 1996 a 2002, nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998/1999-2002) tem

como principais contribuições para o campo o modelo do Estado mínimo, influenciado pelo discurso neoliberal em voga no mundo ocidental naquele momento, e a ideia da cultura como um “bom negócio”. Esse período foi marcado pela supremacia das políticas de isenção fiscal sobre qualquer outra iniciativa, em que era relegada aos departamentos de marketing das empresas a decisão final do que seria financiado ou não em termos de produção cultural no País, o que contribuiu para concentrações de recursos e distorções perversas sentidas e mal resolvidas ainda hoje.

No que diz respeito às gestões que sucederam o período petista, Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022), percebe-se uma crescente paralisia do governo na área da cultura, o que pode ser simbolizado na destituição do Ministério, em 2019, que passa a ser uma secretaria especial vinculada, primeiramente, ao Ministério da Cidadania e em seguida à pasta do Turismo. O período é marcado pelo enfraquecimento ou interrupção de programas e projetos, não havendo necessariamente propostas consistentes para substituí-los ou reformulá-los ou ainda novas proposições com a mesma envergadura. Fora isso, em relação à gestão atual, não há clareza sobre qual o plano de governo para o setor, além das omissões e descontinuidades impostas. O governo demonstra, reiteradamente, uma postura contra a cultura e a arte, sobretudo no que diz respeito às dimensões e abordagens mais abstratas, reflexivas e contra hegemônicas que lhes são inerentes.

Diante disso, considerando o período recente do País, pós-redemocratização, as políticas culturais existentes no plano federal que tomam a diversidade como objeto central ou a tangenciam foram implementadas nas gestões petistas. Essa intenção estava explícita tanto nos discursos e documentos referenciais do MinC quanto no desenho da estrutura institucional do ministério no período. O emblemático discurso de posse<sup>10</sup> de Gilberto Gil no Ministério da Cultura, documento que expressa não só as intenções do recém-empossado gestor para as ações que se pretendiam implementar como também todo o arcabouço teórico e experimental que as embasou, aponta, entre outras coisas, para a importância de centralizar a diversidade cultural, os saberes e fazeres da população, na pauta do ministério.

Cultura como tudo aquilo que, no uso de qualquer coisa, se manifesta para além do mero valor de uso. Cultura como aquilo que, em cada objeto que produzimos, transcende o meramente técnico. Cultura como usina de símbolos de um povo. Cultura como conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação. Cultura como o sentido de nossos atos, a soma de nossos gestos, o

---

<sup>10</sup> Cf. GIL, Gilberto. Discurso de posse do então ministro Gilberto Gil. A íntegra do discurso pode ser conferida no site da *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44344.shtml>. Acessado em: 6 jan. 2020.



senso de nossos jeitos. (...) O Ministério deve ser como uma luz que revela, no passado e no presente, as coisas e os signos que fizeram e fazem, do Brasil, o Brasil. Assim, o selo da cultura, o foco da cultura, será colocado em todos os aspectos que a revelem e expressem, para que possamos tecer o fio que os unem (GIL, 2003, s.p.).

Nesse contexto, foi criada, em 2003, a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural (SID), instituída oficialmente com o Decreto nº 5.036, de 7 de abril de 2004, que estabelece em seu Artigo 11 as seguintes competências:

I - promover e apoiar as atividades de incentivo à diversidade e ao intercâmbio cultural como meios de promoção da cidadania, a cargo do Ministério; II - acompanhar, em conjunto com a Secretaria de Articulação Institucional da Cultura, a implementação dos fóruns de política cultural, responsáveis pela articulação entre o Ministério e a comunidade cultural; e III - subsidiar a Secretaria de Políticas Culturais no processo de formulação das políticas públicas da área cultural relacionadas com a promoção da diversidade e do intercâmbio cultural e a proteção dos direitos autorais (BRASIL/CASA CIVIL, 2004).

Segundo documentos institucionais do MinC, a SID se coloca como parte integrante das ações do governo para a dimensão cidadã da cultura, uma vez que afirma desenvolver suas políticas em parceria com a sociedade civil organizada, em articulação com lideranças e entidades representativas, por meio da constituição de grupos de trabalho, colegiados, fóruns, oficinas temáticas, seminários e congressos (MINC, 2010a). Estavam no alvo da SID ações voltadas às culturas populares, indígenas, ciganas, rurais, juventudes, LGBT, entre outras. Assim, o Ministério, por meio de sua Secretaria, incorporou, além da discussão sobre as políticas de proteção e promoção à diversidade, a ideia de cidadania como um dos elementos centrais de sua atuação.

O conceito de cidadania, assim como o de cultura, percorreu contextos e definições variadas ao longo da história. Originária do latim *civitas*, a palavra “cidadania” estava relacionada à ideia de cidade, de pertencimento do homem a uma cidade, como partícipe da vida pública. No entanto, a palavra nem sempre esteve ligada à noção de igualdade entre todos como percebemos nos dias de hoje, visto que seu sentido já teve caráter restritivo, excluindo, por exemplo, mulheres, escravos e estrangeiros.

A tradição contratualista, nos séculos XVII e XVIII, imprime à cidadania a ideia de contrato firmado entre os cidadãos e o Estado, emblemática na obra ‘O contrato social’, de Jean-Jacques Rousseau. Esta noção viria a ser contrastada com a noção de direitos dos homens, abarcando também a concepção de

jusnaturalismo, que concebia o direito como algo natural, vista como leis superiores e não impostas pela relação com o Estado, tal qual dito, posteriormente na Declaração Francesa de 1789, que coloca os homens como livres e iguais em seus direitos desde o nascimento (BOTELHO; SCHWARCZ, 2012 *apud* CORREIA, 2013, p. 55).

A compreensão atual, inscrita juridicamente, inclusive, dá conta que cidadão é o indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado. Em um conceito mais amplo, cidadania vai além, pois ser cidadão significa também tomar parte da vida em sociedade, tendo uma participação ativa no que diz respeito às demandas da comunidade.

A ampliação dos significados e sentidos da cidadania foi fortemente influenciada pelas crescentes lutas e movimentos sociais que levaram à percepção de novos direitos individuais e coletivos. Nesse contexto, o MinC buscou institucionalizar políticas que vislumbrassem a diversidade cultural enquanto direito e parte fundamental da cidadania.

Com o intuito de empreender políticas de defesa e promoção da diversidade cultural brasileira, com foco nos segmentos culturais socialmente deslegitimados e historicamente excluídos das políticas culturais, a SID se destacou, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, na arena internacional dos debates sobre diversidade cultural promovidos no âmbito da UNESCO. O empenho garantiu ao Brasil um papel estratégico na promulgação da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, em 2005, conforme já relatado no tópico anterior.

Signatário da Convenção desde 2007, o Brasil apresenta relatórios à UNESCO, a cada quatro anos – conforme exigido a todos os Estados que ratificaram o instrumento –, descrevendo as políticas e medidas voltadas à promoção e proteção da diversidade cultural. Como dito anteriormente, até a presente data foram entregues dois relatórios, em 2012 e em 2016, elaborados pelo Ministério da Cultura e representantes de organizações da sociedade civil, a exemplo dos órgãos consultivos do MINC, Conselho Nacional de Política Cultural e Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, além do Observatório da Diversidade Cultural (ODC) e da Coalizão Brasileira pela Diversidade Cultural (KAUARK, 2017).

Em relação ao quadriênio 2008 a 2011, foram listadas no relatório oito políticas culturais: Programa Cultura Viva; Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC); Programa Brasil, Som e Imagem; Programa Brasil Plural; Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura; Programa de Produção e Difusão Cultural; Política Nacional do Cinema; e Programa Cultura Afro-Brasileira. No que diz respeito ao período correspondente a 2012-2015, foram sete políticas, a saber: Programa Cultura Viva; Programa Nacional de Apoio à Cultura

(PRONAC); Programa Brasil de Todas as Telas; Política de Cotas para Cinema e Televisão; Observatórios da Economia Criativa; Política de Direitos Autorais; e Programa de Cultura do Trabalhador – Vale cultura (UNESCO, 2012; 2016).

Das políticas e medidas apontadas pelo governo brasileiro, duas delas se repetem nos dois relatórios: o Programa Cultura Viva, também conhecido como Pontos de Cultura, e o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), chamado de Lei Rouanet<sup>11</sup>.

Exemplo emblemático de política para a diversidade cultural, o Programa Cultura Viva apoia e estimula, com recurso público federal, uma diversidade de iniciativas que atuam com diferentes manifestações culturais, de variadas origens étnicas, territoriais e socioeconômicas. Criado em 2004, o programa viria a se tornar a lei nº 13.018 dez anos depois, em 2014, e ganhar repercussão internacional, a ponto de ser replicado por outros países da América Latina.

O Cultura Viva foi uma das políticas culturais de maior capilaridade e visibilidade do Ministério da Cultura, potencializando ações e atividades culturais de livre iniciativa realizadas pela sociedade civil, ou seja, a partir da demanda espontânea da sociedade, sem determinar linguagem, segmento ou formato dos projetos apoiados. Dessa maneira, diferentes atores sociais (indivíduos, coletivos, instituições e organizações) puderam acessar recursos públicos para dinamizar suas iniciativas, ações e projetos como acharam mais oportuno, dentro, claro, das limitações legais impostas. Além disso, o programa contribuiu para amenizar as lacunas causadas pela ausência de equipamentos culturais por todo o território nacional, em especial nas cidades médias e pequenas, além das periferias das grandes cidades.

Ao estabelecer como objetivo proporcionar as condições materiais e institucionais para o exercício dos direitos culturais dos brasileiros de todas as localidades do País, o Programa Cultura Viva tornou-se uma política cultural de referência e um modelo inovador de gestão para a diversidade cultural brasileira. O programa ousou trazer diferentes sujeitos para participar das políticas culturais e não somente ter o direito aos meios de produção, fruição e divulgação da cultura (CHAUÍ, 2006).

Vale contextualizar que o programa, assim como outras iniciativas da pasta, enfrentou entraves burocráticos e a falta de habilidade de alguns gestores públicos no trato com as especificidades do campo artístico e cultural, além da pouca compreensão dos realizadores com as

---

<sup>11</sup> A lei brasileira de incentivos fiscais ficou conhecida como Lei Rouanet, em homenagem ao secretário de cultura da gestão do presidente Fernando Collor de Melo (1990-1992), que foi responsável por sua criação, Sérgio Paulo Rouanet, que viria a substituir a Lei Sarney, considerada a primeira lei de incentivo à cultura por meio de isenção fiscal. Atualmente, foi denominada como Lei de Incentivo à Cultura. Cf. AGÊNCIA SENADO. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/12/20/lei-sarney-foi-pioneira-no-incentivo-a-cultura>. Acesso em: 29 dez.2020.

legislações e regramentos que estabelecem a utilização e prestação de contas de recursos públicos (LACERDA, 2014).

O Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído através da Lei nº 8313 de 1991, também aparece nos relatórios de 2012 e 2016. O programa tem como principal objetivo fomentar a produção cultural por meio de financiamento de projetos, através de três mecanismos de apoio: Fundos de Investimento Cultural e Artístico (FICART), Fundo Nacional da Cultura (FNC) e Incentivo Fiscal.

Embora uma das funções do programa seja promover a difusão da cultura brasileira e a diversidade regional, segundo informações contidas no site da Secretaria Especial da Cultura (Secult)<sup>12</sup>, é justamente nesses pontos que se encontram a sua fragilidade, tanto que, de acordo com as informações descritas nos RQPs, a forte concentração do investimento na região sudeste brasileira é apontada como o principal desafio do programa e que reformulações dos mecanismos foram propostas e se encontra em tramitação no Congresso Nacional.

Tanto o Cultura Viva quanto o PRONAC não eram políticas desenvolvidas diretamente pela SID, mas por outras Secretarias do MinC. Talvez a iniciativa de maior envergadura da SID, depois das conquistas no âmbito das negociações da Convenção de 2005, seja o programa Brasil Plural, que tinha por objetivo garantir a inclusão de grupos e redes de agentes culturais responsáveis pelas manifestações características da diversidade brasileira, permitindo acesso aos mecanismos de apoio e fomento à cultura. Foram lançados ao todo 18 editais e prêmios entre os anos de 2005 e 2010, totalizando R\$ 22.592.040,66 investidos em 563 propostas contempladas, conforme relatório de gestão da Secretaria (SID, 2010). Os segmentos culturais atendidos pelo programa (culturas populares, culturas indígenas, culturas ciganas, LGBT, juventudes, pessoas com sofrimentos psíquicos e idosos) sempre estiveram fora do radar das políticas culturais brasileiras, o que atesta o caráter inovador dessa política pública. Entretanto, é importante sublinhar que o programa era focado quase exclusivamente no financiamento, negligenciando outras dimensões, como por exemplo, o intercâmbio e as redes de colaboração entre os agentes proponentes, o que fragiliza os impactos da proposta (BARROS; KAUARK, 2015).

Ainda considerando as políticas e medidas para a diversidade relatadas à UNESCO, apesar do programa Praças CEU não figurar nos relatórios, vale destacar que, no ano de 2018,

---

<sup>12</sup> Cf. Site oficial da Secretaria Nacional de Cultura: <<http://cultura.gov.br/apoio-a-projetos/>>. Acessado em: 29 dez. de 2020.

o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)<sup>13</sup> teve um projeto centrado nas Praças CEU de quatro cidades brasileiras aprovado e financiado pelo Fundo Internacional para a Diversidade Cultural (IFCD). Mantido pela UNESCO, o Fundo conta com recursos de doadores, foi estabelecido de acordo com o Artigo 18 da Convenção de 2005 e tem por objetivo promover o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza nos países em desenvolvimento que são Partes da Convenção.

O projeto em questão, denominado Fortalecendo Redes Culturais<sup>14</sup>, teve como objetivo mapear e capacitar agentes culturais nas Praças CEU, com foco na economia da cultura e no fortalecimento de redes e cadeias locais da cultura. O projeto foi realizado nas Praças das cidades Embu das Artes (SP), Toledo (PR), Macapá (AP) e Serra Talhada (PE).

Nesse breve panorama das políticas e gestões culturais empreendidas no âmbito federal durante determinado período da história recente do País, é possível perceber como a diversidade cultural assumiu uma importância nunca antes alcançada em outros governos, traduzida em iniciativas desenvolvidas especificamente para tal ou tomada de forma transversal. No entanto, cabe destacar a fragilidade institucional não apenas de algumas dessas iniciativas, mas, sobretudo, do próprio ministério; elas não sobreviveram à transição de gestão, seja para governos, teoricamente, de continuidade, tampouco para a alternância de poder para o adversário político. É preciso reconhecer ainda que muitas das políticas e programas que tratavam a diversidade como princípio pouco ousavam no sentido de provocar transformações mais estruturantes e duradouras.

As próximas subseções se dedicam à segunda chave conceitual desta investigação: a participação social. Discuto algumas abordagens e reflexões a respeito do tema e investigo como a participação está posta na gestão e políticas culturais brasileiras.

## 1.2 PARTICIPAÇÃO SOCIAL

---

<sup>13</sup> O Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) foi criado em 1969 por um grupo de professores de diferentes áreas e que haviam sido afastados das universidades pela ditadura militar, para ser um espaço de produção de conhecimento crítico e independente no Brasil. O foco do Cebrap é a análise da realidade brasileira, com um estilo de trabalho que enfatiza a comparação e combina a especialização e a interdisciplinaridade, em diálogo constante entre as diferentes perspectivas teóricas e metodológicas das áreas de origem de seus pesquisadores: sociologia, política, demografia, direito, filosofia, história, antropologia, economia e geografia. Cf. CEBRAP. Disponível em: <https://cebrap.org.br/institucional>. Acessado em: 29 dez. 2020.

<sup>14</sup> Cf. CEBRAP. Fortalecendo redes culturais. Disponível em: <https://cebrap.org.br/pesquisas/fortalecendo-redes-culturais>. Acessado em: 29 dez. 2020.

A centralidade da cultura e suas diversas dimensões, com vimos, é um tema presente nas discussões em todo o mundo contemporâneo, o que ganhou força no pós-guerra, na década de 1950, e consolidou-se na agenda internacional a partir de organismos multinacionais. Esse contexto tornou evidente a relação entre diversidade cultural, desenvolvimento e democracia. O mundo cada vez mais globalizado fez emergir a questão das diferenças, apontando para a necessidade de formulação de políticas públicas democráticas e que representem a diversidade da sociedade. Essa diversidade deve estar representada em todas as esferas e dimensões, e, para tanto, a participação social é fundamental nesse processo.

No Brasil, observa-se que a sociedade civil esteve apartada dos processos decisórios sobre estratégias e ações no campo da cultura em quase todos os principais momentos da trajetória das políticas culturais brasileiras, conforme descrito na introdução deste capítulo. É contemporânea a compreensão de que uma política pública deve ser elaborada a partir de um debate crítico com a sociedade civil, envolvendo o maior número possível de agentes e atores sociais, e não um movimento estabelecido unicamente pelo Estado, que determina por si só o que será colocado em ação, quais práticas culturais deverão ser exercidas e consumidas pela população, ou, ainda, como será o atendimento dos interesses das diversas expressões culturais existentes no país (CALABRE, 2009).

De Mário de Andrade a Gilberto Gil, é possível ver, portanto, mudanças significativas no que se refere à ideia de participação social nas políticas públicas de cultura, assim como assinalei anteriormente em relação aos conceitos de cultura e diversidade cultural. Nos tópicos a seguir, discorro sobre algumas abordagens e reflexões acerca da participação social na democracia brasileira e procuro localizar experiências na gestão e políticas públicas de cultura.

### **1.2.1 Algumas abordagens e reflexões acerca da participação social**

No Brasil, os movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, que atuaram fortemente no processo de redemocratização do País, foram essenciais para posicionar no centro da agenda nacional a pauta da participação social na elaboração de políticas públicas. As bases para a prática dessa participação estão alicerçadas e garantidas pela Constituição Federal promulgada

em 1988. Desde então, a democracia brasileira vem colecionando inúmeras iniciativas que envolvem a participação da sociedade civil organizada em espaços de decisão, seja consultivo ou deliberativo, junto à administração pública. Entre elas, é possível citar, por exemplo, os conselhos e as conferências (saúde, educação, cultura etc.) nos três níveis da federação; plebiscitos, referendos e projetos de lei de iniciativa popular; audiência pública e orçamento participativo; formas de economia solidária; e uma diversidade de outros tipos de interação entre a sociedade e o Estado.

A maior interação entre a sociedade civil organizada e o Estado, no que diz respeito à formulação, implementação e ao acompanhamento de políticas públicas tem provocado transformações significativas no País nas últimas décadas, sobretudo porque o envolvimento de atores sociais de diversos extratos da sociedade pode contribuir para pluralizar as agendas, com base em demandas essenciais dos grupos não-hegemônicos. A partir dessa participação, os movimentos sociais têm a oportunidade de disputar suas agendas de prioridades em melhores condições em relação a outros setores majoritários ou economicamente mais prósperos.

Entretanto, para alguns estudiosos, os mecanismos criados para estimular e congregar a participação social “simulam ‘catedrais sem fiéis’: espaços de participação que não encontram resposta em cidadãos ativos, capazes de extrair todas as possibilidades da nova institucionalidade democrática” (ROCHA, 2011, p. 171). Outros, tão céticos quanto, apontam ainda que muitos daqueles oriundos dos movimentos sociais ou grupos ativistas, quando integrados ao Estado, seja parcial ou diretamente por meio de nomeação a cargos comissionados, por exemplo, tendem a perder a sua capacidade crítica, habilidade de inserir novas demandas na agenda ou encontrar novas soluções (SINTOMER, 2014, p. 9).

A despeito das críticas que se possa fazer a esse modelo, é fato que as demandas da sociedade se multiplicaram e se tornaram mais complexas e segmentadas. As pautas em disputa na arena política são muitas e os representantes não conseguem dar respostas às necessidades e interesses específicos que emergiram nas últimas décadas a partir de inúmeras lutas da sociedade por acesso aos direitos sociais e à cidadania. Observa-se uma crescente organização da sociedade civil em torno de infinitas questões (novos modos de estar e viver no mundo, no que se refere a meio ambiente e recursos naturais, alimentação, sexualidade e gênero; multiplicam-se questões relacionadas às vivências de grupos marginalizados – mulheres, negros, LGBTQIA+, crianças, idosos, pessoas com deficiência, pessoas em situação de refúgio, entre tantos outros) e a democracia representativa, pautada em partidos políticos e processo eleitoral, parece

não ser mais suficiente para as complexidades contemporâneas. Nesse sentido, a busca por participar dos processos de decisão da gestão pública é, também, luta por melhores condições de vida e pelos benefícios da civilização (GOHN, 2011, p. 16) e aponta para o fato de que a articulação entre democracia representativa e democracia participativa parece mais promissora na defesa de interesses de identidades subalternas (SANTOS, 2002).

Em citação a Habermas, Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer pontuam que “a esfera pública constitui um local no qual os indivíduos – mulheres, negros, trabalhadores, minorias raciais – podem problematizar em público uma condição de desigualdade da esfera privada” (2002, p. 52). Dessa forma, entende-se que a ampliação da democracia depende da participação dos segmentos sociais na esfera pública. A política torna-se, assim, mais plural quando conta com o acolhimento desses atores em processos de discussão e deliberação.

É a partir desse cenário que começa a se forjar o conceito de democracia participativa, como resposta à crise do modelo representativo, tendo características da forma semidireta, uma vez que não desconsidera seus representantes, mas aproxima-o de seus representados e suas agendas. A democracia participativa exige articulação entre os cidadãos e impõe a necessidade de maior senso de coletividade (MEDEIROS, 2014), além do entendimento de que a participação é partilha de poder e fruto de um processo educativo-pedagógico (MORONI, 2005).

Participação, antes de tudo, é a partilha do poder e o reconhecimento do direito a intervir de maneira permanente das decisões políticas (dimensão política). É também a maneira através da qual as aspirações e as necessidades dos diferentes segmentos da população podem ser expressas no espaço público de forma democrática, estando associada ao modo como esses ‘grupos’ se percebem como cidadãos e cidadãs. A participação é um processo educativo-pedagógico. Expressar desejos e necessidades, construir argumentos, formular propostas, ouvir outros pontos de vista, reagir, debater e chegar ao consenso são atitudes que transformam todos aqueles que integram processos participativos (MORONI, 2005, p. 4).

Há de se destacar, no entanto, que o estímulo à participação social na gestão pública não é uma tarefa fácil. Afinal, como é possível “promover a democratização das políticas públicas via participação da sociedade em espaços de escassa infraestrutura cívica e cidadã?” (SOUZA, 2001, p. 46-47). O Brasil tem uma histórica deficiência na educação de cunho cidadã e de apreço ao bem público, e passou por longos períodos ditatoriais e totalitários no último século, como o Estado Novo, de 1937 a 1945, e a Ditadura Militar, de 1964 a 1985; passou pela violação de direitos fundamentais como a liberdade de expressão e o exercício da política. E apenas trinta anos após a segunda redemocratização (em 1985), o País voltou a sofrer um novo golpe em sua



democracia, com o *impeachment* “comprado” pelos opositores da presidenta Dilma Rousseff. Adicionado a tudo isso, ainda temos mais de três séculos de escravidão, período em que foi negada à população negra a dignidade humana (direitos sociais, políticos, culturais, econômicos etc.) e que apresenta nitidamente suas consequências nefastas até hoje.

Porém, é preciso frisar que a crise da democracia contemporânea envolve fatores que vão além da representação e da apatia política. O filósofo político Norberto Bobbio (2000) assinala ao menos outros três elementos que dificultam a concretização de projetos democráticos na contemporaneidade, entre os quais estão 1. a especialidade, que se refere à exigência de especialistas para cada demanda técnica, o que impossibilita que o cidadão comum possa encontrar sozinho a solução para o problema; 2. a burocracia, que é ordenada hierarquicamente de cima para baixo, em contraposição ao que se prevê para uma gestão participativa, que preza por mais horizontalidade; e 3. a lentidão do processo, fruto da própria dinâmica da democratização e emancipação social que fez aumentar a quantidade de demandas direcionadas ao Estado que, por sua vez, impossibilitado de suprir a todos, termina por gerar descontentamentos.

Apesar da crise da democracia contemporânea, esse regime político ainda demonstra ser o mais seguro na garantia à proteção dos direitos humanos fundamentais, como as liberdades de expressão, de religião, a proteção legal e as oportunidades de participação na vida política, econômica e cultural da sociedade. Por isso mesmo, aumenta ainda mais a importância da participação da sociedade civil em torno de um projeto de consolidação do Estado Democrático de Direito.

Na bibliografia existente sobre participação, são diversos os estudos que buscaram categorizar os níveis da participação da sociedade em torno de temas de interesse público e coletivo (BORDENAVE, 1983; TORO E WERNECK, 1996; DEMO, 1988; PATEMAN, 1992; MAGAGNIN, 2008; BOBBIO *et al.*, 1986). Uma das referências fundamentais nos estudos sobre o tema, Bobbio (*et al.*, 1986) considera três formas de participação: presença, ativação e participação. A primeira, denominada com o termo presença, significa o menor grau ou como sendo a menos intensa, caracterizada por um comportamento passivo e receptivo das pessoas. A segunda forma de participação é chamada de ativação, que corresponde ao envolvimento e a atividades que o sujeito desenvolve por conta própria ou por delegação. Por último, a participação refere-se a situações em que os sujeitos contribuem de forma direta ou indiretamente para uma decisão política. O autor alerta que a participação de forma direta só pode ser dada em contextos políticos muito restritos; na maioria dos casos a contribuição é indireta e se expressa na escolha do dirigente, isto é, do pessoal investido de poder por certo período de tempo para analisar as alternativas

e tomar decisões que vinculem toda sociedade (BOBBIO *et al.*, 1986, p. 889).

Outra observação considerada importante são os fatos que condicionam a participação. Para Bobbio (1986), configuram-se como fatores condicionantes as oportunidades, as estruturas ou as ocasiões de participação, ou seja, o contexto e circunstâncias em que o indivíduo e a sociedade se encontram. Ele ressalta ainda que as estruturas podem variar de acordo com o regime político existente e que a forma mais intensa de participação está intimamente ligada aos sistemas democráticos, principalmente quando há iniciativas de estímulo político.

Por outro lado, a autora Renata Magagnin (2008, p. 21), a partir de conceitos de Jules Pretty<sup>15</sup>, estabelece sete níveis de participação popular que vão de uma participação mais passiva ou manipulada, que seria o grau mínimo, até uma participação mais ativa ou com alto nível de mobilização, grau máximo de envolvimento entre sociedade e Estado. São eles: 1. Participação simulada: participação na qual, embora a comunidade tenha representantes junto aos órgãos oficiais, ela não tem o direito ao voto; 2. Participação passiva: em que o processo de decisão é unilateral, pelo poder público, e a comunidade apenas é informada das decisões; 3. Participação por consulta: que é realizada através de consultas junto à população. A definição dos problemas, o controle de informações e a análise ficam a cargo do poder público (os técnicos). Não há uma participação direta nas decisões; 4. Participação através de incentivos materiais: quando o processo participativo é estimulado através do recebimento de algum bem pela contribuição à pesquisa. Entretanto, no caso do término do benefício, o processo de participação também sofre perdas; 5. Participação funcional: em que o envolvimento da população é realizado com técnicos. Os problemas são discutidos através de grupos que definirão os objetivos do projeto. Porém, a decisão final é realizada pelos técnicos; 6. Participação interativa: quando o processo participativo é mais ativo, ou seja, a população interage em todo o processo de tomada de decisão, desde a fase de análise, desenvolvimento dos planos de ação até a definição final do projeto; e 7. Participação através da mobilização da comunidade: em que, através da iniciativa da comunidade, o processo de discussão sobre os problemas urbanos pode ser realizado com a parceria de ONGs e órgãos governamentais; mas a característica principal desse processo é a iniciativa da comunidade em resolver seus problemas.

Destaco, por fim, a tipologia de níveis de participação cidadã elaborada por Sherry Arnstein, autora de “Uma escada da participação cidadã” (1969), obra em que ela estabelece oito

---

<sup>15</sup> A tese elaborada por Jules Pretty (1995), pesquisador do International Institute for Environment and Development (UK), traz em sua composição a consideração do nível de poder que as diferentes partes interessadas têm sobre o processo de tomada de decisão. Desse modo, os sete níveis apresentados compreendem: participação manipuladora, passiva, por consulta, por incentivo, funcional, interativa e a automobilização.

degraus da participação cidadã, que vão da manipulação, nível mais baixo, ao controle cidadão, degrau mais alto.

Os primeiros degraus da escada são 1. Manipulação e 2. Terapia. Esses dois degraus descrevem níveis de ‘não-participação’ que têm sido utilizados por alguns no lugar da genuína participação. Seu objetivo real não é permitir a população a participar nos processos de planejamento ou conduzir programas, mas permitir que os tomadores de decisão possam “educar” ou “curar” os participantes. Os degraus 3 e 4 avançam a níveis de concessão limitada de poder que permitem aos sem-nada ouvir e serem ouvidos: 3. Informação e 4. Consulta. Quando estes níveis são definidos pelos poderosos como o grau máximo de participação possível, existe a possibilidade dos cidadãos realmente ouvirem e serem ouvidos. Mas nestes níveis, eles não têm o poder para assegurar que suas opiniões serão aceitas por aqueles que detêm o poder. Quando a participação está restrita a esses níveis, não há continuidade, não há ‘músculos’, ou seja, não há garantia de mudança do status quo. O degrau 5. Pacificação consiste simplesmente de um nível superior desta concessão limitada de poder, pois permite aos sem-nada aconselhar os poderosos, mas retém na mão destes o direito de tomar a decisão final. Subindo a escada estão níveis de poder cidadão com degraus crescentes de poder de decisão. Os cidadãos podem participar de uma 6. Parceria que lhes permita negociar de igual para igual com aqueles que tradicionalmente detêm o poder. Nos degraus superiores, 7. Delegação de poder e 8. Controle cidadão, o cidadão sem-nada detém a maioria nos fóruns de tomada de decisão, ou mesmo o completo poder gerencial (ARNESTEIN, 1969 *apud* BARROS, 2020, p. 162).

Os níveis de participação cidadã criados pela autora estão escalonados em três blocos, a saber: 1. não participação, 2. pouca concessão de poder e 3. poder cidadão, conforme figura abaixo. Voltarei a essa proposta de Arnstein no capítulo 4, pois a utilizarei como referência na análise dos níveis de participação nas Praças CEU da cidade de Feira de Santana.

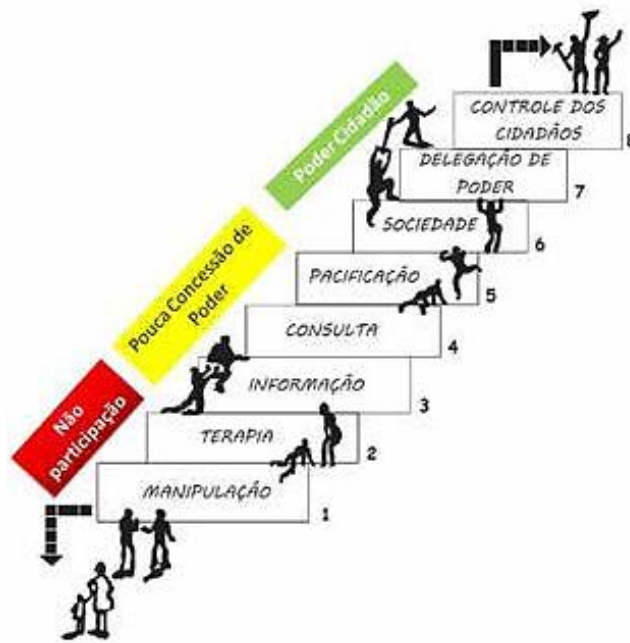


Figura 1 - Níveis de participação cidadã – Escada de Sherry Arnstein (1969)  
Fonte: Barros, 2020

A história da participação no Brasil é influenciada diretamente pela trajetória política do País, marcada pelo paternalismo e clientelismo, além dos regimes ditatoriais, que interromperam por longos períodos a frágil democracia. Esse cenário nos coloca em posição de desvantagem em relação a outras nações que tiveram trajetórias a partir das quais consolidaram uma cultura política participativa e democrática. No entanto, considerando que a participação é processual e pedagógica, é preciso reconhecer os avanços do País, sem deixar de ponderar sobre o muito que falta progredir nesse campo e realizar os enfrentamentos necessários, com criticidade e maturidade, dos impeditivos existentes para a consolidação de uma cultura participativa, que envolva outras e novas dinâmicas e modos de fazer.

No tópico a seguir abordo a participação social na gestão e políticas públicas da área de cultura.

### 1.2.2 A participação social na gestão e nas políticas públicas de cultura

Formular e programar políticas públicas de cultura em articulação com diversos atores sociais tem sido um desafio enfrentado pelo Estado brasileiro em sua história recente, especi-

almente nas últimas três décadas, a partir da institucionalização da participação social. No entanto, iniciativas que envolvem a articulação de cidadãos em instâncias de decisão já eram uma realidade no País desde a Era Vargas. Por exemplo, datam da época em que Mário de Andrade figurava como importante gestor público de cultura, na década de 1930, experiências no campo das conferências e conselhos de cultura, espaços que se tornariam peças estruturantes para a construção de políticas democráticas e ferramentas estratégicas para a implantação de políticas culturais em diálogo com a sociedade.

Instituído pela primeira vez no governo Getúlio Vargas, em 1938, o Conselho Nacional de Cultura (CNC) era assim formado:

sete membros, designados pelo Presidente da República, dentre pessoas notoriamente consagradas ao problema da cultura, devendo figurar entre eles pelo menos quatro dos diretores ou altos funcionários de repartições do Ministério da Educação e Saúde, encarregadas de qualquer modalidade de atividade cultural (BRASIL, 1938).

Visivelmente elitista e pouco democrático, o CNC e outros assemelhados de outrora eram compostos por personalidades que mantinham, em geral, relações patrimonialistas com o governo, não tendo necessariamente compromissos de representar os interesses da diversidade de expressões e manifestações culturais existentes no País (RUBIM, 2011).

De Mário de Andrade a Gilberto Gil, o país alternou avanços e retrocessos, acertos e equívocos no que concerne a espaços institucionalizados de escuta, interlocução, negociação ou controle social por parte da sociedade civil. Entre um gestor e outro, tivemos a promulgação da Constituição Federal, em 1988, considerada um divisor de águas, um marco na promoção e no estímulo à criação e manutenção de mecanismos de descentralização e participação nas três esferas de poder. A partir dela se conformaram diversas experiências de governança, a qual pressupõe a participação da sociedade em gestões compartilhadas, no campo da política pública de cultura no Brasil. Segundo Gohn (2011), os canais de participação que articulam representantes da população e membros do poder público estatal em práticas que dizem respeito à gestão de bens públicos se constituem, no início deste século, a principal novidade em termos de políticas públicas, vez que são agentes de inovação e espaço de negociação dos conflitos.

A compreensão que imperava no Ministério da Cultura, pós-2003, era a de que as políticas culturais deveriam ser frutos de decisões partilhadas entre Estado e sociedade e, para tanto, seria necessária a criação de instrumentos e mecanismos que possibilitassem a implementação de políticas públicas de caráter democrático e participativo. Esse pensamento está registrado

em documentos institucionais, artigos e entrevistas da época, a exemplo da citação abaixo, retirada do discurso oficial de Gilberto Gil, na abertura da primeira reunião do Conselho Nacional de Política Cultural, em 2007:

Quero ressaltar o compartilhamento de experiências e debates culturais entre entes dos governos Federal, Estaduais e Municipais e da sociedade civil – cujo modelo poderá ser replicado local e regionalmente. Modelo que permitirá a *ampliação das instâncias de participação institucionalizada do setor cultural e a consequente constituição de canais permanentes, nos três níveis da federação, de vocalização e representação dos mais diversos segmentos culturais brasileiros*. Além de estimular o surgimento ou a consolidação de políticas culturais em todas as cidades e estados do país (GIL, 2007, s.p. grifo meu).

Uma das primeiras medidas que inauguram uma série de diálogos entre o MinC e a sociedade civil foi o “Cultura para todos”, seminários realizados no primeiro ano daquela gestão e que objetivavam discutir, principalmente, a reformulação da Lei Rouanet, que até então figurava como praticamente o único meio de financiamento da cultura, altamente concentrado nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro e em determinados setores da produção artística. As contribuições coletadas nas discussões do seminário compuseram um primeiro diagnóstico do setor e integraram o conjunto de documentos que subsidiaram a redação final do Plano Nacional de Cultura, alguns anos à frente (CALABRE, 2013).

Outras iniciativas calcadas na ideia de interação permanente com a sociedade civil foram instituídas, sendo as mais emblemáticas delas: a realização da 1ª Conferência Nacional de Cultura (CNC) e a estruturação do Conselho Nacional de Política Cultural, em 2005, a institucionalização do Plano Nacional de Cultura (PNC), em 2010, e a aprovação da Lei do Sistema Nacional de Cultura (SNC), em 2012, além da profusão de espaços de participação e controle social, como os conselhos de cultura, os fóruns e os colegiados setoriais de artes e cultura, tanto no âmbito federal quanto estadual e municipal, criados ou reelaborados nos últimos vinte anos.

Planejada como a culminância de um processo de encontros municipais, estaduais e macrorregionais, a 1ª Conferência Nacional de Cultura foi um marco no campo da participação social mais ampla para a área da cultura. Instituída por meio da Portaria Ministerial 180, de 31 de agosto de 2005, um dos objetivos centrais da conferência era o mapeamento de demandas destinadas a subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Cultura; seu subtítulo – “Estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura” – já evidenciava seu objetivo de promover a retomada ou o início do diálogo entre os responsáveis pela administração da cultura nas três esferas de governo e a sociedade civil.

A Conferência possibilitou o debate e reflexão, nas cinco regiões do País, acerca da situação da cultura, sinalizando as demandas mais latentes e gerando proposições de novas formas de atuação. Ao todo, foram em torno de 400 conferências municipais e/ou intermunicipais, que envolveram 1.200 municípios e uma média estimada de 55 mil pessoas. Mais da metade dos Estados brasileiros (19), além do Distrito Federal, também realizaram suas conferências, com o resultado final de 1.300 participantes na plenária nacional realizada em Brasília. Foram aprovadas 63 diretrizes<sup>16</sup> de política pública de cultura, as quais deveriam compor prioritariamente o PNC (CALABRE, 2013).

Entre a realização da 1ª CNC e a aprovação do texto final do Plano Nacional de Cultura pelo Congresso Nacional passaram-se cinco anos, sendo o PNC sancionado em 2010, por meio da Lei nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010. O Plano é um conjunto de princípios, objetivos, diretrizes, estratégias e metas que devem orientar o poder público na formulação de políticas culturais. A vigência prevista inicialmente era decenal, devendo encerrar-se em dezembro de 2020; no entanto, por meio da Medida Provisória nº 1.012, de 1º de dezembro de 2020, o plano foi prorrogado por mais dois anos, totalizando a duração de doze anos (2010-2022).

Segundo Calabre (2013), houve alguns problemas para o estabelecimento das metas, sendo o maior deles “o de traduzir 14 diretrizes, 36 estratégias e 275 ações em metas quantificáveis e avaliáveis, ou seja, de garantir a efetividade, a eficácia e a eficiência do Plano Nacional de Cultura” (2013, p.13). A pesquisadora pontua ainda que a inexistência de informações e indicadores culturais medidos e revisados periodicamente também dificultou a formulação das metas, pois a falta de um conhecimento aprofundado das especificidades e complexidades dos mais diversos segmentos culturais e suas realidades nos diferentes territórios brasileiros compromete a elaboração e efetividade das políticas públicas.

Apesar das dificuldades, foram estabelecidas 53 metas, as quais estão agrupadas em dez categorias: economia; educação e capacitação; informações e dados culturais; acesso, difusão e criação; gestão pública; direito autoral; diversidade cultural; fomento, financiamento e incentivo; políticas culturais; e espaços culturais.

A meta de número 1 estabelece que 100% das Unidades da Federação (estados e distrito Federal) e 60% dos municípios brasileiros (3.342 cidades) terão implantado o Sistema Nacional

---

<sup>16</sup> O caderno de diretrizes, que continha as contribuições das etapas setoriais, municipais e estaduais e foi debatido nas reuniões da plenária final, contava com 893 diretrizes, distribuídas pelos eixos temáticos da CNC, da seguinte maneira: 240 no eixo “gestão pública e cultura”; 183 no eixo “cultura é direito e cidadania”, 150 no eixo “economia da cultura”, 220 no eixo “patrimônio cultural”; e 105 no eixo “comunicação é cultura”. Após cinco dias de discussão em Brasília, a plenária da 1ª Conferência Nacional aprovou 63 diretrizes de política pública de cultura que deveriam integrar prioritariamente o Plano Nacional de Cultura (CALABRE, 2013, p. 8).

de Cultura. O SNC propõe um modelo conjunto de atuação entre os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), estabelecendo uma orientação federal a nortear as ações das demais esferas de poder<sup>17</sup>.

Inspirado em modelos de descentralização, como o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), a política que institui o SNC prevê a criação, por Estados e Municípios, de órgãos gestores da cultura; a institucionalização de sistemas setoriais de cultura, de financiamento à cultura e de informações e indicadores culturais; a constituição de conselhos de política cultural e comissões intergestoras; a realização de conferências; e a elaboração de planos de cultura com ampla participação da sociedade civil.

Até dezembro de 2020, conforme dados do site oficial que registra e acompanha o andamento das metas do PNC<sup>18</sup>, 27 estados e o Distrito Federal (100%) e 2.708 municípios (81%) estavam com acordos firmados de cooperação federativa para o desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura. Desses, 19 estados (70,4%) e 674 (20,2%) municípios estavam com acordos institucionalizados, ou seja, estavam com seus Sistemas de Cultura instituídos por leis próprias.

Ainda em relação às metas do PNC, cinco delas se referem diretamente à temática da diversidade cultural, conforme quadro abaixo.

Nº	Metas	Indicador	Situação da Meta
3	Cartografia da diversidade das expressões culturais realizada em todo o território brasileiro	Produzir um mapa das expressões culturais e linguagens artísticas de todo o Brasil	Meta concluída em 2018. 5.434 municípios tinham informações no SNIIC.
6	50% dos povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares que estiverem cadastrados no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) atendidos por ações de promoção da diversidade cultural	Garantir que um número maior de povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares sejam atendidos por ações públicas de promoção da diversidade cultural	Até 2020, 2% da meta havia sido concluída.

<sup>17</sup> Emenda constitucional nº 71, de 29 de novembro de 2012, que acrescenta o art. 216-A à Constituição Federal, para instituir o Sistema Nacional de Cultura. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc71.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc71.htm). Acessado em: 8 jan. 2021.

<sup>18</sup> Os resultados das 53 Metas estipuladas no Plano Nacional de Cultura (2010 a 2022) podem ser acompanhados através da página do PNC, no site do Ministério do Turismo/Secretaria Especial da Cultura, disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br>. Acessado em: 8 jan. 2020.



17	20 mil trabalhadores da cultura com saberes reconhecidos e certificados pelo ministério da educação (MEC)	Reconhecer os saberes de 20 mil trabalhadores de todas as áreas da cultura e dar a eles certificação profissional	Até 2020 nenhum registro havia sido emitido.
22	Aumento em 30% no número de municípios brasileiros com grupos em atividade nas áreas de teatro, dança, circo, música, artes visuais, literatura e artesanato	Ter mais cidades com grupos e coletivos artísticos locais	Em 2015, o percentual de alcance da meta (média dos indicadores), em relação ao ano de 2020, foi de 96%.
23	15 mil pontos de cultura em funcionamento, compartilhados entre o governo federal, as unidades da federação (UFS) e os municípios integrantes do sistema nacional de cultura (SNC)	Ter 15 mil pontos de cultura em funcionamento	Até 2020, havia 4.383 pontos de cultura – 29,2% da meta.

Quadro 1 – Metas do Plano Nacional de Cultura relacionadas aos Espaços Culturais

Fonte: Secretaria Especial da Cultura, 2022.

Embora seja louvável a implementação de um plano nacional de cultura que estabelece metas de longo prazo, é preciso reconhecer as deficiências e a precariedade desse instrumento de gestão, sobretudo no que diz respeito à ausência de dados, à escassez de recursos financeiros e de gestão, além de metas e indicadores mal elaborados. Em grande medida, ele é fruto de uma institucionalização ainda recente e frágil do campo das políticas públicas de cultura no País e também de um arcabouço administrativo e jurídico precários (CUNHA, 2020)<sup>19</sup>.

Para exemplificar a fragilidade das metas e indicadores, é possível citar a Meta 6, descrita no quadro acima, em que há uma evidente contradição entre o objetivo da meta apresentada em seu título e o indicador definido. Caso se leve em consideração o indicador objetivamente definido, a meta já teria sido concluída, uma vez que, no ano de 2017, 76 grupos foram beneficiados por ação do MinC dos 1.510 cadastros existentes<sup>20</sup>.

Outro instrumento que evidencia a articulação e o compartilhamento entre Estado e sociedade é o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), órgão colegiado de caráter consultivo que compõe o Sistema Nacional de Cultura e integra a estrutura básica do governo federal, vinculado diretamente à pasta responsável pela cultura. A finalidade do Conselho é propor a formulação de políticas públicas de cultura, de forma articulada entre as diferentes esferas de governo e a sociedade civil.

<sup>19</sup> Conforme a explanação do pesquisador Humberto Cunha, no Seminário Diversidade Cultural: 15 anos da Convenção da Unesco e 10 anos do Plano Nacional de Cultura, realizado entre os dias 23 e 25 de novembro de 2020, promovido pelo Observatório da Diversidade Cultural (ODC) e transmitido on-line pelo Sesc São Paulo.

<sup>20</sup> Cf. Informações do site do PNC, disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/category/metas/6/>. Acessado em: 13 jan. 2021.

Remodelado em junho de 2019, por meio do Decreto nº 9.891, o CNPC passou a ser composto por 36 membros, sendo 50% (18) da sociedade civil, que deve representar as expressões culturais afro-brasileiras, populares e indígenas, além das linguagens artísticas e do patrimônio cultural. Embora permaneça paritária, a representação da sociedade perdeu força em relação ao decreto anterior, nº 8.611, de 2015, uma vez que teve uma redução de 50% no número de representantes da sociedade civil, além da diminuição da diversidade de segmentos culturais representados. Por exemplo, entre outros, foi excluído o representante das expressões culturais LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) e demais grupos da diversidade sexual. Segundo informações disponíveis no site oficial do CNPC<sup>21</sup>, as alterações feitas no Conselho representam uma nova postura do governo federal que, a partir da reestruturação, estima uma economia de 90% nos custos anuais na manutenção do instrumento de participação popular.

Apesar dos avanços nos sistemas de governança no País nas últimas décadas, é inegável que o direito à participação social (via conselhos comunitários, conferências, orçamento participativo, entre outros), não está garantido, visto que há muito a se consolidar nesse campo. Muitas ações de governo, em seus diferentes níveis, ainda estão calcadas nos arranjos políticos e em ações verticalizadas, tornando as instâncias de participação espaços meramente ilustrativos e de poder esvaziado, impossibilitando a tramitação de suas agendas junto ao setor público.

As conquistas institucionais alcançadas na área da participação social estão permeadas por retrocessos, apatia política e “cansaço participativo”, que são gerados na sociedade em grande parte por conta das dificuldades do poder público em implementar as deliberações coletivas, ou seja, a não realização prioritária do que foi definido no âmbito das instâncias participativas. Ainda não existem dispositivos e mecanismos institucionalizados que garantam, por exemplo, que as deliberações definidas no âmbito das Conferências Nacionais de Cultura e do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) se desdobrem em políticas públicas e proposição de leis. Em outros termos, essas instâncias de participação ainda não têm caráter vinculante em suas deliberações (BARROS, 2019, p 94).

Vivemos no Brasil a contradição de estarmos em um estágio em que ainda são muitos os desafios e obstáculos para que a “gestão participativa se torne uma característica definidora da atividade governamental” (PIRES, 2014), ao tempo em que o que já foi construído até agora em termos de experiências de participação social já “não oferec[e] mais potencial de transformação na democratização das relações entre atores estatais e atores sociais” (PIRES, 2014). Ou

---

<sup>21</sup> Cf. Disponível em: <http://cnpcc.cultura.gov.br/o-que-e-o-cnpcc/>. Acessado em 8 jan. 2020.

seja, nem mesmo avançamos nos processos de gestão participativa e já se percebe um “cansaço participativo” entre muitos grupos sociais, incluindo os agentes culturais.

No entanto, conforme registra Barros, “[...] a participação social na construção de políticas públicas de cultura é um direito assegurado que necessita de aprimoramento por meio da continuidade de experiências, mas nunca a sua supressão ancorada no discurso de sua improdutividade” (2019, p. 100). Sendo assim, o desafio para o País é reinventar-se em relação às práticas participativas, aprimorando as ações já realizadas e adotando novas perspectivas e construindo outras estratégias e mecanismos que aproximem cidadãos e cidadãs do exercício político, além de assumir os enfrentamentos necessários às limitações e engessamentos da gestão pública nesse âmbito. Para tanto, é preciso, primeiramente, mapear, analisar e avaliar as medidas e políticas instituídas até aqui, com criticidade e maturidade, a exemplo do SNC e do PNC. Após um pouco mais de trinta anos da promulgação de uma constituição cidadã,

podemos atestar, absolutamente, que as conquistas relacionadas aos direitos humanos, em especial no campo da cultura, não findam no estabelecimento de leis e regramentos jurídicos, ao contrário, estas são o meio para que conquistas possam ser efetivamente alcançadas. O que demanda a (re)estruturação de mecanismos de transparência, participação e controle social, que muito avançaram a partir da redemocratização do país, mas que vem enfrentando grande resistência nos últimos anos, sobretudo do governo Bolsonaro (BARROS; RATTES, 2021, p. 271).

Outras iniciativas podem ser apontadas, tais como: qualificação do quadro técnico do poder público federal, estadual e municipal; capacitação da população; organização de materiais para o funcionamento dos instrumentos participativos (PIRES, 2014); estímulo ao surgimento de outros modos e práticas, a partir de saberes não-hegemônicos; estabelecimento de diálogos verdadeiramente horizontais; investimento na (re)construção de uma narrativa no imaginário coletivo, de forma lúdica e criativa, de que cultura é um direito constitucional e universal, assim como a educação e saúde já são comumente compreendidas e internalizadas pela população em geral (BARROS, RATTES, 2021).

No tópico a seguir, dividido em três blocos, dedico-me aos espaços culturais: 1. conceitos, características e usos; 2. infraestrutura cultural do Brasil; e 3. políticas e gestão de espaços culturais públicos à luz da diversidade e da participação.

### 1.3 ESPAÇOS CULTURAIS

Como se expôs até aqui, a diversidade cultural e a participação social, elementos fundamentais da democracia, integraram a agenda das políticas públicas de cultura de forma bastante expressiva durante um período singular da história recente do País, que se inicia com as ações inaugurais do Ministério da Cultura, a partir de 2003, e é interrompido com o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff (PT), em agosto de 2016.

Apesar das discontinuidades e incompletudes, esse foi um período frutífero e de intensa institucionalização das políticas culturais brasileiras, em que se destacam a realização de conferências, o Plano Nacional de Cultura (PNC), o Sistema Nacional de Cultura (SNC), o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) e o Programa Cultura Viva. Essas e outras medidas têm na colaboração entre o poder público e a sociedade civil organizada a condição para sua efetividade. Essas iniciativas, considerando os retrocessos atuais nas políticas públicas de cultura, os cortes de investimento e uma série de outras ameaças, simbólicas e econômicas, se consolidam como medidas ainda mais significativas e fundamentais. O que não deve, no entanto, impedir que sejam avaliadas com a necessária criticidade, apontando seus equívocos e lacunas.

No âmbito dos espaços culturais também é possível localizar algumas iniciativas que, sob a perspectiva da diversidade e da participação, buscaram enfrentar a escassez da infraestrutura cultural existente no País, bem como constituir novos modos de se relacionar com os indivíduos e os territórios onde eles estão inseridos.

Nas três subseções a seguir, procuro traçar um panorama histórico sobre os espaços culturais, suas características e os usos que lhes são ou podem ser dados pelas comunidades. Abordo também a infraestrutura cultural existente no Brasil, e por fim, trago algumas reflexões a respeito dos espaços culturais à luz da diversidade e da participação.

### **1.3.1 Panorama histórico, características e usos**

A multiplicidade de abordagens que permeiam os locais destinados à formação, criação, difusão e consumo cultural é comparada aos inúmeros conceitos que envolve o termo “cultura”, conforme tratei brevemente no início deste capítulo; a sua compreensão, portanto, requer, igualmente, uma análise a partir de uma perspectiva histórica.

Foi nos séculos XVIII e XIX, fruto da modernização vivenciada pelas sociedades europeias, que surgiram os primeiros espaços que viriam a conformar a infraestrutura cultural em muitas cidades do continente, composta por teatros, museus, bibliotecas e salas de concerto. Esses locais contribuíam para a construção de uma identidade nacional homogênea e, se inicialmente eram destinados apenas a colecionadores, pesquisadores ou amantes das artes, passaram a ser frequentados por um número cada vez maior e diverso de atores sociais (ALCARAZ, 2014). Como exemplo desse período, pode-se citar a experiência inglesa denominada de Centros de Artes, espaços que abrigavam uma variedade de ações e atendiam a públicos diversos.

A chegada do século XX e as intensas transformações sociais provocadas pelo desenvolvimento da tecnologia e pelo estabelecimento de novas formas de produção e consumo contribuíram para mudanças substanciais dos espaços culturais, dos meios de comunicação, do campo artístico e da relação destes com os públicos, tanto na perspectiva da produção quanto na do consumo. Nesse período surgiram o cinema, a fotografia, o rádio e a televisão, além de novos gêneros e linguagens estéticas, resultando em um cenário de intensa produção cultural em várias partes do mundo. O desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte encurtaram as distâncias e borraram as fronteiras das nações, contribuindo para uma intensa troca e intercâmbio em escala global jamais vista na história da humanidade – por óbvio, com todas as assimetrias de um mundo altamente desigual, política e economicamente.

Influenciados pelas constantes e cada vez mais rápidas mudanças tecnológicas e socio-culturais, sobretudo após as duas grandes guerras mundiais, os espaços culturais tornaram-se mais flexíveis e diversificaram suas atividades, abrigando mais de um tipo de ação, o que provocou redefinições na infraestrutura e nos modelos de produção de conteúdo desses estabelecimentos (ALCARAZ, 2014). Esse contexto foi acelerado ainda pelas mudanças nas relações e mercados de trabalho, a partir da valorização do tempo livre e do lazer. Na França dos anos 1950, por exemplo, empresários e industriários passaram a investir na criação de áreas de convivência, quadras esportivas e centros sociais para seus funcionários (COELHO, 1985).

Ainda na França, mais adiante, na década de 1970, embora não pioneiro, haja vista que outros países (Cuba e México, por exemplo) já vinham desenvolvendo ações nesse campo, foi inaugurado um tipo de equipamento que marcaria uma tendência mundial e influenciaria na criação de espaços com características e funções semelhantes em muitos outros países, inclusive no Brasil. Trata-se do *Centre National d'Art et Culture Georges Pompidou*, que aliava inovações e grandiosidade arquitetônica e diversidade de atividades do campo das artes e da cultura (FREITAS, 2007).

As últimas décadas do século XX e o início do século XXI reservariam ainda mais mudanças ao universo dos espaços de cultura. Segundo Núñez (2014), surgiram o que ele denomina de terceira geração de equipamentos culturais. Esse estágio, conforme o autor, implicaria que, mais uma vez, esses estabelecimentos se readaptassem às novas dinâmicas, em especial às mudanças estabelecidas a partir da hegemonia de alguns setores da indústria cultural, como, por exemplo, a do audiovisual (televisão, cinema, streaming etc.) e a popularização da internet e seu vasto repertório de possibilidades de produção e consumo, em detrimento das artes performáticas, que exigem a presença física do público. Esse cenário exige que os espaços de cultura redefinam suas relações com os criadores e os públicos e contribuam na reconstrução e repactuação das relações entre eles<sup>22</sup>.

No que diz respeito ao Brasil, as primeiras manifestações culturais surgiram com a catequese, ou o apagamento das culturas indígenas, promovida pelos padres jesuítas a partir de realizações como cantigas, apresentações teatrais e produção de livros, por exemplo (MILANESI, 1997). Nos séculos que se seguiram à colonização, XVI, XVII e XVIII, os locais que ocupavam a função de espaços de cultura eram os mosteiros, que abrigavam centros de leitura e discussão, e as igrejas, que eram ocupadas por uma série de artistas que colaboravam para a pregação da doutrina religiosa através de pinturas, estátuas, arquitetura etc. (MILANESI, 1997). Com a chegada da Família Real portuguesa, em 1808, apesar de diversos investimentos particulares no campo da cultura, não havia nenhum projeto institucional do governo nesse sentido<sup>23</sup>. Esse cenário seria alterado apenas a partir de 1823, quando, segundo Milanesi (1997), o governo assumiu pela primeira vez a responsabilidade da educação no País, promovendo a substituição dos antigos colégios jesuítas pelas escolas públicas.

A Proclamação da República, em 1889, não alterou de imediato o cenário de escassez no campo da cultura. Foi apenas na primeira metade do século XX, na esteira da industrialização e de investimentos específicos na área social, que o Estado brasileiro iniciou ações no campo das políticas públicas de cultura. Faz parte dessa conjuntura a já citada gestão de Mário de Andrade, no Departamento de Cultura, criado pelo então prefeito da cidade de São Paulo,

---

<sup>22</sup> Na esteira desse panorama histórico, vale contextualizar também, particularmente no universo dos espaços culturais, os impactos produzidos pela pandemia de Covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2 ou Novo Coronavírus, que assolou o mundo nos anos de 2020 e 2021, e se apresentou como um dos períodos mais desafiadores da história recente da humanidade. A crise sanitária que se instalou provocou feitos inéditos na vida contemporânea. Apontado como principal alternativa para combater o contágio, o estabelecimento prolongado do isolamento social gerou o cancelamento de inúmeros eventos e atrações culturais e o fechamento, definitivo em alguns casos, de diversos espaços culturais mundo afora, a exemplo de cinemas, teatros, museus, galerias, bibliotecas etc. Nesse contexto, as consequências econômicas e sociais se somaram aos desafios sanitários já instalados.

<sup>23</sup> No entanto, foi a partir da vinda de D. João VI para o Rio de Janeiro, em 1808, que se criaram as primeiras instituições culturais, como a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes e o Museu histórico Nacional.

Fábio Prado, responsável por uma série de propostas, entre as quais os Parques Infantis (PIs), que funcionaram na cidade entre 1935 e 1943. Idealizados por Mário de Andrade, os Parques foram os primeiros equipamentos públicos que tinham por objetivo prestar serviços de educação, cultura, saúde e lazer para os filhos dos operários paulistanos na faixa dos três aos seis anos. Além de ocupar a lacuna deixada pela inexistência de escolas formais para as idades iniciais da infância, os Parques serviam, sobretudo, como locais de promoção da arte e da cultura. Eram realizadas ações de caráter técnico, educacional e social, que objetivavam educar, assistir e recrear as crianças, às quais eram ofertadas atividades físicas, música, canto, teatro, literatura, bordados, tapeçarias e marcenaria (SILVA, 2012).

A utilização de mosteiros, igrejas e parques como locais de produção, difusão e consumo cultural não significa necessariamente a inexistência completa, ao menos a partir do século XIX, de equipamentos culturais no País – aqueles edifícios construídos com o objetivo de produzir e disseminar práticas culturais e bens simbólicos, ou seja, espaços concebidos para acolher uma ou mais expressões culturais e atividades correlatas, a exemplo de teatros, cinemas, museus, bibliotecas, galerias etc. Diferem-se, portanto, da ideia de espaço cultural, locais que, a princípio, não foram construídos com a função de abrigar atividades culturais, mas, dependendo de seus usos e apropriações, podem também ser destinados a elas – é o caso das praças, largos, parques, escolas, entre muitos outros (KAUARK; RATTES; LEAL, 2019, p. 31).

Nesses termos, optei por tratar os objetos deste estudo, as Praças CEU, como “espaços culturais”. Construídas com o intuito de abrigar ações do campo social de forma transversal, as Praças CEU não se restringem às ações do campo da cultura, vez que mantêm em suas dependências equipamentos com funcionalidades diversas, como quadras de esportes, cineteatros, bibliotecas, salas multiuso, centros de assistência social, pistas de skate e caminhada etc. No entanto, considerando a acepção ampliada do termo “cultura”, o protagonismo, ou mesmo a coadjuvação que as ações culturais têm nesses locais, além, por óbvio, dos equipamentos culturais que todas elas abrigam, é possível lhes conferir o *status* de espaços de cultura.

A partir da década de 1980, houve uma vertente de crescimento no número de espaços e equipamentos culturais multiuso no Brasil, ocasionado por, ao menos, três fatores: 1. influência do modelo francês, caracterizado pela multifuncionalidade dos equipamentos de cultura; 2. incentivo fiscal oriundo das políticas de subsídio empreendidas pelos governos neoliberais dos anos 1980 e 1990; e 3. investimentos públicos na infraestrutura cultural do País nas décadas de 2000 e 2010.

Nas últimas décadas, com o estabelecimento de instâncias de escuta, diálogo e participação, como as conferências<sup>24</sup>, por exemplo, muitas comunidades passaram a registrar entre as suas principais demandas a construção de um espaço cultural em seu território. Isso sugere o quanto a sociedade valoriza a importância de se ter um local para criar e expor suas artes e manifestações culturais, um espaço onde possa intercambiar com outras localidades e juntos criar, compartilhar e usufruir suas produções e expressões.

No entanto, a despeito da reconhecida importância dos edifícios culturais para a promoção dos direitos culturais, da cidadania, da diversidade e da economia da cultura, é preciso ressaltar que a mera existência desses locais não garante que a comunidade irá usá-los e se apropriar deles à altura das possibilidades que eles podem oferecer. O anseio pela construção de prédios, muitas vezes grandiosos em termos físicos, não raro é fruto apenas do desejo de *status* que o elemento “cultura” pode conferir a determinado território. É comum a pouca atenção dada ao planejamento posterior para a funcionalidade adequada desses edifícios. O resultado, em geral, são equipamentos mal gerenciados, subutilizados, que desconhecem a produção cultural de onde estão inseridos ou que tampouco dialogam com as comunidades locais.

Os prefeitos, por iniciativa própria ou instados a fazê-lo, procuram os órgãos públicos que financiam construções e pedem, às vezes amparados por deputados, recursos para a construção de um centro cultural. Essa é uma das solicitações mais frequentes que chegam dos municípios. Algumas vezes levam um projeto arquitetônico; em outras, apenas consultam se é possível o apoio financeiro. Raramente se expõe um programa de atividades ou se discute uma função. Apenas se exhibe o projeto de uma construção. Qual o significado desses pedidos? O que, de fato, nessas ocasiões desejam? Se fosse feito um esforço para encontrar uma resposta, por certo seria necessário conciliar visões disparatadas e ambíguas, o que resultaria num objeto não claramente identificado (MILANESI, 2003, p.13).

Segundo Isaura Botelho, acreditou-se por muito tempo que “o essencial era construir centros de cultura ou incentivar a frequência a museus ou teatros, desenvolver políticas de facilitação de acesso à cultura que trariam, quase que automaticamente, uma resposta positiva da população antes excluída deste terreno” (2003, p.2). Para a autora, a experiência francesa evidenciou que isso não bastava e que era preciso uma mudança fundamental de paradigma no objetivo central de grande parte das políticas de cultura: a democratização cultural. É preciso considerar na gestão e nas políticas culturais a diversidade da produção cultural e de atores sociais.

---

<sup>24</sup> Conforme pode ser verificado, por exemplo, nos relatórios das Conferências de Cultura realizadas no Estado da Bahia em 2007, 2009 e 2013, disponíveis em: <http://www.cultura.ba.gov.br>. Acessado em 1º dez. 2020.



Como sujeitos e produtores da cultura, os indivíduos devem participar da elaboração das políticas de cultura para a sua comunidade. Nesse sentido, o conceito de democracia cultural é mais adequado para pensar a promoção do desenvolvimento da cultura na sociedade. Essa concepção de gestão e políticas culturais está preocupada com a promoção da participação popular e do incentivo a processos de autogestão das atividades. O objetivo é incentivar a criação, buscando o desenvolvimento plural das culturas de todos os grupos em relação com suas próprias necessidades, demandas e desejos. Nessa concepção política, o público é mais do que espectador. Segundo Hamilton Faria, o “trinômio consumidor-produto-espectador” é ampliado para “a criação/fruição-processo-participação” (2003, p. 38). Faria ainda sentencia que “descentralizar não é desconectar equipamentos, espalhando-os pela periferia, [...] é fortalecer atores culturais autônomos, educá-los para a responsabilidade urbana, muni-los de recursos para suas atividades e, sobretudo confiar em sua capacidade criativa e estimular a participação” (FARIA, 2003 *apud* ALBINATI, 2008, p. 4).

Nos tópicos a seguir abordarei a infraestrutura cultural do Brasil e, na sequência, a gestão e políticas para espaços culturais.

### 1.3.2 Infraestrutura cultural do Brasil

A concentração espacial e a insuficiência (ou mesmo inexistência) de espaços culturais são notórias e alarmantes no Brasil, evidenciadas em diversos estudos acadêmicos e institucionais (BOTELHO, 2001, 2003; VAZ; JACQUES, 2003; BOTELHO; FIORE, 2005; NUSSBAUMER; RATTES, 2005; FREITAS, 2007, 2010; ALLUCCI; JORDÃO, 2012, 2014; RATTES, 2017) e pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>25</sup>, mesmo quando considerados todos os avanços no País desde a gestão Mário de Andrade até os dias atuais.

De acordo com a publicação Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2007-2018 (IBGE, 2019), “para equipamentos ditos tradicionais, como museus e teatros, houve aumento desde o início da série, com pico em 2014 e redução na medição de 2018, o que pode estar ligado

---

<sup>25</sup> Desde 1999, o IBGE levanta em todos os municípios brasileiros informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, compreendendo também diferentes políticas e setores que envolvem o governo municipal. A Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) se define como uma pesquisa de estabelecimento, respondida pelas prefeituras brasileiras. Em relação à cultura, houve aplicação de blocos (1999, 2001, 2005, 2009, 2012, 2018) e suplementos (2006 e 2014) sobre o tema na Munic. Essa última modalidade de investigação é mais pormenorizada, tendo sido aplicada aos municípios em 2006 e tanto em municípios como em estados em 2014 (IBGE, 2019, p. 39).

à crise econômica e fiscal nos municípios”; entretanto, “em 2018, 35,9% das crianças e adolescentes no Brasil viviam em municípios sem museu, 34,6% sem teatros ou salas de espetáculo e 43,8% em municípios sem cinemas” (IBGE, 2019, p.163 *apud* BARROS; RATTES, 2021).

Essa deficiência é uma triste marca que acompanha a infraestrutura social e urbana do País ao longo de sua história. No entanto, algumas iniciativas governamentais nas três esferas de poder buscaram suprir as lacunas de espaços para a formação, criação, produção, difusão e fruição cultural. São emblemáticos, por exemplo, os já citados Parques Infantis (PIs), criados na cidade de São Paulo, nos anos 1930. Apesar do curto período de existência do projeto, os conceitos inovadores que permearam a sua criação permaneceram e reverberaram de forma significativa em diversos projetos que viriam a ser implementados nas décadas seguintes, a exemplo da Escola Parque, criada por Anísio Teixeira, na Bahia e em Brasília, nas décadas de 1940 e 1950; dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), idealizados por Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, no Rio de Janeiro, nos anos 1980; e dos Centros Educacionais Unificados (CEUs) implantados na cidade de São Paulo, na gestão de Marta Suplicy, entre 2001 e 2004 (SILVA, 2012, p.103-104).

No entanto, todas essas iniciativas guardam como similaridade o fato de serem localizadas e promovidas por governos estaduais e/ou municipais, acentuando a assimetria da rede de espaços culturais do ponto de vista nacional. Um ponto de virada ocorre a partir dos incentivos fiscais oferecidos pelos governos de orientação neoliberal, nas décadas de 1980 e 1990, quando se observa um crescimento na construção de equipamentos e espaços culturais no País, ainda de forma bastante desigual, concentradas nas maiores cidades. A iniciativa privada exerceu um papel fundamental nesse processo, tanto que esse período marca o surgimento de diversos espaços que levam o nome das empresas e instituições mantenedoras, como, por exemplo: o Centro Cultural Correios (agosto/1993) e o Centro Cultural Light (abril/1994), no Rio de Janeiro; o Centro Cultural Banco do Nordeste (julho/1998) e o Centro Cultural FIESP (março/1998), em São Paulo (FREITAS, 2007); além dos equipamentos mantidos pelas Instituições vinculadas ao Sistema S<sup>26</sup>, principalmente o Serviço Social do Comércio (SESC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Social da Indústria (SESI). Apenas em relação ao SESC, segundo informações do site oficial da instituição, são

---

<sup>26</sup> O Sistema S é composto por nove Instituições privadas de interesse público, vinculadas a sindicatos patronais: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Social do Comércio (Sesc), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Serviço Social do Transporte (Sest), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Sest) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop).

mais de 580 unidades fixas, que contam com 213 escolas, 2.718 espaços de lazer, 367 bibliotecas e salas de leitura e 151 unidades móveis de cultura (cinemas e bibliotecas), distribuídas nas cinco regiões do País (RATTES; SILVA; MOURA, 2021, p. 4).

Em 2001, antes do início da gestão Gilberto Gil no MinC, o IBGE realizou um levantamento inédito junto a 5.560 municípios brasileiros e mapeou 17 tipos de equipamentos culturais e redes de comunicação existentes no País: clubes, estádios, museus, unidades de ensino superior, bibliotecas, livrarias, teatros, cinemas, videolocadoras, orquestras, bandas de música, lojas de discos e CDs, rádios AM, rádios FM, gerador de TV, provedor de internet, shopping centers. A investigação concluiu que somente 53 municípios brasileiros tinham os 17 equipamentos, correspondendo a 26,5% da população brasileira; 153 não tinham nenhum dos equipamentos. Nos municípios do Norte e do Nordeste foram verificadas as maiores carências, contabilizando estados que não detinham nenhum município com todos os equipamentos, a saber: Rondônia, Amapá, Tocantins, Maranhão, Alagoas e Mato Grosso do Sul.

Os dados revelaram ainda que 82% dos municípios brasileiros não tinham museus, 84,5% não tinham teatro, 92% não tinham sequer uma sala de cinema e cerca de 20% não tinham bibliotecas públicas. Mesmo entre os municípios com bibliotecas, 69% deles tinham apenas uma.

Seis anos depois, em nova publicação, o IBGE (2007) verificou que mais de 90% dos municípios não tinham salas de cinema, teatro, museus e espaços culturais multiuso. A pesquisa apresentou também um amplo estudo no que diz respeito ao consumo cultural do brasileiro e sua frequência aos espaços e equipamentos culturais. Verificou-se que apenas 13% dos brasileiros frequentam cinema alguma vez por ano; 92% nunca frequentaram museus; 93,4% jamais frequentaram alguma exposição de arte; 78% nunca assistiram a espetáculos de dança, embora 28,8% saiam para dançar.

A pesquisa apontou também que o brasileiro lê, em média, 1,8 livros per capita/ano (contra 2,4 na Colômbia e 7 na França, por exemplo) e que existe uma biblioteca para cada 35 mil habitantes, enquanto na França a proporção é de uma biblioteca pública para cada grupo de 2,5 mil pessoas. No que diz respeito aos livros, 73% deles estão concentrados nas mãos de apenas 16% da população e o preço médio de um exemplar era de R\$ 25,00, valor considerável se comparado ao valor do salário mínimo no País, reforçando a imagem de “objeto de luxo” que o livro ainda tem para algumas camadas da população.

Constatou-se ainda a permanência da desigualdade entre as regiões brasileiras, a saber, dos 600 municípios que nunca receberam uma biblioteca, 405 ficam no Nordeste, e apenas dois

no Sudeste; 82% dos brasileiros não têm computador em casa e 70% não tem qualquer acesso à internet (nem no trabalho, nem na escola); 56,7 % da população ocupada na área de cultura não têm carteira assinada ou trabalham por conta própria.

A média brasileira de despesa mensal com cultura por família é de 4,4% do total dos rendimentos, acima da educação (3,5%), não variando em razão da classe social, ocupando a 6ª posição dos gastos mensais da família brasileira.

Com a chegada de Gilberto Gil ao Ministério da Cultura, o governo adotou algumas medidas para enfrentar a conjuntura deficitária e de precarização da rede de espaços culturais no País. Uma delas foi o programa Mais Cultura, lançado em 2007, que se propunha a investir 4,7 bilhões de reais na infraestrutura cultural, sobretudo em áreas periféricas e cidades de pequeno e médio porte<sup>27</sup>. Falarei sobre o programa com mais detalhe no capítulo dois desta tese.

Outro programa que tinha entre suas finalidades suprir a deficiência da rede de espaços culturais é justamente o Praças CEU, lançado em 2010, com o objetivo de construir 400 praças abertas, em todas as regiões do País, contendo diversos equipamentos, como cineteatros, bibliotecas, telecentro, quadras etc. Vale contextualizar, inclusive, que o programa apresenta elementos semelhantes à política empreendida por Mário de Andrade com os Parques Infantis, como a transversalidade, a promoção e valorização de expressões e manifestações culturais e o foco nas camadas da população mais desassistidas.

Ainda na esteira desse enfrentamento, foram previstas no Plano Nacional de Cultura quatro metas relacionadas diretamente ao universo dos espaços culturais e que preveem ampliação dessas edificações pelo País. Até o momento, apenas uma dessas metas foi integralmente cumprida<sup>28</sup>. Trata-se da meta 31, que estabelece aumentar o número de cidades com espaços culturais, de acordo com o número de habitantes dos municípios, conforme a seguir:

- 35% dos municípios com até 10 mil habitantes com pelo menos um tipo;
- 20% dos municípios entre 10 mil e 20 mil habitantes com pelo menos dois tipos;
- 20% dos municípios entre 20 mil e 50 mil habitantes com pelo menos três tipos;
- 55% dos municípios entre 50 mil e 100 mil habitantes com pelo menos três tipos;
- 60% dos municípios entre 100 mil e 500 mil habitantes com pelo menos quatro tipos;
- 100% dos municípios com mais de 500 mil habitantes com pelo menos quatro tipos.

Vale ressaltar a meta 33, que estabelece a criação de 1.000 espaços como os Centros de

<sup>27</sup> Cf. CNM - Confederação Nacional de Municípios. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/cultura-ter%C3%A1-1-investimento-de-r-47-bilh%C3%B5es-afirma-gil>. Acessado em: 12 jan. 2021.

<sup>28</sup> Cf. Informação do site oficial que acompanha o andamento das metas do Plano. Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/category/metas/31/>. Acessado em: 13 jan. 2020.

Artes e Esporte Unificados, as Praças CEU, que alcançou até dezembro de 2018 apenas 19% do estipulado, de acordo com o acompanhamento feito pelo órgão responsável pela pasta da cultura no governo federal.

Nº	Metas	Indicador	Situação da Meta (até dezembro de 2018)
31	Municípios brasileiros com algum tipo de instituição ou equipamento cultural, entre museu, teatro ou sala de espetáculo, arquivo público ou centro de documentação, cinema e centro cultural.	Aumentar o número de cidades com espaços culturais	Meta alcançada
32	100% dos municípios brasileiros com ao menos uma biblioteca pública em funcionamento.	Ter pelo menos uma biblioteca pública ativa em cada cidade brasileira	98% da meta alcançada
33	1.000 espaços culturais integrados a esporte e lazer em funcionamento.	Criar mil espaços como os centros de artes e esportes unificados (CEUs)	19% da meta alcançada
34	50% de bibliotecas públicas e museus modernizados.	Melhorar instalações, equipamentos e acervos de bibliotecas e museus	39% da meta alcançada
35	Gestores capacitados em 100% das instituições e equipamentos culturais apoiados pelo Ministério da Cultura	Formar gestores de espaços culturais	Em 2018, a meta alcançou 42% do planejado em relação ao ano de 2020.

Quadro 2 – Metas do PNC relacionadas aos Espaços Culturais/Gestão Pública  
Fonte: Secretaria Especial da Cultura, 2021. Elaborada pelo autor.

Outra iniciativa é o programa Cultura Viva e seus Pontos de Cultura, que, em alguma medida, contribuíram para a conformação e/ou consolidação de locais de produção, difusão e fruição cultural. Ao todo, até o ano de 2019, eram contabilizados 4.033 pontos distribuídos por todo o território nacional, segundo o Observatório Nacional da Cultura (ONC)<sup>29</sup>. São Paulo é o estado com o maior número absoluto, 1.029, enquanto no Amapá existem apenas sete. Proporcionalmente à população, o estado do Piauí tem o maior número de Pontos de Cultura, com 3,85 Pontos de Cultura para cada 100 mil habitantes; já o estado do Paraná é a Unidade da Federação com menor número de Pontos de Cultura, conforme dados apurados pelo citado ONC.

Os investimentos realizados na gestão Gilberto Gil e nos períodos subsequentes não foram suficientes para suprir a grande defasagem existente, conforme atestam os dados mais

<sup>29</sup> Dados compilados pelo Observatório Nacional da Cultura (ONC), em 2019, e disponibilizados em seu site oficial: <<https://observatoriodacultura.com/2019/06/17/confira-o-levantamento-pontos-de-cultura-no-brasil-2019/>>. Acessado em 12 de janeiro de 2021.

recentes revelados pelo IBGE na publicação Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2007-2018 (IBGE, 2019). Os dados divulgados, que tomam por base os números coletados em diversas pesquisas da Instituição, a exemplo da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), apontam que, em 2018, 32,2% da população morava em municípios sem museu, 30,9%, sem teatro ou sala de espetáculo, 39,9%, sem cinema, 18,8% sem rádio AM ou FM local, 14,8%, sem provedor de internet. Em relação a esse último dado, quando são feitos outros recortes, como faixa etária, raça e escolaridade, a desvantagem é maior para os grupos vulneráveis: população preta ou parda (15,3%), crianças (15,6%) e sem instrução ou fundamental incompleto (17,7%), conforme tabela abaixo.

Tabela 1 - Proporção de pessoas residentes, por existência de equipamentos culturais tradicionais nos municípios, segundo características selecionadas das pessoas - Brasil – 2018

Características selecionadas das pessoas	Proporção de pessoas residentes, por existência de equipamentos culturais nos municípios (%)					
	Museu		Teatro ou sala de espetáculos		Cinema	
	presente	ausente	pre-sente	ausente	presente	ausente
<b>Total</b>	<b>67,8</b>	<b>32,2</b>	<b>69,1</b>	<b>30,9</b>	<b>60,1</b>	<b>39,9</b>
<b>Sexo</b>						
Homens	67	33	68,1	31,9	59	41
Mulheres	68,6	31,4	70	30	61	39
<b>Cor ou raça (1)</b>						
Branca	74,6	25,4	74,4	25,6	65,2	34,8
Preta ou parda	62,5	37,5	64,8	35,2	56	44
<b>Grupos de idade</b>						
0 a 14 anos de idade	64,1	35,9	65,4	34,6	56,2	43,8
15 a 29 anos de idade	67,2	32,8	68,6	31,4	59,6	40,4
30 a 59 anos de idade	69,3	30,7	70,6	29,4	61,8	38,2
60 anos ou mais de idade	69,6	30,4	70,3	29,7	61,1	38,9
<b>Nível de instrução (2)</b>						
Sem instrução ou fundamental incompleto	59,7	40,3	60,3	39,7	50,1	49,9
Ensino fundamental completo ou médio incompleto	67,5	32,5	69,5	30,5	60	40
Ensino médio completo ou superior incompleto	74,3	25,7	76,6	23,4	68,3	31,7
Ensino superior completo	84	16	84,6	15,4	79,2	20,8

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018 e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

(1) Exclusive pessoas de cor ou raça indígena, amarela e ignorada. (2) Para pessoas de 5 anos ou mais de idade.

Quando o recorte é geográfico, notam-se as disparidades entre as Unidades da Federação. As maiores proporções da população em municípios sem provedor de internet estavam no Piauí (51,3%) e em Tocantins (42,3%), por exemplo. Possivelmente essas localidades foram ainda mais atingidas pelos impactos da pandemia por Covid-19, entre os anos 2020 e 2021, que tinha no isolamento social a principal estratégia para a contenção do contágio e no ambiente on-line a possibilidade de manutenção das atividades sociais, laborais e econômicas.

Livrarias estavam presentes em 42,7% dos municípios em 2001, diminuindo para 17,7% deles em 2018. Já as videolocadoras tinham a maior participação em 2006 (82,0% dos municípios), chegando a seu mínimo histórico em 2018 (23,0%). Lojas de discos, fitas CDs, DVDs seguiram a mesma tendência.

A pesquisa registra ainda que equipamentos tradicionais como bibliotecas, museus, teatros, rádios e cinemas cresceram em presença nos municípios até 2014, com decréscimo em 2018. Apesar desse decréscimo, os valores encontrados em 2018 estavam similares ou maiores que o início da série em 1999, que apontavam dados ainda mais alarmantes, como: 82% dos municípios brasileiros não tinham museus, 84,5% não tinham teatro, 92% não tinham sequer uma sala de cinema e cerca de 20% não tinham bibliotecas públicas.

A variação na capilaridade desses equipamentos e meios de comunicação, segundo o IBGE (2019), parece ser influenciada por fatores econômicos, considerando o crescimento da economia na primeira década dos anos 2000 e a crise em anos recentes, o que teria levado a uma queda generalizada na capilaridade geográfica dos equipamentos e meios de comunicação entre as medições de 2014 e 2018. Outros fatores apontados pelo Instituto é a evolução tecnológica (barateamento de equipamentos eletrônicos, domésticos e profissionais, mudanças nas mídias etc.) e a alteração dos modos de fruição, que podem ter influenciado na popularidade de alguns equipamentos. Houve, nos últimos anos, aumento no acesso domiciliar à internet, na oferta de streaming de áudio e vídeo, no crescimento do comércio pela internet e a diminuição da importância das mídias físicas (IBGE, 2019, p. 148).

A tabela abaixo, com base em dados mensurados pelo IBGE desde 1999, apresenta o percentual de municípios com equipamentos culturais e meios de comunicação, com indicação de variação percentual, segundo o tipo de equipamento.

Tabela 2 - Percentual de municípios com equipamentos culturais e meios de comunicação (%)

<b>Tipo de equipamento</b>	<b>1999</b>	<b>2001</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2009</b>	<b>2012</b>	<b>2014</b>	<b>2018</b>	<b>Variação 2018/2006 (p.p)</b>	<b>Variação 2018/2014 (p.p)</b>
<b>Rádio FM local</b>	33,9	38,2	51,3	34,3	35,1	21,7	23,4	18,1	(-) 3,1	(-) 5,3
<b>Rádio comunitária</b>	...	...	...	48,6	52,6	38,3	46,9	43,5	9,2	(-) 3,4
<b>Provedor de internet</b>	16,4	22,7	46	45,6	55,6	11,6	12,1	7,4	(-) 2,2	(-) 4,7
<b>Tv a cabo</b>	6,7	...	...	...	...	57,4	65,5	58	12,4	(-) 7,5
<b>Biblioteca pública</b>	76,3	78,7	85	89,1	93,2	...	99,9	...	...	...
<b>Museu</b>	15,5	17,3	20,5	21,9	23,3	97	97,1	87,7	(-) 1,4	(-) 9,4
<b>Teatro ou sala de espetáculo</b>	13,7	18,8	20,9	21,2	21,1	25	27,2	25,9	4	(-) 1,3
<b>Centro cultural (1)</b>	...	...	...	24,8	29,6	22,4	23,4	20,6	(-) 0,6	(-) 2,8
<b>Estádio e/ou ginásio poliesportivo</b>	65	75,9	77,4	82,4	86,7	18	21,7	18,2	...	(-) 3,5
<b>Centro de artesanato</b>	...	...	...	...	...	89,4	91,4	82,1	(-) 0,3	(-) 9,3
<b>Cinema</b>	7,2	7,5	9,1	8,7	9,1	...	25	20,3	...	(-) 4,7
<b>Videolocadora</b>	63,9	64,1	77,5	82	69,6	10,7	10,4	10	1,3	(-) 0,4
<b>Loja de discos, CDs, fitas e DVDs</b>	34,4	49,2	54,8	59,8	44,9	6,3	6,7	6,1	(-) 0,9	(-) 0,6
<b>Livraria</b>	35,5	42,7	31	30	28	43	40,4	23,1	(-) 36,7	(-) 17,3
<b>Galeria de Arte</b>	...	...	...	...	...	25,2	27,4	17,7	(-) 12,3	(-) 9,7
<b>Unidade de ensino superior</b>	...	19,6	31,1	39,8	38,3	...	4,7	5,3	...	0,6
<b>Clube ou Associação recreativa</b>	...	70,4	...	72,6	61,4	39,5	39,9	31,8	(-) 8,0	(-) 8,1
<b>Lan house</b>	...	...	...	...	...	65,6	66,1	51,5	(-) 21,1	(-) 14,6
<b>Circo fixo</b>	...	...	...	...	...	80,7	82,4	53,5	...	(-) 28,9
						...	4,9	...	...	...

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999/2018

(1) Local destinado a atividades artístico-culturais e que conta com mais de dois tipos diferentes de equipamentos culturais em uso



Outra fonte de informação sobre a infraestrutura cultural do País pode ser acessada no site Mapas Culturais<sup>30</sup>, que congrega os dados do antigo cadastro do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), mantido pelo governo federal e preenchido pela sociedade civil. Nele, até o mês de agosto de 2021, estava registrada a existência de 22.743 espaços culturais no País, agrupados em 110 categorias<sup>31</sup> que vão dos mais tradicionais, como teatros, cinemas, museus, bibliotecas, circos, galerias etc., aos mais alternativos ou que abarcam uma concepção mais alargada do termo, como igrejas, trio elétricos, sebos, *lan houses*, mesquitas, terreiros, praças, escolas de artes, bancas de jornal, antiquários etc.

Como esse mapeamento depende da inserção das informações por parte da sociedade civil, supõe-se aqui que esse quantitativo possa ser ainda maior, tendo em vista que muitos agentes culturais desconhecem essa iniciativa e/ou não compreendem seu empreendimento como um espaço cultural.

Outro ponto a se considerar acerca dessa iniciativa é que os dados disponibilizados nos cadastros são poucos ou insuficientes para contribuir de forma efetiva na formulação de políticas públicas que os tenham como objeto. Estão registrados apenas uma breve apresentação do espaço, o tipo de categoria, as áreas de atuação, endereço, se têm acessibilidade, capacidade, responsáveis e telefone de contato, critérios de uso do espaço e uma galeria para *upload* de vídeos e fotos. É possível cadastrar também a agenda de programação do local. Não há nenhuma informação acerca de seus públicos, custos de manutenção, recursos humanos ou modelos de gestão empreendidos. Além disso, a plataforma é limitada em termos de recursos técnicos, passando a permitir apenas recentemente a exportação de dados para planilhas editáveis, possibilitando alguns cruzamentos com as informações disponíveis.

A ausência de equipamentos culturais ou sua existência deficitária nas cidades brasileiras se contrapõe às potencialidades da economia da cultura no País e alerta para a questão da invisibilidade em diversos territórios para a constituição e a promoção da diversidade social e cultural que abrigam. Aprofunda o desconhecimento que a população tem da sua rica e diversa produção cultural e denota a pouca relevância que lhe é atribuída (SERPA, 2010, p. 31). Per-

---

<sup>30</sup> O Mapas Culturais é um banco de dados disponível on-line que congrega o antigo cadastro do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) e é integrado a outras bases de dados da Secretaria Especial da Cultura, como a Rede Cultura Viva, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e o Cadastro Nacional de Museus. Cf. <http://mapas.cultura.gov.br/>. Acessado em: 30 ago. 2021.

<sup>31</sup> O Apêndice A traz a relação completa das 110 categorias de tipos de espaços culturais cadastrados no Mapas Culturais.

manece para o País, portanto, o desafio de se reverter o déficit de infraestrutura cultural, principalmente nos municípios de pequeno e médio porte, além de enfrentar a distribuição espacial desigual dos espaços culturais comum às grandes cidades brasileiras. Por outro lado, aos equipamentos existentes os desafios são de outra ordem, relacionados à sua sustentabilidade e manutenção, aos seus modos de gerir e se relacionar com seus diversos públicos, internos e externos – foco de abordagem do próximo tópico.

### **1.3.3 Políticas e gestão de espaços culturais públicos à luz da diversidade e da participação**

Tomando como premissa a ideia de que todas as pessoas têm direito à cultura, conforme proclamam a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)<sup>32</sup> e a Constituição Brasileira (1988)<sup>33</sup>, compreendo que as edificações voltadas às atividades culturais podem ser instrumentos de garantia à participação na vida cultural, uma vez que tais locais são adequados a abrigar múltiplas atividades, conteúdos e identidades e podem, assim, acolher, apoiar e difundir a diversidade cultural tão característica do País.

O fator humano é uma perspectiva fundamental no âmbito dos espaços culturais. Segundo Milanesi, esses locais “são erguidos para os homens, seres diversificados, [com] histórias de vida diferentes e motivos diversos para estar ali”, e que o espaço é “inútil se o ambiente não propiciar a integração das pessoas” (MILANESI, 2003, p.189; 200). Se priorizados em suas ações a diversidade cultural, a coletividade e o diálogo, isso pode contribuir para a construção de um espaço que possibilite, de fato, viver “experiências significativas e rever a si próprio e suas relações com os demais” (2003, p.28). Nesse sentido, o espaço cultural espelha o tratamento dado pela sociedade às questões da cultura, da diversidade e da participação.

Os espaços de cultura têm um papel fundamental nas sociedades contemporâneas, que é atuar na perspectiva da pluralidade e equidade cultural, devendo ocupar o lugar de protagonista na defesa e no reconhecimento dos diferentes sujeitos, práticas e realidades culturais de

<sup>32</sup> A Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 1948 pelas Nações Unidas, em seu Artigo XXVII, diz que “toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de gozar das artes e de aproveitar-se dos progressos científicos e dos benefícios que deles resultam”. Cf. DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acessado em: 14 jan. 2021.

<sup>33</sup> A Constituição Brasileira, promulgada em 1988, defende em seu Artigo 215 que: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Cf. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acessado em: 14 jan. 2021.

determinado território. São essenciais em todos os elos da cadeia produtiva da cultura – formação, criação, difusão e consumo/fruição. Atendem ainda à reflexão e à memória; e, ademais, à produção de capital cultural e econômico: “a presença de equipamentos culturais, em especial se possuem uma dimensão icônica, pode contribuir para a autoestima e aguçar os sentimentos de pertencimento da comunidade em que está inserido” (RIZA; DORATLI; FASLI, 2012 *apud* PAIVA, 2019, p. 59).

Isso posto, os desafios para as políticas e gestão pública da cultura no âmbito dos espaços culturais são muitos, o que exige dos profissionais envolvidos empenho em uma escuta constante e sensível, de forma a reconhecer as diversas demandas e anseios.

Por “política cultural” tomo como referência a compreensão elaborada por Néstor García Canclini, que a define como um conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, as instituições e grupos organizados da sociedade civil, a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e alcançar a transformação social (2005, p.78).

Embora o autor não determine em sua conceituação quem deverá definir quais são as necessidades culturais da população, entendo que, ao colocar a sociedade em igualdade com o Estado e a iniciativa privada na responsabilidade pela formulação das intervenções no campo da cultura, o estabelecimento dessas necessidades deverá ser dialógico. Deverá também ser um exercício permanente e sistemático, visto que essas necessidades não são estáticas, unitárias e finitas, mas se modificam e se ampliam diante das dinâmicas e contextos do nosso tempo e espaço.

Assim, as instâncias de escuta, interlocução, negociação ou controle social devem ser constantes e garantir a participação de indivíduos e coletivos de diferentes posicionamentos, valores e origens na sociedade. Como assinala Vich, construir políticas culturais exige “constatar a falta de fomento, desigualdade de acesso, necessidade de gerar mecanismos que permitam um maior intercâmbio de capitais simbólicos” (2014, p. 14). O autor alerta ainda que as políticas culturais devem estar articuladas com outras dimensões da vida social, como as políticas econômicas, da saúde, da habitação, do meio ambiente, de gênero, de segurança cidadã, do combate à corrupção. Para ele, “se as políticas culturais não estão articuladas com esferas fora de si mesmas, o mais provável é que a cultura continue sendo vista como entretenimento ou como assunto para especialistas” (VICH, 2017, p. 50).

Nesse contexto, é papel da gestão operacionalizar as diretrizes estabelecidas pelas políticas culturais definidas e implementadas coletiva e transversalmente. Caberia, portanto, à gestão se ocupar “em criar os meios para que certas práticas culturais ganhem um espaço singular para certa coletividade” (DIAS, 2011, p.30).

“Gestão cultural” é um termo relativamente recente no cenário cultural brasileiro. A ampliação do conceito de cultura e a consolidação de políticas públicas voltadas para o campo, em todas as suas dimensões, bem como a aproximação entre economia e cultura, são algumas das transformações contemporâneas que provocaram o surgimento da expressão “gestão cultural”. No Brasil, a criação do Ministério da Cultura, na década de 1980, até então anexado à pasta da Educação, é um divisor de águas nesse sentido<sup>34</sup>. Foi nesse período de grandes mudanças sociopolíticas advindas da redemocratização do País que teve início um processo de consolidação da gestão cultural enquanto campo profissional (FURTADO, 2012).

A gestão cultural pressupõe procedimentos administrativos e operacionais para a gerência de processos no campo da cultura, mas não deve se restringir ao tecnicismo. A gestão deve estar amparada num claro posicionamento conceitual a orientar seus objetivos e, sobretudo, almeja-se dos profissionais que a operam serem capazes de reconhecer

as articulações entre a gestão pública da cultura, diferentes modelos de desenvolvimento, dinâmicas de mercado (em um contexto de mercantilização de cultura), reconhecimento da diversidade; processos de formação de gosto, por um lado, e de profissionalização da gestão cultural, por outro, uma vez que é nesse contexto que os gestores culturais atuam (BEZERRA, 2019, p. 8)

Dessa forma, espera-se que o gestor da cultura compreenda as práticas culturais como processos – dinâmicos, ambíguos e sujeitos a significações diversas – e possa planejar segundo os fazeres e os querereres que os diversos indivíduos e grupos deixam aflorar de seus cotidianos (RODRIGUES, 2009; 2012). Não há, portanto, modelos gerais de gestão cultural, vez que “deve-se buscar, em primeiro lugar, a construção de um modelo próprio de gestão a partir do conhecimento das condições e circunstâncias presentes no contexto no qual se vai atuar, confrontando e desenvolvendo as diferentes formas de expressão e manifestação cultural” (BAYARDO, 2008 *apud* SILVA, 2008, p.4).

Considerando que é próprio da cultura o dinamismo e a diversidade, é recomendável

---

<sup>34</sup> A criação do Ministério da Cultura (MINC), em 1985, é um importante marco político e institucional para a construção de políticas culturais no Brasil. Entretanto, é preciso lembrar que os antecedentes históricos do Decreto n. 91.144, de 15 de março de 1985, que criou o MINC, foram marcados por intenso debate, entre aqueles que defendiam a criação do ministério como estratégia para a construção efetiva de políticas culturais no País e os intelectuais de esquerda e políticos da chamada nova esquerda que se posicionavam contra, alegando que o melhor seria fortalecer a Secretaria de Cultura do MEC e não a construção de um novo e enfraquecido ministério (FERRON; ARRUDA, 2019 *apud* BARROS; RATTES, 2021). A despeito da falta de consenso, o debate, a mobilização e os posicionamentos, mesmo que contrários, expressavam a importância da cultura no processo de redemocratização. Com a efetividade da criação do ministério, a pasta tornou-se um dispositivo central na constituição do campo da gestão cultural no País, junto ao crescimento do mercado cultural e da expansão da malha de equipamentos culturais, oportunizado pela implantação de mecanismos de fomento à cultura via incentivos fiscais (BARROS; RATTES, 2021, p. 266).

aos gestores e profissionais que atuam na área estarem atentos ao mundo à sua volta. A realidade deve ser a principal fonte de consulta e inspiração – ela indicará os melhores caminhos, modelos e estratégias a serem adotados para uma gestão coerente com as necessidades apontadas pela comunidade. Cada espaço cultural tem um perfil, cada um traz em si uma singularidade distinta, com missões e desafios particulares, cada um guarda uma série de diferenciações em relação a outros equipamentos. Dessa forma, o gestor precisa ter o entendimento exato da conjuntura em que está inserido e estar suficientemente articulado com outros atores sociais daquele entorno (RATTES, 2017).

Nesses termos, os espaços culturais públicos precisam estar a tal ponto envolvidos no território onde estão inseridos que estabeleçam formas de aproximar à gestão a participação da comunidade local. A expectativa é que a diversidade não esteja limitada aos diferentes atores envolvidos, mas presente em todas as camadas e dimensões, que incluem ainda os modos de gerir, os conteúdos disponibilizados, os públicos atendidos, as dinâmicas locais, a comunicação do espaço cultural. Segundo Barros, “uma gestão cultural atenta e coerente com a diversidade cultural deve reconhecer, para além da presença de diferentes padrões e configurações dos campos culturais, o desafio de articular lógicas e modelos de institucionalização e legitimação singulares” (2009a, p. 71). O autor assinala ainda que “reconhecer na diversidade cultural apenas a presença de diferenças estéticas é simplificar a questão” e o que torna a questão complexa é que há sempre a “tensão política e cognitiva de diferentes modelos de ordenamento e gestão” (BARROS, 2009a, p. 71).

É bem verdade que a lógica do setor público, com suas amarras burocráticas, influência político-partidária por vezes com interesses enviesados ou não republicanos, hierarquia verticalizada e todas as inconstâncias e disputas que lhes são próprias, muitas vezes vai de encontro a uma abordagem mais contemporânea de atuação dos espaços de cultura, que envolvam mais participação popular e diversidade. Mas não apenas isso. Quando se considera o segmento dos espaços culturais, o que se observa na verdade é a quase inexistência de políticas públicas específicas para o setor ou, quando existem, em geral, são implementadas com objetivos múltiplos, nos quais também envolvem espaços e equipamentos de cultura. E não raro essas políticas são descontínuas e/ou incompletas.

De acordo com Nussbaumer, “os espaços culturais fazem parte de um circuito que depende, além das políticas culturais vigentes, do envolvimento dos atores do campo e das relações de poder que esses travam e que, em última instância, determinam os seus modos de funcionamento e subsistência” (2019, p. 12). Nesse contexto, os profissionais que atuam no âmbito

desses espaços têm grande responsabilidade e muitos desafios a enfrentar, entre os quais estão a ausência de políticas públicas e a pouca oferta de cursos de formação e/ou qualificação que absorvam a amplitude de habilidades e competências (há menos ainda quando se trata do compartilhamento de saberes não hegemônicos) que se almejam dos gestores de espaços culturais e que dialoguem com a ideia de cultura como direito fundamental da sociedade.

Nesse sentido, a experiência do Programa Praças CEU se impõe de forma positiva e desafiadora na perspectiva de que propõe um modelo de gestão que se pretende compartilhada entre o poder público e a sociedade civil. As Praças são um laboratório de exercício da cidadania. O envolvimento da comunidade local em sua gestão pode ocasionar uma espiral de interesse na vida pública, que pode ser transformador tanto do ponto de vista pessoal como coletivo, além de desnudar outras e novas nuances no processo de gestão de um espaço público.

No próximo capítulo apresento o programa Praças CEU– Centros de Artes e Esportes Unificados, que, em certa medida, buscou articular em seu modelo de gestão os dois conceitos-chave – participação e diversidade – de que tratei ao longo deste primeiro capítulo.

## 2 PROGRAMA PRAÇA CEU – CENTROS DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS

Neste segundo capítulo, apresento o objeto de investigação desta tese: o programa Praça CEU – Centros de Artes e Esportes Unificados, abordando suas origens e bases conceituais no âmbito, sobretudo, do Ministério da Cultura, o processo de implantação pelo País, o modelo de gestão empregado em sua administração, os usos e apropriações por parte da sociedade civil, bem como os resultados e impactos socioculturais dessa iniciativa, a partir de dados coletados no site e documentos oficiais, entrevistas com gestores lotados nos ministérios e secretarias municipais responsáveis pelo programa, estudos e pesquisas publicados sobre as Praças e temas correlatos.

### 2.1 AS BASES DE APOIO À CULTURA (BACS) E O MAIS CULTURA: ORIGEM DO PROGRAMA PRAÇA CEU

Em 9 de setembro de 2010, os Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Cultura, do Esporte, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Justiça e do Trabalho e Emprego, convocados pela Casa Civil da Presidência da República, publicaram, conjuntamente, a Portaria Interministerial nº 401/2010, que instituiu o processo de seleção de propostas para a implantação de 400 Praças do PAC, a serem financiadas com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2)<sup>35</sup>.

Renomeado algumas vezes ao longo de sua trajetória de um pouco mais de dez anos, o programa Praças do PAC já foi chamado de Praças dos Esportes e da Cultura (PEC) e de Praças das Artes, até ser rebatizado de Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs), através da Portaria nº.18, de 21 de fevereiro de 2013. Com a vitória do então candidato do Partido Social Liberal (PSL) à presidência da república, Jair Bolsonaro, nas eleições de 2018, o programa

---

<sup>35</sup> Criado em 2007, o Programa tinha por objetivo promover a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do País, com o intuito de construir um desenvolvimento acelerado e sustentável. Nos seus primeiros quatro anos, o PAC dobrou os investimentos públicos brasileiros (de 1,62% do PIB em 2006 para 3,27% em 2010), gerando recorde de empregos – 8,2 milhões de postos de trabalho criados no período. A segunda fase do Programa tinha o mesmo pensamento estratégico, estabelecendo mais parcerias com estados e municípios, para a execução de obras estruturantes. Porém, com a crise econômica a partir de 2015, o projeto teve parte de seus recursos contingenciados ou até mesmo cortados, e, com a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, para o mandato 2019-2022, o PAC foi extinto. Cf. <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>. Acessado em: abr. 2019.

passou a ser chamado de Estação Cidadania – Cultura, conforme portaria nº 876, de 15 de maio de 2019. Dois anos depois, o programa foi renomeado mais uma vez, por meio da Portaria MTUR nº 15 de 21 de maio de 2021, sendo denominado Pracinhas da cultura. No entanto, ainda é mais conhecido como “Praça” ou “Praça CEU”, sendo assim referido ao longo deste trabalho.

O lançamento do edital do programa foi feito no último ano da segunda gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2010. Era o começo de uma iniciativa que vinha sendo discutida dentro do Ministério da Cultura (MinC) desde pelo menos o ano de 2003, início da gestão de Gilberto Gil. Era interesse do MinC e seus gestores da época encontrar alternativas para suprir a defasagem da infraestrutura cultural do País. Exemplos desse movimento foram o projeto Bases de Apoio à Cultura (BAC) e o programa Mais Cultura. Este último, concebido como PAC da Cultura e criado pela Secretaria de Articulação Institucional do MinC, foi emblemático e decisivo para o que viria a ser o programa Praças CEU anos mais tarde.

No que diz respeito às BACs, o projeto foi proposto nos primeiros anos da gestão Gil e tinha por objetivo instalar 50 estruturas de 1.300m<sup>2</sup> em áreas periféricas das cidades brasileiras, com a finalidade de apoiar a produção cultural comunitária. À época, o MinC anunciou que o custo total do projeto era de R\$ 70 milhões de reais e que negociava o financiamento por meio da Petrobras e de outras duas empresas da iniciativa privada, uma vez que o ministério não dispunha de recursos para a execução do programa<sup>36</sup>. As BACs foram pensadas como espaços de infraestrutura tecnológica para a produção cultural das comunidades e a articulação entre elas, assim conectando as comunidades entre si e com o mundo (VELOSO, 2015).

O projeto não foi adiante por falta de recursos e as duas primeiras BACs anunciadas pelo Ministério, uma na Rocinha, no Rio de Janeiro, e outra no Distrito Federal, não chegaram a ser instaladas. No entanto, embora não realizado, o projeto permitiu ao Ministério promover uma intensa discussão sobre como seria o funcionamento desses espaços e como se daria a relação com as comunidades nas quais seriam implementados. Pensadas prioritariamente como locais de produção digital e espaços de formação cultural, desenvolveu-se em torno das BACs uma série de metodologias para a apropriação não apenas dos locais, como também das ferramentas digitais e tecnologias sociais que transitariam naquelas Bases (VELOSO, 2015). Essas referências viriam, em certa medida, a integrar o Programa Cultura Viva, em processo de conformação naquele período, uma vez que a ideia de apropriação tecnológica permaneceu tanto no escopo do projeto dos Pontos de Cultura quanto no programa que originaria as Praças CEU

---

<sup>36</sup> Cf. <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2003-06-02/gil-busca-parceiros-para-instalar-50-bases-de-apoio-cultura> e <https://dricaveloso.wordpress.com/2015/01/13/das-bacs-aos-ceus/>. Acessados em: abr. 2019.



alguns anos depois, tendo em vista a permanência e o amadurecimento de temas caros àquela gestão do MinC, como mobilização e participação social.

Ainda na esteira da implementação de políticas de enfrentamento à escassez de equipamentos culturais no País, sobretudo em áreas periféricas das grandes cidades e em municípios de médio e pequeno porte, surgiu em 2007 o Programa Mais Cultura, que integrava o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1) instituído pelo governo federal naquele mesmo ano.

O programa Mais Cultura é fundamental para compreender os conceitos que viriam a compor o programa Praças do PAC e a política de construção, gestão e participação social no âmbito dos equipamentos culturais estabelecidos pelo Ministério da Cultura. Com a expectativa de incluir a cultura no debate sobre o desenvolvimento econômico e social do País, o Mais Cultura buscava ampliar os investimentos em infraestrutura de forma articulada às políticas e ações em consolidação pelo MinC, incluindo o Cultura Viva, ações de livro e leitura, de audiovisual e de desenvolvimento da economia da cultura. Segundo documentos do MinC, a “estratégia era investir em infraestrutura para impulsionar o processo de valorização e apoio à produção cultural de base comunitária desencadeado pelo Cultura Viva nos anos anteriores” (MINC, 2015, p. 3).

Assim, o programa Mais Cultura foi criado para atender objetivos como: 1. ampliar o acesso aos bens e serviços culturais e meios necessários para a expressão simbólica, 2. qualificar o ambiente social das cidades do meio rural, e 3. gerar oportunidades de trabalho, emprego e renda. A partir disso, estruturou-se sobre três eixos: 1. Cidadania; 2. Cidades; e 3. Economia. O primeiro era voltado à qualificação do ambiente social, com criação de infraestrutura cultural; o segundo contemplava o protagonismo das identidades e da diversidade cultural; por fim, o terceiro dialogava com as questões de ocupação, renda, emprego e de financiamento da cultura (BRASIL, 2007, p. 1).

<b>Eixo I</b>	<b>Eixo II</b>	<b>Eixo III</b>
<b>Cultura e Cidadania</b>	<b>Cultura e Cidades</b>	<b>Cultura e Economia</b>
<b>Diretrizes Associadas</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover melhoria da qualidade de vida;</li> <li>- Valorizar e fortalecer a diversidade cultural;</li> <li>- Ampliar o acesso aos bens e serviços culturais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Qualificar o ambiente social das cidades por meio da construção, reforma, modernização e adaptação de espaços culturais;</li> <li>- Democratizar o acesso a equipamentos culturais e atrair, principalmente, as populações de áreas menos favorecidas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Gerar oportunidades de emprego e renda para trabalhadores, micro, pequenas e médias empresas do mercado cultural brasileiro;</li> <li>- Incorporar progressivamente a parcela informal de trabalhadores da cultura na economia formal;</li> </ul>

		- Disponibilizar acesso a créditos e meios de circulação e veiculação de bens e serviços culturais.
<b>Ações associadas</b>		
- Pontos de Cultura - Pontos de Leitura - Pontinhos de Cultura - Cine Mais Cultura - Produção de conteúdos para TV Pública - Agente de Leitura - Vale Cultura - Periódicos de conteúdo Mais Cultura	- Bibliotecas - Espaços Mais Cultura - Pontos de Memória	- Promoção do Artesanato de Tradição Cultural (Promoart) - Microcrédito Cultural - Microprojetos Mais Cultura

Quadro 3 – Objetivos do Mais Cultura divididos por eixos de atuação  
Fonte: Governo Federal, 2007

A maioria das ações que passou a integrar o escopo do Mais Cultura já existia antes da criação do programa, ou seja, ele incorporou projetos e programas já em operação pelo Ministério, a exemplo do Ponto de Cultura. Outro aspecto do Mais Cultura era a necessidade de diálogo do MinC com outros órgãos, pois, de acordo com Decreto nº. 6.226/2007, que o instituiu, a sua execução se daria mediante acordos com órgãos e entidades da administração pública federal, dos estados e municípios, entre outras instituições. Ou seja, para a execução das ações planejadas no âmbito do Programa, o Ministério precisava firmar parcerias, tanto com outros ministérios quanto com governos estaduais e prefeituras.

Nesse contexto, foram articulados 15 projetos de espaços culturais em áreas de favelas em processo de urbanização nas capitais brasileiras, com investimentos em torno de 13,5 milhões de reais. Essas ações, consideradas as primeiras do programa, dentro do eixo Cultura e Cidades, ocorreram por meio de uma parceria entre o MinC e o Ministério das Cidades (MCidades), no âmbito do Programa de Urbanização de Assentamentos Precários, integrante do PAC. Por meio de repasses de recursos do MinC ao MCidades, foram assinados aditivos aos Termos de Compromisso já estabelecidos com governos estaduais, com o objetivo de complementar a urbanização de grandes favelas que já estava em andamento com a instalação de equipamentos culturais para uso e configuração diversos. Paralelamente, foram firmados convênios com prefeituras e governos estaduais, parte proveniente de emendas parlamentares, visando apoiar a construção de equipamentos culturais multiuso. Exemplos desta iniciativa são as Bibliotecas Parque de Manguinhos e da Rocinha, ambas na cidade do Rio de Janeiro (MINC, 2015).

Avançando na consolidação do programa Mais Cultura, em janeiro de 2010, o MinC publicou um edital cujo objeto era a seleção de projetos para a implantação de Espaços Mais

Cultura, de 225m<sup>2</sup>, em municípios com até 500 mil habitantes. Os projetos deveriam prever construção; aquisição, instalação e manutenção de equipamentos e mobiliário; programação; e gestão de novos espaços culturais, destinados à fruição, produção, difusão, formação, convivência e práticas culturais, ao estímulo de diálogo, à interação entre linguagens artísticas e a trocas simbólicas. Com recursos na ordem de nove milhões de reais, o edital previa selecionar, no mínimo, 20 projetos de construção de Espaços Mais Cultura, bem como compor um banco de pré-projetos, que poderiam vir a ser desenvolvidos caso houvesse disponibilidade orçamentária por parte do Ministério da Cultura. O edital era exclusivo para regiões de baixo índice de desenvolvimento humano (IDH), de alto risco social e que não tinham equipamentos culturais. Exigia-se ainda que os projetos inscritos previssem a participação da comunidade atendida, desde sua concepção, passando pela construção e implantação do equipamento, até sua programação e gestão (MINC, 2010b).

Segundo o MinC, a partir dessas experiências foi-se consolidando no âmbito do programa Mais Cultura uma proposta de implementação de espaços e bibliotecas, baseada na constatação do déficit de equipamentos culturais no País e centrada, sobretudo, na participação social, na articulação com demais programas e ações do Ministério e no desenvolvimento territorial (MINC, 2015).

A experiência possibilitou ao MinC consolidar uma metodologia para a instalação dos espaços e bibliotecas vinculados ao Mais Cultura, que se estruturava em quatro eixos: 1. arquitetura e inserção urbana; 2. mobilização social e gestão; 3. design, mobiliário e comunicação visual; e 4. usos e programação.

Diante desse contexto, quando a Casa Civil da presidência da república lançou a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC2, e iniciou o debate sobre a criação das Praças do PAC, em março de 2010, já havia cerca de 26 espaços e bibliotecas, com convênio firmado com prefeituras, totalizando R\$ 22,2 milhões<sup>37</sup>, sob a metodologia criada pelo MinC. Dessa metodologia se destacava, sobretudo, o eixo referente a mobilização social e gestão.

Assim, o MinC e outros quatro ministérios (1. Esporte, 2. Trabalho e Emprego, 3. Desenvolvimento Social e Combate à Fome e 4. Justiça) foram convocados pela Casa Civil para, conjuntamente, conceberem o Programa Praças do PAC.

Devido à expertise adquirida com o Mais Cultura, o MinC pôde contribuir significativamente para a conformação do programa, influenciando fortemente o projeto, sobretudo no

---

<sup>37</sup> Em 2012, devido às emendas parlamentares, o número havia crescido para 57 projetos conveniados, totalizando 71,7 milhões. Destes, 28 haviam iniciado a execução, totalizando R\$ 44,0 milhões (SAI/DINC/MinC, 2012).

modelo arquitetônico e na metodologia para mobilização social e de constituição dos grupos gestores dos equipamentos. Por conta dessa experiência, o MinC assumiu a coordenação do programa perante os demais ministérios envolvidos, a partir do ano de 2011, com o consentimento da Casa Civil e Ministério do Planejamento.

Dessa forma, tanto as BACs, em 2003-2004 quanto o Mais Cultura, em 2007, podem ser considerados a origem conceitual do programa Praças do PAC, e o PAC, por sua vez, a sua viabilização financeira, a possibilidade de concretização, sem o qual, provavelmente, não teria sido possível. Dados do governo apontam que ao assumir a coordenação das Praças, o MinC elevou o seu orçamento em R\$765,3 milhões, totalizando R\$2,1 bilhões em 2011, ano seguinte ao lançamento do edital das Praças (MinC, 2015). Ou seja, o significativo aporte de recursos públicos por parte do governo federal tornou possível a realização do programa.

É fundamental entender a importância do PAC nesse processo. Criado com o intuito de alterar o rumo da política econômica do País, o programa pretendia estimular o setor produtivo da economia brasileira, impulsionar a modernização tecnológica, acelerar o crescimento, ampliar a competitividade e integrar o Brasil a outras partes do mundo (BRASIL, 2010). Além disso,

a Agenda Social do governo propunha consolidar a garantia dos direitos, reduzir a desigualdade social e fortalecer o pacto federativo. Foi nesse âmbito que a Cultura integrou o PAC, com a criação do programa Mais Cultura, cujo slogan era ‘Promover o acesso à cultura e à diversidade é investir em um país de todos’ e posteriormente com o programa Praças do PAC. De acordo com o então ministro Gilberto Gil (2003-2008), o ingresso do programa Mais Cultura na agenda social colocava a cultura em um novo patamar, reconhecendo-a, não apenas como responsabilidade do MinC, mas de todo o governo (ROCHA, 2014, p. 28).

<b>Da origem ao lançamento do Programa Praças CEU</b>				
<b>2003-2004</b>	<b>2007</b>		<b>2010</b>	
BACs	PAC 1	Programa Mais Cultura	PAC 2	Lançamento do Programa Praças do PAC
Sem dotação orçamentária o projeto não é realizado.	A primeira etapa do PAC é a viabilização financeira do Programa Mais Cultura. Conformação de uma metodologia de trabalho.		As BACs e o Mais Cultura são a origem conceitual e o PAC 2 a viabilidade financeira do Programa Praças do PAC. Consolidação de uma metodologia de trabalho.	

Quadro 4 – Origem ao lançamento do Programa Praças CEU

Fonte: Elaborado pelo autor

### 2.1.1 Contribuições dos demais Ministérios

Embora a origem conceitual do programa Praça CEU esteja atrelada às experiências vividas pelo MinC e à oportunidade de investimentos em infraestrutura criada e gerenciada pela Casa Civil, por meio do PAC 1 e 2, vale registrar que os demais ministérios também contribuíram para a conformação do programa com base nos projetos por eles já desenvolvidos, com previsão de uma atuação mais significativa no pós-obra.

As Praças da Juventude, por exemplo, foi o programa do Ministério do Esporte utilizado como referência para os espaços esportivos das Praças CEU. Criado em 2007, o objetivo do programa era instalar equipamentos esportivos públicos e qualificado para a população e que pudessem, ao mesmo tempo, tornar-se pontos de encontro e referência para a juventude. Para além do esporte, a Praça foi concebida para ser uma área de convivência comunitária para a realização de atividades culturais, de inclusão digital e de lazer, para a população de faixas etárias diversas. Financiadas pelo PAC por meio de convênios entre a União e os governos locais (estados e municípios), a gestão também foi pensada para ser compartilhada entre poder público e sociedade civil<sup>38</sup>.

A cargo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) ficou a gestão do Centro de Referência e Assistência Social (CRAS), tendo como base as normas e diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)<sup>39</sup>. As Praças contam com um espaço específico para o CRAS, que atuam na proteção social básica, sob a ótica da prevenção e do acompanhamento familiar. Obrigatoriamente, esses Centros contam com uma equipe mínima, composta por dois técnicos de nível superior, sendo um assistente social e um psicólogo, e dois técnicos de nível médio, que pode atender até 2.500 famílias. Ao todo, são mais de 8.360 unidades distribuídas em todo o País, incluindo aqueles instalados nas Praças CEU, até o ano de 2020<sup>40</sup>.

Segundo Fabiane Macedo<sup>41</sup>, representante do MDS, embora o CRAS seja um equipamento presente em diversas cidades do País, aqueles instalados nas Praças CEU trazem como

<sup>38</sup> Cf. Secretaria Especial do Esporte. <http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/institucional/secretaria-executiva/praca-da-juventude>. Acessado em: abr. 2019.

<sup>39</sup> O Sistema Único de Assistência Social (Suas) é um sistema público que organiza os serviços de assistência social no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal. Criado a partir das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social e previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), o Sistema teve suas bases de implantação consolidadas em 2005, por meio da Norma Operacional Básica do Suas (NOB/Suas), que apresenta as competências de cada órgão federado e os eixos de implementação e consolidação da iniciativa. Cf. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/o-que-e>. Acessado em: 29 dez. 2020.

<sup>40</sup> Cf. Ministério da Cidadania. <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/protacao-social-e-ofertada-em-mais-de-8-3-mil-unidades-do-cras-em-todo-o-pais>. Acessado em: 28 set. 2021.

<sup>41</sup> Cf. Entrevista realizada com Fabiane Macedo Borges, do Departamento de Proteção Social Básica, do Ministério do Desenvolvimento social, em 14 de dezembro de 2017, em Brasília-DF, conduzida pelo autor.

diferenciação aos demais a questão da intersetorialidade. De acordo com ela, já é função do CRAS identificar e apoiar famílias em vulnerabilidade e encaminhá-las para as diversas políticas públicas em desenvolvimento no município. Estar, portanto, instalado em uma praça com proximidade física em relação a outras áreas do campo social potencializaria ainda mais a ação do equipamento. No entanto, ela registra também que não há dentro do MDS um setor específico responsável pelos CRAS que atuam nas Praças CEU, sendo eles tratados pela mesma coordenação geral que acompanha todos os demais.

Em geral, o principal serviço oferecido pelo CRAS é o de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que é uma ação continuada da Assistência Social e que foi “concebido a partir do reconhecimento [de] que as vulnerabilidades e riscos sociais, que atingem as famílias, extrapolam a dimensão econômica, exigindo intervenções que trabalhem aspectos objetivos e subjetivos relacionados à função protetiva da família e ao direito à convivência familiar” (MDS, 2015, s/p). O CRAS é o único equipamento da Praça CEU que tem recurso garantido, transferido fundo a fundo, diretamente do governo federal para a administração municipal, o que lhe confere, em alguma medida, ações continuadas e maior estabilidade.

O Ministério da Justiça contribuiu com as experiências dotadas a partir do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), destinado à prevenção, controle e repressão da criminalidade, em que se articulam ações de segurança pública com políticas sociais, por meio da integração entre União, estados e municípios. Segundo informações do Ministério, entre os principais eixos do Pronasci estão a valorização dos profissionais de segurança pública; a reestruturação do sistema penitenciário; o combate à corrupção policial e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência. O programa tinha por objetivo também atuar em conjunto com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas regiões com obras de urbanização para a recuperação de espaços urbanos e melhoria da infraestrutura nas comunidades<sup>42</sup>.

Por fim, coube ao Ministério do Trabalho e Emprego contribuir com o programa das Praças CEU por meio de ações de qualificação profissional. A representante do Ministério, Letícia Moreira de Oliveira, Coordenadora-Geral do Sistema Nacional de Emprego, explicou que a pasta tem interesse em orientar na busca do microcrédito, e está disponibilizando um aplicativo para o SINE, para facilitar a busca por emprego (MINC, 2017b).

O Ministério buscou também investir em alternativas de sustentabilidade por meio do Programa de Economia Solidária, segundo o especialista em Políticas Públicas José Ivan

---

<sup>42</sup> Cf. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/consu-midor/Anexos/programas-de-governo>. Acessado em: 15 abr. 2019.

Aquino<sup>43</sup>, que atua na Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, e participou de encontros interministeriais realizados em diversas Praças com o propósito de apresentar os resultados de três Conferências Nacionais sobre o tema, compartilhar informações de empreendimentos de economia solidária e estimular a criação de redes entre eles e em torno das Praças (MINC, 2017b). Entretanto, de acordo com o entrevistado, embora tenha havido reuniões com o Ministério da Cultura para o estreitamento e o desenvolvimento de ações conjuntas nesse segmento, principalmente a partir da Secretaria de Economia Criativa, até aquele momento não havia evoluído nenhum plano.

Outra proposta do Ministério do Trabalho diz respeito ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem<sup>44</sup>, que objetiva utilizar as Praças como ponto de apoio para ampliar o atendimento aos jovens excluídos da escola e da formação profissional. Destinado a jovens desempregados, de 18 a 29 anos, com renda per capita familiar de até um salário mínimo, o programa buscava oferecer qualificação profissional e conduzir esses jovens para o mercado de trabalho.

As Praças seriam, assim, um espaço aglutinador de uma série de políticas públicas voltadas para o campo social e destinadas a populações com poucas alternativas e um entorno de baixa renda. Para além disso, abrigariam também iniciativas propostas pelas comunidades, como proposições artístico-culturais e esportivas, núcleos de economia solidária, formação de redes de proteção social etc.

No entanto, vale salientar que todos esses ministérios, à exceção da pasta da Justiça, foram descontinuados ou sofreram alterações significativas a partir de 2019, com o início do governo Bolsonaro. O Ministério do Esporte, criado em 1995 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, foi extinto em janeiro de 2019 e incorporado ao Ministério da Cidadania. A pasta do Desenvolvimento Social, que havia sido criada em 2004 na gestão Lula, foi igualmente extinta e também incorporada à Cidadania, em 2019. A extinção também foi o destino do Ministério do Trabalho, que se tornou uma secretaria especial do Ministério da Economia, criado na gestão Bolsonaro. Dois anos depois, em 2021, porém, foi recriado, sob a denominação de Ministério do Trabalho e Previdência Social, quando o País atingia a taxa de 14,6% de desemprego, algo em torno de 14,8 milhões de pessoas, segundo dados do IBGE.

---

<sup>43</sup> Entrevista realizada com José Ivan Mayer de Aquino, especialista em políticas públicas e gestão governamental, do Ministério do Trabalho, em 14 de dezembro de 2017, no Ministério do Trabalho, em Brasília-DF, conduzida pelo autor. Aquino atuou também no Ministério do Esporte, representando-o no Programa Praça CEU.

<sup>44</sup> O projeto foi criado a partir da integração de seis programas já existentes: Agente Jovem, Saberes da Terra, ProJovem, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica.

Porém, mesmo antes do desmonte a partir de Bolsonaro, segundo os entrevistados<sup>45</sup>, a participação dos ministérios parceiros e de outras secretarias do próprio MinC não era tão fluida e constante como se desejava. De acordo com eles, as articulações e negociações eram difíceis, com entraves, disputas e burocracias próprios da dinâmica governamental, como: divergências conceituais e de gestão, disputas políticas, descontinuidade de projetos e programas, ausência de recursos financeiros, poucos funcionários para muitas demandas, entre outros.

Essas instabilidades e constantes alterações organizacionais dos órgãos colaboraram para a desarticulação, o enfraquecimento e/ou a paralisação das ações intraministério e interministeriais em torno do programa Praça CEU, fragilizando um dos seus pilares de sustentação, que é a intersectorialidade, em especial no nível federal.

### **2.1.2 As fases do programa Praças CEU**

Uma vez elaborado o projeto do programa Praça do PAC com a participação dos cinco ministérios anteriormente referenciados e publicado o edital em setembro de 2010, as primeiras Praças começaram a ser inauguradas a partir de 2012. Nesse período foi criada, dentro do Ministério da Cultura, a Diretoria de Programas Especiais e Infraestrutura Cultural<sup>46</sup>, por meio do Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012, que passou a se responsabilizar pelo programa.

No ano seguinte, na ocasião da III Conferência Nacional de Cultura, realizada entre novembro e dezembro de 2013, o MinC, tendo à frente Marta Suplicy (à época no PT, atualmente sem partido, depois de ter passado pelo MDB, entre 2015 e 2018, e Solidariedade, em 2020), estabeleceu quatro programas prioritários<sup>47</sup>, entre os quais estava a criação e descentralização de equipamentos culturais por meio da construção dos Centros de Artes e Esportes Unificados (BARBALHO, 2015, p.11).

---

<sup>45</sup> Foram entrevistados representantes dos Ministérios da Cultura, do Desenvolvimento Social, do Esporte e do Trabalho, entre os dias 12 e 14 de dezembro de 2017, em Brasília-DF, sob condução do autor. Cf. relação dos entrevistados no Apêndice D.

<sup>46</sup> A Diretoria de Programas Especiais e Infraestrutura Cultural foi criada em 2012, dentro da Secretaria Executiva, na gestão Ana de Holanda. Em 2016, na gestão Marcelo Calero, a Diretoria ganhou *status* de Secretaria, tornando-se Secretaria de Difusão e Infraestrutura Cultural, cuja função era buscar parcerias com prefeituras e governos estaduais para apoiar melhorias e modernização de equipamentos públicos como bibliotecas, teatros e centros culturais. A SEINFRA era composta por duas diretorias: 1. Gestão de obras e equipamentos culturais e 2. Projetos de infraestrutura cultural. No governo Bolsonaro, a SINFRA voltou a ser diretoria.

<sup>47</sup> As outras três prioridades estabelecidas na III Conferência Nacional de Cultura foram: 1. Implantar o Vale-Cultura; 2. Fortalecer a presença do Brasil no mundo por meio do *soft power*; e 3. Implantar o SNC (BARBALHO, 2015, p.11).



A criação dos CEUs foi incorporada e ampliada na meta 33 do Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, no qual estabelece que 1.000 espaços culturais integrados a esporte e lazer estarão em funcionamento no país até 2020. Porém, segundo o site do PNC que disponibiliza um acompanhamento *pari passu* do cumprimento do Plano, o percentual de alcance da meta, até 2018, em relação ao ano de 2020, foi de 19%<sup>48</sup>.

Seguindo uma tendência já histórica das políticas culturais brasileiras, desde a sua criação o programa sofreu com as instabilidades ocasionadas pelas mudanças de gestão e tensões políticas internas e externas ao Ministério da Cultura. Segundo gestoras do MinC<sup>49</sup>, o programa não era consenso dentro do Ministério, pois havia um grupo que defendia que a aplicação dos recursos deveria ter sido destinada ao programa Cultura Viva, que até então apresentava bons resultados e muita repercussão, provocando disputas e desconfortos internos. No entanto, conforme pontuado pelas entrevistadas, o recurso das Praças CEU era extra-MinC, ou seja, não “pertencia” ao ministério, e era carimbado para utilização exclusiva em infraestrutura. Nota-se que foi estabelecido dentro do ministério um falso dilema, uma vez que o recurso não teria sido utilizado no Cultura Viva se não houvesse o programa Praça CEU, pois não se tratava de uma possibilidade automática, além do que, os programas poderiam, se houvesse interesse interno, convergir e articular medidas e ações, pois são complementares, fortalecendo-se mutuamente<sup>50</sup>.

Esse contexto impôs ao programa certo isolamento e pouca ênfase interna. Seria “um patinho feio”, conforme elas mencionam, o que explicaria, em certa medida, mesmo diante do grande volume de recurso investido e do alinhamento às principais diretrizes do ministério, a pouca visibilidade e conhecimento externos, até mesmo entre agentes e pesquisadores das políticas culturais e profissionais atuantes no segmento dos espaços culturais.

Nessa mesma entrevista, as gestoras do MinC afirmaram haver certo consenso no ministério que a ex-ministra Marta Suplicy (2012-2014) foi uma das principais articuladoras para que o programa avançasse e conquistasse maior atenção dentro da pasta. Foi na gestão Suplicy que o programa foi renomeado para Centro de Artes e Esportes Unificados, e estabelecida a sigla CEU, mesmo não fazendo jus ao nome por extenso, com o claro objetivo de vinculá-lo aos Centros de Educação Unificados (CEU) instalados nas periferias de São Paulo entre os anos de 2001 e 2004, quando foi prefeita da cidade, e que se tornaram marca de sua gestão.

<sup>48</sup> CF. PNC. Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/category/metas/33/>. Acessado em: abr. 2019.

<sup>49</sup> Entrevista realizada com as funcionárias Isadora Tami Lemos Tsukumo, Jessica de Freitas Afonso e Adriana Regina Leite Nunes, da Secretaria de Difusão e Infraestrutura Cultural, do Ministério da Cultura, em 12 de dezembro de 2017, no MinC, em Brasília-DF, conduzida pelo autor.

<sup>50</sup> A despeito da não articulação interna do MinC, algumas Praças CEU abrigam Pontos de Cultura e realizam ações em conjunto e se apoiam mutuamente. Um exemplo nesse sentido, citado pelas entrevistas do MinC, é a Praça CEU de Serra Talhada.

Comenta-se, inclusive, pelos corredores do MinC, que teria havido uma negociação com o Ministério do Esporte, o segundo mais atuante no programa, no qual, em troca pelo deferimento do novo nome do programa, o edital seguinte, que previa a seleção de mais 400 praças, poderia ficar sob responsabilidade de sua gestão, com escolhas de nomenclatura e escopo. Com o acordo, o Ministério do Esporte teria concebido, mais adiante, o programa Centro de Iniciação ao Esporte (CIE)<sup>51</sup>.

Ainda segundo as entrevistadas, com a saída de Marta Suplicy, no final de 2014, e o retorno de Juca Ferreira, entre 2015 e 2016, o programa voltou a perder a atenção dentro do ministério, mesmo já tendo àquela altura 100 unidades inauguradas pelo País. Novamente imperava a disputa com o Programa Cultura Viva. Apenas com a saída de Juca, pós-*impeachment*, e a criação da Secretaria de Infraestrutura Cultural, em 2016, tendo à frente do ministério Marcelo Calero, o programa teria voltado a ter mais ênfase.

Em junho de 2019, com o rebaixamento do MinC ao *status* de Secretaria Especial, sob a tutela do recém-criado Ministério da Cidadania, no primeiro ano do governo Jair Bolsonaro (então do PSL), o Programa passou a ser designado pelo nome Estações Cidadania – Cultura e depois Pracinha da Cultura, nome atual. Não houve, no entanto, por parte do governo, explicações formais sobre as motivações para as alterações de nome, uma vez que o programa não passou por mudanças ou ampliação dos seus objetivos e funções que justificassem tal fato. Estação, inclusive, é uma denominação que não faz alusão ao projeto e seus objetivos, como é possível identificar em relação ao nome Praça, por exemplo.

As gestões de 2019 em diante foram paulatinamente suprimindo informações, notícias e documentos que estavam disponibilizados no portal oficial das Praças, a exemplo dos resultados das pesquisas anuais feitas desde 2015, com vistas ao monitoramento da execução do programa. A última postagem no site foi feita em 31 de julho de 2020, um mês após o ator Mário Frias assumir a gestão da pasta da Secretaria Especial de Cultura.

No quadro-síntese a seguir, identifico as fases do programa em cada gestão do ministério entre 2003, sete anos antes do lançamento do edital, e maio de 2022.

---

<sup>51</sup> O objetivo do CIE é ampliar a oferta de infraestrutura de equipamento público esportivo qualificado, com o intuito de incentivar a iniciação esportiva em territórios com baixos índices sociais. A proposta guarda semelhanças com o Programa Praças CEU, mas voltado prioritariamente à prática esportiva. CF. Secretaria Especial do Esporte. <http://www.esporte.gov.br/index.php/cie>. Acessado em: abr. 2019.

<b>Gestor</b>	<b>Período</b>	<b>Fases</b>
<b>Gestão Luiz Inácio Lula da Silva (PT)</b>		
Gilberto Gil	jan 2003 - jul 2008	- Origem conceitual do Programa Praça CEU, com as BACs e o Programa Mais Cultura. - Acesso a recursos para infraestrutura cultural através do PAC 1.
Juca Ferreira	jul 2008 - dez 2010	- Fortalecimento do Programa Mais Cultura e conformação do Programa Praças do PAC junto a outros ministérios, sob tutela da Casa Civil. - Publicação do edital do Programa Praças do PAC. - Inclusão do Programa como meta do PNC.
<b>Gestão Dilma Rousseff (PT)</b>		
Ana de Hollanda	jan 2011 - set 2012	- Criação da Diretoria de Projetos Especiais e Infraestrutura Cultural. - Assinatura dos primeiros Termos de Cooperação entre o MinC e as Prefeituras. - Início das primeiras obras.
Marta Suplicy	set 2012 - nov 2014	- Renomeado para Programa Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs). - Incluído pelo MinC como Programa prioritário. - Inauguração das primeiras Praças (Toledo e Pato Branco, no Paraná). - Realização da TEIA Nacional da Diversidade, quando houve a realização de um curso para gestores das Praças CEU. - Início das obras das Praças CEU da cidade de Feira de Santana. - Inauguração da primeira Praça CEU na Bahia, em Luís Eduardo Magalhães.
Ana Cristina Wanzeler (interina)	nov 2014 - dez 2014	- Realização do Seminário Nacional de Capacitação para Gestores e Comunidades dos CEUs.
Juca Ferreira	jan 2015 - mai 2016	- Convênios para pesquisa sobre 1. boas práticas realizadas no âmbito da gestão das Praças, 2. desenvolvimento da intersetorialidade no Programa; e 3. Sistema de Gestão.
<b>Gestão Michel Temer (MDB)</b>		
Marcelo Calero	mai 2016 - nov 2016	- Criação da Secretaria de Difusão e Infraestrutura Cultural. - Inauguração das Praças de Feira de Santana (BA) (Praça Aviário, Praça Cidade Nova, Praça Jardim Acácia).
Roberto Freire	nov 2016 - mai 2017	- Não identifiquei realizações.
João Batista de Andrade (interino)	mai 2017 - jul 2017	- Lançamento das cartilhas temáticas – coleta de boas práticas das Praças CEU (consultoria realizada em parceria com a UNESCO).
Sérgio Sá Leitão	jul 2017 - dez 2018	- Lançamento do novo Sistema de Gestão (e-Praças). - Inauguração da primeira Praça CEU de Salvador (BA), no bairro de Valéria. - Realização de pesquisa sobre indicadores sociais das Praças, realizada pela UFPE. - Inauguração da 185ª Praça CEU.
<b>Gestão Jair Bolsonaro (PL)*</b>		

Henrique Pires	jan - ago 2019	- Extinção do Ministério da Cultura e criação da Secretaria Especial da Cultura (Secult), vinculada ao recém-criado Ministério da Cidadania. - O Programa é renomeado para Estações Cidadania – Cultura, em maio de 2019.
Ricardo Braga	set - out 2019	- Não identifiquei realizações.
Roberto Alvim	nov 2019 - jan 2020	
Regina Duarte	mar - jun 2020	
Mário Frias	jun 2020 - mar 2022	- Alteração do nome do programa de Estação Cidadania-Cultura para Praças da cultura, sob a responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura Cultural – SEINFRA. - Última atualização do site oficial do programa foi em julho de 2020, no início da gestão Frias.
Hélio Ferraz de Oliveira	mar 2022 até a presente data	- Ausência de atualização no site oficial do Programa.
*A partir do governo Jair Bolsonaro a pasta da cultura perdeu o <i>status</i> de ministério, passando a figurar na estrutura governamental como uma secretaria especial, primeiramente vinculada ao Ministério da Cidadania e em seguida ao Ministério do Turismo.		

Quadro 5 – Fases do Programa Praças CEU

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de entrevistas e coleta de informações junto ao Ministério da Cultura

No tópico a seguir apresento os dados mais recentes publicados pelo governo federal sobre o andamento das instalações das Praças nos municípios contemplados pelo edital.

## 2.2 IMPLANTAÇÃO DAS PRAÇAS CEU

A partir da experiência adquirida com as BACs e, principalmente, com o Mais Cultura e dos recursos oriundos do PAC, o Ministério da Cultura teve a oportunidade de capitanear um projeto inédito e ousado em termos de investimentos e capilaridade nacional – a construção de equipamentos públicos em localidades vulneráveis social e economicamente em municípios das cinco regiões do país, com o intuito de integrar em um mesmo espaço atividades culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e de inclusão digital. Integrante do eixo

Comunidade Cidadã do PAC<sup>52</sup>, a iniciativa vislumbrava ações de melhoria da infraestrutura social e urbana e da implantação de equipamentos de saúde, educação e segurança pública, visando à redução da pobreza e ao desenvolvimento territorial em áreas com baixos índices sociais (MINC, 2015).

### **2.2.1 Edital de seleção de propostas**

O artigo sétimo da Portaria Interministerial nº 401/2010, que instituiu o processo de seleção das Praças, descreve sete pontos prioritários como critério para aprovação do município participante do edital, a saber: I - maior déficit de equipamentos culturais, esportivos e de CRAS; II - maior atendimento à população de baixa renda; III - construção de novos equipamentos; IV - maior densidade populacional; V - complementação de obras de urbanização do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ou do Minha Casa, Minha Vida (MCMV) já contratadas; VI - localização do equipamento em Territórios da Paz do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI); e VII - situação fundiária que permita rápido início de obras<sup>53</sup>. Os itens contidos no edital atestam o recorte feito pelo governo em implantar os equipamentos em localidades socialmente vulneráveis.

O edital de seleção de propostas para implantação das Praças CEU recebeu ao todo 759 propostas de 635 municípios de todo o País, sendo que as regiões Sudeste e Nordeste foram as que apresentaram o maior número de inscrições e também as que tiveram as maiores taxas de propostas aprovadas entre as regiões brasileiras. O modelo de Praça com área relativa a 3.000m<sup>2</sup> configurou-se com o maior percentual de aprovação entre as propostas solicitadas (SAMPAIO, 2019, p. 28).

Foram selecionadas 401 propostas, embora a previsão fosse a seleção de 400 Praças naquela primeira etapa. Porém, apenas 360 inscrições conseguiram apresentar toda documen-

---

<sup>52</sup> Além das Praças CEU, outros equipamentos públicos foram construídos a partir do Eixo Comunidade Cidadã. Segundo dados do MinC, foram mais de 30 mil equipamentos em todo o País, com investimentos da ordem de 18 bilhões de reais, com o objetivo central de promover o crescimento econômico e combate à pobreza. Embora vultuoso, os investimentos são modestos se comparados ao total do Programa (PAC 2), que ultrapassou 1 trilhão de reais (MINC, 2015).

<sup>53</sup> Cf. MP/MinC/ME/MDS/MJ/TEM. Portaria Interministerial nº 401 de 09/09/2010. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=225496>. Acessado em: jun. 2019.

tação e comprovar as condições exigidas. Destas, 29 prefeituras desistiram do projeto por motivos diversos<sup>54</sup>, segundo o MinC, permanecendo 331 Termos de Cooperação em vigência<sup>55</sup>. O planejamento previa que um segundo edital seria publicado mais adiante para selecionar mais 400 empreendimentos, totalizando 800 equipamentos. No entanto, o recurso foi transferido para o Ministério do Esporte que concebeu o programa Centro de Iniciação ao Esporte (CIE).

Unidade	Aprovada?	Total	700 m <sup>2</sup>	3.000 m <sup>2</sup>	7.000 m <sup>2</sup>
Brasil	Não	47, 30%	9, 88%	33, 60%	3, 82%
	Sim	52, 70%	3, 82%	42, 16%	6, 72%
Centro-Oeste	Não	3, 95%	0, 53%	2, 90%	0, 53%
	Sim	3, 43%	0%	2, 37%	1, 05%
Nordeste	Não	11, 99%	2, 64%	8, 56%	0, 79%
	Sim	14, 49%	0, 92%	12, 12%	1, 45%
Norte	Não	2, 64%	0, 66%	1, 84%	0, 13%
	Sim	4, 48%	0, 53%	3, 56%	0, 40%
Sul	Não	10, 01%	2, 24%	7, 25%	0, 53%
	Sim	8, 83%	0, 53%	7, 64%	0, 66%
Sudeste	Não	18, 71%	3, 82%	13, 04%	1, 84%
	Sim	21, 48%	1, 84%	16, 47%	3, 16%

**Nota:** Os valores percentuais são calculados em relação ao número total de propostas recebidas no período.

Quadro 6 – Seleção de Propostas CEU  
Fonte: Sampaio, 2019.

A seleção das Praças foi aberta para municípios integrantes dos chamados Grupos 1 e 2 do PAC, sendo o Grupo 1 formado pelos municípios integrantes das Regiões Metropolitanas de Belém (PA), Fortaleza (CE), Recife (PE), Salvador (BA), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP), Campinas (SP), Baixada Santista (SP), Curitiba (PR) e Porto Alegre (RS) e da Região Integrada do Entorno do Distrito Federal (RIDE/DF), além daqueles com população acima de 70 mil habitantes localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste ou com população acima de 100 mil habitantes localizados nas regiões Sul e Sudeste; e o Grupo 2 formado pelos municípios com população entre 50 mil e 70 mil habitantes localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e com população entre 50 mil e 100 mil habitantes

<sup>54</sup> Entre os motivos estão: problemas de titularidade do terreno; ineficiência da prefeitura no cumprimento dos termos de cooperação; o não aporte do recurso da contrapartida; mudanças de gestão; dificuldades no processo licitatório da obra e problemas com empreiteiras; impossibilidade de contratar recursos humanos para a gestão das Praças sem infringir a Lei de Responsabilidade Fiscal; entre outros.

<sup>55</sup> Entrevista realizada com as funcionárias Isadora Tami Lemos Tsukumo, Jessica de Freitas Afonso e Adriana Regina Leite Nunes, da Secretaria de Infraestrutura Cultural, do Ministério da Cultura, em 12 de dezembro de 2017, no MinC, em Brasília-DF, conduzida pelo autor.

localizados nas regiões Sul e Sudeste, desde que não pertencentes ao Grupo 1. Esses parâmetros foram publicados na Portaria Interministerial 401/2010 e no Manual de Instruções para Seleção das Praças do PAC<sup>56</sup>.

As primeiras Praças CEU foram inauguradas no ano de 2012, apenas duas unidades, nas cidades paranaenses de Toledo e Pato Branco<sup>57</sup>. Nos anos seguintes, o número de inaugurações apresentou significativo crescimento, alcançado 42 inaugurações nos anos de 2014 e 2016. Em 2017, houve uma redução, resultando num total de 15 unidades inauguradas, conforme gráfico a seguir (SAMPAIO, 2019).

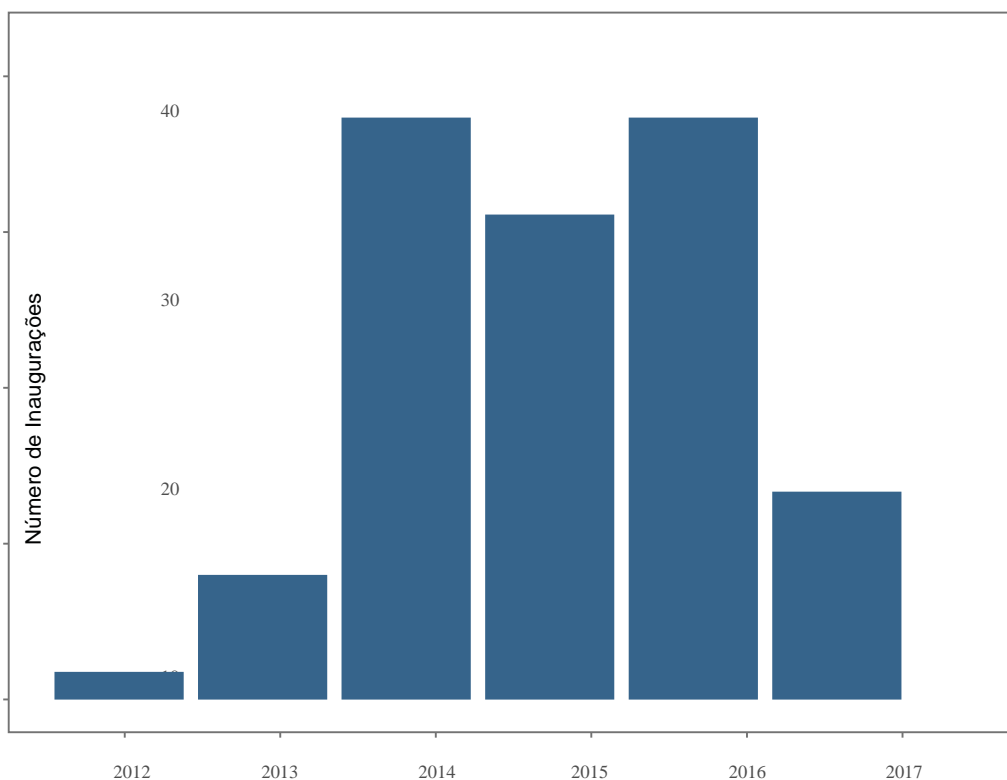
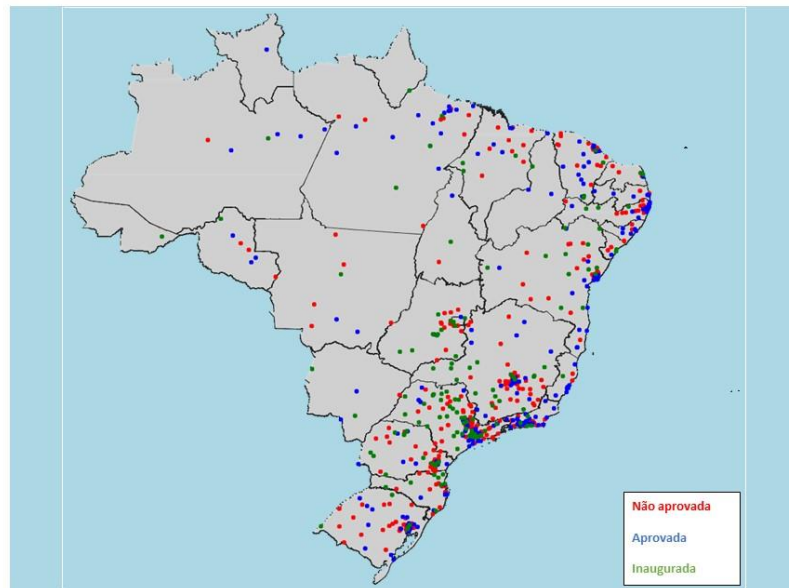


Gráfico 1 - Evolução do número de inaugurações – até 2017  
Fonte: Sampaio, 2019.

O mapa a seguir mostra a distribuição das propostas das Praças aprovadas, não aprovadas e inauguradas, até 2019, por todo o território nacional.

<sup>56</sup> Informações Disponíveis em <http://ceus.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/28/2017/12/manual-selecao.pdf>. Acessado em: abr.2019.

<sup>57</sup> Informação disponível em: <http://www.pac.gov.br/noticia/63f3032d>. Acessado em: abr.2019.



Mapa 1 - Praças CEU aprovadas, não aprovadas e inauguradas  
Fonte: Sampaio, 2019

Segundo dados publicados no site oficial da Secretaria Especial da Cultura (Secult), porém sem detalhamento, foram contabilizadas 223 Praças CEU inauguradas até dezembro de 2020 e está prevista a construção de outras 108, totalizando 331 Praças localizadas em todas as unidades da Federação.

No que diz respeito especificamente ao Estado da Bahia, os dados mais recentes coletados no sistema de gestão das Praças, há 20 unidades entre obras concluídas e/ou inauguradas, nas cidades de Alagoinhas, Camaçari, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Irecê, Itaberaba, Itabuna, Jacobina, Juazeiro, Luís Eduardo Magalhães, Paulo Afonso, Porto Seguro, Dias D'ávila, Salvador, Lauro de Freitas, Santo Antônio de Jesus, São Sebastião do Passé e Vitória da Conquista. A cidade de Feira de Santana tem três Praças em pleno funcionamento, desde 2016, e Salvador tem uma inaugurada, das três previstas.

Ainda estão em construção, com *status* de obra iniciada ou paralisada, as Praças dos municípios de Barreiras, Cruz das Almas, Eunápolis, Ilhéus, Salvador e Serrinha.

Quant.	Nome	Município	Situação	Data de inauguração	Modelo	Investimento
1	Praça CEU de Luís Eduardo Magalhães	Luís Eduardo Magalhães	Inaugurada	10/05/2014	3.000m <sup>2</sup>	R\$ 2.020.000,00
2	Praça CEU de Itabuna	Itabuna	Inaugurada	17/12/2014	3.000m <sup>2</sup>	R\$ 1.849.419,88



3	Praça CEU Kleber Lopes da Silva	Itaberaba	Inaugurada	27/01/2015	3.000m <sup>2</sup>	R\$ 2.020.000,00
4	Praça CEU João Rabelo da Silva	Euclides da Cunha	Inaugurada	27/02/2015	3.000m <sup>2</sup>	R\$ 2.011.704,65
5	Praça CEU de Irecê	Irecê	Inaugurada	29/12/2015	3.000m <sup>2</sup>	R\$ 2.020.000,00
6	Praça CEU	Alagoinhas	Inaugurada	31/12/2016	3.000m <sup>2</sup>	R\$ 1.995.947,53
7	Praça CEU de Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	Inaugurada	29/01/2016	3.000m <sup>2</sup>	R\$ 2.020.000,00
8	Praça CEU de Jacobina	Jacobina	Inaugurada	31/01/2016	3.000m <sup>2</sup>	R\$ 2.010.565,82
9	Praça CEU Jardim Acácia	Feira de Santana	Inaugurada	01/07/2016	3.000m <sup>2</sup>	R\$ 2.020.000,00
10	Praça CEU Cidade Nova	Feira de Santana	Inaugurada	01/07/2016	7.000m <sup>2</sup>	R\$ 3.500.000,00
11	Praça CEU Aviário	Feira de Santana	Inaugurada	01/07/2016	3.000m <sup>2</sup>	R\$ 2.020.000,00
12	Praça CEU	São Sebastião do Passe	Inaugurada	30/01/2017	3.000m <sup>2</sup>	R\$ 1.998.050,00
13	Tressa Treze de Maio - Praça do Flamento	Paulo Afonso	Inaugurada	03/10/2017	3.000m <sup>2</sup>	R\$ 2.020.000,00
14	CEU Alan Cleber Souza Dantas	Juazeiro	Inaugurada	20/07/2018	3.000m <sup>2</sup>	R\$ 2.020.000,00
15	Praça CEU Salvador (1)	Salvador	Inaugurada	20/12/2018	7.000m <sup>2</sup>	R\$ 3.500.000,00
16	Praça CEU Dias D'Ávila	Dias D'Ávila	Inaugurada	18/03/2019	3.000m <sup>2</sup>	R\$ 2.020.000,00
17	Praça CEU Lauro De Freitas	Lauro De Freitas	Inaugurada	12/12/2019	3.000m <sup>2</sup>	R\$ 2.020.000,00
18	Praça CEU Camaçari	Camaçari	Inaugurada	14/01/2020	3.000m <sup>2</sup>	R\$ 2.020.000,00
19	PRAÇA CEU de Porto Seguro	Porto Seguro	Obras concluídas		3.000m <sup>2</sup>	R\$ 1.958.808,59
20	Praça CEU	Santo Antônio De Jesus	Obras Concluídas		3.000m <sup>2</sup>	R\$ 2.019.012,93
21	Praça CEU Eunápolis	Eunápolis	Obras em andamento		3.000m <sup>2</sup>	R\$ 1.808.332,03
22	Praça CEU Salvador (2)	Salvador	Obras em andamento		3.000m <sup>2</sup>	R\$ 2.020.000,00
23	Praça Ceus Salvador (3)	Salvador	Obras em andamento		3.000m <sup>2</sup>	Não informado no e-Praças

24	Praça Ceus Barreiras	Barreiras	Obras em andamento		3.000m <sup>2</sup>	R\$ 1.865.139,05
25	Praça Ceu das Artes de Cruz das Almas	Cruz das Almas	Obras em Andamento		3.000m <sup>2</sup>	R\$ 1.940.637,19
26	Praça Ceus Ilhéus	Ilhéus	Obras em Andamento		3.000m <sup>2</sup>	R\$ 1.970.386,36
27	Praça Ceus Serrinha	Serrinha	Obras em Andamento		3000m <sup>2</sup>	R\$ 1.988.668,20

Quadro 7 – Praças CEU no Estado da Bahia  
Elaborado pelo autor. Fonte: Sistema de Gestão das Praças CEU. Dezembro de 2020.

A previsão total de investimentos para a construção e aquisição de equipamentos e mobiliários para todas as Praças no país é de R\$ 816.794.780,62, sendo R\$ 729.066.324,37 do governo federal e R\$ 87.728.456,25 de contrapartida dos municípios. Até abril de 2019, segundo o governo, as Praças inauguradas já haviam absorvido um montante de R\$ 414.787.684,03, sendo R\$ 371.525.618,98 de investimentos federais e R\$ 43.260.065,11 municipais<sup>58</sup>. O governo federal é responsável pelo custeio das obras e compra de equipamentos, enquanto as prefeituras têm a obrigação de investir em obras de urbanização no entorno da Praça (asfaltamento, iluminação, transporte público etc.) e preparo do terreno para receber os edifícios e as estruturas arquitetônicas.

Os recursos são repassados aos municípios através da CAIXA e além de responsabilizarem-se pela execução da obra, também fica a cargo das prefeituras provocar a participação da comunidade ao longo de todas as etapas de construção e implantação do CEU e posterior gestão, manutenção, programação e sustentabilidade do equipamento.

É responsabilidade da prefeitura também a despesa com o quadro de funcionários. Inclusive, esse é um ponto controverso e fruto de críticas de muitas prefeituras ao governo federal, uma vez que muitas delas ficam impossibilitadas de contratar equipe por conta da lei de responsabilidade fiscal (LRF)<sup>59</sup> que impõe limites para gastos com pessoal e com endividamento, além de prever severas punições quanto ao seu descumprimento. Ao mesmo tempo, apenas

<sup>58</sup> Informações disponíveis em: <http://cultura.gov.br/ceus-impactam-na-reducao-da-evasao-escolar-e-do-percen-tual-de-homicidios-nas-regioes-atendidas>. Acessado em: abr. 2019.

<sup>59</sup> A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000) estabelece, em regime nacional, parâmetros a serem seguidos relativos ao gasto público de cada ente federativo (estados e municípios) brasileiro. As restrições orçamentárias visam preservar a situação fiscal dos entes federativos, de acordo com seus balanços anuais, com o objetivo de garantir a saúde financeira de estados e municípios, a aplicação de recursos nas esferas adequadas e uma boa herança administrativa para os futuros gestores. Entre seus itens está previsto que cada aumento de gasto precisa vir de uma fonte de financiamento correlata e os gestores precisam respeitar questões relativas ao fim de cada mandato, não excedendo o limite permitido e entregando contas saudáveis para seus sucessores. Cf. TESOURO NACIONAL. <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/execucao-orcamentaria-e-financieira/lei-de-responsabilidade-fiscal>. Acessado em: 27 set.2021.

podem participar do programa se assumirem a gestão, o que é uma prática comum a diversos outros convênios nas áreas de saúde, educação, assistência etc., no qual o governo federal garante a construção da obra do posto, da escola, do CRAS etc., mas cabe à prefeitura a contratação do corpo técnico, respeitando a LRF. Não raramente o equipamento fica sem atender a população no máximo de sua capacidade instalada porque não há funcionário suficiente.

### 2.2.2 Estrutura física das Praças CEU

De modo geral, o projeto consiste em uma praça pública aberta à comunidade, composta por edifícios de variados usos, realizando a integração entre cultura, assistência social, esportes, justiça e trabalho. As Praças são compostas por biblioteca; cineteatro de 48, 60 ou 125 lugares; laboratório multimídia (chamado inicialmente de telecentro); salas de oficinas e espaços multi-uso; Centro de Referência em Assistência Social (CRAS); além de pista de skate. Os modelos maiores também contam com quadra de eventos coberta, playground e pista de caminhada.

Exclusivo para prefeituras municipais, o edital previa a construção de estruturas concebidas para atender terrenos com três dimensões mínimas de 700m<sup>2</sup>, 3.000m<sup>2</sup> e 7.000m<sup>2</sup>. A concepção, os objetivos e projetos arquitetônicos de referência das Praças foram desenvolvidos por uma equipe composta por profissionais de diferentes formações e oriundos de vários ministérios. Esse grupo desenvolveu os modelos adequando-os às diferentes dimensões de terreno. Os projetos de arquitetura e engenharia eram disponibilizados pelo MinC e poderiam ser adotados ou não pelos municípios, cujo compromisso era providenciar o terreno e manter o programa básico proposto para cada um dos três modelos. Segundo informações obtidas com gestoras do Ministério da Cultura, a maior parte das prefeituras optou por não realizar alterações na proposta arquitetônica e estrutura predial do projeto, para não aumentar os custos, pois caberia ao município as despesas com a elaboração de um novo projeto civil<sup>60</sup>.

No entanto, a replicação seriada dos projetos arquitetônicos pré-definidos desconsiderando condições climáticas e questões do solo, por exemplo, provocaram inúmeros problemas. Luis Augusto Oliveira<sup>61</sup>, diretor de atividades culturais, da Fundação de Cultura responsável

<sup>60</sup> Entrevista realizada com as funcionárias Isadora Tami Lemos Tsukumo, Jessica de Freitas Afonso e Adriana Regina Leite Nunes, da Secretaria de Infraestrutura Cultural, do Ministério da Cultura, em 12 de dezembro de 2017, no MinC, em Brasília-DF, conduzida pelo autor.

<sup>61</sup> Entrevista realizada com Luis Augusto Oliveira, Diretor de Atividades Culturais, da FUNTITEC, de Feira de Santana – BA, no dia 28 de maio de 2019, na sede da FUNTITEC, conduzida pelo autor.

pela gestão das Praças CEU da cidade de Feira de Santana, entre os anos de 2016 e 2019, apontou que a implantação dos projetos na cidade mostrou-se inviável em alguns aspectos, a exemplo das muitas salas envidraçadas, tendo em vista a incidência solar intensa em quase todo o ano. Segundo ele, algumas paredes de vidro da Praça Jardim Acácia chegaram a estourar e estilhaçar porque aqueceram demais por conta do sol, inviabilizando seu uso por longos meses.

Parece óbvio que a necessidade de adaptação dos projetos não seria algo pontual, considerando realidades ambientais/climáticas e estruturais tão distintas no País, assim como parece óbvio também que haveria municípios que não teriam condições financeiras e/ou técnicas para arcar com tais adaptações, levando a cabo obras com base em projetos não adequados que provavelmente apresentariam problemas mais adiante, desperdiçando tempo e recurso. Teria sido mais razoável por parte do governo federal, portanto, estabelecer um ponto de apoio técnico e uma linha de fomento específicos ou estimular parcerias intermunicipais para a busca de soluções em conjunto, prevendo, inclusive, rateio de despesas.

Outra fragilidade percebida nos projetos de referência é a ausência de uma sala de administração e de uma copa para os funcionários. Esses espaços tiveram que ser adaptados, a maior parte após a construção dos edifícios.

Conforme os documentos referenciais do Programa, os espaços que compõem cada Praça não podem sofrer desvio de finalidade, ou seja, cada espaço tem que cumprir a sua destinação específica. A equipe do MinC relatou em entrevista, no entanto, muitos pedidos de Prefeituras e grupos de gestão que solicitam a cessão de salas para instalar associações de bairro, como ocorreu com a Praça CEU de Cruz das Almas, na Bahia, ou a instalação da Secretaria Municipal de Esportes, como pedido pela Prefeitura da cidade de Crato, no Ceará. Essas e outras solicitações foram negadas pelo MinC.

As bibliotecas, laboratórios multimídia e cineteatros estão entre os principais espaços que atendem a atividades artístico-culturais dentro das Praças. Nas bibliotecas, além do acesso e empréstimo a livros, são oferecidas atividades como saraus, oficinas literárias, debates com a comunidade, entre outras ações de incentivo à leitura e produção de textos. As bibliotecas dos CEUs são apoiadas pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), que elaborou diretrizes específicas para a implantação desses equipamentos nas Praças. O SNBP trabalha de maneira articulada com os Sistemas de Bibliotecas Públicas Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, respeitando o princípio federativo, com o objetivo de fortalecer suas ações e estimular o trabalho em rede e colaborativo<sup>62</sup>.


---

<sup>62</sup> Cf. SNBP <http://snbp.cultura.gov.br/>. Acessado em: abr. 2019.



O laboratório multimídia, presente nos três modelos de Praças, atua para promover inclusão social da comunidade, o que é feito através de cursos e treinamentos de capacitação profissionalizante em informática para crianças, jovens, adultos e idosos. O espaço também contempla atividades de criação de ambientes virtuais de comunicação, oficinas de cultura digital, entre outras. Nos horários em que não há atividades, o ambiente pode ficar disponível para uso livre daqueles que desejarem utilizá-lo.

Também presente nos três modelos, embora em diferentes capacidades, o cineteatro é utilizado para exibição de filmes, ensaios e apresentações artísticas. São realizados também encontros, reuniões, cursos de capacitação, oficinas e exibição dos acervos do laboratório multimídia, da biblioteca e de produções locais. Em alguns municípios, o cineteatro da Praça CEU passou a integrar o circuito comercial de difusão e circulação de produções artísticas das cidades, atendendo, portanto, não apenas produções menores e locais, amadoras e/ou semiprofissionais, mas também do mercado cultural profissional.

As atividades oferecidas nesses espaços e nos demais da Praça devem ser gratuitas para a população, como forma de garantir que não haja empecilhos financeiros para a participação daquele cidadão que não tem acesso a determinadas práticas culturais, esportivas, de lazer etc.<sup>63</sup>.

<b>Modelo</b>	<b>Investimento*</b>	<b>Estrutura</b>
700m <sup>2</sup>	R\$ 2,71 milhões	Edificação multiuso com cinco pavimentos: praça coberta; pista de skate; equipamentos de ginástica; CRAS; salas de aula; salas de oficina; laboratório multimídia; sala de reunião; biblioteca; cine-teatro/auditório com 48 lugares; e terraço
		
<b>Modelo</b>	<b>Investimento*</b>	<b>Estrutura</b>

<sup>63</sup> Informação obtida em entrevista realizada com as funcionárias Isadora Tami Lemos Tsukumo, Jessica de Freitas Afonso e Adriana Regina Leite Nunes, já citada anteriormente.

3.000m <sup>2</sup>	R\$ 2,02 milhões	Dois edifícios multiuso, dispostos numa praça de esportes e lazer: CRAS; salas multiuso; biblioteca; laboratório multimídia; cineteatro/auditório com 60 lugares; quadra poliesportiva coberta; pista de skate; equipamentos de ginástica; playground e pista de caminhada
		
<b>Modelo</b>	<b>Investimento*</b>	<b>Estrutura</b>
7.000m <sup>2</sup>	R\$ 3,50 milhões	Edificação multiuso de um pavimento, disposto numa praça de esportes e lazer: CRAS; salas multiuso; biblioteca com laboratório multimídia; cineteatro com 125 lugares; pista de skate, equipamentos de ginástica; playground; quadra poliesportiva coberta; quadra de areia; jogos de mesa e pista de caminhada.
		
*Referência: SINAPI/CAIXA-out/2010		

Quadro 8 – Estrutura física das Praças CEU  
Fonte: MinC, 2017a

No tópico a seguir tratarei do modelo de gestão compartilhada promovido no âmbito das Praças e do processo de participação social que ocorre no projeto.

## 2.3 GESTÃO COMPARTILHADA E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

A cargo da coordenação da pasta da cultura (primeiramente o MinC e atualmente a Secretaria Especial da Cultura), cabe ao governo federal a responsabilidade de monitorar e avaliar a execução e os resultados das Praças CEU, além de conduzir o processo de aprovação e execução das propostas para implementação dos equipamentos, em conformidade com os documentos referenciais do programa e a legislação vigente. Às prefeituras municipais, em parceria com a sociedade civil organizada, cabe a gestão em si das Praças, cumprindo os desígnios de sua criação.

### 2.3.1 Instrumentos e modos de gerir

No intuito de aprimorar o processo de gestão e criar um banco de boas práticas, a pasta da cultura da União realiza pesquisas com as Praças já em funcionamento e mantém um sistema de gestão on-line, nomeado e-Praças, aberto a toda sociedade e que pode ser acessado através do site [epracas.cultura.gov.br](https://epracas.cultura.gov.br).

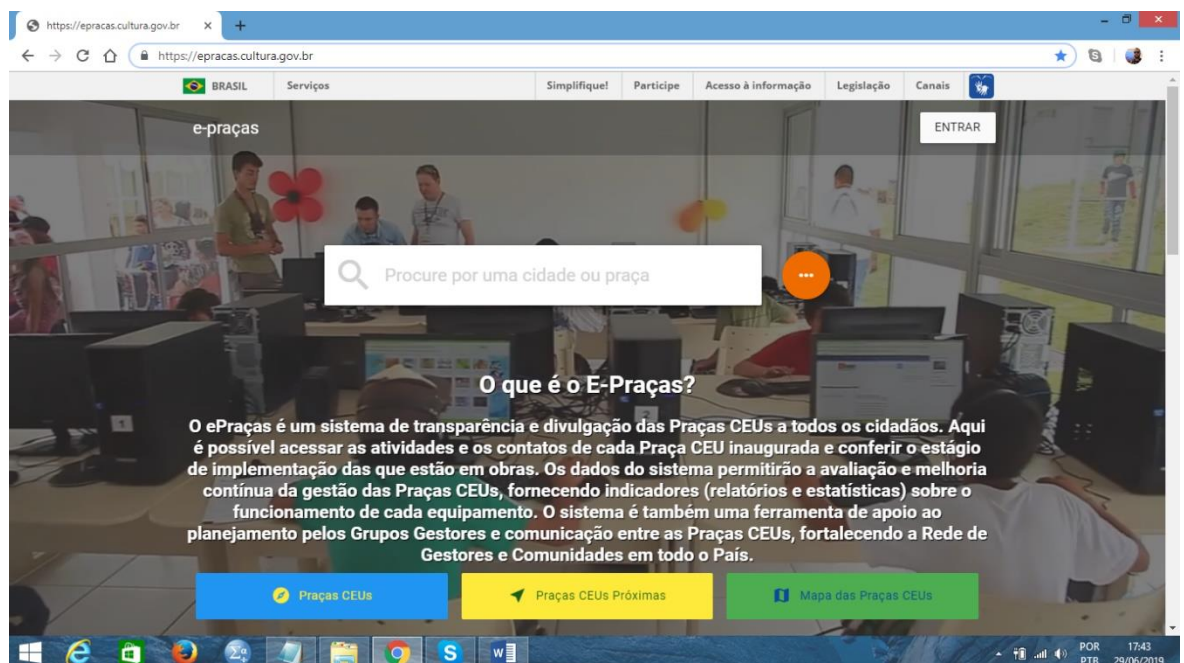


Figura 2 - Tela inicial do Sistema de Gestão e-Praças

Fonte: <https://epracas.cultura.gov.br>, 2019

O sistema se pretende transparente e uma plataforma de divulgação das Praças CEU, no qual é possível acessar as atividades e os contatos de cada equipamento já inaugurado e acompanhar o estágio de implementação das unidades que estão em obras. A responsabilidade pela inserção dos dados é o próprio município, que cadastra informações sobre o Grupo Gestor, os recursos humanos contratados para o funcionamento de cada espaço, os parceiros institucionais, a programação, o orçamento anual, o público-alvo e as condições de funcionamento dos equipamentos, do mobiliário e do acervo.

Segundo informações publicadas no e-Praças, os dados consolidados no sistema objetivam contribuir para a avaliação e melhoria contínua da gestão das Praças CEU, fornecendo indicadores sobre o funcionamento de cada equipamento. O sistema serve também como ferramenta de apoio ao planejamento realizado pelos Grupos Gestores, a comunicação entre as Praças CEU e o fortalecimento da Rede de Gestores e Comunidades em todo o País.

No entanto, o que se verifica é um sistema engessado, duro e pouco funcional. Não disponibiliza relatórios estatísticos e tampouco a possibilidade de diálogo e trocas de experiências, por meio de *chat* ou algo semelhante, por exemplo, entre os gestores e usuários, conforme prometido pelo MinC, em 2017, numa segunda etapa de adaptação da ferramenta (MINC, 2017b).

Ao poder público local, por sua vez, cabe a gestão direta da Praça, garantindo os recursos humanos e financeiros para o seu pleno funcionamento e, sobretudo, administrando o equipamento, obrigatoriamente, de forma compartilhada com a comunidade, na figura de um Grupo Gestor instituído juridicamente, através de lei, decreto ou portaria municipal. No ato de assinatura do Termo de Compromisso, os municípios já se comprometeram em realizar a gestão da Praça conjuntamente com a sociedade civil, considerando o Estatuto do Grupo Gestor, que prevê a gestão compartilhada de forma tripartite, definindo a composição de cada segmento, os processos de eleição e as formas de atuação de tal Grupo, bem como direitos e deveres dos seus representantes; o Regimento Interno da Praça, que trata do equipamento em si, definindo a natureza e os usos de cada espaço, os horários de funcionamento e os direitos e deveres dos usuários; e a Cartilha de Orientações para Ações de Mobilização Social, que apresenta estratégias para promover a mobilização social, o mapeamento

do Território de Vivência e as Ativações das Praças; todos esses documentos estão publicados no site oficial do Programa<sup>64</sup>.

---

<sup>64</sup> Site oficial do Programa Praças CEU: <http://estacao.cultura.gov.br/mobilizacao-cartilhas-e-modelos/>. Acessado em: abr. 2019.



Segundo a Cartilha de Orientações para Ações de Mobilização Social, as ações nas comunidades onde serão instalados o CEU devem ser desenvolvidas pelas prefeituras ao longo da implantação do equipamento, com o intuito central de envolver a sociedade civil na gestão antes mesmo da finalização da obra e posterior inauguração. O documento destaca que os objetivos da mobilização social são: 1. promover o sentimento de apropriação da comunidade ao novo equipamento público; 2. fortalecer e capacitar grupos da comunidade para que possam exercer, em parceria com o poder público local, a gestão do equipamento, incluindo o planejamento participativo dos usos e da programação; 3. aproximar a comunidade, o poder público local e as entidades atuantes na área, fortalecendo o trabalho conjunto em torno do equipamento público e de outros projetos e políticas públicas que venham a ser implementadas no local; e 4. constituir um Grupo Gestor por CEU, composto por sociedade civil organizada (entidades), comunidade (moradores) e poder público local (MINC, 2014c, p.11).

A etapa de mobilização social prevê a concessão por parte do MinC de um orçamento específico e fixo, no valor total de R\$21.950,00, para custeio de oficinas, seminários, reuniões e intervenções artísticas, de modo a fortalecer as estratégias adotadas durante o processo.

O MinC indica algumas oficinas para esse processo de mobilização, conforme quadro a seguir, que indica os temas a serem abordados e as possibilidades de metodologias a serem aplicadas: 1. Sensibilização; 2. Grupo Gestor - gestão compartilhada; 3. Grupo Gestor - objetivos e composição; 4. Grupo Gestor - regras e institucionalidade; 5. Usos e programação; 6. Intervenção artística / paisagística - planejamento; e 7. Intervenção artística / paisagística – ação.

<b>Oficina</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Metodologias possíveis</b>	<b>Pré-requisitos</b>	<b>Tarefa para a oficina seguinte</b>
<b>1. Sensibilização</b>	Sensibilização sobre o projeto; Acordo do calendário de atividades; Potencialização da divulgação na comunidade;	Apresentação do projeto com projeção; Distribuição de material informativo; Acordos em plenária Painel	Reunião prévia de apresentação do projeto na comunidade; Mapeamento de lideranças e entidades realizado e apresentado à comunidade; Definição de local adequado para sequência de reuniões; Divulgação prévia à comunidade	Ação coletiva de divulgação para a próxima oficina

<b>2. Grupo Gestor - Gestão Compartilhada</b>	Trabalhar o pertencimento do grupo ao bairro; Trabalhar o sentimento de coletividade de grupo; Trabalhar o conceito de gestão compartilhada	Pontos coloridos Linha do Tempo Painel; Debate em grupos; Acordos em plenária	Oficina 1 realizada	Biomapa de entidades, moradores, instituições e lideranças que podem participar da gestão do Centro
<b>3. Grupo Gestor- objetivos e composição</b>	Definir os objetivos do grupo; Listar os segmentos que devem estar representados; Definir a proporção de representações e o número de membros	Apresentação de Biomapas; Painel; Debate em grupos Acordos em plenária	Oficina 2 realizada; Divulgação à comunidade; Grupo coeso de participantes	Trazer uma experiência de um grupo que trabalha na comunidade, relatando o funcionamento
<b>4. Grupo Gestor - Regras e institucionalidade</b>	Definir as regras básicas de funcionamento do grupo: forma de eleição/ indicação de membros; Período de mandato; frequência de reuniões; Criar uma comissão executiva para elaborar o estatuto do grupo	Dança do papelão; Painel; Debate em grupos Acordos em plenária	Oficina 3 realizada; Divulgação à comunidade; Grupo coeso de participantes	Entrevistar ao menos 3 pessoas da comunidade de diferentes faixas etárias sobre os usos e programação desejados para o Centro
<b>5. Usos e programação</b>	Listar prioridades coletivas de usos, atividades e programação; Listar potenciais parceiros para o funcionamento do Centro	Apresentação com memória; Construção de maquete simbólica; Painel; Debate em grupos; Acordos em plenária	Oficina 4 realizada; Divulgação na comunidade; Grupo coeso de participantes	
<b>6. intervenção artística / paisagística – planejamento</b>	Definir uma ação de intervenção nos edifícios e/ou nas áreas verdes do Centro; Listar potenciais parceiros para a ação, materiais e recursos necessários	Planejamento com desenhos e/ou maquete; Painel; Debate em grupos Acordos em plenária	Grupo coeso de participantes; Estágio das obras – em finalização; Presença de consultor convidado	Convidar pelo menos 3 pessoas para participar da intervenção

<b>7. intervenção artística / paisagística – ação</b>	Executar uma ação de intervenção nos edifícios e/ou nas áreas verdes do Centro; Fortalecer o Grupo Gestor formado; Promover o sentimento de apropriação em relação ao CEU; Dar aos edifícios e espaços externos do CEU a identidade da comunidade	Mutirão comunitário para execução de uma ou mais intervenções artísticas ou paisagísticas	Oficina 6 realizada; Grupo coeso de participantes; Estágio das obras – em finalização; Presença de monitores de apoio ao mutirão; Materiais para a intervenção;  Realização de ampla divulgação na comunidade	
---	--	---	---	--

Quadro 9 – Oficinas para mobilização social e gestão dos CEUs  
 Fonte: MinC, 2014c

De acordo com o Ministério, a apropriação e o uso dos espaços pela comunidade, bem como a efetiva participação social na gestão junto ao poder público local e à sociedade civil organizada devem ser alvo prioritário das gestões municipais, sendo papel do MinC a indução desses processos, por meio de capacitação, mapeamento e ativação dos territórios, regulamentação dos processos e facilitação para formação das redes de gestores e comunidades das Praças (MINC, 2015).

A mobilização social deve ter como princípios a valorização do saber e da cultura popular e o autorreconhecimento da comunidade, seu território, sua diversidade e as relações sociais que determinam sua realidade. Mobilizar para tomada de consciência e não para imposição de valores, conforme nos ensinou Paulo Freire (MINC, 2015, p. 21).

A mobilização da comunidade do entorno da Praça tem como objetivo resultar na constituição do grupo gestor e na formulação de dois documentos basilares: o Regimento Interno da Praça e o Estatuto do Grupo Gestor.

Segundo a minuta do Estatuto – modelo padronizado criado pelo MinC –, o Grupo Gestor tem poder deliberativo sobre as ações e funcionamento do CEU e deverá orientar democraticamente sobre o uso e programação do equipamento. Em modelo tripartite, o Grupo deve ser composto por membros do poder público do município, da sociedade civil organizada e da comunidade do entorno das Praças, sendo que os representantes da sociedade civil deverão ter um número de membros igual ou superior aos representantes do poder público local.

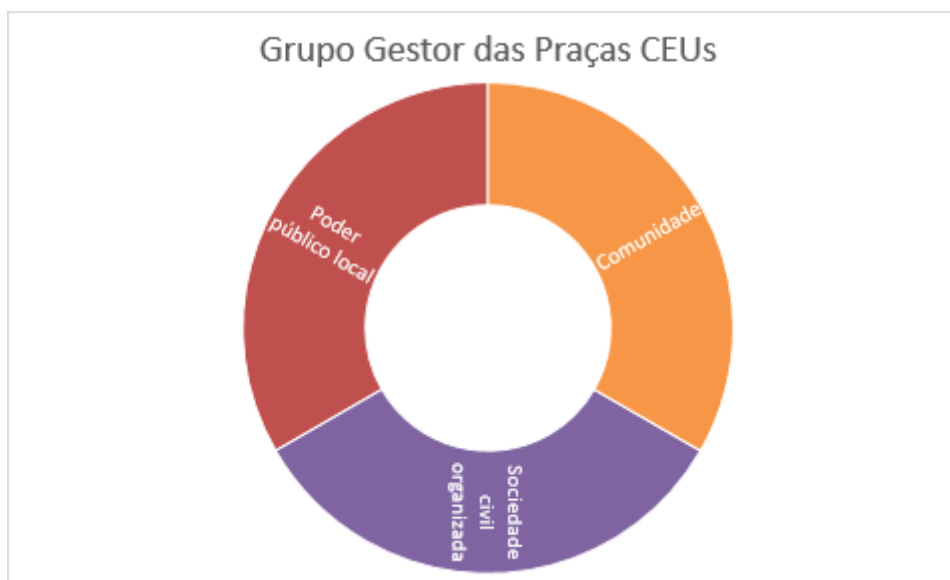


Figura 3 – Composição do Grupo Gestor da Praça CEU  
Fonte: Elaborado pelo autor.

A comunidade do entorno da Praça deverá ter seus assentos de representação organizados conforme os bairros adjacentes ao equipamento e/ou prioritários pela concentração de população em situação de vulnerabilidade social. Em relação à sociedade civil organizada, os assentos deverão ter representantes segundo temas, a exemplo de membros do terceiro setor, de conselhos, de colegiados ou de assembleias (de âmbito público ou privado). Segundo o Estatuto, deve-se garantir nesses assentos a representação de pautas de interesse da comunidade. No que diz respeito ao poder público local, os assentos de representação devem contemplar as áreas de Cultura, Esportes e Assistência Social, tendo a presença complementar das áreas de Saúde, Educação, Inclusão Produtiva e Juventude.

A definição dos representantes do poder público municipal pode ser feita através de indicação do chefe do poder executivo local; já os representantes da sociedade civil organizada e comunidade do entorno da Praça são escolhidos por meio de eleição direta pelos moradores. O Estatuto prevê, entretanto, exceções para a eleição de membros da sociedade civil organizada, segundo as quais representantes de Pontos de Cultura e de conselhos públicos das esferas federal, estadual ou municipal, se houver, deverão ser automaticamente indicados para compor o Grupo Gestor.

As reuniões ordinárias realizadas pelo Grupo Gestor devem ser abertas e ter periodicidade mínima de uma vez por mês; as reuniões extraordinárias devem igualmente ser abertas e garantir a manifestação de um mínimo de 50% dos membros. As assembleias gerais são deliberativas e devem ter ampla participação da comunidade. Fica a critério do Grupo Gestor instituir grupos de trabalho e comissões sobre assuntos específicos pertinentes à realidade da Praça e seu entorno.

A minuta do Estatuto do Grupo Gestor indica também quais são as suas funções, direitos e obrigações. Entre as funções estão o planejamento, a gestão e a avaliação das atividades, na forma de: 1. planejar, executar e apoiar a execução da programação; 2. realizar o balanço financeiro do ano anterior e o planejamento orçamentário do ano seguinte; 3. pesquisar os atores locais (lideranças locais, equipamentos e instituições do município que se localizam próximos à Praça, e tenham participação ou potencial de participação nas atividades do equipamento); 4. buscar parceiros institucionais; e 5. preencher e atualizar o Sistema de Gestão.

Também é responsabilidade do Grupo garantir a gestão compartilhada, a partir do envolvimento da comunidade nas atividades da Praça. Para tanto, o Grupo Gestor é incentivado a se articular com as demais instâncias de participação popular do município e com as demais políticas, programas e ações das esferas federal, estadual e municipal. O trabalho do Grupo deve ser sistematicamente divulgado, estando todas as informações disponíveis para acesso público.

No que concerne aos direitos e obrigações, a minuta do Estatuto aborda pontos acerca da participação nas eleições e reuniões, bem como sobre a transparência e acesso às informações produzidas no âmbito da administração da Praça.

<b>Direitos e obrigações do Grupo Gestor da Praça CEU</b>	
<b>Direitos</b>	<b>Obrigações</b>
Participar das eleições, votar e ser votado	Comparecer em um mínimo de 75% das reuniões ordinárias, extraordinárias e assembleias, por semestre, tendo sua titularidade revogada nos casos de descumprimentos injustificados.
Promover e participar das reuniões ordinárias, extraordinárias e assembleias.	Definir cronograma, convocar seus membros e convidar os demais interessados para as reuniões ordinárias, extraordinárias e assembleias.
Deliberar sobre a saída ou troca de membro do Grupo Gestor.	Garantir transparência e fácil acesso às atas e registros das reuniões e assembleias ocorridas.
Definir representantes para participação em seminários, oficinas e outros encontros relativos às ações do CEU.	Fazer uma avaliação do ano corrido, por meio de um relatório sobre o balanço das atividades do ano anterior.
Ter acesso a informações relativas à gestão do CEU, incluindo ata de reuniões internas, bem como os dados e informações prestados ao Sistema de Gestão.	Estabelecer meios e criar instrumentos para garantir a transparência e para divulgar as atividades que estão ocorrendo no CEU.

Quadro 10 – Direitos e obrigações do Grupo Gestor da Praça CEU  
Fonte: Minuta do Estatuto do Grupo Gestor, elaborado pelo MinC (2014)

Com dois anos de mandato, sendo permitida a reeleição dos seus membros, o Grupo Gestor não pode ser remunerado pelo desempenho das atividades realizadas, inclusive os representantes do poder público, cabendo a eles apenas a remuneração do cargo que ocupam.

Além do Grupo Gestor, toda Praça CEU tem também um Coordenador Geral, que é

designado pelo poder executivo local e que fica responsável pela administração geral da Praça, incluindo a articulação entre as pastas municipais que integram o Programa, bem como a gestão da equipe, a coordenação logística-operacional, o planejamento, o monitoramento e a avaliação de todas as atividades e serviços oferecidos no espaço. O Coordenador Geral deve ser membro do Grupo Gestor no segmento poder público e poderá ter vínculo com qualquer secretaria ou órgão municipal envolvido na gestão, atividades e serviços oferecidos na Praça, devendo atuar em parceria com o coordenador do CRAS e demais coordenadores setoriais (Esporte, Atividades/Salas Multiuso, Biblioteca). Caberá ao Coordenador Geral submeter ao Grupo Gestor decisões estruturantes sobre o funcionamento e a gestão da Praça, que deverão ser registradas em atas das reuniões e assembleias realizadas. É de responsabilidade desse cargo também tomar as providências necessárias para que o Regimento Interno e as deliberações do Grupo Gestor sobre a gestão e o funcionamento do equipamento sejam cumpridas e operacionalizadas.

### **2.3.2 Territórios de Vivências e Ativações Locais**

Entre as funções do Grupo Gestor está o mapeamento dos atores e das dinâmicas socioculturais que estão no raio de atuação da Praça. Esta área do entorno do CEU foi denominada pelo Ministério da Cultura de Território de Vivência, com base no conceito de Dirce Koga (2010)<sup>65</sup>, segundo o qual o território se configura como um elemento relacional na dinâmica do cotidiano de vida das populações e, conseqüentemente, é central para a definição de políticas sociais. O MinC considera que esse raio tem, em média, 50km em relação ao CEU, com as devidas variações, uma vez que há Praças que influenciam municípios vizinhos, outras que atraem população de outros bairros e há as que restringem sua atuação ao bairro do entorno (MinC, 2014).

O mapeamento do Território de Vivência nasceu como proposta de ser uma ferramenta inicial para a promoção da sustentabilidade do CEU, por meio da articulação dos agentes socioculturais presentes no território. A metodologia de mapeamento, desenvolvida pelo MinC em 2014, é baseada no cruzamento de dados de diversas fontes oficiais (secretarias das três esferas

---

<sup>65</sup> KOGA, D.; ALVES, V. A. A Interlocação do Território na Agenda das Políticas Sociais. Revista Serviço Social & Saúde. UNICAMP Campinas, v. IX, n. 9, Jul. 2010.

de governo, IBGE, IPEA, entre outros), e, principalmente, de informações levantadas diretamente nos municípios para identificar pessoas, grupos, instituições e entidades que desenvolvem ações comunitárias, sociais e/ou culturais que possam contribuir para a ocupação e a sustentabilidade das Praças (MinC, 2014).

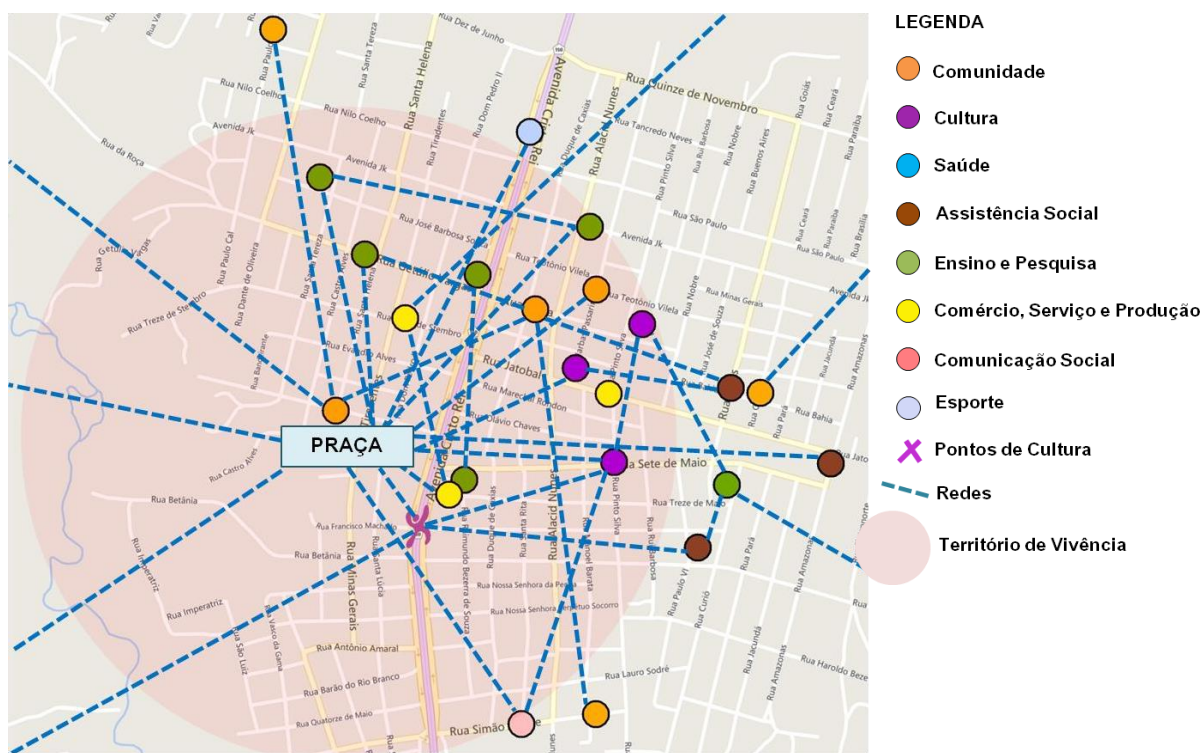


Figura 4 - Representação de um Território de Vivência  
Fonte: MinC, 2015

Segundo a Cartilha de Orientações para Mobilização Social (2014), a proposta do mapeamento é potencializar e colocar em prática o conceito-base dos Centros de Artes e Esportes Unificados, que é a gestão compartilhada, e garantir assim a participação social no processo de implantação da Praça.

O objetivo deste trabalho (...) é qualificar a gestão, o uso e a programação dos equipamentos, contando com a expertise da própria comunidade e dos órgãos locais, que devem protagonizar o processo de ocupação, pois são esses os atores que conhecem, de fato, o território, podendo promover a melhor utilização dos espaços (MinC, 2014, p. 7).

O MinC orienta que os mapeamentos dos Territórios sejam sistematicamente atualizados pela própria comunidade, Grupo Gestor e Coordenador-Geral da Praça, tendo em vista a constante evolução do tecido social. A expectativa é que, a partir dos mapas, seja possível com-

preender os arranjos e redes locais e, dessa forma, potencializar a gestão e a definição das atividades a serem realizadas no equipamento (MinC, 2014).

Em continuidade ao desenvolvimento da tecnologia social elaborada entorno do processo de mobilização e participação social, o Ministério da Cultura, após os primeiros mapeamentos realizados em 2014, com a metodologia ainda em conformação, passou a promover Ativações locais das Praças, ou seja, encontros nos quais ocorriam reuniões entre o Grupo Gestor, gestores e comunidades, além de uma oficina ampliada com participação da população. As Ativações são realizadas em até dois dias e, geralmente, antecedem as inaugurações das Praças. Nesses encontros são apresentados os dados obtidos na etapa de mapeamento do Território de Vivência, a partir do que se aproveita para complementá-los e retificá-los com a contribuição dos presentes. Também são realizados exercícios de uso e programação com a comunidade e os gestores, com foco nas demandas locais.

Além das Ativações locais, são promovidas ainda as Ativações Regionais, que são eventos de capacitação e fortalecimento das redes de gestores e comunidades das Praças. Em geral, com programação de pelo menos um dia, os encontros reúnem até trinta Praças da região (entre gestores e comunidades) em um equipamento já inaugurado, estimulando os gestores cujos projetos ainda estão em fases anteriores a avançarem na execução. A produção do evento acontece em parceria com a Prefeitura da Praça sede, que disponibiliza o espaço, o cerimonial, equipamentos de som e vídeo, e transporte de apoio para a equipe dos Ministérios. Nessa ocasião são passadas orientações para a execução da mobilização social e estratégias de apoio, estruturação e fortalecimento da gestão compartilhada dos equipamentos. Nas Ativações Regionais comparecem representantes das cinco pastas ministeriais responsáveis pelo Programa.

Os resultados dos mapeamentos e ativações locais e regionais são cadastrados no sistema de gestão e alguns deles estão disponíveis também no site oficial do Programa<sup>66</sup>.

Ainda na perspectiva de promover a mobilização e fortalecer a participação social no âmbito das Praças, são realizados, desde 2011, encontros de capacitação com os gestores dos CEUs, com o intuito de criar e consolidar uma rede que os congregue, assim como as comunidades em que atuam. São exemplos dessas iniciativas o contrato firmado entre o MinC e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) para desenvolvimento e implementação do Programa de Capacitação em Gestão de Equipamentos Públicos, em 2012; e a realização de encontros, como a TEIA Nacional da Diversidade, em Natal (RN), e o Seminário Nacional de Capacitação para

---

<sup>66</sup> A tabela resumo dos Encontros de Ativação Regional de 2014 a 2017 está disponível no link: <http://ceus.cultura.gov.br/capacitacao-e-fortalecimento-das-redes-de-gestores-e-comunidades-das-pracas-ceu>. Acessado em: abr. 2019.



Gestores e Comunidades dos CEUs, em Brasília (DF), ambos em 2014.

No que diz respeito ao Programa de Capacitação em Gestão de Equipamentos Públicos (MinC/FGV), ele foi formatado para orientar o Grupo Gestor e Coordenação Geral acerca do adequado funcionamento da Praça, incluindo informações sobre planejamento, elaboração de orçamento, recursos humanos, manutenção predial e dos equipamentos, a promoção de eventos e atividades permanentes e/ou pontuais, e desenvolvimento de ações e estratégias para estimular a participação da comunidade. O curso foi oferecido à distância, com carga horária total de 80 horas, e aplicado em duas etapas, atendendo gestores públicos e sociedade civil. Posteriormente, foi desenvolvido um curso autoinstrucional, que o aluno inicia a qualquer momento, com o conteúdo completo disponibilizado em CD-ROM nas bibliotecas das Praças<sup>67</sup>.

Em relação aos encontros e seminários, o objetivo, segundo o Ministério da Cultura, é capacitar os gestores e comunidades para a gestão compartilhada, além de estimular a criação de uma rede para intercâmbio de experiências e debate sobre os desafios encontrados na gestão, no uso e na ocupação dos equipamentos, promovendo, assim, a criação de uma Rede de Gestores e Comunidades. Conforme dados do MinC, na Teia 2014 cerca de 300 gestores de 125 Praças debateram, junto aos representantes dos Pontos de Cultura, formas de assegurar a efetiva ocupação e participação social na gestão dos equipamentos. Já o Seminário Nacional de 2014 reuniu cerca de 600 pessoas, na sede da Funarte de Brasília, para discutir os principais desafios do programa e o fortalecimento da rede para a troca de experiências e boas práticas. Estiveram presentes gestores de 144 municípios, representantes dos cinco Ministérios envolvidos no Programa e lideranças das comunidades das Praças, que tiveram oportunidade de intercâmbio e debate sobre todas as etapas do processo, das obras à aquisição de equipamentos, da mobilização social à gestão compartilhada (MINC, 2015).

### **2.3.3 Práticas de gestão**

Com o intuito de conhecer o funcionamento, a gestão e identificar boas práticas, dificuldades e desafios, o MinC iniciou a partir de 2015 uma série histórica de pesquisas on-line junto aos grupos de gestão das Praças CEU inauguradas e em atividade. Tratarei disso mais adiante, no tópico Pesquisas sobre os usos e apropriações, com maior detalhamento sobre os

---

<sup>67</sup> Cf. Praça Ceu. Disponível em: <http://ceus.cultura.gov.br/curso-de-gestao/>. Acesso em: abr. 2019.

resultados dessa série histórica. Neste tópico apresento especificamente os resultados de um recorte dessa pesquisa realizada por consultoria externa, por meio da UNESCO, contratada pelo Ministério<sup>68</sup>. Em 2015, no primeiro ano da série, foram selecionadas dez Praças para um estudo de caso aprofundado, distribuídas nas cinco regiões do País e localizadas em municípios com diferentes condições de vulnerabilidade social, mensurados a partir de indicadores medidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em relação a infraestrutura, educação, saúde e renda (MINC, 2017a).

Segundo o MinC (2017), o objetivo desse recorte específico da pesquisa foi conhecer as experiências de gestão de Praças em municípios com diferentes características sociais e econômicas, possibilitando a realização de um estudo que contemplasse a diversidade do território brasileiro. Para tanto, foram selecionados os municípios de Itaberaba (BA) e Barbalha (CE), da região Nordeste; Niterói (RJ), Tatuí (SP), Juiz de Fora (MG), representando o Sudeste; Pato Branco (PR) e Toledo (PR), da região Sul; Anápolis (GO), do Centro-oeste; e Macapá (AP) e Abaetetuba (PA), do Norte.

Os resultados da pesquisa, que estão disponíveis no site oficial do programa, foram publicados em dez cartilhas temáticas, com linguagem simples e acessível, que não ultrapassam 20 páginas ilustradas com fotos, imagens e gráficos. As cartilhas apresentam experiências, exemplos e desafios sobre a gestão das Praças CEU e são utilizadas como ferramentas de capacitação para gestores e representantes comunitários. Os temas abordados são: 1. Gestão Compartilhada, 2. Resultados da Implantação da Praça, 3. Mobilização Social e Grupo Gestor, 4. Formação de Redes e Promoção da Praça, 5. Intersetorialidade, 6. Trocas e Parcerias, 7. Financiamento de Serviços e Contratação de Pessoal, 8. Diversidade, 9. Fortalecimento da Cultura, e 10. Segurança na Praça e no Entorno.

A cartilha de número 1, que versa sobre Gestão Compartilhada no âmbito das Praças, explica questões sobre o que é gestão compartilhada, o que é e como deve funcionar o Grupo Gestor e apresenta informações sobre o Estatuto, o Regimento, os modos de constituição do grupo e a realização das reuniões. A publicação destaca também a experiência da Praça CEU da cidade de Tatuí, de São Paulo, por conta da diversidade e do volume de oferta de atividades oferecidas por voluntários, além de profissionais contratados pelas Secretarias Municipais de Esporte e Educação, esta última por meio do Departamento de Cultura, envolvidas na gestão do equipamento.

---

<sup>68</sup> A pesquisadora contratada, Hingridy Fassarella Caliarí, vivenciou por dois dias cada Praça selecionada, realizou entrevistas e desenvolveu uma pesquisa de observação. Em cada Praça foram identificados cerca de dois informantes-chave, que durante o período de três meses após a visita da pesquisadora enviaram informações que complementaram o estudo (MINC, 2017a).

As atividades acontecem durante todo o dia, com destaque para o período noturno, quando ocorrem várias atividades nos diferentes espaços da Praça, tais como: danças, teatro, capoeira, xadrez, boxe, esportes de base, coral, violão, desenho em grafite, artesanato e circo. Em média, participam das atividades 200 pessoas por dia. Por fim, são apontadas as parcerias feitas com outras instituições – a mais relevante delas com o Conservatório de Música da cidade, considerado o maior da América Latina –, que ofertam apresentações para fruição artística e oficinas.

O caderno 2, titulado Resultado da Implantação da Praça, se dedica a explicar sobre a importância da mensuração dos efeitos, positivos e/ou negativos, provocados pela instalação da Praça no território. São apontadas três perspectivas a partir das quais os resultados podem ser avaliados: físicos (envolvem todos os aspectos estruturais da Praça e seu entorno), sociais (referem-se à qualidade de vida decorrente daquela política pública) e culturais (a respeito do acesso aos bens e serviços culturais, do ponto de vista da fruição/consumo e produção). Uma das práticas de gestão destacada no documento foi da Praça de Macapá (AP), que relatou como o equipamento passou a integrar o circuito cultural do estado, possibilitando acesso a produtos artísticos de circulação nacional.

Na terceira cartilha os temas tratados versam sobre mobilização social, o pertencimento da comunidade à Praça CEU, o cuidado com a Praça e os equipamentos que ela abriga, a participação e a influência da comunidade nas atividades executadas e a importância do Grupo Gestor em todo esse processo. É defendida a ideia de que o processo de mobilização da comunidade deve ser permanente e contínuo. Para esse enfrentamento, a publicação registra as estratégias desenvolvidas por algumas Praças para manter a mobilização sempre ativa:

Para reforçar a divulgação e informar sobre o que está acontecendo na Praça, Tatuí-SP e Abaetetuba-PA criaram uma parceria com as rádios comunitárias locais e Toledo-PR com as emissoras de TV. Em Itaberaba-BA uma página da Praça no *facebook* é a principal ferramenta de comunicação. Tatuí-SP utiliza os classificados da cidade para divulgar as atividades. Em Barbalha-CE, carros de som auxiliam nessa divulgação. Já em Macapá-AP, são espalhados outdoors pela cidade (MINC, 2017a, p. 5).

A formação de rede e promoção da Praça são os eixos do quarto volume, que trata da importância da formação de uma rede de serviços e políticas públicas de forma intersetorial, sobretudo a partir do mapeamento do território de abrangência da Praça, que, como demonstrado no tópico anterior, são chamados de território de vivência. A Praça CEU de Anápolis, em Goiás, utiliza o mapeamento feito para compartilhar serviços que porventura ela não possa abri-

gar em suas dependências, cedendo-os para outros equipamentos de uma rede de serviços públicos. Essa prática, segundo descrito na publicação, contribui para o fortalecimento das relações da Praça no território.

Na quinta cartilha, são apresentados exemplos de como deve acontecer a intersetorialidade na Praça CEU e as contribuições desse modelo para a integração de serviços que reforçam a perspectiva de entendimento do ser humano como um todo. Apesar de a cartilha registrar que “fazer a intersetorialidade é não apenas somar, mas articular, fazer junto”, buscando “a emancipação dos sujeitos envolvidos em suas várias vertentes, sejam elas econômicas, culturais, sociais e/ou relacionais” (MINC, 2017a, p. 5), todos os exemplos de boas práticas apresentados parecem frágeis diante do conceito, demonstrando que esse quesito é uma dificuldade e um desafio para os gestores das Praças. Por exemplo, é apontada como intersetorialidade a utilização da quadra da Praça de Niterói, no Rio de Janeiro, para as interações entre a capoeira e o judô, que fazem apresentações em conjunto.

A publicação de número 6 apresenta informações sobre trocas e parcerias, como elas podem ser articuladas e efetivadas, seja com pessoas, empresas locais ou instituições, e como o mapeamento do território de vivência pode contribuir na constituição dessas relações. É dado destaque à atuação da Praça de Toledo, no Paraná, uma das primeiras a serem inauguradas no País e que realiza diversas parcerias e trocas, entre as quais estão as que são efetivadas para a realização de eventos e as atividades que acontecem no equipamento. A Praça mantém, por exemplo, projetos de parcerias com emissoras locais de televisão (RPC TV- afiliada Globo, RIC TV- Afiliada Record), universidades (UNILA, UNIOESTE e PUC), além de empresas privadas e o Sistema S (Itaipu Binacional, Associação de Skate, SESC). Não há detalhes, porém, sobre como se dão e/ou se deram todas essas parcerias e trocas e quais os níveis de formalização entre elas.

As formas de manutenção, os recursos investidos e a necessidade de fazer constar a Praça na Lei Orçamentária Anual (LOA) do município são tratados na sétima cartilha, que aborda ainda as possibilidades de contratação de pessoal e como a aproximação com a comunidade nessa contratação é importante, pois fortalece a percepção de pertencimento do equipamento. A Praça de Juiz de Fora, em Minas Gerais, é destaque nessa seara, tendo conseguido recursos na ordem de quase dois milhões de reais no ano de 2016.

A Praça CEU de Juiz de Fora-MG consta na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município, com uma previsão de recurso de R\$1.956.607,00 para o ano de 2016. Além desse recurso, a Prefeitura ainda disponibiliza profissionais de segurança e limpeza para realizarem a manutenção e zeladoria do espaço. A

garantia da Praça CEU no orçamento público reflete a importância dada ao equipamento pelo município e isso pode ser identificado in loco em Juiz de Fora, tanto pela conservação do local, pela quantidade de funcionários, de atividades e oficinas, quanto pela qualidade do serviço prestado à comunidade. A Praça de Juiz de Fora tem capacidade de atender a 1200 (mil e duzentas) pessoas em oficinas que acontecem todos os dias da semana (incluindo os finais de semana) e durante todos os períodos do dia (manhã, tarde e noite). (MINC, 2017a, p. 5)

Na cartilha sobre Diversidade, a oitava da coleção, são apontados ao menos dois eixos que devem ser mensurados para medir a diversidade: áreas dos serviços prestados e a população beneficiada. A publicação relata a experiência da Praça CEU de Abaetetuba (PA), que, por meio da articulação das áreas de Educação, Assistência Social e Trabalho e Geração de Renda, oferece um curso preparatório para concursos, com a contribuição de professores da rede municipal. Esse curso já conta com uma lista de pessoas da comunidade aprovadas em concursos da região. A nona cartilha trata da transversalidade da cultura, identificando como a questão cultural permeia projetos, ações e programações desenvolvidas nas diferentes áreas de atuação da Praça CEU. Sob o tema Fortalecendo a Cultura, são exemplificadas as práticas das Praças de Pato Branco (PR) e Macapá (AP). A primeira se destaca pelo incentivo dado a expressões típicas da cultura local, como a seresta, a apresentação de acordeão, o chimarrão e a fogueira para a queima do pinhão que são objeto de encontros, festas, oficinas e cursos. A segunda se sobressai em relação à biblioteca, que abriga um acervo de autores amapaenses para a valorização da cultura local, e também na composição do Grupo Gestor da Praça, no qual foi garantida a representação das comunidades quilombolas, do marabaixo, das quadrilhas, das comunidades e de algumas crenças também.

A décima e última cartilha diz respeito à segurança na Praça e relata a experiência da Praça de Pato Branco, que enfrentou nos primeiros anos de funcionamento diversos arrombamentos, furtos e depredação de suas dependências. Segundo relatos, o caminho encontrado pelos gestores foi fortalecer o diálogo com a comunidade e ocupar o espaço com a oferta de programações diversas, com o intuito de criar e retroalimentar o sentimento de pertencimento com o equipamento.

No tópico a seguir, discorro sobre os usos, ocupações e apropriações que são dados às Praças CEU pela sociedade civil, relatando sobre a natureza das atividades ali desenvolvidas e os impactos dessas ações na comunidade.

#### 2.4 USOS, APROPRIAÇÕES E IMPACTOS DAS PRAÇAS CEU

As Praças CEU têm na sua gênese a proposta de congregar em seus espaços diversas atividades do campo social: cultura, esporte, lazer, justiça, emprego, saúde, etc. A intersectorialidade é um elemento presente em todos os documentos referenciais do Programa e, segundo a Cartilha Práticas de Gestão das Praças CEU<sup>69</sup>, para sua efetivação deve haver no âmbito do equipamento, no mínimo, a integração das políticas de cultura, esportes e assistência social, podendo ser agregadas também as áreas de saúde, educação, juventude e inclusão produtiva (MINC, 2017a, p. 4). O MinC pontua que a intersectorialidade deve estar posta na integração das atividades oferecidas, desde sua concepção, até a execução e avaliação dos resultados; no financiamento, integrando recursos de diversas secretarias; na articulação para o uso dos espaços físicos; e no segmento “poder público” do Grupo Gestor (MINC, 2017a).

A concepção arquitetônica da Praça já busca, em alguma medida, articular e integrar espaços de naturezas diferentes, embora complementares, quais sejam: o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), a biblioteca, o laboratório multimídia, o cineteatro, as salas multiuso, as quadras e as áreas abertas.

A Praça CEU não significa somente uma divisão de espaços e responsabilidades entre as secretarias municipais, mas um lugar onde é possível construir políticas públicas coletivamente, entre os diversos setores, secretarias e população, que também dialogam entre si, entendendo o cidadão em suas diversas necessidades. Fazer a intersectorialidade é não apenas somar, mas articular, fazer junto. Isso tendo em vista que a finalidade do trabalho realizado na Praça é a mesma: buscar a emancipação dos sujeitos envolvidos em suas várias vertentes, sejam elas econômicas, culturais, sociais e/ou relacionais (MINC, 2017a, p. 5).

As atividades realizadas na Praça, conforme prevê o modelo de gestão, devem ser planejadas e deliberadas pelo Grupo Gestor e previstas no planejamento anual de cada equipamento. Em geral, a grade de programação é definida a partir das atividades que cada secretaria municipal envolvida na gestão pode oferecer. A participação das secretarias na Praça e o que

---

<sup>69</sup> Em 2015, o Ministério da Cultura realizou uma pesquisa on-line com as Praças CEU inauguradas em todo o País, visando conhecer o funcionamento e a gestão dos equipamentos e identificar boas práticas, dificuldades e desafios. A pesquisa foi realizada nos municípios de Itaberaba-BA, Niterói-RJ, Pato Branco-PR, Toledo-PR, Taubaté-SP, Juiz de Fora-MG, Anápolis-GO, Barbalha-CE, Macapá-AP e Abaetetuba-PA. O resultado rendeu dez publicações temáticas sobre práticas de gestão, a saber: Gestão Compartilhada; Resultados da Implantação da Praça; Mobilização Social e Grupo Gestor; Formação de Redes e Promoção da Praça; Intersectorialidade; Trocas e Parcerias; Financiamento de Serviços e Contratação de Pessoal; Diversidade; Fortalecimento da Cultura; Segurança na Praça e no Entorno. Cf. Praças CEU. Disponível em: <http://estacao.cultura.gov.br/2015/11/03/disponivel-o-pri-meiro-caderno-praticas-de-gestao-das-pracas-ceu/>. Acessado em: jun. 2019.

cada uma tem de responsabilidade no espaço partilhado dependem da realidade local, do nível de articulação entre elas e do desempenho e interesse de seus gestores.

#### **2.4.1 Editais de dinamização das Praças CEU**

A programação pode ser definida também através de edital, a partir da seleção de propostas inscritas especificamente para as Praças CEU. Ao longo da história do programa, foram pelo menos três editais lançados pelo MinC nos anos de 2013/2014, 2018 e 2019, sem contar outras iniciativas locais e estaduais.

Em agosto de 2013, a Funarte publicou edital para selecionar 80 projetos de ocupação para os CEUs, sendo um para cada Praça, contemplando 27 projetos de ocupação e a partir de 2014, os 53 restantes. Cada proposta selecionada deveria prever seis meses de atividades e contemplar pelo menos quatro entre as seguintes ações: 1. apresentações artísticas; 2. exposições ou mostras de artes visuais; 3. oficinas de capacitação artística; 4. oficinas técnicas; 5. residências artísticas; e 6. seminários, encontros ou debates.

O edital premiou o valor de R\$100.000,00 bruto por projeto e teve apenas uma edição nesse formato. Na Bahia, quatro projetos foram contemplados nas Praças de Luís Eduardo Magalhães (projeto Centenário de Bitita), Itaberaba (projeto Arte no CEU das Artes de Itaberaba - oficinas de arte popular), Paulo Afonso (projeto Círculo da Baraúna) e Euclides da Cultura (projeto CEU Mulungu das Artes)<sup>70</sup>.

O Ministério voltou a lançar edital voltado a programação das Praças apenas cinco anos depois, em 2018, denominado Premiação de Iniciativas Socioculturais Praças CEU. A iniciativa se propunha a reconhecer e premiar iniciativas socioculturais realizadas nos Centros de Artes e Esportes Unificados, desenvolvidas por pessoas físicas, individualmente ou representando grupos e coletivos, e por pessoas jurídicas sem fins lucrativos. O edital tinha seis eixos de premiação: 1. promoção da educação e da formação artística e cultural, nas mais diversas linguagens; 2. promoção do desenvolvimento social com intersetorialidade; 3. promoção da interseção entre cultura, bem-estar e saúde; 4. prevenção à violência; 5. iniciativas promovidas por jovens e coletivos de jovens; e 6. capacitação e qualificação para o trabalho, promoção do associativismo

---

<sup>70</sup> O resultado do Edital pode ser verificado no site da FUNARTE. Disponível em: [http://www.funarte.gov.br/wp-content/uploads/2013/08/EDITAL-FUNARTE-DE-OCUPACAO-DOS-CEUS-DAS-ARTESANEXO-3listagem-final\\_80.pdf](http://www.funarte.gov.br/wp-content/uploads/2013/08/EDITAL-FUNARTE-DE-OCUPACAO-DOS-CEUS-DAS-ARTESANEXO-3listagem-final_80.pdf). Acessado em: jun. 2019.

e da Economia Solidária.

Foram realizadas 78 inscrições, sendo que 30 projetos foram selecionados. Cada iniciativa contemplada recebeu prêmio de R\$ 15 mil, totalizando o valor de R\$ 450 mil. Na Bahia, foram classificados quatro projetos no eixo 1, e um projeto em cada um dos eixos 2, 3 e 4, totalizando sete projetos. Não houve classificados nos eixos 5 e 6. Todas as propostas classificadas são oriundas de apenas duas Praças, localizadas nas cidades de Vitória da Conquista e Itaberaba, pois não houve registro de inscrição dos outros municípios baianos que já contavam com Praças inauguradas e em pleno funcionamento à época<sup>71</sup>.

Por fim, houve a terceira e última iniciativa nesse sentido, o edital lançado no final do primeiro semestre de 2019, o Bolsa Funarte de Residências Artísticas nas Estações Cidadania – Cultura, primeiro documento oficial que traz a nova nomenclatura do programa estabelecida pelo governo Bolsonaro. O edital prevê a concessão de bolsas para a realização de residências artísticas nas Praças CEU em todas as regiões do Brasil. O documento descreve que serão concedidas 18 bolsas, no valor de R\$ 20 mil, para residências com três meses de duração cada. Os projetos devem contemplar as linguagens de circo, dança, teatro, música ou artes visuais, e somente pessoas físicas podem concorrer no processo seletivo.

O valor total do edital é de R\$ 369,639 mil, dos quais R\$ 360 mil serão concedidos em bolsas e R\$ 9,639 mil serão destinados a despesas administrativas.

#### **2.4.2 Projetos permanentes e outras programações**

Além dos editais para dinamização da programação das Praças, há o estímulo para que o Grupo Gestor e/ou grupos residentes e próximos ao equipamento proponham e promovam atividades próprias e permanentes. Nessa perspectiva, com o intuito de oferecer a esses grupos ferramentas de produção para o desenvolvimento de ações que envolvam, especificamente, três linguagens artísticas (cinema, música e teatro), foi elaborada uma cartilha<sup>72</sup>, disponibilizada gratuitamente no site oficial do Programa, que apresenta uma lista de checagem correspondente a eventos como mostras e festivais de cinema, shows e festivais de música e espetáculo de

---

<sup>71</sup> Fonte: <http://estacao.cultura.gov.br/2018/11/05/homologacao-e-divulgacao-dos-resultados/>. Acessado em junho de 2019.

<sup>72</sup> Cartilha Série Produzindo (2019), disponível em: <http://estacao.cultura.gov.br/2019/02/01/cartilha-serie-produzindo/>. Acesso em junho de 2019.



teatro, estabelecendo prazos e responsáveis por cada uma das ações listadas, além de indicações de como avaliá-las.

Outras três iniciativas que visam à ocupação das Praças e ao envolvimento das comunidades são as hortas comunitárias, os cineclubes e as atividades relacionadas ao livro e à leitura. No que diz respeito às hortas, a iniciativa visa estimular a comunidade local a cultivar hortaliças em locais ociosos, aproveitando possíveis espaços vazios da Praça para produzir alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e para o consumo familiar. Para tanto, foi disponibilizado aos CEUs materiais da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) que ensinam sobre o plantio e consumo de hortaliças em pequenos espaços e que informam sobre as fases de produção de mudas, irrigação, solo, matéria orgânica e fertilidade, luminosidade, floração das plantas, tipos de hortaliças, controle de pragas etc.



Figura 5 - Horta comunitária da Praça CEU de Araras, São Paulo  
Fonte: Secretaria Especial da Cultura (2019)

No que se refere ao Cineclube, a partir de pesquisa realizada pelo MinC em 2016, com 122 Praças inauguradas até então, verificou-se que a “exibição de filmes” estava entre as dez atividades mais realizadas nos CEUs<sup>73</sup>. Diante desse resultado, o Ministério da Cultura disponibilizou um conjunto de materiais de capacitação voltado para a organização de cineclubes e sessões de cinema: uma apostila denominada Rede CEUs de Cineclubes e os cadernos do Cine Mais Cultura, projeto de 2007, e que reúnem informações sobre como montar um cine e prepa-

<sup>73</sup> Cf. Pesquisa disponibilizada no site oficial do Programa, na página: <http://estacao.cultura.gov.br/2017/08/24/disponiveis-apostilas-para-organizar-cineclubes-e-sessoes-de-cinema-nas-pracas-ceu/>. Acessado em: jun. 2019.

rar a exibição, além de apresentar estratégias de permanência e formação de público e cineclubismo<sup>74</sup>.

No intuito de reforçar ainda mais a ação cineclubista nas Praças, estabeleceu-se que todo CEU, após inaugurado, poderia dispor da coleção de DVDs da Programadora Brasil<sup>75</sup>, também iniciativa promovida pelo MinC.



Figura 6 - Praça CEU Maricá, Rio de Janeiro  
Foto: Prefeitura de Maricá/RJ

Em relação ao livro e à leitura, todas as Praças CEU são equipadas com bibliotecas públicas que oferecem às comunidades acesso ao livro e à leitura, com empréstimos, saraus, oficinas literárias, debates e rodas de leitura, com o intuito de despertar o interesse pela leitura e a produção de textos. É sugerido que o trabalho desenvolvido nas bibliotecas seja orientado por um bibliotecário formado, o que já ocorria em 75% dos CEUs inaugurados até o final de 2017, segundo

<sup>74</sup> Os Cadernos Cine Mais Cultura reúnem informações básicas sobre o Cine Mais Cultura, Programa lançado em 2007 pelo MinC e que visou apoiar a implantação e programação de salas de exibição audiovisual alternativas – os chamados CINES – em municípios de todo o País. O conteúdo dos cadernos fornece subsídios para a implantação, operação, manutenção e sustentabilidade dos CINES, funcionando como apoio para o treinamento das equipes responsáveis por sua operação e administração. Disponível em: <http://estacao.cultura.gov.br/2017/08/24/disponiveis-apostilas-para-organizar-cineclubes-e-sessoes-de-cinema-nas-pracas-ceu/>. Acessado em: jun. 2016.

<sup>75</sup> A Programadora Brasil foi criada em 2006, como um programa estratégico da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, sendo realizada até fevereiro de 2013, juntamente com a Cinemateca Brasileira e o Centro Técnico Audiovisual (CTAv). No período, a Programadora Brasil construiu um catálogo com 970 filmes e vídeos de todas as regiões do País, organizados em 295 programas (DVDs), contendo encartes, com informações sobre o cinema brasileiro. Disponível em: <http://dados.cultura.gov.br/dataset/filmes-e-sessoes-da-programadora-brasil>. Acessado em: jun. 2019.

pesquisa on-line realizada pelo MinC com as Praças. Além disso, de acordo com a mesma pesquisa, o acervo dessas bibliotecas é considerado ótimo ou bom por 97% das Praças<sup>76</sup>.

As bibliotecas das Praças CEU podem ser inscritas no Sistema Nacional de Biblioteca Públicas (SNBP) e nos Sistemas Estaduais de Bibliotecas. No entanto, é preciso que as prefeituras reconheçam formalmente a Biblioteca da Praça CEU como equipamento público municipal. Estar cadastrada nos Sistemas possibilita que o equipamento possa participar de editais e convocatórias de financiamento e de apoio a instituições públicas que incentivam projetos na área do livro, da leitura e das bibliotecas.

Em 2018, o MinC registrou no site oficial do Programa algumas iniciativas no campo do livro e da leitura, como a realizada na Praça CEU de Ponta Grossa, no Paraná, pela qual a biblioteca acolhe, às sextas-feiras, crianças de 6 a 14 anos que participam do projeto “Suco com Poesia” de incentivo à leitura e à socialização. Além de um lanche, elas recebem uma “maleta mágica” com caderno, lápis e um livro e ouvem histórias contadas por servidores da Secretaria de Cultura e por outras crianças sobre o livro que leram naquela semana. Depois, o livro da maleta pode ser trocado por outro. O projeto atende cerca de 35 crianças por semana e é desenvolvido pela Prefeitura em parceria com empresas do município, por meio do programa Selo Social.

O incentivo à leitura voltado a crianças e jovens também é o objetivo principal de projetos desenvolvidos nas Praças da cidade de Feira de Santana, na Bahia. Na Praça CEU Cidade Nova, o projeto “Leiturinha no CEU” visa fomentar o gosto pela leitura, utilizando o acervo infantil da biblioteca. Já na Praça CEU Aviário o projeto “Leitura” é realizado em parceria com a Escola Municipal Josenita Nery Boaventura e consiste na oferta de aulas de reforço escolar, na biblioteca, para crianças que apresentam déficit de aprendizagem, especialmente em relação à leitura e escrita<sup>77</sup>.

Há ainda outras formas de ocupação das Praças que se dão na perspectiva da economia solidária, a partir das quais os usuários, em busca da sustentabilidade do equipamento e da geração de trabalho e renda para a comunidade, utilizam a Praça para fortalecer empreendimentos e oportunidades de negócios colaborativos.

O Ministério da Cultura, em 2018, apontou ao menos três iniciativas nesse sentido, nas cidades de Osasco, em São Paulo, com a Feira Gastroarte da Praça CEU Camila Rossafa, realizada aos finais de semana com o objetivo incentivar os moradores da comunidade do entorno

---

<sup>76</sup> Informações publicadas em abril de 2018 no site oficial do Programa, disponível em: <http://estacao.cultura.gov.br/2017/12/04/livro-e-leitura-nas-pracas-ceus/>. Acessado em: jun. 2019.

<sup>77</sup> Cf. Praças Ceu. Disponível em: <http://estacao.cultura.gov.br/2017/12/04/livro-e-leitura-nas-pracas-ceus/>. Acessado em: jun. 2019.

a expor e comercializar seus produtos artesanais; Esteio, no Rio Grande do Sul, com a realização de oficinas de artesanato de materiais recicláveis com foco na geração de renda para os participantes; e Luís Eduardo Magalhães, na Bahia, com a venda de biscoitos típicos da região em todo evento ou festividade promovido na Praça CEU. Os biscoitos são fabricados por uma Fábrica Solidária fundada por alunas do Projeto Rede do Bem, da Secretaria Municipal de Assistência Social, para a inclusão produtiva do público do Cadastro Único – Programa Bolsa Família, entre outros.

Embora o MinC oriente que seja evitada a comercialização convencional nas Praças, não há proibição para a produção, venda, compra e troca a partir de uma perspectiva da Economia Solidária, uma vez que se entende que nela não existe a separação entre os donos do negócio e os empregados, ou seja, na economia solidária os donos são os próprios trabalhadores. Em relação à organização, os produtores da Economia Solidária podem estar organizados de diversas formas: associações; cooperativas; redes de produção, comercialização e consumo; bancos comunitários; ou clubes de trocas, entre outras<sup>78</sup>.

### **2.4.3 Pesquisas sobre os usos e apropriações**

Desde pelo menos 2015, o MinC vem realizando pesquisas anuais sobre os usos e apropriações dadas às Praças CEU. A última pesquisa publicada no site oficial do programa, referente ao ano de 2019, cuja coleta se deu entre os meses de novembro daquele ano e fevereiro do ano seguinte, 2020, a partir de um questionário on-line, contemplou o universo de 177 Praças, de 25 estados da federação, o que totalizava 80% das 220 inauguradas até dezembro de 2019<sup>79</sup>.

Os dados dessa pesquisa apontam que, no que se refere ao público, a média de frequentadores das Praças semanalmente, considerando o uso dos espaços fechados (biblioteca, cine-teatro, laboratório multimídia, salas multiuso e CRAS) e abertos (quadra, pista de skate, pista de caminhada e playground), é de 1.580 pessoas. A média de inscritos em atividades programadas em cada Praça no momento da pesquisa era de 426 pessoas e parte considerável era formada por crianças e jovens (32% de crianças de 0 a 12; 35% adolescentes de 13 a 17; e

---

<sup>78</sup> Informações publicadas pelo Ministério da Cultura, em abril de 2018, no site oficial do Programa, disponível em: <http://estacao.cultura.gov.br/2017/12/04/economia-solidaria-nas-pracas-ceus/>. Acessado em: 15 jun. 2019.

<sup>79</sup> As pesquisas online com as Praças CEU inauguradas, visando conhecer o funcionamento e a gestão dos equipamentos e identificar boas práticas, desafios e dificuldades estão disponíveis em: <http://estacao.cultura.gov.br/funcionamento-das-pracas-ceus/>. Acessado em: 31 dez. 2020.

18,6% jovens de 18 a 29 anos).

No quesito funcionamento da Praça, verificou-se que 98% ofereciam atividades programadas e que 70% desse montante realizavam ações durante toda a semana, incluindo os finais de semana.

Entre as atividades mais praticadas, registraram-se: 1. Esportes (63%); 2. serviços socioassistenciais (20%); e 3. artes cênicas (7%). Quanto aos tipos de atividades mais frequentes foram citadas: 1. oficinas (53%); 2. atendimentos (26%); 3. cursos (11%); e 4. apresentações (6%).

Ainda de acordo com a pesquisa, no que concerne às atividades comunitárias, em 79,8% das Praças pesquisadas, além das atividades programadas, são realizadas atividades esporádicas semanal ou mensalmente, tais como festivais, celebrações, campeonatos, eventos, bazares, entre outras. Os espaços mais utilizados do CEU são: 1. Quadra (46%), 2. Áreas externas (15%), 3. Cineteatro e o CRAS (13% cada).

Sobre a gestão compartilhada, a pesquisa apontou que 92% das Praças têm Grupo Gestor constituído. Quando o Grupo Gestor está formalizado, é atuante em 78% dos casos, enquanto que, quando não está formalizado, é atuante em 46% dos casos. Dos Grupos formalizados e com mandato vigente em 2020, 94% são atuantes.

Ainda sobre a gestão compartilhada: mantêm Regimento Interno 82% das Praças; em 43% delas as reuniões do Grupo Gestor são mensais; 81,3% dos Grupos Gestores têm Estatuto instituído por lei, decreto ou portaria municipal; e para 22% das Praças, a principal dificuldade para tornar efetiva a gestão compartilhada é a falta de recursos humanos e financeiros.

Quando os números são avaliados separadamente considerando as Praças que possuem Grupo Gestor Formalizado e as que possuem Grupo Gestor Não Formalizado, verifiquei que a média de inscritos em atividades programadas em cada Praça no momento da pesquisa: é de 426 para todas as Praças que participaram da pesquisa; sobe para 433 em Praças com Grupo Gestor formalizado e atuante; cai para 395 em Praças com Grupo Gestor formalizado mas não atuante; e cai para 349 em Praças sem Grupo Gestor formalizado. No que diz respeito à presença de voluntários: ocorre em 53% das Praças com Grupo Gestor formalizado e com mandato vigente; e ocorre em 46% das Praças sem Grupo Gestor formalizado. Em relação à participação efetiva de três ou mais secretarias municipais na gestão do equipamento: ocorre em 66% das Praças com Grupo Gestor formalizado; e cai para 40% nas Praças sem Grupo Gestor formalizado. Os números evidenciam que as Praças com Grupo Gestor formalizado e atuante agrega mais a comunidade, os voluntários e o poder público em sua atuação.

O CRAS está em funcionamento: em 85% das Praças que têm Grupo Gestor formalizado e com mandato vigente; em 83% das Praças que têm Grupo Gestor formalizado mas com mandato vencido; e em 66% das Praças que não têm Grupo Gestor formalizado. No total considerando os números gerais, 82,6% das Praças contam com CRAS em funcionamento com média de atendimento de 550 famílias mensalmente, sendo que 93% dos CRAS utilizam os demais espaços da Praça para realização de atividades e 80% participam do desenvolvimento da agenda de atividades da Praça.

Em relação ao Telecentro e o acesso à Internet verificou-se que o telecentro conta com acesso à internet em 86% das Praças, sendo este por cabo em 71% dos casos; 13% das Praças oferece internet wi-fi 24 horas. A velocidade média da internet nos Telecentros é: de até 2MGBps em 14% das Praças; maior que 2MGBps até 9 MGBps em 25% das Praças; igual a 10 MGBps em 11% das Praças; e maior que 10MGBps em 17% das Praças.

Encontram-se totalmente abertas ao público, sem grades, cercas, muros ou portões 65% das Praças. Foram apontadas como medidas de segurança mais usadas: 1. presença de segurança 24 horas (59%); 2. diálogo constante do Grupo Gestor com a comunidade, reforçando a importância do zelo e não depredação do equipamento (50%); e 3. disponibilização de atividades em horário estendido, inclusive à noite e aos finais de semana (42%).

A respeito de recursos humanos, revelou-se com a pesquisa que 50% das Praças contavam com equipes de 7 a 15 pessoas. Mais da metade (51%) contava com voluntários e 64% tinham pessoas da comunidade trabalhando na Praça. Em 52% havia professores e monitores oriundos de instituições parceiras e em 54% dos CEUs pesquisados a equipe era composta majoritariamente por servidores municipais de diversas secretarias lotados no equipamento. 85% das Praças tem um Coordenador Geral, e 72% delas contam com uma pessoa para trabalhar exclusivamente na biblioteca.

Sobre o uso dos espaços, em 80% das Praças as áreas externas ficam acessíveis à comunidade no período noturno. O espaço mais utilizado é a quadra em 39% das Praças, seguido do CRAS (17%) e das Áreas externas (17%). Para 62% os espaços físicos e equipamentos eletrônicos e esportivos encontram-se em estado bom ou ótimo de conservação.

No que diz respeito à intersetorialidade, 53% das Praças apontaram ter a participação de três secretarias municipais na gestão. A participação efetiva das secretarias municipais se dá oferecendo cursos e atividades (40,6%) e recursos humanos (30%). Ao todo, 60% contam com a participação da pasta de Assistência Social na gestão, 59% contam com a participação da pasta de Cultura e 48% contam com a participação da pasta de Esporte. Em 70% das Praças o

planejamento a execução e a avaliação das atividades da Praça é feito de forma conjunta entre as secretarias.

Ao avaliar os custos, verificou-se que o investimento médio mensal com atividades e programação era de R\$ 19,3 mil (31% responderam); com recursos humanos de R\$ 36,9 mil (29% responderam); com manutenção das instalações de R\$ 7,2 mil (23% responderam); com custeio de água, luz, limpeza e segurança de R\$ 8,9 mil (28% responderam). A média total de investimento mensal era de R\$ 74,4 mil (19% responderam). Questionados sobre as fontes de recursos, em mais de 70% dos casos a principal fonte é composta pelo orçamento de uma ou mais secretarias municipais, sendo que em 20% das Praças há uma ação orçamentária específica na Lei Orçamentária Anual (LOA)<sup>80</sup> municipal para custeio e manutenção.

Entre as principais formas de participação da comunidade estão: 1. participação nas atividades programadas (48%); 2. ocupação das áreas abertas da Praça (28%); 3. participação em eventos esporádicos, como feiras, festivais, celebrações religiosas, entre outras (12%); e 4. participação ativa nas reuniões e deliberações do Grupo Gestor (4%).

Nas questões acerca da comunidade e sociedade civil organizada, revelou-se que em 64% das Praças a comunidade ajuda na conservação do equipamento; 92% são utilizadas para ensaios, oficinas ou apresentações de grupos da comunidade, incluindo Pontos de Cultura, independente das atividades programadas oferecidas; e 56% são ocupadas por associações e ONGs para atividades e uso dos espaços.

Por fim, a pesquisa traz alguns dados sobre os principais impactos da implantação do equipamento no território em que estão: acesso de grupo vulneráveis aos serviços públicos (25%); maior acesso da população a seus direitos (15%); aumento da autoestima da comunidade (13%); melhoria dos vínculos familiares e comunitários (13%); diminuição da violência (7%); e capacitação das pessoas da comunidade (6%).

A partir da pesquisa de 2019, a Secretaria Especial de Cultura, com base nas respostas coletadas junto às Praças, passou a estabelecer três marcadores para avaliar os resultados obtidos, sendo eles:

**Inovação:** classificação que assinala que há destaque de desempenho no ponto avaliado, desenvolvimento de solução inovadora e/ou tem indicador acima da média em aspectos fundamentais de gestão;

1. **Básico:** classificação que indica que a Praça está na média em relação às demais no

---

<sup>80</sup> A Lei Orçamentária Anual (LOA) é uma lei elaborada pelo Poder Executivo que estabelece as despesas e as receitas que serão realizadas no ano seguinte. A Constituição determina que o Orçamento deve ser votado e aprovado até o final de cada ano (também chamado sessão legislativa).

aspecto avaliado; e

2. Alerta: classificação que aponta que a Praça deve melhorar o indicador ou pode estar em risco de descumprimento dos objetivos originais do Programa.

Mais adiante, quando tratarmos especificamente sobre as Praças CEU da cidade de Feira de Santana, apresentarei os marcadores que foram apontados pelos gestores federais acerca da gestão de cada uma delas.

No tópico a seguir, avanço mais sobre o quesito impactos e resultados do ponto de vista transversal das atividades realizadas pelas Praças, a partir de outros estudos mais abrangentes contratados pelo Ministério da Cultura.

#### **2.4.4 Impactos e resultados transversais**

O Ministério da Cultura estabeleceu, em 2017, um Termo de Execução Descentralizada (TED)<sup>81</sup> com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), através do Grupo de Avaliação de Políticas Públicas e Econômicas (GAPPE)<sup>82</sup>, com o intuito de avaliar os efeitos diretos e indiretos das Praças em funcionamento nos indicadores de educação, segurança pública, saúde e mercado de trabalho, mensurando os impactos das ações transversais realizadas nesses equipamentos.

O resultado da pesquisa foi publicado em janeiro de 2019 e apontou que, em linhas gerais, a construção das Praças e sua plena utilização em determinadas localidades têm contribuído para a transformação da realidade de muitas comunidades. A pesquisa revela, por exemplo, que escolas localizadas nas proximidades dos CEUs registraram ganhos significativos em indicadores educacionais. No Ensino Fundamental, houve redução média de 16% na taxa de evasão escolar e, no Ensino Médio, de 15%. Os dados coletados mostram também que a chance de um município registrar algum homicídio se reduz, em média, 8% nas regiões atendidas pelas Praças e que as atividades esportivas realizadas nos equipamentos contribuíram para a redução

---

<sup>81</sup> O Termo de Execução Descentralizada é definido, no Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013, como “instrumento por meio do qual é ajustada a descentralização de crédito entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho, respeitada fielmente a classificação funcional programática”.

<sup>82</sup> A pesquisa foi coordenada pelo Grupo de Avaliação de Políticas Públicas e Econômicas (GAPPE/UFPE), que prioriza a avaliação de intervenções voltadas para melhoria do bem-estar da população de determinado território. Segundo os pesquisadores do grupo, o objetivo do GAPPE é avaliar as transformações de forma sistemática e em consonância com os avanços metodológicos recentes da literatura internacional especializada. Cf. GAPPE. Disponível em: <https://www.gappe.org/institucional>. Acessado: 15 jun.2019.



em 1,3 ponto percentual de internações por hipertensão e infarto (SAMPAIO, 2019).

Considerando que a qualidade do ensino no Brasil continua sendo um grande desafio para o Estado e toda a sociedade, sobretudo para os formuladores de políticas públicas, o GAPPE/UFPE buscou analisar como fatores extracurriculares atuam no sentido de melhorar o desempenho escolar dos alunos. Os pesquisadores investigaram, portanto, como a implantação das Praças CEU tem contribuído para o desenvolvimento de indicadores educacionais nas áreas beneficiadas pela construção dos equipamentos (SAMPAIO, 2019).

O ambiente social pode desempenhar importante papel na melhoria dos indicadores educacionais, sendo que, especificamente no caso da educação, a qualidade da escola está estritamente relacionada com o espaço ao seu redor (Ainsworth, 2002). Enquanto atributos familiares e individuais podem influenciar fortemente os resultados educacionais dos alunos (Sanbonmatsu et al., 2006), o desenho da construção dos CEUs possibilita identificar o impacto do arranjo social (dito de outra forma, condições do espaço em seu entorno) sobre resultados educacionais. Por exemplo, Sampson et al. (1997) argumentam que ambientes inadequados podem ter efeitos adversos sobre o desenvolvimento de jovens e adolescentes, tanto pela privação de influências positivas dos pares e pela ausência de adultos que acompanham os eventos da sua comunidade, quanto pela sua exposição à violência (SAMPAIO, 2019, p. 43-44).

Para os pesquisadores do GAPPE, o investimento em programas que visam a melhoria do entorno próximo às escolas se justifica porque eles consideram que o ambiente institucional da vizinhança exerce influência na qualidade e nos processos de aprendizagem nas escolas. Ou seja, entende-se que os valores transmitidos pelas comunidades podem ser importantes para os jovens que frequentam aquele ambiente.

[...] uma vez que uma das frentes de atuação dos CEUs se dá através de oficinas, atividades culturais e ambientes para a promoção de cursos, a presença de jovens e adolescentes nestas atividades pode servir como motivação e estímulo para a melhora de seu rendimento. [...] o arranjo físico/social proporcionado pela construção dos CEUs pode contribuir para tornar o ambiente circundante mais propício ao ambiente escolar como, por exemplo, a redução de indicadores de violência (SAMPAIO, 2019, p. 44).

Nesse sentido, para se calcular o efeito da implantação da Praça CEU sobre indicadores de educação, adotou-se a hipótese de que as escolas próximas aos CEUs têm alunos com maior propensão a obter algum tipo de benefício oriundo das atividades ali disponibilizadas. A proximidade com a Praça

pode gerar alguma externalidade positiva sobre indicadores de performance e

persistência escolar, uma vez que essas unidades [...] oferecem um conjunto de itens capazes de estimular a atividade acadêmica e cultural, que vão desde a oferta de bibliotecas e salas de aula quanto salas de teatro e oficinas (SAMPAIO, 2019, p. 52).

De acordo com a análise realizada, a presença de uma Praça nas proximidades de uma escola causa uma diminuição na proporção de alunos reprovados, um aumento na proporção de aprovados e uma queda na evasão, referente ao Ensino Fundamental.

Em termos práticos, tomando a média de 2,4% de evasão nas escolas, infere-se que uma unidade CEU é capaz de reduzir a evasão para 1,9%, o que representa uma diminuição de cerca de 16%. Ao se analisar a proporção de aprovados, o CEU provoca um acréscimo de 0,01 ponto percentual na proporção de aprovados: considerando a média de 88% de aprovação nas escolas, a unidade CEU contribui para o alcance de um patamar de 89%, em média (SAMPAIO, 2019, p. 52).

No que diz respeito aos impactos para o nível Médio, o benefício de uma escola se encontrar próxima à uma Praça é refletido unicamente no indicador de evasão, uma vez que se observa uma redução de 0.013 ponto percentual, em média, na proporção de evadidos. Esse efeito indica que, tomando-se a média de 8,8% de evasão por escola, o CEU permite reduzir esse percentual para 7,5%, o que representa uma queda de aproximadamente 15% (SAMPAIO, 2019, p. 53).

Dessa forma, com base nos dados levantados, os pesquisadores afirmam que os resultados referentes aos indicadores educacionais denotam uma contribuição positiva da construção da Praça CEU, beneficiando de maneira indireta os alunos de escolas próximas à unidade no que concerne à performance escolar.

A pesquisa buscou avaliar também quais efeitos diretos e/ou indiretos provocados pela presença da Praça CEU em uma determinada localidade na inibição à prática de atividades criminosas, podendo influenciar na redução de taxas de criminalidade naquela região.

Os pesquisadores destacam que no ano de inauguração do primeiro Centro de Artes e Esportes Unificados, em 2012, o Brasil apresentava uma escalada em relação à taxa de homicídios, tendo registrado naquele ano, 29 mortes para cada 100 mil habitantes, maior taxa observada desde o ano de 1980 (SAMPAIO, 2019, p. 60). Desde então, ano a ano, esses índices apenas cresceram no País.

Para medir o impacto das Praças sobre os indicadores de violência (homicídio, estupro, furto e roubo de veículos, lesão corporal e latrocínio) nas áreas beneficiadas pelo programa, estabeleceu-se a hipótese de que o maior engajamento cívico da comunidade e a participação

mais ativa nas atividades oferecidas no equipamento inibem a prática de atividades criminosas e o desencadeamento da violência, por conta especificamente da presença de um local de convívio social em áreas marcadas pela ausência do Estado.

Há uma forte correlação, por exemplo, do local de escolha de construção dos CEUs e características relacionadas ao baixo índice de escolaridade da população, maior concentração da população em situação de pobreza, ausência de equipamentos culturais para uso da população e a consequente alta taxa de violência (Soares et al., 2013). Neste sentido, são estimados os impactos dos CEUs sobre uma série de indicadores, tais como homicídios, lesão corporal, estupro, roubos, furtos e latrocínio. Ainda, são analisados os mais diversos contextos e dimensões ao levar em consideração a heterogeneidade dos municípios e das regiões beneficiadas pelos CEUs (SAMPAIO, 2019, p. 60).

Para a pesquisa, foi utilizada a base de dados produzida pelo Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal (SINESPJC) e definido como recorte temporal o período de janeiro de 2013 a junho de 2017. Os pesquisadores explicam que a estratégia de avaliação do impacto das Praças sobre criminalidade levou em consideração análises comparativas entre os municípios que tiveram propostas aprovadas para construção de um CEU e aqueles que tiveram suas propostas não selecionadas, avaliando assim se, de fato, a instalação da Praça provocou mudanças sociais.

De acordo com os dados obtidos, a implementação e inauguração da Praça CEU é eficiente em reduzir a chance de ocorrência de homicídios nos municípios beneficiados, uma vez que se constatou uma redução próximo de 9% na chance de ocorrer um homicídio no comparativo entre os municípios com e sem Praça CEU. Segundo os pesquisadores, esse resultado se mantém inalterado mesmo utilizando diferentes especificações, o que seria um elemento confirmador da validade do efeito.

Ainda em relação aos índices de homicídio, percebeu-se que há uma diferença do efeito da presença da Praça sobre a ocorrência de homicídio nas diferentes regiões do país. Enquanto no Sudeste há uma redução de 16%, nas demais regiões, segundo o GAPPE, não foi possível encontrar evidência estatística sobre o efeito dos CEUs nessa relação.

Tal resultado pode ser explicado pelo fato de a região Sudeste ser a que representa o maior número de praças CEUs tanto concluídas (4,8%) quanto de praças inauguradas (7,8%). Dessa forma, o maior número de praças inauguradas nesta região levará a um maior engajamento cívico por parte da comunidade local no qual inibirá atividades criminosas e, conseqüentemente, o desencadeamento de violência (SAMPAIO, 2019, p. 65).

No que diz respeito aos indicadores de segurança referente a estupro e a roubo de veículos, a análise dos resultados também é positiva, uma vez que foi possível observar que, após a inauguração das Praças CEU, registrou-se uma redução na ocorrência desses casos, de acordo com os investigadores da pesquisa (SAMPAIO, 2019, p. 67-69).

O GAPPE sugere, no entanto, que os resultados devem ser analisados com cautela, tendo em vista que os municípios utilizados como unidade de observação podem capturar efeitos de outras políticas públicas empreendidas ao combate à violência. Por certo, o combate à criminalidade e suas consequências sociais tem maiores chances de ser efetivo a partir de um conjunto de políticas públicas que atuem de diversas frentes e de forma intersetorial.

No que diz respeito à saúde, é sabido que problemas cardiovasculares e doenças como diabetes e hipertensão, entre tantas outras, podem ser evitadas, minimizadas e/ou tratadas adotando bons hábitos de saúde, tais como cuidados com a alimentação e a prática de atividades esportivas. No Brasil, segundo dados do DATASUS, de 2016, os índices dessas doenças são altos e alarmantes. Incluir na rotina exercícios físicos regulares e a ingestão de alimentos ricos em proteínas e nutrientes contribuem para a normalização do ritmo cardíaco e reduz consideravelmente os fatores de risco.

As Praças CEU são equipadas tanto para a realização de práticas culturais e educacionais quanto para práticas esportivas e recreativas, o que de forma geral pode contribuir para a melhora da qualidade de vida e saúde da população. Dessa forma, os pesquisadores buscaram identificar como as Praças CEU intervêm sobre indicadores de saúde da população dos municípios beneficiados, medidos principalmente através da incidência de internações causadas por diabetes, hipertensão e infarto do miocárdio. A hipótese é a de que a prática esportiva realizada no âmbito da Praça esteja efetivamente relacionada a uma menor probabilidade de internações relacionadas à tais doenças.

A pesquisa tomou por base os dados referentes a internações e características demográficas dos pacientes nos municípios que dispõem de CEUs, através do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIHSUS), sistema vinculado ao Ministério da Saúde. Para efeito de comparação, também foi estabelecido uma relação entre os municípios aprovados e reprovados no processo seletivo de implantação das Praças CEU, pois na compreensão dos pesquisadores, estes municípios possuem características semelhantes.

Embora os resultados sinalizem para uma redução (1%) do número de internações decorrentes de doenças coronárias, mais especificamente as decorrentes de hipertensão e infarto,

os pesquisadores advertem que os dados são pouco robustos em relação às diferentes especificações adotadas. Da mesma forma, em relação à diabetes, os resultados não foram estatisticamente significantes (SAMPAIO, 2019, p. 75).

No entanto, quando o recorte é feito por regiões do País, no que se refere à diabetes, há evidência de redução na incidência de internações apenas no Centro-Oeste. Já para os casos de internações decorrentes de hipertensão e infarto, os resultados mostram uma redução nas regiões Centro-Oeste e Norte. Para os investigadores, o fato de tais regiões apresentarem o menor número relativo de Praças inauguradas pode sugerir uma maior adesão das populações beneficiadas em localidades que apresentam poucos equipamentos culturais na conformação das Praças CEU, comparativamente às demais regiões do País (SAMPAIO, 2019, p. 76).

Estão contempladas no escopo das Praças CEU não apenas atividades voltadas às práticas esportivas e culturais, de lazer e de convívio social, mas também atividades de qualificação para o mercado de trabalho oferecidas gratuitamente à população. Diante disso, o GAPPE pesquisou também os possíveis impactos das Praças em relação a alguns indicadores do mercado de trabalho.

A perspectiva é que a atuação da Praça CEU nesse campo também seja positiva e agregadora, tendo em vista que a baixa qualificação e nível de escolaridade da mão de obra são recorrentemente apontados como fatores que atravancam o crescimento da produtividade econômica do País.

Os investigadores estabeleceram duas hipóteses principais acerca dos efeitos das Praças sobre os indicadores do mercado de trabalho: 1. o aumento no número de contratações provocado pelo início das obras do equipamento e a conseqüente demanda por maior quantidade de trabalhadores, bem como o desenvolvimento de outros serviços correlatos; e 2. uma vez que são fornecidas atividades gratuitas de treinamento da mão de obra, pode-se esperar maior probabilidade de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho e, paralelamente, estímulo à economia local possibilitando a abertura de novas vagas de emprego ou contenção no fechamento de vagas existentes (SAMPAIO, 2019, p. 80).

Sobre esses dois efeitos provocados pelas Praças no mercado de trabalho, abertura de vagas por conta das obras e qualificação profissional por conta dos cursos oferecidos, os pesquisadores do GAPPE assinalam que

Em conjunto, a soma dos dois efeitos, no horizonte de análise deste trabalho, deve ser ainda bastante frágil para mostrar maiores resultados significativos. Caso fosse possível acompanhar as trajetórias das pessoas efetivamente trei-

nadas e verificar a sua inserção no mercado de trabalho, para o que seria necessário coleta de dados primários, poderiam ser destacados os casos de sucesso, mas ainda assim, frente à relativa estagnação do mercado de trabalho espera-se que os efeitos sejam limitados. Agregadamente, tanto as contratações decorrentes da implantação como a absorção resultante de uma melhor qualificação, devem ter impactos limitado na conjuntura econômica prevalente no período em análise. No entanto, espera-se que o segundo efeito possa trazer resultados bastante significativos no médio prazo, com a retomada do crescimento (SAMPAIO, 2019, p. 81).

O fato de não dispor da relação das pessoas que realmente frequentam as atividades de qualificação profissional oferecidas pelas Praças impossibilitou os pesquisadores de acompanhar a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, sendo utilizados, portanto, dados sobre o mercado de trabalho provenientes da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), ambos do antigo Ministério do Trabalho (MTE)<sup>83</sup>. O período estudado compreendeu os meses de janeiro de 2007 a dezembro de 2017.

Em linhas gerais, segundo o GAPPE, não foi possível encontrar resultados conclusivos com a pesquisa, por conta das intensas variações em contratações e demissões no Brasil após as flutuações e queda da taxa de crescimento do PIB ao longo do período definido como recorte temporal do estudo. Além disso, os investigadores apontam que os possíveis efeitos dos CEUs decorrentes de uma melhor qualificação devem ocorrer ao longo do tempo, com efetivo engajamento dos participantes e ainda em consequência da interação entre oferta e demanda de trabalho, ou seja, um potencial impacto das atividades da Praça é muito pequeno frente aos efeitos mais amplos da economia. Mesmo em relação as obras, observou-se que seu impacto é pouco expressivo ou insuficiente para apresentar resultados destacados à nível municipal (2019, p. 86-87).

Apesar de alguns dados inconclusivos, de maneira geral, a pesquisa realizada pela UFPE aponta para uma atuação positiva das Praças CEU nos territórios onde se inserem, do ponto de vista na melhoria de indicadores sociais de educação, mercado de trabalho, segurança e saúde públicas, ao tempo em que revela também a importância da continuidade desse levantamento para que seja possível uma avaliação comparativa ano a ano e para o devido monitoramento e ajustes necessários ao programa.

No capítulo a seguir, tratarei especificamente da atuação das Praças CEU na cidade Feira de Santana, objeto desta pesquisa. Discorrerei acerca da infraestrutura cultural da cidade e buscarei localizar como a diversidade e participação estão integradas nas políticas e gestão pública

---

<sup>83</sup> A RAIS contempla todos os trabalhadores empregados no mercado de trabalho formal do Brasil e o CAGED consiste de um registro administrativo do MTE que mensura a quantidade admissões e demissões de funcionários em regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

da cultura na cidade. Apresento também as características, o funcionamento, as principais ações desenvolvidas e as apropriações que são dadas a Praça CEU Cidade Nova, Praça CEU Aviário e Praça CEU Jardim Acácia.

### **3 PRAÇAS CEU NA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA (BA)**

Neste capítulo apresento o objeto empírico desta pesquisa, as Praças CEU de Feira de Santana, e seu contexto histórico e institucional, com especial ênfase para a institucionalização da gestão e políticas culturais no município e os dados mais recentes de sua infraestrutura cultural. Abordarei as três Praças CEU localizadas em seu território, a partir de suas principais características, modos de funcionamento, projetos realizados e os principais usos que lhes são dados pela comunidade.

Foram utilizadas como fontes de pesquisa e consulta publicações oficiais da Prefeitura Municipal de Feira de Santana, do Ministério da Cultura/Secretaria Espacial da Cultura, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da imprensa (matérias de jornais e periódicos), de universidades e instituições de ensino (livros, artigos, monografias, dissertações e teses), além de um conjunto de entrevistas realizadas com funcionários públicos federais, cinco ao todo, lotados à época nos ainda existentes Ministérios da Cultura, do Esporte, do Desenvolvimento social e do Trabalho e Emprego; 10 funcionários e ex-funcionários públicos municipais, lotados nos órgãos responsáveis e nas Praças CEU; e oito representantes da sociedade civil que atuam ou atuaram nos grupos de gestão das Praças.

Ao todo foram 23 entrevistas (APÊNDICE D), realizadas entre os anos de 2017 e 2020, em que busquei compreender o surgimento do programa, sua execução e operacionalização nos municípios, em especial em Feira de Santana, sobretudo no que diz respeito à gestão compartilhada empreendida.

Além das entrevistas, o trabalho de campo foi realizado por meio de visitas às três Praças do município, ao longo do segundo semestre de 2019, entre os meses de setembro e dezembro, com o intuito de vivenciar e observar o funcionamento, as atividades e os usos dados pela população. Estive nas Praças também em outros dois momentos anteriores ao trabalho de campo: em novembro de 2017, para um levantamento inicial de informações e registro fotográfico dos empreendimentos, e em maio de 2019, para uma visita guiada pelas Praças com Luís Augusto Oliveira, diretor de atividades culturais da Fundação Cultural Egberto Costa (FUNTITEC).

Cabe registrar que parte significativa das entrevistas realizadas com os membros dos grupos de gestão e coordenadores e ex-coordenadores das Praças foram feitas ao longo do segundo semestre de 2020, por meio de plataformas on-line, por conta do surgimento e alastramento da pandemia por COVID-19 no Brasil, a partir do mês de março daquele ano, o que



impôs o fechamento de algumas dependências das Praças e a suspensão de parte significativa das atividades ali realizadas ao longo de quase todo o ano.

Diante desse cenário, as entrevistas que haviam sido planejadas para acontecer no primeiro semestre de 2020, após a realização do trabalho de campo, foram reprogramadas para a partir de agosto, na esperança de que o contágio arrefecesse e houvesse a suspensão do então *lockdown* imposto pelas autoridades competentes no estado da Bahia. Entretanto, vivenciamos o oposto – o avanço e o recrudescimento da pandemia tornaram ainda mais rígidos os protocolos sanitários provocando, entre outras coisas, a suspensão do transporte rodoviário intermunicipal no estado por longos meses e a orientação para que as pessoas mantivessem o máximo de distanciamento social possível, o que impediu o meu deslocamento à cidade de Feira de Santana, impondo-me, como alternativa, realizar as entrevistas em ambiente digital (*Teams, WhatsApp e Google Meet*).

No diálogo com os entrevistados, utilizei um roteiro padrão semiestruturado (APÊNDICE B), que tinha por objetivo levantar informações sobre a relação institucional que cada um deles mantinha/mantém com a Praça e o grupo de gestão, quais suas impressões sobre o poder público municipal, a atuação dos grupos de gestão, a importância do programa e a sua relação com a comunidade. Abordei também questões sobre os desafios da gestão compartilhada, suas potencialidades e fragilidades, e percepções dos entrevistados acerca das conquistas alcançadas após a instalação do empreendimento no bairro. As informações obtidas nas entrevistas permeiam as análises que constam nesses dois últimos capítulos do trabalho.

### 3.1 A CIDADE DE FEIRA DE SANTANA

Em 1919, Feira de Santana foi apelidada por Ruy Barbosa, célebre jurista baiano, como a “princesa do sertão”, termo ainda hoje lembrado e reverenciado por seus moradores que viram a cidade se consolidar como o maior centro urbano, político, educacional, tecnológico, comercial e cultural do interior da Bahia ao longo das últimas cinco décadas (POPPINO, 1968; REIS, 2017; DOREA, 2018).

Localizada no Agreste, em um entroncamento rodoviário, por onde passam oito importantes rodovias, a cidade está no centro norte da Bahia, na zona de planície entre o Recôncavo

baiano e os tabuleiros semiáridos do nordeste baiano, e tem 1.337,993 km<sup>2</sup> de extensão territorial. Aliás, é justamente o fato de estar localizada em uma região de passagem entre o litoral e o sertão que fez surgir o povoamento que lhe deu origem, oficialmente, em 1833.

A Macrorregião Centro Norte da Bahia é composta por um total de 80 municípios e a Microrregião de Feira de Santana é formada por 24 municípios<sup>84</sup>. Além de ser sede da microrregião, na qual residem mais de um milhão de habitantes, Feira de Santana é também a sede da Região Metropolitana de Feira de Santana, formada por outros cinco municípios: Amélia Rodrigues, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, São Gonçalo dos Campos e Tanquinho. A cidade de Feira é composta por nove distritos: Ipuacu, Bonfim de Feira, Maria Quitéria (São José), Humildes, Tiquaruçu, Jaíba, Jaguará e Matinha.

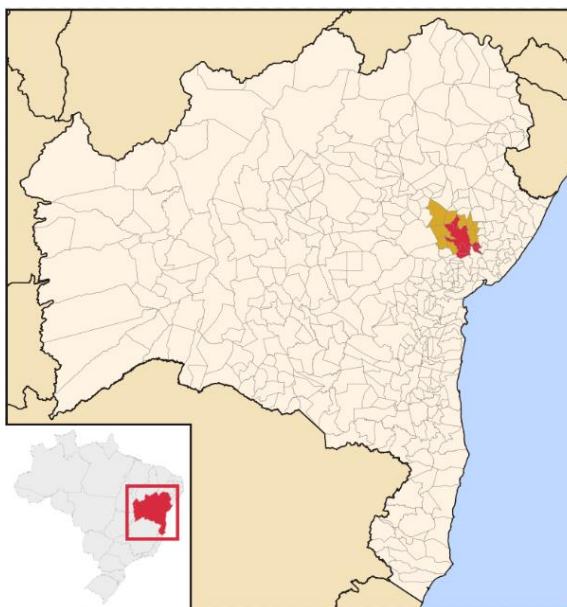


Figura 7 - Localização da Região Metropolitana de Feira de Santana na Bahia  
Fonte: Prefeitura de Feira de Santana

A pequena vila do século XIX deu lugar ao segundo maior município do interior do País considerando as regiões Nordeste, Norte, Centro-Oeste e Sul, e que, segundo o IBGE, teve sua receita multiplicada por quatro entre os anos de 2005 e 2017, quando passou de R\$ 268 mil para pouco mais de R\$ 1,1 milhão. Na segunda década do século XXI, a cidade teve um desenvolvimento econômico de 9% ao ano, concentrando 11% dos estabelecimentos industriais do

<sup>84</sup> Água-Fria, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Elísio Medrado, Feira de Santana, Ipecaetá, Ipirá, Irará, Itatim, Ouriçangas, Pedrão, Pintadas, Rafael Jambeiro, Santa Bárbara, Santa Teresinha, Santonópolis, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Serra Preta, Tanquinho e Teodoro Sampaio.

estado (IBGE, 2018). No entanto, apesar da pujança econômica, isso não se traduz necessariamente em bem-estar social para toda a sua população; ao contrário, a cidade apresenta uma situação de desigualdade alarmante.

Formada no entorno de uma capela e de uma feira livre, Feira de Santana teve a sua cultura atravessada pelas características marcantes que forjaram a história oficial da cidade e que ainda hoje fazem parte de seu cotidiano como a religiosidade, o entroncamento de estradas e as intensas e diversificadas atividades econômicas e industriais. Mas não apenas. Embora o fato de estar localizada em uma região de passagem possa supor uma identidade mais fluida e ausente de tradições, Feira “corresponde também a um lugar de permanências, onde a diversidade cultural existe, se transforma, resiste” (GALENO; PITA, 2019a, p. 156) e contribui para compor o tecido sociocultural da cidade. Segundo as pesquisadoras Galeano e Pita, em Feira de Santana “é notória a força da identidade cultural sertaneja” da cidade, e que, apesar de ser um município marcadamente urbano, “envolve, de forma significativa, na dinâmica do comércio local, vendedores e pequenos comerciantes de várias comunidades rurais do entorno, com seus diferentes modos de ser, fazer e viver” (2019b. p. 379-380).

Nos dois tópicos a seguir, tratarei dos principais fatos históricos, sociais e econômicos, além das características culturais da princesinha do sertão, tanto do ponto de vista simbólico como institucional.

### **3.1.1 Aspectos históricos e socioeconômicos**

A origem de Feira de Santana remonta a meados do século XVII, a partir do avanço da criação de gado em direção ao interior do País. A região onde hoje se localiza a cidade compunha a vasta sesmaria de Tocós, doada em 1609 pela coroa portuguesa a Antônio Guedes de Brito (POPPINO, 1968). Reincorporada à Portugal por conta da exploração pouco produtiva, as terras foram em seguida redistribuídas entre fazendeiros. Entre os agraciados com as terras estava o casal de portugueses Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandão, no século XVIII, e foi justamente nos arredores da fazenda deles, chamada Santana dos Olhos D'Água, que surgiu o povoamento que originaria a futura cidade de Feira de Santana (DOREA, 2018, p. 59).

Em 1732, os proprietários construíram uma capela em louvor a São Domingos e Santa

Ana, que se tornou ponto de parada para inúmeros viajantes, atraídos, principalmente pela abundância de água devido a quantidade de lagoas espalhadas pela região, que servia tanto para o gado como para os próprios viajantes a caminho do sertão ou vindos de lá (SANTO, 2003, p. 11).

Com o decorrer dos anos, esse núcleo urbano tornou-se a principal rota e via comercial de gado da região, abrigando uma importante feira livre que foi crescendo e se diversificando com o avançar do povoamento (SILVA, 2010, p.40). No início do período colonial, a feira ocorria aos domingos, possivelmente em função da missa celebrada na referida capela. A partir de 1854, passou a ser realizada às segundas-feiras, com a intenção de apressar a ida do gado para Salvador. Apesar de todas as modificações ocorridas, esse continua o dia preferido para a feira até o presente (SANTO, 2003, p. 11). Segundo Poppino (1968), importante historiador<sup>85</sup> que estudou a cidade na década de 1950, bastou apenas um século para que Feira de Santana passasse de simples arraial para a localidade com a mais importante feira da Bahia, a qual era a base de sua economia.

Alguns historiadores apontam que o crescimento e destaque de Feira de Santana no cenário regional ocorre concomitantemente à decadência de Cachoeira, Santo Amaro e Nazaré, importantes núcleos urbanos localizados no Recôncavo. Essas cidades exerceram por muito tempo as funções de entreposto de mercadorias, residências de comerciantes, agricultores, fazendeiros e senhores de engenho (OLIVEIRA, 2010, p.67).

Apesar da relevância econômica que se afirmava cada vez mais em torno do município, até 1869 a vila continuava

a expandir-se como um centro comercial do sertão baiano mas, exceto em relação ao seu tamanho, diferia pouco dos arraiais espalhados pelo interior da província. Casas de adobe de um andar, rodeadas por casebres, espalhavam-se ao acaso, junto à capela do século XVIII de Santana dos Olhos D'Água. Poucas ruas, tortas e sem pavimentação e algumas praças estendiam-se entre os edifícios. A rua principal não passava de um trecho da estrada mestra que unia Juazeiro à Cidade do Salvador. Viam-se aqui e ali sobrados de dois andares e outras estruturas mais progressistas no distrito comercial, ao Norte da Matriz; duas das artérias principais haviam sido parcialmente pavimentadas e os responsáveis pelo progresso do lugar começaram a dirigir sua atenção para

<sup>85</sup> O historiador norte-americano Rollie Edward Poppino esteve em Feira de Santana na primeira metade da década de 1950, pesquisando sobre a história da cidade, para a elaboração de sua tese de doutorado na Universidade de Stanford, intitulada "Princess of the Sertão: A history of Feira de Santana". Produzida entre os anos de 1951 e 1953, a tese foi depois transformada no livro "Feira de Santana" (Ed. Itapuã, 1968). Considerado um clássico e um marco na historiografia feirense, o livro abrange o período entre 1860 e 1950 e aborda diversos aspectos da história da cidade: condições econômicas da origem e do crescimento do município, avanços nas áreas da urbanização, da educação, da cultura e das tecnologias. Poppino realizou suas pesquisas sob a coordenação do médico e antropólogo baiano Thales de Azevedo, como parte do Projeto Columbia, uma parceria entre a Universidade de Colúmbia, em Nova Iorque, e a Secretaria de Educação e Saúde do Estado da Bahia, cujo titular era o educador Anísio Teixeira (FEIRA DE SANTANA, 2020a).

as necessidades mais prementes da vila. Muitos anos se passariam ainda antes que a vila se tornasse conhecida pelas ruas largas e retas, pelas casas bem pintadas e pelas altas árvores, que dão sombra (POPPINO, 1968, p. 106-107 apud SANTO, 2003, p 12-13).



Figura 8 – Feira livre em Feira de Santana, 1950  
Fonte: Acervo UEFS (2014) apud ARAUJO (2019).

Pertencente ao município de Cachoeira, a emancipação política e administrativa da cidade ocorreu em 18 de setembro de 1833, passando a ser denominada de Vila de Santana da Feira. Mais adiante, a cidade foi renomeada outras três vezes: 1. Cidade Comercial de Feira de Santana, em 1873; 2. Feira, em 1931 e, definitivamente, o nome atual, 3. Feira de Santana, a partir do decreto estadual nº 11.089, de 30 de novembro de 1938 (DOREA, 2018, p. 75).

A partir dos anos 1930, a cidade passa a sofrer uma série de transformações urbanísticas que permitiram uma modernização sobre as feições agrárias que o município tinha até então (REIS, 2017).

Nesse cenário, a urbanização de Feira de Santana começou a mostrar seus primeiros traços. Sobrevieram a construção de estradas de rodagem, que possibilitaram o aumento do fluxo de pessoas e que motivavam o crescimento populacional da cidade e impulsionaram seu setor terciário, o que, por outro lado, deu início às possibilidades de industrialização, como exemplo foi fundada uma usina de beneficiamento de algodão. Feira de Santana, que teve início na sua força de atividade rural, passava então a delinear, a partir desse período, um processo de renovação, o que, a cada ano, a fez ter um lugar de destaque no cenário econômico da região [...]. Esse processo de desenvolvimento cultural, econômico e industrial se mostrou crescente nas décadas de 1940, 1950 e 1960 (REIS, 2017, p. 21-22)

Na década de 1950, Feira de Santana já figurava como a cidade mais populosa do interior do estado da Bahia, quando na década anterior estava posicionada na quarta colocação (IBGE, 1958 apud REIS, 2017). Dados do IBGE apontam que entre os anos 1940 e 1960, a cidade registrou a abertura de 254 empreendimentos industriais de pequeno porte, com maior parte de investimentos de origem local, com produção direcionada para os mercados local e regional. A partir de então observa-se um crescimento acelerado da cidade, também em decorrência da integração com o sistema de transportes rodoviário, além de sua vocação comercial e pecuária (CARMO, 2009).

Ano	População total	População rural	População urbana	Taxa de urbanização
1940	83.268	63.518	19.750	24
1950	107.205	73.928	33.277	31
1960	139.747	91.358	48.389	35
1970	187.290	55.570	131.720	70
1980	291.506	57.875	233.631	80
1991	406.447	56.890	349.557	86
2000	480.949	49.219	431.730	90
2010	556.642	46.007	510.635	92

Quadro 11 - Feira de Santana: População total rural, urbana e da cidade; Taxa de Urbanização; e Percentual da população da cidade sobre a total, 1940-2010

Fonte: IBGE, 2011

O primeiro Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) da cidade é de 1968 – antes disso não havia planejamento integrado e a ocupação e os usos do solo e dos recursos naturais se deram de maneira espontânea e desordenada (SANTO, 2003). Não obstante, o crescimento urbano e o desenvolvimento econômico continuavam se destacando, motivados em grande medida pela predominância de relações mercadológicas e uma posição geográfica estratégica.

Feira de Santana está localizada no Agreste baiano, no Território de Identidade Portal do Sertão<sup>86</sup>, em um entroncamento rodoviário, por onde passam cinco rodovias estaduais (BA: 052, 084, 502, 503 e 504) e três rodovias federais (BR: 101, 116 e 324), que se caracterizam como importantes ativos para a dinamização da economia local. A cidade está situada a 108 quilômetros

<sup>86</sup> O Governo da Bahia, com o objetivo de identificar temas em comum a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, reconheceu a existência de 27 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade de cada região. Essa classificação tomou por base estudos elaborados pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário e estão disponíveis no site oficial da Secretaria de Planejamento do Estado (SEPLAN): <http://www.seplan.ba.gov.br/>. Acessado em: 24 jul. 2021.

de Salvador, capital do estado, tendo como principal via de ligação entre as duas cidades, a Rodovia BR-324. Com os municípios vizinhos as principais ligações são: Coração de Maria (43km), Irará (54km), Riachão do Jacuípe (75km), Santo Amaro (47km), Santo Estevão (42km), São Gonçalo dos Campos (30km), Serra Preta (53km) e Serrinha (68km) (REIS, 2017, p 23).

Outros dois elementos que são apontados como provocadores para a aceleração da expansão urbana de Feira de Santana nos últimos cinquenta anos foram a instalação do Centro Industrial do Subaé (CIS), em 1970, e da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), em 1976, ambos localizados na parte externa do anel rodoviário que contorna a cidade (SANTOS; BAUMGARTNER, 2011).

No que diz respeito ao CIS<sup>87</sup>, cujo papel é criar condições para a instalação de indústrias no interior do estado, sua criação representou elemento decisivo para firmar o município no processo de industrialização e fortalecimento da economia do Estado, passando a figurar como o terceiro maior centro industrial da Bahia, atrás apenas do Polo de Camaçari e o Centro Industrial de Aratu (SANTOS; BAUMGARTNER, 2011).

Em relação à Universidade, a UEFS foi instalada na região Norte da cidade, contribuindo para o desenvolvimento do município e atendendo ao objetivo do governo estadual em interiorizar a educação superior, que, até aquele momento, estava presente apenas na capital, Salvador. Hoje, a cidade abriga ao menos 20 universidades e instituições públicas e privadas, com ensino superior e tecnológico, a exemplo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), entre outros, tendo se tornado um polo educacional que atrai moradores de cidades vizinhas (ARAUJO, 2019).

Do ponto de vista nacional, Feira de Santana é a maior cidade em população do interior do país considerando as Regiões Nordeste, Norte, Sul e Centro-Oeste, atrás apenas de Jaboatão dos Guararapes (PE). Quando comparada às capitais dos Estados, Feira é maior que oito delas, de acordo com a divulgação do IBGE, em 2020, com estimativa de 619.609 habitantes, a frente de Cuiabá (MT), Porto Velho (RO), Macapá (AP), Florianópolis (SC), Boa Vista (RR), Rio Branco (AC), Vitória (ES) e Palmas (TO).<sup>88</sup>

---

<sup>87</sup> O Centro Industrial do Subaé (CIS) foi constituído sob a forma de Autarquia Municipal da Prefeitura de Feira de Santana pela Lei nº 690, datada de 14/12/1969, posteriormente, transferida sua administração e gestão para a esfera estadual, também, sob a forma de Autarquia, mediante Lei Estadual nº 4.167, de 07/11/198. Atualmente está vinculado à estrutura da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia, mas há estudos em discussão para a sua transferência para a Centro das Indústrias de Feira de Santana (CIFS), de acordo com notícia veicula no site oficial da SDE. Acessado em: 24 jul. 2021.

<sup>88</sup> O Censo previsto para ser realizado em 2020 foi suspenso pelo governo federal, primeiramente, conforme alegado, por conta da pandemia por Covid-19 e sua impossibilidade de ser realizado à distância, depois o governo assumiu o discurso da falta de verba. Tem-se aqui, portanto, apenas uma estimativa, calculada pelo IBGE, acerca do quantitativo da população das cidades brasileiras.

Em relação ao produto interno bruto (PIB), Feira de Santana ocupa a terceira colocação na Bahia, atrás de Salvador e Camaçari. Nacionalmente, está na 70ª posição em comparação a outras cidades do país. A cidade tem 14.538 mil empresas ativas, que geram quase 133 mil empregos. Quando dividido pelo número de moradores da cidade, o PIB per capita (ou por pessoa), passou de R\$ 12,8 mil para R\$ 21 mil, entre 2010 e 2016, de acordo com os dados do IBGE de 2018<sup>89</sup>. O índice de desenvolvimento humano (IDH)<sup>90</sup> é classificado como alto, estando na quinta posição no estado, depois de Salvador, Lauro de Freitas, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães (IBGE, 2010).

No entanto, é preciso destacar que o dinamismo da economia de Feira de Santana “não está vinculado ao consumo interno, isto é, aos recursos apropriados e gerados por sua própria população, mas, ao contrário, está diretamente relacionado ao seu papel de intermediário nas trocas econômicas entre vários municípios e regiões” (GALPÃO CINE HORTO, 2016, p 18). Assim, a despeito da pujança econômica da cidade, o crescimento e desenvolvimento do seu espaço urbano se deram de forma segregada e ordenamento tardio, sobretudo do ponto de vista habitacional e do acesso aos serviços públicos básicos e essenciais. Até 2010, por exemplo, 40,3% dos domicílios não tinham esgotamento sanitário adequado, e apenas 48,3% de domicílios urbanos estavam em vias públicas com arborização e 17,1% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Em relação ao esgotamento sanitário, quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 65 de 417, e quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 1824 de 5570 (IBGE, 2010).

Ainda no quesito moradia, a partir de 1980 surgiram diversos conjuntos habitacionais na cidade, alguns na parte externa do anel viário destinado à população em vulnerabilidade social, assim como o processo de ocupação em regiões periféricas da cidade. Alguns desses conjuntos<sup>91</sup>

---

<sup>89</sup> Cf. IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/feira-de-santana/pesquisa/38/47001?tipo=ranking>. Acessado em: 31 jul. 2021.

<sup>90</sup> O cálculo do índice é composto a partir de dados de expectativa de vida ao nascer, educação e PIB em paridade do poder de compra per capita recolhidos em nível nacional ou regional, e possui o objetivo de medir o padrão de vida. O índice foi desenvolvido em 1990 pelos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq, e vem sendo usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O IDH varia de 0 até 1: IDH muito alto (0,800 – 1,000), IDH alto (0,700 – 0,799), IDH médio (0,600 0,699), IDH baixo (0,500 – 0,599) e IDH muito baixo (0,000 – 0,499).

<sup>91</sup> Alguns conjuntos habitacionais implantados ao lado do CIS foram Fraternidade, Panorama e Francisco Pinto, e outros, apesar de serem localizados em áreas mais distantes (Feira X e Viveiros) também são atingidos pela poluição (SANTO, 2003). Em 2020, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente planejou ações para melhoria da qualidade do ar em Feira de Santana, realizando monitoramento do ar de oito pontos da cidade durante seis meses (FEIRA DE SANTANA, 2020b).



foram construídos pelo estado ao lado do CIS e “recebem a poluição industrial, devida à má localização do referido centro industrial, visto que a direção dos ventos não foi bem estudada, fazendo com que grande parte das descargas atmosféricas das indústrias poluam esses bairros, causando sérios distúrbios à saúde da população ali residente” (SANTO, 2003, p. 18).

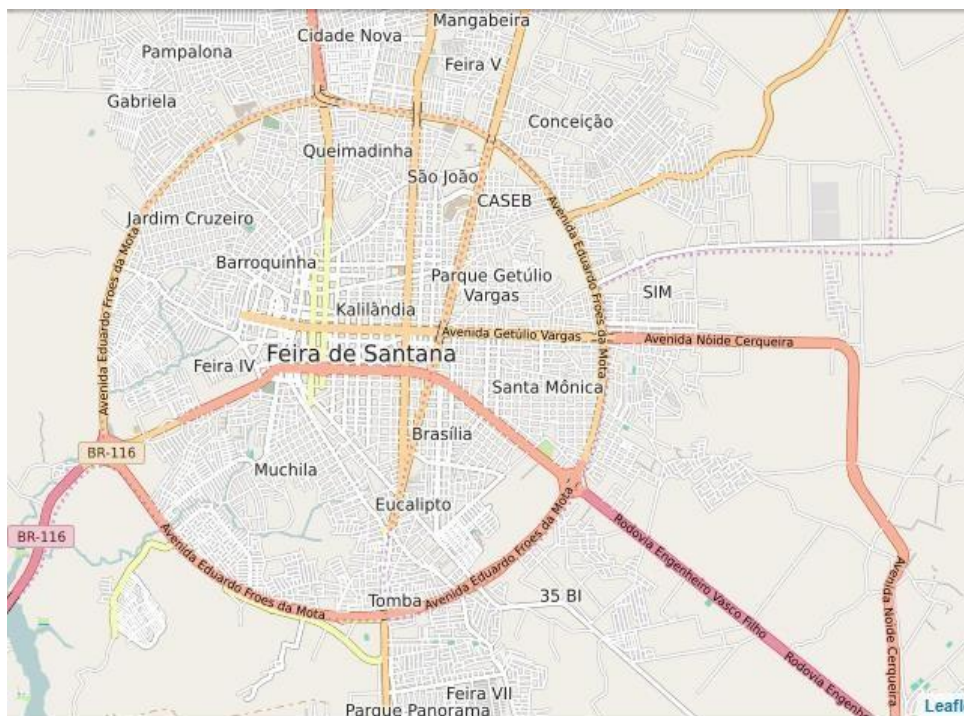


Figura 9 - Região central do distrito sede de Feira de Santana  
Fonte: Prefeitura Municipal de Feira de Santana

A ocupação sem ordenamento da cidade tem provocado também o desaparecimento das lagoas do município, que foram tão importantes para a sua conformação enquanto cidade. Dados da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semmam), de maio de 2021, apontam que de 120 lagoas, apenas 60 ainda existem em Feira de Santana. O número representa uma redução de 50% dos mananciais nos últimos 30 anos. Segundo a Semmam, a situação é atribuída à degradação e as ocupações irregulares nessas áreas de proteção ambiental, embora seja crime conforme a Lei Federal nº 12.651 e também a Lei Complementar nº 120/2018, que estabelecem distâncias para as construções próximo a lagoas (FEIRA DE SANTANA, 2020b).

Outros dados que atestam que o dinamismo econômico da cidade e o desenvolvimento local não caminham necessariamente em paralelo e com equidade, configurando uma significativa desigualdade social, estão relacionados especialmente à renda e à educação.

Segundo dados do IPEA, de 2010, em relação à renda, apontam para uma significativa concentração e perversa desigualdade social no território. O município possui Índice de Gini

0,6, o que indica uma alta concentração de renda. Esse é um indicador da desigualdade de renda e quanto maior seu valor (entre 0 e 1) pior pode ser considerada a situação do território.

No que diz respeito à ocupação entre maiores de 18 anos, em 2010 havia 10,27% de desempregados, e o rendimento médio das pessoas empregadas era menor que a média nacional<sup>92</sup>. Dados mais recentes, de 2019, publicados no relatório de gestão da Prefeitura Municipal de Feira de Santana, apontam que atualmente há 92.471 famílias residentes na cidade que estão inseridas no Cadastro Único<sup>93</sup> o que equivale a 16,61% da população, sendo que 30.222 são beneficiárias do Programa Bolsa Família. O relatório indica ainda que, das 18.648 famílias que vivem em situação de extrema pobreza, 4.478 não estão recebendo o benefício, e das 54.195 famílias em situação de pobreza, 38.133 ainda não foram contempladas.

No tópico a seguir tratarei da infraestrutura e as características culturais da cidade.

### 3.1.2 Infraestrutura e características culturais da cidade

As transformações pelas quais a cidade de Feira de Santana passou, sobretudo, a partir da década de 1950 foram bastante expressivas. Se naquela década havia no município um contingente total de um pouco mais de 83 mil habitantes, Feira chegaria aos anos 2000 com uma população acima de 480 mil e um elevado grau de urbanização de quase 90%, superior à média do estado da Bahia no mesmo período, que foi de 67% (IBGE, 2011). Nesse contexto de intenso crescimento urbano e demográfico, ocorreram também transformações sociais e culturais significativas na cidade

[...], particularmente no campo das artes e da cultura, que de instrumento a serviço dos extratos privilegiados da comunidade, no início do século XX, chegou a seu término, por vezes, como ferramenta de contestação de desigualdades e de autoafirmação de minorias. Nesse percurso, a cidade que no alvorecer do século XX já contava com teatros e filarmônicas, viu abrir e fechar cinemas, fundou museus, companhias teatrais e associações artísticas. Orga-

<sup>92</sup> O rendimento médio das pessoas ocupadas em Feira de Santana era de R\$ 1.049,48 em 2010, ao passo que a média nacional era de R\$ 1.296,19 na mesma época. Já a renda per capita da população feirense (considerando ocupados e não ocupados) era de R\$ 662,24, enquanto a média brasileira era de R\$ 793,87. Ao se avaliar apenas as famílias consideradas vulneráveis, a renda *per capita* era de R\$ 154,72 mensais (GALPÃO CINE HORTO, 2016, p. 31).

<sup>93</sup> Cadastro Único para Programas Sociais ou CadÚnico é um instrumento de coleta de dados e informações que objetiva identificar todas as famílias de baixa renda existentes no País, para fins de inclusão em programas de assistência social e redistribuição de renda.

nizou concursos e mostras de artes-plásticas, criou um mercado de arte popular, instituiu escolas de música, tentou criar até mesmo uma produtora cinematográfica nos anos de 1960 e, a partir dos anos de 1990, passa a abrigar centros de cultura artística mantidos pelo poder público (FEIRA DE SANTANA, 2016, p. 13-14)

Apesar de as transformações se acentuarem a partir dos anos 1950, a vida cultural da cidade passou a ter mais visibilidade nos idos dos anos 1910 a 1930, quando a dramaturgia, a literatura (FEIRA DE SANTANA, 2018) e o cinema (SACRAMENTO, 2016) já se manifestavam com mais intensidade. É desse período o surgimento do Cine Theatro Sant'Anna, que já existia na cidade como Theatro Sant'Anna, desde 1910, e que abrigava projeções fílmicas, grupos de teatro e literatura, tornando-se um lugar de confluência para vários grupos que compunham a esfera sociocultural feirense (SANTOS, 2012). Foi em 1910, inclusive, o ano inaugural da primeira exibição de filmes na cidade através da atuação dos cinemas itinerantes.

[Em 1910,] Feira recebeu o Cinema Brasil, de propriedade de Aureo Oliveira, e o Cinema Elo de Ouro, de Galdino Santos. Já em 1911, chegou na cidade o Cinema Alemão, da empresa Max Philpsen. Um ano depois estreia o Cinema Vitória, de Lucio Vitoria, neste ano também surge o cineteatro Elite, mas não há registro sobre seu surgimento, nem sobre seu proprietário (SACRAMENTO, 2016, p. 5).

Estes cinemas, no entanto, não são espaços físicos, e sim empresas que detinham a propriedade do aparelho de projeção cinematográfica e circulava pela cidade realizando exibições em locais diversos: tanto no único teatro existente como em residências ou outros ambientes apropriados a abrigar o equipamento e o público (SACRAMENTO, 2016). Apenas nas décadas seguintes, outros espaços surgiram para abrigar exibições e outras atividades artísticas e expressões culturais, como o Cinema Brasil (1920), o Cine Íris (1946) e o Cine-teatro Elite (1947).



Figura 10 - Cine Theatro Sant'Anna pouco antes de fechar as portas  
Fonte: LIMA, 2015 apud FEIRA DE SANTANA, 2018

Paralelamente a proliferação da atividade dos cinemas, que já denotava o crescimento econômico da cidade, Feira contava também com apresentações musicais de sociedades filarmônicas, como Vitória e 25 de Março, e de companhias dramáticas, como o Grupo Taborda, os Sales Barbosa e o Grêmio Lítero-Dramático Rio Branco (FEIRA DE SANTANA, 2018).

Estes equipamentos culturais e grupos artísticos contribuíram para a transformação da paisagem urbana da cidade e também para a mudança de comportamento da população local, apresentando à cidade novos hábitos, sobretudo a partir do cinema, e sensibilidades, por meio das artes dramáticas, literárias e musicais, conformando outras sociabilidades e vivências do tempo livre (OLIVEIRA, 2011; SACRAMENTO, 2016).

De acordo com as pesquisadoras Galeano e Pita, a intensidade do comércio, o complexo industrial e a localização geográfica de Feira, “são aspectos que, inegavelmente, precisam ser considerados para entender a constituição das identidades culturais locais” (2019b, p. 380). Para elas, tais elementos contribuíram para a construção de uma imagem de uma cidade marcada pela “ausência de tradição” (2019b, p. 380). No entanto, defendem tratar-se de uma falsa sentença, uma vez que é possível observar facilmente “a diversidade que compõe a teia cultural de Feira de Santana, que envolve artistas, profissionais de gestão e produção, espaços culturais diversos e grupos – urbanos e rurais, contemporâneos e tradicionais – que têm dado o tom dinâmico e vital às cenas locais” (2019b, p. 380).

As autoras ressaltam ainda que, além da referência de sertão, que compõe a identidade sertaneja, bastante marcante na cidade, são latentes e expressivas também os modos de vida das comunidades rurais negras da região (GALEANO; PITA, p. 380).

O diagnóstico cultural que baseou a elaboração do plano municipal de cultura da cidade, publicado em 2016, mas elaborado entre os anos de 2014 e 2015, e o Diagnóstico Cultural de Feira de Santana, de autoria da empresa Galpão Cine Horto, de 2016, atestam a diversidade cultural existente no município defendida por Galeano e Pita. Os documentos destacam as manifestações e expressões culturais de origem popular e tradicional e também aquelas ligadas às culturas urbanas e novas mídias, além de eventos consolidados no calendário cultural da cidade ligados às linguagens artísticas.

Entre as principais manifestações populares estão a festa da padroeira, Senhora Santana, com bumba meu boi, outros folguedos populares e o Bando Anunciador; as festas juninas, especialmente São João, no distrito de Maria Quitéria e São Pedro, em Humildes; a Micareta,

carnaval fora de época, que acontece entre os meses de abril e maio; o Festival de Violeiros; e a Corrida de Jegues (GALPÃO CINE HORTO, 2016, p 18). No que diz respeito aos eventos calendarizados e que mobilizam a cadeia produtiva da arte e da cultura no município, destacam-se: FENATIFS – Festival Nacional de Teatro de Feira de Santana, realizado pelo Centro de Arte e Cultura da UEFS, que já contabiliza quinze edições; Feira Noise, considerado o maior festival de música independente do interior da Bahia, realizado por produtores da cidade; Feira do Livro, organizada pela UEFS, prefeitura municipal e Sesc, além de outros parceiros e apoiadores, que já se encontra em sua 14ª edição.

Nos dias atuais, a cidade de Feira, de acordo com o site Mapas Culturais, tem 22 espaços culturais cadastrados, entre pontos de cultura, bibliotecas, espaços para eventos, praças CEU, museus e centros culturais<sup>94</sup>. Apesar da consulta ter sido realizada em 2021, observa-se que nem todos os equipamentos da cidade foram cadastrados por seus mantenedores. Foi necessário, assim, acessar outras fontes para completar o mapeamento e descrição dos principais espaços culturais da cidade<sup>95</sup>.

De acordo com o PMC, até 2014, Feira de Santana abrigava três centros culturais, quatro museus, cinco teatros (mais três que estavam em construção, justamente os das Praças CEU), sete bibliotecas, um arquivo público, um parque, um mercado de artes, um cinema (com quatro salas), três centros culturais e algumas praças com estrutura fixa de palco e camarim. A maior parte desses equipamentos é formada por espaços públicos, sejam ligados à prefeitura municipal ou ao governo do estado. A seguir descrevo brevemente alguns deles. Entre os principais espaços municipais, destaco ao menos oito, a saber:

1. Museu Municipal Parque do Saber Dr. Dival da Silva Pitombo – Criado em 2008, por meio do Decreto nº 7630, de 14 de novembro, o espaço abriga um planetário e um foyer, onde se realizam apresentações astronômicas, exposições, exhibições de vídeos, espetáculos multimídia, concertos e performances, bem como eventos técnico-científicos, como congressos e seminários. A cúpula do teatro virtual cobre um auditório com capacidade para 165 pessoas, com poltronas em semicírculo e diferentes níveis de inclinação, que costuma recepcionar estudantes de escolas da cidade e região;

2. Museu de Arte Contemporânea Raimundo de Oliveira – Datado da década de 1960, o museu, que foi criado pelo empresário Assis Chateaubriand, já esteve sob administração da

---

<sup>94</sup> A consulta foi realizada no dia 30 de agosto de 2021.

<sup>95</sup> Diagnóstico do Plano Municipal de Cultura (2016), Diagnóstico Cultural de Feira de Santana (2016); Guia Cultural dos Equipamentos da FUNTITEC (2020); além dos sites e redes sociais dos próprios equipamentos e espaços.

UEFS e da FUNTITEC, permanecendo sob a responsabilidade desta última atualmente. Criado em 1967 sob o nome Museu Regional de Feira de Santana, o espaço foi instalado no prédio onde funcionava a balança de animais da feira de gado, denominada Currais Modelo (1938-1943). Em 1995, a UEFS transferiu o acervo para o Centro Universitário de Cultura e Arte – CUCA, e em 1996, é criado pelo Departamento de Cultura da FUNTITEC o Museu de Arte Contemporânea de Feira de Santana, que através do Projeto de Lei 147/97 passou a denominar-se Museu de Arte Contemporânea Raimundo de Oliveira. Atualmente, o MAC possui acervo de artistas visuais baianos e acolhe exposições temporárias e apresentações artísticas.

3. Centro de Cultura Maestro Miro – Criado em março de 2004, é constituído por três equipamentos: o Teatro Ângela Oliveira, o Foyer Jota Morbeck e a Galeria de Arte Aliomar Simas, além de salas destinadas a cursos e oficinas artísticas. O local abriga espetáculos teatrais, exposições e atividades formativas, como palestras, seminários, workshops e oficinas;

4. Teatro Municipal Margarida Ribeiro – Inaugurado em janeiro de 1983, o local ficou sem receber espetáculos por 10 anos, entre 1997 a 2007, sendo utilizado basicamente para ensaios e oficinas. Foi reinaugurado em setembro de 2008, após reestruturação, e atualmente tem capacidade para 262 pessoas;

5. Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva – Considerada a primeira biblioteca do município, foi fundada no dia 16 de janeiro de 1890. Segundo documento da prefeitura, atualmente é a maior da cidade e conta com um acervo de mais de 15 mil livros. Recebeu o nome atual em 1961 e está instalada em um prédio no centro da cidade que entrou em reforma em 2020, com previsão de instalação de um elevador, para garantir acessibilidade, e de uma nova fachada;

6. Biblioteca Municipal Professora Raquel de Freitas Araújo – Considerada a primeira biblioteca pública da zona rural, foi inaugurada em fevereiro de 2005, no distrito de Maria Quitéria, a partir de uma parceria público-privada entre a Prefeitura e a empresa Pirelli;

7. Biblioteca Municipal Manoel Pereira Pimenta – Inaugurada em 2007, está situada no distrito de Humildes, e conta com salas de consulta, leitura e empréstimo, hall, jardim e rampas para acessibilidade física;

8. Mercado de Arte Popular – Reformado e reinaugurado em janeiro 2016, abriga a AR-TMAP, uma associação de artesãos. O prédio do mercado é centenário e conta com mais de 97 permissionários. No entanto, segundo levantamento do Galpão Cine Horto, a maior parte deles não é de produtores ou artesãos, e sim de comerciantes que revendem roupas indianas e brinque-

dos ou realizam prestação de serviços, como chaveiro, ourives etc. A estimativa da própria associação é que apenas 10% dos boxes vendem artesanato local (2016, p. 56). O Mercado está localizado no centro da cidade e costuma abrigar apresentações culturais, eventos e shows.

Dos oito equipamentos municipais registrados acima, é sintomático perceber que quatro deles foram inaugurados e outros três passaram ou estão passando por reformas prediais e/ou recomposições conceituais após os anos 2000 e 2010, período de maior institucionalização das políticas culturais em âmbito federal e estadual, considerando a pós-redemocratização, conforme registrado no primeiro capítulo desta tese.

Em relação aos espaços culturais vinculados ao governo do estado, destaco ao menos quatro, detalhados a seguir, que se desdobram em diversos outros equipamentos. Curioso notar que todos eles estão ou estiveram sob a responsabilidade da Universidade Estadual de Feira de Santana, o que revela a importância de instituições de ensino desse porte no desenvolvimento cultural, social e econômico das cidades. São eles:

1. Centro Cultural Amélio Amorim – Inaugurado em 1992, o Centro de Cultura Amélio Amorim leva o nome do arquiteto que idealizou o Complexo Carro de Boi, onde hoje está localizado o espaço. No antigo Complexo Carro de Boi aconteciam mostras, feiras de artesanatos e shows musicais durante a década de 1970, espaço que sempre foi enaltecido pela população local, sobretudo por conta da estrutura arquitetônica – que simulava um jerimum – e programação. Em 2000, a Universidade Estadual de Feira de Santana passou a administrar o espaço, até setembro de 2009, quando a SecultBA retomou sua gestão integral. O Centro é composto por uma sala principal (palco italiano) com capacidade para 490 lugares, com acessibilidade para cadeirantes; uma concha acústica, com capacidade para duas mil pessoas; três salas de ensaio; e foyer, que serve também de espaço expositivo.

2. Centro Universitário de Cultura e Arte (CUCA) – Vinculado à UEFS, o CUCA foi fundado em setembro de 1995 e é responsável pela gestão da política cultural da Universidade. O Centro conta com um conjunto de espaços físicos destinados a abrigar as atividades artísticas e culturais que promove: a Galeria de Arte Carlo Barbosa; o Teatro Universitário; o Teatro de Arena; além de salas especializadas, onde são realizadas ações formativas e eventos em diversos segmentos culturais e linguagens artísticas: música, literatura, dança, artes visuais, cultura popular, teatro, arte-educação, arte e ciência. Localizado no conjunto arquitetônico da antiga Escola Normal de Feira de Santana e sua área, o CUCA conta também com um programa de bolsas próprio, chamada de Bolsa Arte e Cultura, no qual atende estudantes da graduação da UEFS. É responsável ainda pela gestão do Seminário de Música e do Museu Regional.

3. Museu Regional de Arte de Feira de Santana (MRA) – Considerado a primeira instituição museológica de Feira de Santana, o Museu foi criado em março de 1967, e integra, desde 1995, o CUCA/UEFS, estando localizado desde então em seu atual endereço, no centro da cidade. O MRA reúne um acervo de artes visuais, que conta com as coleções de arte modernista brasileira, como Di Cavalcanti e Vicente do Rego Monteiro; de arte Nipo-brasileira; de arte Nainf; de artistas modernos ingleses, que foram reunidas por Assis Chateaubriand quando era embaixador do Brasil na Inglaterra; além de obras de artistas feirenses que alcançaram projeção nacional e internacional, a exemplo de Raimundo de Oliveira, Carlo Barbosa, Juraci Dórea, Graça Ramos, César Romero, Gil Mário e Antonio Brasileiro.

4. Museu Casa do Sertão – Também administrado pela UEFS, o espaço tem como objetivo fomentar e difundir a cultura popular local. Localizado no campus universitário, foi construído em 1978 e, inicialmente, contava apenas com três dependências: duas salas para exposições temporárias e do acervo permanente e uma terceira para a biblioteca. Com o tempo, o espaço cresceu em estrutura física e incorporou outros acervos, a exemplo do Acervo do Couro, que pertenceu ao MRA, e da biblioteca pessoal do Monsenhor Renato de Andrade Galvão, doada em vida pelo sacerdote, educador, historiador e Vice-Reitor da Universidade (1979 - 1987) pouco antes de sua morte, em 1995. Este último conta com 4.916 exemplares, entre livros especializados em História (sobretudo de Feira de Santana), cultura popular e literatura de cordel; jornais dos séculos XIX e XX; manuscritos; cartas de alforria; monografias; dissertações; revistas do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia e outros periódicos.

Reformado em meados dos anos 1990, o prédio triplicou de tamanho e novos espaços foram criados, como a Sala do Artesanato, que passou a abrigar o acervo iconográfico; a Sala Eurico Alves Boaventura, que recebeu o acervo do Ciclo do Couro; a Sala Dival da Silva Pitombo, reservada a exposições temporárias; o Centro de Estudos Feirenses; o Núcleo de Literatura de Cordel, com aproximadamente 2.400 exemplares, escritos por autores clássicos e modernos; a Biblioteca Setorial; a Reserva Técnica; o Pavilhão Anexo, destinado às peças de grande porte; e a Discoteca de músicas sertanejas.

A cidade conta também com espaços culturais mantidos por instituições privadas, grupos comunitários ou organizações do terceiro setor, como 1. o Teatro da CDL, que pertence à Câmara de Dirigentes Lojistas de Feira de Santana e tem capacidade para 250 pessoas, que recebe espetáculos de artes cênicas e música; 2. o Centro Comunitário Ederval Fernandes Falcão, coordenado pela Fundação Senhor dos Passos, que possui um teatro para 212 pessoas,



denominado Teatro Frei Félix de Pacatuba; 3. o SESC, que mantém duas Unidades Operacionais na cidade, a primeira em funcionamento desde 1997, no bairro do Tomba, que conta com piscina, quadras de esportes, auditório, academia de ginástica e uma escola, e a segunda, inaugurada em 2019, no centro da cidade, composta por um restaurante popular e um centro cultural (teatro para 200 pessoas, café-teatro, biblioteca, galerias, salas multiuso); 4. as Salas de cinema localizadas no Shopping Boulevard, quatro ao todo, as únicas da cidade, embora haja pontos de exibição pública em outros locais da cidade, mas sem a estrutura técnica de uma sala de cinema; 5. a Casa de Cultura Malungo – Centro de Capoeira Angola, criada e mantida por Mestre Bel em maio de 2016, o local dedica-se ao ensino da capoeira, além de promover cursos de formação, rodas de conversa e oficinas temáticas. Dispõe também de uma biblioteca especializada em culturas negras; e, por fim, 6. a Cidade da Cultura, criada em 2004, pelo músico Asa Filho em sua própria residência, consolidando o local como ponto de encontro de artistas e músicos de Feira de Santana, onde acontecem sambas de roda, saraus e aulas-espetáculos e são servidos pratos da culinária sertaneja.

Conforme o mapa a seguir, a maior parte dos espaços culturais estão localizados dentro do anel viário da cidade, com concentração na região central, seguindo uma tendência observada em outros centros urbanos brasileiros. É possível perceber também grandes bolsões em que se revela a ausência de espaços dedicados a práticas artístico-culturais. Há apenas sete deles fora do anel, sendo dois deles em espaços na zona rural e outros dois são justamente as Praças CEU Aviário e Cidade Nova. Notei também a predominância de espaços mantidos pela prefeitura municipal, o que revela o protagonismo dessa instância federativa no campo cultural da cidade.



Figura 11 - Localização dos principais espaços culturais de Feira de Santana  
Elaborado pelo autor. Design: Tom Sales (2021)

A partir das informações contidas no Plano, verifiquei que os equipamentos culturais da cidade possuíam equipes de funcionários e técnicos, além de algumas atividades e projetos sistêmicos, no entanto,

falta investimento em cursos de qualificação para as equipes (administração e técnicos) atuantes nestes espaços, de modo a permitir uma melhor operação (equipamentos específicos de iluminação, sonorização, etc.) e uma melhor administração dos espaços. [...] Outro problema está relacionado a má divulgação dos projetos e ações fomentadas nos espaços. (FEIRA DE SANTANA, 2016, p. 38).

A carência de cursos de formação específicos para o aperfeiçoamento e qualificação de profissionais que atuam no segmento de espaços culturais é um tema emergente e não é exclusivo de Feira de Santana. Demandam-se do gestor de equipamentos culturais muitas habilidades. A função exige uma formação holística que

além de demonstrar capacidade de compreensão da estrutura social da comunidade e de articulação da produção cultural, promovendo e/ou enaltecendo determinadas narrativas a partir dela, lhe caberá também adquirir capacidade técnica e operacional para administrar empreendimentos dessa natureza (BARROS, RATTES, 2021, p. 274).

Porém, a pouca ou quase inexistente oferta de cursos destinados especificamente a esses profissionais contribui para reforçar as fragilidades na área.

O PMC registra também a defasagem e falta de manutenção estrutural, técnica e predial dos equipamentos existentes até então, indicando a necessidade de melhorias, reformas e requalificações para as salas de ensaio, palcos, camarins, equipamentos técnicos de luz, som e projeção, além da necessidade de torná-los acessíveis às pessoas com deficiências.

Há precariedade ainda na mobilidade urbana, em que a oferta de transporte público para os espaços e atividades culturais da cidade não é suficiente, sobretudo à noite, o que impacta diretamente no acesso e consumo cultural da população (GALPÃO CINE HORTO, 2016). Esse contexto aponta para a necessidade de políticas públicas integradas: cultura, mobilidade urbana, segurança, educação, etc., uma vez que não é possível incentivar o consumo cultural e a vivência na cidade sem considerar um conjunto de demandas sociais que estão intrinsecamente interligadas.

Por fim, o diagnóstico do PMC ainda faz uma referência à necessidade da participação da sociedade civil na elaboração dos regimentos (regimentos e estatutos) dos equipamentos culturais, sobretudo, aqueles administrados pelo poder público, com “o intuito de possibilitar

ao espaço uma gestão para melhor funcionamento dos mesmos” e permitir “a otimização dos espaços a partir de pautas diversificadas, envolvimento e participação dos grupos culturais locais” (FEIRA DE SANTANA, 2016, p. 39). Sobre esse tema, nos anos seguintes, ao menos duas experiências de gestão compartilhada no âmbito de equipamentos culturais surgiram na cidade, o caso aqui estudado em relação aos grupos de gestão das Praças CEU e o colegiado de gestão participativa do Centro de Cultura Amélio Amorim, vinculado à SecultBA. No que diz respeito a este último, segundo a Secretaria, são instâncias de controle social para acompanhamento da gestão dos centros de cultura e devem ser instituídos em todos os equipamentos culturais geridos pela SecultBA e suas unidades vinculadas<sup>96</sup>. Em caráter opinativo e consultivo, o objetivo é que os colegiados possam, entre outras coisas, apoiar e avaliar a gestão do espaço cultural, propor estratégias para a dinamização do mesmo e contribuir para tornar o Centro numa referência na produção e difusão cultural do seu território (RATTES, 2017, p. 43).

A respeito da gestão dos espaços, o relatório do Galpão Cine Horto destaca também a dificuldade que os equipamentos culturais, sobretudo aqueles administrados pelo poder público, encontram em captar recursos em outras fontes e realizar parcerias por conta de impeditivos legais, jurídicos e burocráticos. Isso revela que as alternativas levadas a cabo no País como enfrentamento a essas questões ainda são insuficientes e pouco capilares, a exemplo dos modelos mistos para a gestão de equipamentos culturais públicos por meio de parcerias com Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips), previstas há décadas no quadro legal brasileiro, e mais recentemente, através do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) e dos Serviços Sociais Autônomos (KAUARK; RATTES; LEAL, 2019).

Fica claro, portanto, que os principais apontamentos feitos tanto no diagnóstico do PMC quanto do Galpão Cine Horto em relação aos espaços culturais da cidade dizem respeito às condições de funcionamento, manutenção, programação e equipe, em detrimento a quantidade de locais e estruturas destinadas às práticas culturais.

Além de contar com uma rede significativa de equipamentos tradicionais, a cidade possui também inúmeros locais ao ar livre que são destinados às práticas culturais, como praças e parques que são apropriadas por grupos e coletivos culturais para a realização de eventos de diferentes portes e estruturas (GALPÃO CINE HORTO, 2016, p. 54). Para garantir o pleno funcionamento e dinamização de muitos desses equipamentos e a realização de algumas iniciativas culturais aqui citadas, é fundamental que a administração municipal tenha uma estrutura

---

<sup>96</sup> Foram instituídos por meio da Portaria 338/2014, da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia.

interna correspondente. A seguir debruço-me sobre as políticas e a gestão pública da cultura no município de Feira.

### **3.1.3 Políticas e gestão pública da cultura**

No campo das políticas públicas de cultura, Feira de Santana tem dois órgãos gestores, que são independentes entre si, a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (SECEL) e a Fundação Municipal de Tecnologia da Informação, Telecomunicação e Cultura Egberto Tavares Costa (FUNTITEC).

No que diz respeito a SECEL, a secretaria foi criada em 1995, pela Lei nº 1.802, com a finalidade de exercer, orientar e coordenar atividades pedagógicas, sendo constituída por três departamentos: 1. Cultura; 2. Esportes; e 3. Promoção de eventos especiais. Sob sua gestão está, por exemplo, uma série de medidas para a realização de um dos mais antigos carnavais fora de época do país, a Micareta de Feira de Santana, iniciado em 1937 e realizada anualmente no mês de abril, como o credenciamento de artistas para os desfiles, de barraqueiros para o comércio de rua durante os dias de festa, entre outras.

Cabe ainda à Secretaria, a execução e acompanhamento da Lei Municipal nº 1.972/97, conhecida como Pró-Cultura/Esporte<sup>97</sup>, que oportuniza o incentivo ao esporte e cultura por meio de isenção fiscal de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS e Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana – IPTU. No edital de 2018, última edição até então, foram aprovados 44 projetos culturais, no valor total de R\$595.664,00, e 36 projetos esportivos que somaram R\$331.197,48, conforme informações no site oficial da SECEL. Não há informação, no entanto, quantos destes conseguiram captar os recursos, o que se sabe, porém, é que a “captação nas empresas tem sido difícil”, conforme relatam os agentes culturais da cidade (GALPÃO CINE HORTO, 2016, p. 51)

Outras atividades da Secretaria são:

---

<sup>97</sup> A lei de incentivo fiscal nº 1.972/97 é denominada Pró-Cultura/Esporte: Programa Municipal de Incentivo Cultural e Esportivo. Em 10 de julho de 2013, através do Decreto nº 8.960, sofreu alterações em seu regimento e áreas de abrangência. Nova mudança foi realizada pelo Decreto nº 9.631, de 18 de junho de 2015. No Edital de 2018, o último até então, contemplou os segmentos: Livro (4 projetos – R\$23.212,00); Espaços culturais (1 projeto – R\$14.880,00); Artes cênicas (6 projetos – R\$129.055,00); Educação e qualificação (14 projetos – R\$134.590,00); Audiovisual e mídia interativa (6 projetos – R\$107.897,00); e Música (13 projetos – R\$186.030,00).

I - apoiar, juntamente com o conselho de festejos populares, todas as manifestações folclóricas e populares do município; II - promover e organizar as atividades culturais e artísticas, centralizadas no município, mobilizando os meios necessários; III - preservar, situar, ampliar e divulgar o patrimônio histórico-cultural e artístico do município; IV - promover, desenvolver e administrar as atividades de artes plásticas, literatura, artes-cênicas, música, audiovisual, bibliotecas e demais espaços culturais do município; V - administrar as unidades esportivas e culturais do município; VI – promover, desenvolver e administrar as atividades esportivas, de recreação e lazer do município; e VII - exercer outras atividades correlatas<sup>98</sup>.

Entretanto, em 2013, o Departamento de Cultura e suas subdivisões (Cultura Popular; Artes plásticas e Literatura; Artes cênicas, Música e Audiovisual; e Bibliotecas) foram transferidos para a FUNTITEC e renomeados para Diretoria de Atividades Culturais. Apesar dessa transferência ter sido efetivada em 2013, a Prefeitura Municipal ainda mantém em seu site oficial um organograma da SECEL no qual constam os três departamentos originais de sua criação, conforme abaixo, não deixando muito claro a concretização da mudança.

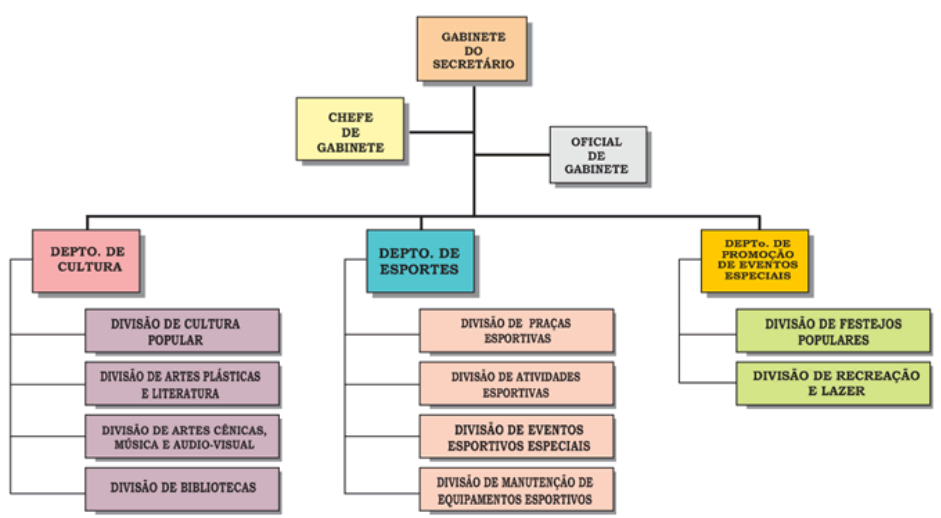


Figura 12 - Organograma da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Lazer de Feira de Santana  
Fonte: Prefeitura Municipal de Feira de Santana, 2021

Em relação à Fundação, sua criação se deu no ano de 2005, durante a gestão do ex-prefeito José Ronaldo de Carvalho, do antigo Partido da Frente Liberal (PFL), por meio da Lei nº 2.592, primeiramente denominada Fundação Cultural Municipal Egberto Tavares Costa, até ser renomeada e ter seu campo de atuação ampliado pela Lei nº 2.592, de 2013, passando a se chamar Fundação Municipal de Tecnologia da Informação, Telecomunicação e Cultura Egberto

<sup>98</sup> Disponível na página da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Lazer, no site oficial da Prefeitura Municipal de Feira de Santana: <https://www.feiradesantana.ba.gov.br/secretarias.asp?id=8#pag>. Acessado em: 13 ago. 2021.

Tavares Costa (FUNTITEC).

A FUNTITEC é um órgão da Administração Municipal Descentralizada, vinculada à SECEL e, conforme disposto em Lei, está sob sua responsabilidade planejar, executar, cooperar e avaliar atividades relacionadas à tecnologia da informação, telecomunicações e cultura no âmbito da administração municipal. Em relação às TICs, a proposta é garantir a disponibilidade de ferramentas tecnológicas e assessorar processos de inclusão digital e de melhoria da infraestrutura nessa área. No que diz respeito às ações culturais, objetiva-se fomentar a diversidade cultural, a oferta de oportunidades para exploração das potencialidades artístico-culturais e a interação entre as diversas formas de expressões culturais e sua inserção nas políticas públicas estadual e federal específicas de cada área.

Ainda considerando a Lei de 2013, entre as 26 finalidades ali descritas, destaco ao menos três, que estão relacionadas à promoção da diversidade cultural e participação social e gestão de espaços culturais, o que denota em alguma medida a confluência e alinhamento da gestão municipal com as discussões estabelecidas nos níveis federal e estadual àquela época, mesmo a prefeitura estando sob comando de um partido político considerado de oposição naquele período.

[...] II - elaborar, acompanhar e avaliar o Plano de Desenvolvimento Cultural do Município, englobando ações empreendidas diretamente pela Administração, assim como o fomento e incentivo às atividades empreendidas pela comunidade, priorizando os aspectos sociais e respeitada a *diversidade cultural da população*; [...] IV - promover meios que permitam a *participação e decisão da comunidade* no âmbito da política cultural do Município; [...] XIV - *gerir as dependências e espaços públicos* de domínio municipal, que sejam apropriáveis em atividades culturais, inclusive coretos, palcos e teatros situados em praças e logradouros públicos; [...] (grifo meu) (FEIRA DE SANTANA, 2013, s/n)

Sobre a existência de dois órgãos gestores de cultura no município, o relatório Diagnóstico Cultural de Feira de Santana<sup>99</sup>, e que foi elaborado em 2016, três anos após a Lei que reestruturou a FUNTITEC, aponta para a pouca clareza e transparência sobre as atribuições e articulações entre a Fundação e a Secretaria. Tal impressão corrobora a manutenção de organogramas em site oficial que contradizem as alterações administrativas estabelecidas em lei.

<sup>99</sup> Elaborado pelas empresas Galpão Cine Horto e Habitus Consultoria e Pesquisa, com o patrocínio da empresa Belgo Bekaert Arames / ArcelorMittal, e publicado em 2016. Os pesquisadores que coordenaram a pesquisa foram Clarice Libânio, Romulo Avelar e Marcelo Santos. O projeto entrevistou 71 agentes culturais da cidade, sendo 14 pessoas ouvidas na etapa de entrevistas qualitativas, 29 pessoas presentes nos grupos de discussão e 28 respondentes dos questionários on-line.

A partir de tal relato duas questões se colocam para um observador externo ao município: em primeiro lugar, fica a sensação de que não há ação conjunta, unidade na política cultural, restando o questionamento a respeito de quais seriam afinal as atribuições de cada um dos órgãos e como estes atuam de maneira a atingir conjuntamente os objetivos da política municipal de cultura. Em consequência, tal situação deixa margem à interpretação de que cada órgão tem objetivos diferentes e muitas vezes divergentes. (GALPÃO CINE HORTO, 2016, p 18)

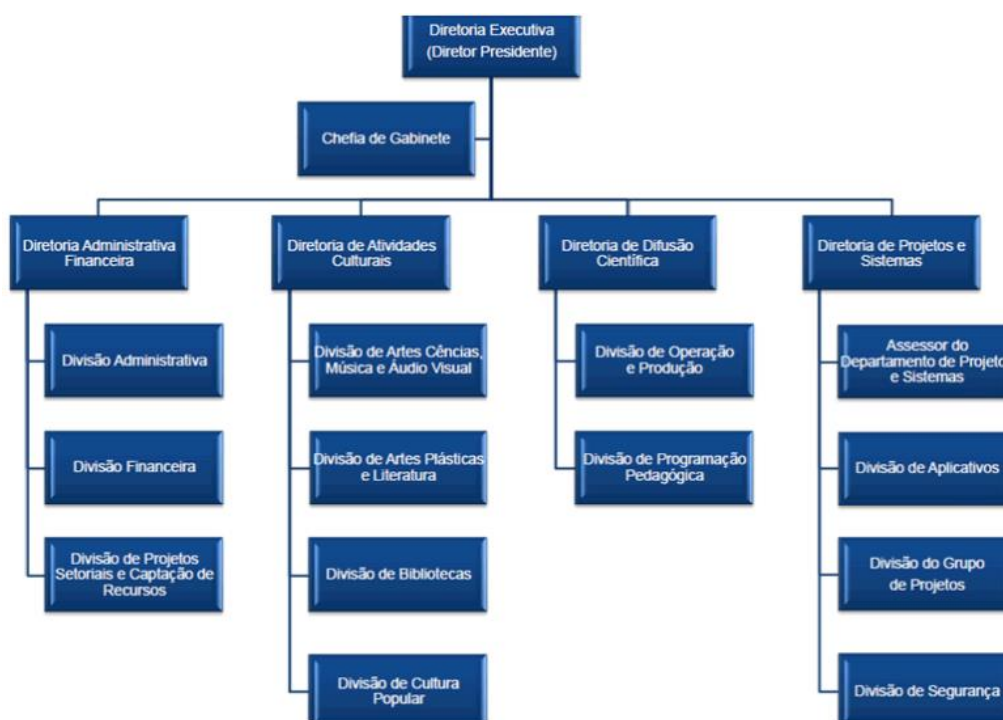


Figura 13 - Organograma a Fundação Municipal de Tecnologia da Informação, Telecomunicação e Cultura Egberto Tavares Costa (FUNTITEC)  
Fonte: Prefeitura Municipal de Feira de Santana, 2021

Atualmente, está sob responsabilidade da FUNTITEC a gestão dos seguintes equipamentos públicos: as bibliotecas municipais (Arnold Silva, localizada na sede do município; Professora Raquel de Freitas, localizada no distrito de Maria Quitéria; Manoel Pereira Pimenta, localizada no distrito de Humildes); o Centro de Cultura Maestro Miro; o Teatro Margarida Ribeiro; o Museu Parque do Saber Dival da Silva Pitombo; e o Museu de Arte Contemporânea Raimundo Oliveira. No próximo tópico discorrerei mais detalhadamente sobre esses equipamentos e espaços culturais, que integram a infraestrutura cultural da cidade, que conta ainda com outros locais destinados às práticas culturais, de natureza e vínculo institucional diversos.

Segundo o diagnóstico do Plano Municipal, instituído pela Lei nº 3.643, de 24 de novembro de 2016, a composição do orçamento da cultura no município, em 2014, era concentrada na SECEL, por meio da Diretoria de Eventos, que detinha 80% do montante do valor



investido pela prefeitura. Parte desse recurso era destinado à realização de eventos culturais, como a Micareta, as festas juninas e vaquejadas, o Natal Encantado, a Marcha para Jesus, entre outros festejos populares. Havia também parceria com a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), por meio do Centro Universitário de Cultura e Arte (CUCA) e Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e o Grupo Liberdade Igualdade e Cidadania Homossexual (GLICH), para a promoção de eventos como a Parada Gay de Feira de Santana, o Bando Anunciador, a Caminhada do Folclore e a Feira do Livro.

A FUNTITEC, por sua vez, administrava 20% do orçamento, destinando-o à manutenção das unidades culturais sob sua responsabilidade; à informatização das Bibliotecas; ao apoio de atividades de preservação e guarda da memória; à reforma e construção de Bibliotecas e Teatros; e, ainda, à realização e apoio de eventos culturais, a exemplo do Festival Vozes da Terra, Marcha para Jesus, Festival Gospel e Teatro Vai Aos Bairros.

Observa-se assim que a maior parte dos recursos são destinados aos eventos de grande porte, o que é um questionamento antigo da classe artística e cultural da cidade, a qual aponta

que não há valorização dos artistas locais, apoio e orçamento do poder público para os pequenos projetos, bem como para a implementação de uma política cultural consistente e de continuidade. Para eles, o que há é uma política de grandes eventos, em que a maior parte dos recursos vai para fora da cidade e mesmo do estado, através do pagamento de vultuosos cachês para artistas nacionais (GALPÃO CINE HORTO, 2016, p 48).

Esse descontentamento é evidenciado também pelas pesquisadoras Galeano e Pita (2019a), que afirmam que as políticas culturais desenvolvidas pelos órgãos municipais são historicamente frágeis e negligentes com o potencial das instituições, manifestações e identidades culturais locais, conforme observado no tópico anterior.

[...] Feira compreende mais um caso brasileiro de uma gestão pública pouco atenta aos potenciais simbólicos e tradicionais locais, no qual o embasamento administrativo se limita aos preceitos da economia tradicional, perdendo de vista a oportunidade de investir em aspectos cuja base é oriunda de uma diversidade cultural endógena. A falta do entendimento ampliado do termo “cultura” e a ausência de uma visão que associe a cultura a uma compreensão de desenvolvimento mais cidadão e integrado evidenciam uma postura omissa de governos pouco afeitos a noções mais contemporâneas de usos mais sustentáveis da cidade. (GALEANO; PITA, 2019a, p. 156-157)

Integra também a gestão pública de cultura de Feira de Santana, o Sistema Municipal de Cultura (SMC), o Plano Municipal de Cultura (PMC), o Fundo Municipal de Cultura (FMC)

e o Conselho Municipal de Políticas Culturais (CMPC), que foram instituídos ao longo da última década, acompanhando um movimento nacional de incentivo à criação desses elementos de política pública nos três níveis da federação.

Diferentemente do que ocorre com a maioria dos municípios brasileiros, em Feira de Santana, o SMC é gerido por dois órgãos municipais, a SECEL e a FUNTITEC. Instituído pela Lei nº 3.383, de 06 de junho de 2013, o Sistema tem por finalidade “estimular o desenvolvimento municipal com pleno exercício dos direitos culturais, promovendo a economia da cultura e o aprimoramento artístico-cultural em Feira de Santana” (2013, s/p). No que se refere aos princípios, estão previstos nove, sendo que três deles destacam a importância da diversidade e da participação:

Art. 2º. O Sistema Municipal de Cultura observará os seguintes princípios: I - Reconhecimento e valorização da diversidade cultural do município; II - Cooperação entre os agentes públicos e privados atuantes na área da cultura; III - Interatividade dos agentes culturais; IV - Cultura como política pública transversal e qualificadora do desenvolvimento; V - Democratização dos processos decisórios e do acesso ao fomento, aos bens e serviços culturais; VI - Integração e interação das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas; VII - Cultura como direito e valor simbólico, econômico e de cidadania; VIII - Liberdade de criação e expressão como elementos indissociáveis do desenvolvimento cultural; IX - Territorialização, descentralização e participação como estratégias de gestão. (grifo nosso) (FEIRA DE SANTANA, 2013, s/p).

No que diz respeito ao Plano, o documento começou a ser gestado em 2014 com ampla e ativa participação dos agentes culturais da cidade, entre eles artistas, pesquisadores, conselheiros de cultura e representantes de órgãos gestores de cultura do Poder Executivo (FÓRUM PERMANENTE DE CULTURA, 2015). Nele estão descritas o diagnóstico artístico-cultural da cidade, 10 diretrizes, 10 prioridades, 13 estratégias, 16 objetivos, 16 metas e 104 ações.

Em relação às metas, estão presentes temas como diversidade cultural (metas: 4, 10, 11, 15 e 16), participação social (metas: 7, 14) e espaços culturais (metas: 3 e 8). Não há, no entanto, nenhum instrumento de acompanhamento *pari passu* do cumprimento das metas e ações estabelecidas no Plano, o que dificulta o monitoramento e possíveis cobranças por parte da sociedade civil.

Quant.	Metas
1	100% de gestores, educadores, artistas, agentes culturais, funcionários da SECEL e FUNTI-TEC e demais interessados formados nas diversas modalidades da cultura, 100% de estudantes da rede pública municipal inseridos em programas e em atividades culturais.
2	Aumentar em 100% a captação de recursos via convênios e/ou editais para suprimento do Fundo de Cultura, envolver no mínimo 50 empresas com potencial patrocinador da cultura local.
3	100% dos espaços culturais existentes modernizados e dinamizados, contratação necessária para o funcionamento de técnicos e equipe administrativa, 15 equipamentos públicos para uso cultural adequados até 2025, 01 espaço cultural de grande porte construído até 2022.
4	100% dos(as) mestres de cultura popular inseridos em programas de formação local, 100% de manifestações culturais tradicionais, de cultura popular, 100% das leis existentes para proteção da cultura popular aplicadas.
5	100% das ações culturais amplamente divulgadas e disponíveis a comunidade por meio de rádio, TV, internet e impressos.
6	Reorganização administrativa da área da cultura implantada até 2016, institucionalizar o Sistema Municipal de Fomento, Financiamento e Incentivo até 2016, 08 ações realizadas anualmente por meio de acordos de cooperação mútua com outros setores da administração municipal e regional, requalificação de 100% do quadro de funcionários técnicos através de concursos públicos.
7	50% de grupos e formalizados, 10 fóruns setoriais presenciais realizados até 2025.
8	06 Pontos de Cultura implantados no município até 2020, 100% das escolas municipais com a disciplina de Arte no currículo regular com ênfase na cultura local, linguagens artísticas e patrimônio cultural.
9	Até 2017 ter todos os marcos legais regulamentados e aumentar progressivamente o percentual reservado para a cultura, atingindo até o final da vigência do Plano um mínimo de 2% do orçamento municipal.
10	Aumento no mínimo de 50% nas atividades de difusão cultural em intercâmbio intermunicipal, estadual, nacional e internacional até a vigência do Plano Municipal de Cultura.
11	4 mostras artística-culturais a cada semestre, em 05 bairros e em 02 (sedes distritais e povoados), 100% das escolas municipais localizadas em bairros periféricos e distritos utilizados como pontos de inclusão digital e equipamentos culturais.
12	Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais criado e implantado até 2020 e alimentando o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, com permanente atualização.
13	Alocar 20% dos recursos oriundos do FCBA para apoiar as áreas de Artes Cênicas e fomentar a criação/manutenção de companhias nas modalidades de teatro, dança, circo, bandas gospel, filarmônica e fanfarra.
14	03 reuniões públicas do PPA participativo para a cultura realizadas a partir de 2017 e a cada 02 (dois) anos.
15	100% dos Patrimônios Materiais tombados e preservados, 10 ações de pesquisa a valorização da memória implantadas até 2017 e mantidas durante toda a vigência do Plano.
16	Aumentar em 20% a média de livros lidos em Feira de Santana, 12 publicações anuais e 10 ações destinadas ao fomento do livro e a leitura realizadas até a vigência do plano, 50% de novos autores divulgados e reconhecidos.

Quadro 12 - Metas do Plano Municipal de Cultura de Feira de Santana – 2016-2026

Fonte: PNC, 2016

No que concerne ao Conselho Municipal de Cultura, este foi instituído em 2008, por meio da Lei nº 2.956/2008 e recentemente foi recomposto por novos membros, eleitos em maio de 2021, para o biênio 2021-2023, representando os seguintes segmentos: Dança, Audiovisual, Cultura Popular, Identidade de Diversidade, Matriz Africana, Memória e Preservação, Música e Teatro.

Em entrevistas com a classe artística e agentes culturais da cidade, os pesquisadores do Diagnóstico Cultural de Feira de Santana verificaram que o Conselho foi muito atuante na elaboração do PMC, com participação ativa nas discussões e na elaboração dos textos que compõem o documento, por meio de Comissões Especiais temáticas, que contribuíram para a elaboração do diagnóstico e propostas. Entretanto, as entrevistas apontaram também que o modelo escolhido, um Conselho apenas consultivo e não deliberativo e a presidência ser um assento permanente do Secretário de Cultura, torna o órgão vulnerável em sua autonomia, com pouco espaço para agendamento de demandas e influência nas decisões por parte da sociedade civil. (GALPÃO CINE HORTO, 2016, p 48).

A seguir passo a tratar especificamente sobre as Praças CEU de Feira de Santana, como se deram a implantação delas na cidade e os usos que lhes são atribuídos pela população.

### 3.2 AS PRAÇAS CEU DE FEIRA DE SANTANA

Este tópico está dividido em três partes: a primeira aborda o histórico de implantação das Praças na cidade de Feira de Santana e descreve as principais características de cada uma delas. Nos anexos há uma galeria de imagens que foram registradas na primeira visita de campo realizada pelo autor, em novembro de 2017, bem como fotos coletadas do sistema e-praças (ANEXO C); a segunda trata sobre o período de mobilização social e o processo de constituição dos grupos de gestão das Praças, ocorridas entre 2015 e 2016, etapas obrigatórias para implantação do programa, conforme previsto em convênio assinado entre as instâncias federal e municipal; por fim, a terceira parte apresenta as opiniões e as percepções de membros dos grupos de gestão e coordenadores e ex-coordenadores das Praças sobre os primeiros anos de funcionamento dos empreendimentos, 2016 a 2020, a partir de alguns temas centrais: a conservação dos

equipamentos e medidas de segurança; a programação e as atividades comunitárias; a participação da comunidade e os modos de usos que são dados às Praças; e treinamento e capacitações pelos quais os grupos de gestão e funcionários das Praças tiveram a oportunidade de participar promovidos pela prefeitura e/ou governo federal.

Além de relatórios e publicações oficiais, foram fonte de pesquisa para o mapeamento dos relatos e impressões que trarei a seguir as entrevistas realizadas com representantes da sociedade civil e poder público que compunham os grupos de gestão e coordenadores e ex-coordenadores das Praças. Ao todo foram 17 pessoas entrevistadas, que atuam ou atuaram diretamente no dia a dia da gestão dos CEUs<sup>100</sup>.

Membros do grupo gestor		Funcionários das Praças	
Sociedade civil (comunidade e entidades)	Poder Público	Coordenador ou ex-coordenador / Funcionário da Praça	FUNTITEC e SEDESO
Eduardo Brito Correia Representante do Instituto Antônio Gasparini (IAG) (Cidade Nova)	Luis Augusto Oliveira Representante da Cultura (Cidade Nova, Aviário e Jardim Acácia)	Robert Danilo Cerqueira Fonseca de Oliveira (Cidade Nova)	Antônio Carlos Daltro Coelho, presidente da FUNTITEC (Cidade Nova, Aviário e Jardim Acácia)
Najara Suany Nunes de Jesus Representante do Conselho Local de Saúde (Cidade Nova)	Amarildo Costa Ex-Coordenador geral (Cidade Nova, Aviário e Jardim Acácia)	Fátima Suely Barbosa da Silva Correia (Cidade Nova)	Cristiano Queiroz - SEDESO Coordenador geral (Cidade Nova, Aviário e Jardim Acácia)
Ana Alice Pereira Viótório Representante da Associação de Moradores (Aviário)	Carlos Antônio Moreira (Cidade Nova)	Lay Aparecida Ribeiro da Silva (Cidade Nova)	
Gilma Cordeiro Lopes (Aviário)		Laiane Alves (Aviário)	

<sup>100</sup> Mais uma pessoa foi entrevistada na cidade de Feira de Santana: Vaney Pedreira, da empresa Foco Opinião e Mercado LDTA, responsável pela etapa de mobilização social, que atuou antes da inauguração das Praças.

Dilza Matos Garcia (Aviário)		Hemérito Neto (Jardim Acácia)	
Alex Sales Silva (Jardim Acácia)		Diselma Ferreira (Jardim Acácia)	

Quadro 13 – Relação de entrevistados - Praças CEU Cidade Nova, Aviário e Jardim Acácia  
Fonte: Elaborado pelo autor

### 3.2.1 Histórico, vínculos institucionais e principais características

As três Praças CEU de Feira de Santana localizadas nos bairros Aviário, Cidade Nova e Jardim Acácia foram inauguradas no mesmo dia, em 1º de julho de 2016, período em que Michel Temer (PMDB) ainda ocupava interinamente o cargo de Presidente da República e José Ronaldo (antigo DEM, atual Aliança Brasil) o posto de prefeito municipal.

Este último, em discurso durante o V Encontro Regional das Praças CEU<sup>101</sup>, promovido pelo MinC e realizado em Feira de Santana, em 9 de novembro de 2017, confessou que, inicialmente, duvidava do programa, entre outros motivos, pelo fato de não haver cercas ou muros em torno das Praças e seus equipamentos, devido aos riscos de furto e depredação. Em seguida, declarou, porém, a partir da vivência de um ano de funcionamento dos CEUs na cidade, que estava errado e se disse emocionado com os resultados do projeto: pessoas em situação de vulnerabilidade tendo acesso à oferta de cursos, a exemplo de balé, uma das atividades mais procuradas pela comunidade. Citou projetos realizados e que aproximam as pessoas, como os casamentos comunitários e o programa “Feira quer silêncio”<sup>102</sup>, e afirmou acreditar que as Praças podem contribuir de forma significativa na melhoria da qualidade de vida da população beneficiada (MINC, 2017b).

<sup>101</sup> O Encontro contou a participação de representantes dos seguintes municípios da Bahia (Alagoinhas, Barreiras, Cruz das Almas, Dias d’Ávila, Feira de Santana, Ilhéus, Irecê, Itaberaba, Itabuna, Luís Eduardo Magalhães, e Santo Antônio de Jesus); do Ceará (Canindé, Crato e Quixeramobim); e do Rio Grande do Norte (Parnamirim). A mesa de abertura foi integrada pelo Secretário de Infraestrutura Cultural do Ministério da Cultura, Alfredo Bertini; pelo Prefeito de Feira de Santana, José Ronaldo de Carvalho; pela Representante do Ministério do Trabalho, Tânia de Freitas Romano; pelo Secretário de Cultura, Esportes e Lazer de Feira de Santana, Edson Borges; pelo Diretor de Cultura do município, Luís Augusto, representante da Câmara Municipal; e pelo Vice-Prefeito de Feira de Santana, Colbert Martins Filho (MINC, 2017b).

<sup>102</sup> Criado em 2013, o programa “Feira quer silêncio” consiste em ações educativas e punitivas realizadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente com apoio da Polícia Militar, Guarda Municipal e Poder Judiciário com objetivo de coibir o abuso sonoro nas áreas públicas do município. Uma das ações do programa foi a criação da Lei nº 3736/12.09.2017, que ficou conhecida como Lei da Poluição Sonora, na qual estipula o limite sonoro de 70 decibéis (dB), durante o dia (das 7h às 22h) e 60 dB durante a noite (22h às 7h). De acordo com o Parágrafo único: “considera-se som ou ruído toda e qualquer vibração acústica capaz de provocar sensações auditivas” (FEIRA DE SANTANA, 2017).

A incredulidade acerca do programa não era exclusiva do prefeito. Segundo Amarildo Costa<sup>103</sup>, que esteve como coordenador geral das três Praças CEU de Feira entre os anos de 2016 e outubro de 2019, muitas pessoas das comunidades não acreditavam no projeto, pois suspeitavam se tratar de proposta eleitoreira, principalmente os moradores do bairro Jardim Acácia. Teria sido, conforme ele conta, apenas após o processo de mobilização social e envolvimento das comunidades, realizado mais ativamente em 2016, que foi possível explicar do que se tratava o Programa e seus objetivos e alterar, assim, paulatinamente, as expectativas, negativas e superestimadas, em relação ao projeto. Falarei mais detalhadamente, mais adiante, sobre a mobilização social e a ideia inicial que muitos moradores e futuros membros do grupo gestor tinham da Praça.

Amarildo relata também que o projeto foi capitaneado no âmbito municipal, inicialmente, pela Secretaria de Planejamento (SEPLAN), que se responsabilizou pelo processo de inscrição do município no edital de seleção, lançado em 2010, e a posterior assinatura do convênio com o governo federal, entre 2011 e 2012, período de início das obras, ainda na gestão do ex-prefeito Tarcízio Pimenta (DEM), que esteve no comando da administração municipal de 2008 a 2012<sup>104</sup>.

Antes da assinatura do convênio, Amarildo, que é funcionário da Secretaria de Habitação (SEHAB), foi escolhido dentro da administração municipal para elaborar o plano de gestão das três Praças, em 2011, documento este que era um dos requisitos, após aprovação no edital, para a efetivação da parceria com o governo federal. Segundo ele, sua experiência com projetos comunitários e de participação social foi o motivo pelo qual foi convocado, uma vez que a exigência, conforme as normas estabelecidas pelo MinC, era que o plano fosse construído em diálogo com as comunidades e refletisse as necessidades e demandas locais e tivesse a seguinte estrutura: a) Recursos Humanos; b) Horário e Dias de Funcionamento; c) Orçamento; d) Fonte de Recursos; e) Gestão Compartilhada; f) Parcerias Institucionais; g) Usos e Programação (BRASIL, 2011).

O plano de gestão foi assim elaborado, de forma participativa e aprovado sem ressalvas pelo Ministério da Cultura permitindo que a Prefeitura firmasse o convênio e garantisse os recur-

---

<sup>103</sup> Entrevista realizada com Amarildo Costa, ex-coordenador geral das Praças CEU de Feira de Santana, em 30 de setembro de 2020, por meio de plataforma digital, conduzida pelo autor. Ele é responsável pela parte administrativa e da articulação e mobilização dos grupos de gestão.

<sup>104</sup> Alguns entrevistados, a exemplo de Eduardo Brito Correia, membro do grupo gestor da Praça CEU Cidade Nova, afirmaram que as obras iniciaram apenas em 2014 e que antes disso, entre 2012 e 2013, a prefeitura apenas cercou os terrenos, preparando-os para as obras. Não encontrei documentos oficiais que relatassem com precisão o ano de início das obras.

tos para as obras. Segundo Amarildo, quando solicitado acesso ao plano elaborado, toda a documentação que possuía relacionada as Praças havia sido transferida para a FUNTITEC, quando ele deixou a coordenação geral das Praças, e que esta por sua vez poderia ter encaminhado para a Secretaria de Desenvolvimento (SEDESO). Embora eu tenha solicitado oficialmente, inclusive, por meio da Ouvidoria da Prefeitura, além das Secretarias Municipais envolvidas, não conseguimos ter acesso ao referido documento, o que contradiz o Regimento das Praças (ANEXO A) que reza em seu artigo 12 que “as informações sobre a gestão do CEU, recursos orçamentários, quadro de funcionários, documento de constituição do Grupo Gestor e atas de reuniões deliberativas e assembleias realizadas por este, ficarão disponíveis para consulta pública em secretaria situado no próprio empreendimento” (FEIRA DE SANTANA, 2017d).

Entre a aprovação no edital, em 2010, assinatura do convênio, o início e término das obras e a inauguração das Praças passaram-se seis anos. Nesse ínterim, outros órgãos se aproximaram do Programa, como a Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer (SECEL) e a Fundação Cultural Egberto Costa (FUNTITEC). Esta última ficou responsável pela administração das Praças tão logo foram inauguradas, em 2016, e assim permaneceu até outubro de 2019, quando foram transferidas para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDESO), onde se encontram até então. Tal medida foi tomada, segundo o Decreto Municipal nº 11.280, de 21 de outubro de 2019, tendo em vista a incorporação por parte do Ministério da Cidadania das atividades desempenhadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social, da Cultura e do Esporte, de acordo com a Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019.

No entanto, a real motivação para a transferência se explica, conforme relato do ex-coordenador da Praça CEU Jardim Acácia, Emérito Neto<sup>105</sup>, pelo fato de a SEDESO possuir mais recursos financeiros que os outros dois órgãos responsáveis diretamente pelas ações de cultura, a SECEL e a FUNTITEC. Reforça o argumento o fato de a prefeitura destinar, desde 2013, 4% (quatro por cento) do orçamento municipal à política de assistência social, conforme relatório de gestão de 2020 (FEIRA DE SANTANA, 2020, p. 637). Vale destacar que o PMC de Feira prevê, conforme meta de número 9, o aumento progressivo do percentual reservado à cultura, atingindo até o final da vigência do Plano um mínimo de 2% do orçamento municipal. Ou seja, mesmo ao final do plano, em 2026, as pastas da cultura ainda terão metade do que é investido hoje na área de assistência social por meio da SEDESO.

---

<sup>105</sup> Entrevista realizada com Hemérito Neto, ex-Coordenador da Praça CEU Jardim Acácia, em 4 de fevereiro de 2020, na Praça CEU Jardim Acácia, em Feira de Santana, conduzida pelo autor.



O motivo foi reiterado também por Cristiano Queiroz<sup>106</sup>, diretor do Departamento de Proteções Sociais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), designado apenas em março de 2020 como o novo coordenador geral das três Praças – embora oficialmente as Praças já estivessem sob responsabilidade da SEDESO há pelo menos cinco meses, desde outubro do ano anterior. Ele afirma que os órgãos da Cultura se encontravam sem recursos para continuar à frente da administração das Praças, embora ainda realizem projetos e ações culturais e esportivos nos espaços, e que após três anos de funcionamento era emergente a necessidade de manutenção e reformas estruturais. Assim, por uma decisão do prefeito da época, Colbert Martins, do MDB (2018-2020 / 2021-2024), a transferência de gestão foi efetivada. A escolha pela SEDESO teria sido ainda pela presença de unidades do CRAS nas Praças, do contrário o destino poderia ter sido a Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SESP), responsável pela manutenção de mais mil praças e largos existentes na cidade. Isso poderia provocar, possivelmente, uma desvirtuação da finalidade dos equipamentos, uma vez que a expertise da SESP é manutenção, limpeza urbana e jardinagem.

Dessa forma, as Praças, que àquela altura haviam sido renomeadas oficialmente para Estação Cidadania-Cultura pelo governo federal, passaram a ser administradas pela pasta de Desenvolvimento Social, que tem por finalidade, conforme Lei nº 1802 de 30 de junho de 1995,

formular e executar a política de promoção social no âmbito do município, competindo-lhe: I Coordenar, promover e executar ações que viabilizem a integração e a assistência social das comunidades; II Promover ações voltadas para a superação de problemas emergenciais das comunidades; III Articular-se com os segmentos comunitários organizados, visando a sua participação na definição das políticas da área de ação da Secretaria; IV Fomentar, coordenar e executar ações de apoio à Criança, o Adolescente, à Família, ao Idoso e à Pessoa portadora de Deficiência; V Desenvolvimento de ações que objetivem a valorização do trabalhador e a sua integração na Economia; VI Desenvolver programas que possibilitem a melhoria de qualidade de vida da população carente; VII Exercer outras atividades correlatas.

Queiroz pontuou que a cargo do Departamento de Proteções Sociais, além das três Praças CEU, estão ainda outras 24 unidades socioassistenciais, entre CRAS e CREAS, distribuídas em toda a cidade, além de uma quarta Praça, a da Juventude<sup>107</sup>. Ao todo, segundo ele, há dois

<sup>106</sup> Entrevista realizada com Cristiano Queiroz, atual Coordenador geral das Praças CEU de Feira de Santana, em 29 de setembro de 2020, por meio da plataforma Teams, conduzida pelo autor. Cristiano assumiu a coordenação geral duas semanas antes do governo do Estado decretar a suspensão das aulas e serviços não essenciais por conta da pandemia por Covid-19, em 17 de março de 2020.

<sup>107</sup> O projeto Praça da Juventude foi criado em 2007 pelo então Ministério do Esporte com o propósito de levar um equipamento esportivo público e qualificado para a população e que este espaço pudesse, ao mesmo tempo, tornar-se ponto de encontro e referência para a juventudes locais. O projeto é destinado a comunidades situadas

profissionais para atender as demandas relacionadas às Praças, que atuam na recepção e encaminhamento de demandas e materiais de menor porte (materiais de higiene, escritório etc.) para os equipamentos. As demandas de maior abrangência, como reformas e manutenção, por exemplo, ficam a cargo de uma coordenação administrativa da SEDESO. No próximo capítulo tratarei mais sobre a atuação das Praças sob a responsabilidade da pasta de Desenvolvimento Social e as implicações dessa transferência para os grupos de gestão.

De acordo com o diretor presidente da FUNTITEC, Antônio Carlos Daltro Coelho<sup>108</sup>, o custo mensal de cada Praça, em 2019, em despesas com pessoal, limpeza, higienização, luz e água era em torno de cinco a seis mil reais, o que julgava não ser muito. O valor se elevava, porém, com os investimentos em manutenção e programação (cachês artísticos, estrutura de palco, som e luz, eventos etc.).

Em consulta ao portal da transparência cidadã<sup>109</sup>, mantido pela prefeitura municipal, fica demonstrada a discrepância do montante de cada área, cultura e desenvolvimento social, com base nos anos fiscais de 2019 e 2020. Conforme tabela abaixo, enquanto houve drástica diminuição das despesas da SECEL em 2020 comparado ao ano anterior, possivelmente por conta do advento da pandemia por Covid-19, há um aumento exponencial na SEDESO. Ainda sobre os números, cabe registrar que não constam no portal os dados da FUNTITEC do ano de 2019.

Tabela 3 - Despesas da SECEL, FUNTITEC e SEDESO nos anos fiscais de 2019 e 2020

<b>ÓRGÃO MUNICIPAL</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
SECEL	R\$11.992.189,67	R\$1.630.174,97
FUNTITEC	(dados não disponíveis)	R\$3.034.822,50
SEDESO	R\$28.757.417,68	R\$75.233.502,22

Fonte: Portal da Transparência Cidadã, 2021. Elaborado pelo autor

Sobre a escolha dos locais para a instalação das Praças, Amarildo, alega que, apesar de não ter integrado essa etapa do processo, tendo em vista ter sido anterior a sua entrada no projeto, os principais critérios utilizados teriam sido a dimensão do terreno, sua disponibilidade e

---

em espaços urbanos com reduzido ou nenhum acesso a equipamentos públicos de esporte e de lazer que alia saúde, bem-estar e qualidade de vida a atividades socioeducativas diversificadas. Fonte: site oficial da Secretaria Especial do Esporte, disponível em <http://arquivo.esporte.gov.br/>. Acessado em: 8 set. 2021.

<sup>108</sup> Entrevista realizada com Antônio Carlos Coelho, Diretor Presidente, da Fundação Egberto Costa de Cultura, Ciência e Tecnologia, em 28 de maio de 2019, na sede da FUNTITEC, em Feira de Santana, conduzida pelo autor.

<sup>109</sup> O Portal da Transparência Cidadã é mantido pela Prefeitura Municipal de Feira de Santana, fruto da Lei complementar n° 131, de 27 de maio de 2009, regulamentado pelo Decreto Federal n° 7.185, de 27 de maio de 2010, que exige a transparência da gestão fiscal dos três entes federativos, a partir da publicação periódica de informações sobre receitas, despesas, orçamento e administração pública. Disponível em: <http://www.transparencia.feiradesantana.ba.gov.br/index.php?view=inicio>. Acessado em: 23 ago. 2021.

regularização fundiária, além dos pré-requisitos exigidos pelo edital, entre eles que a Praça fosse destinada a regiões de alta vulnerabilidade social. Sendo assim, segundo ele, os três terrenos escolhidos atendiam aos critérios: o bairro do Aviário é cercado por projetos de habitação de interesse social, como o programa Minha Casa, Minha Vida, por exemplo; o Jardim Acácia, embora menos carente que o Aviário, tem uma população vulnerável. Em relação ao bairro Cidade Nova, no entanto, ele admite haver menos moradores com baixa renda, mas trata-se de uma localidade bastante populosa, o que justificaria a instalação de espaços de cultura e lazer.

No entanto, a escolha dos bairros não foi um tema pacífico entre os profissionais envolvidos no projeto. Vaney Pedreira França<sup>110</sup>, por exemplo, assistente social que conduziu as reuniões de mobilização social, questiona o fato de o bairro Cidade Nova ter sido escolhido para abrigar o Programa e ainda mais sendo a maior Praça de todas, tendo em vista, segundo ela, haver bairros mais carentes e necessitados no qual o empreendimento provocaria maior benefícios a população local. Ela cita, por exemplo, o bairro da Queimadinha, próximo à Cidade Nova e mais vulnerável social e economicamente que esse. Mas reconhece, contudo, por ter surgido e crescido sem estrutura e ordenamento urbano, que o território não dispunha de terreno apropriado à instalação da Praça.

Por sua vez, na opinião do diretor de Atividades Culturais, da FUNTITEC, Luís Augusto Oliveira, a prefeitura poderia ter escolhido outro bairro no lugar do Jardim Acácia, pois no entorno do terreno onde foi instalada a Praça não há tantas residências como as outras duas, tornando seu uso menos efetivo pela população.

Nos subtópicos a seguir descrevo a estrutura física de cada uma das Praças, além de algumas de suas características e dos bairros onde estão instaladas. Convido também o leitor a conferir a galeria de imagens das Praças que se encontra no Anexo C.

### *3.2.1.1 Praça CEU Aviário*

A Praça CEU Aviário está localizada no bairro de mesmo nome, que teria surgido por iniciativa do ex-governador da Bahia Landolfo Alves (1938-1942), que, a fim de estimular a

---

<sup>110</sup> Entrevista realizada com Vaney Pedreira França, Assistente Social pela Empresa Foco Opinião e Mercado (responsável pelo processo de Mobilização social das Praças CEU de Feira de Santana), em 13 de outubro de 2020, por meio da plataforma Teams, conduzida pelo autor.

criação de aves, implantou no local um criatório de galinhas. O objetivo era demonstrar à população como poderia haver um criadouro deste tipo de ave em consonância às normas sanitárias da época. Atualmente o local destinado à criação dos animais não mais existe e a região tem abrigado diversos conjuntos habitacionais populares (FALCÃO; CAMPOS, 2008).

A Praça ali instalada possui 3.000 m<sup>2</sup> e dispõe de dois edifícios, que abrigam salas multiuso, CRAS, biblioteca, telecentro, cineteatro com 60 lugares, banheiros e uma pequena sala que foi adaptada para funcionar a coordenação da Praça, além de uma quadra poliesportiva coberta, pista de skate, equipamentos de ginástica, playground e pista de caminhada. Ao redor da Praça estão residências e pequenos comércios. O valor investido pelo governo federal foi de R\$ 2.020.000,00.

Localizado na periferia, o bairro do Aviário está na Região Administrativa II da cidade, no qual somam-se outros 13 bairros. É considerado um dos mais pobres do município e é bastante estigmatizado pela violência e tráfico de drogas. Mas também é conhecido pelo ativismo social de seus moradores, muitos deles envolvidos em mutirões que construíram diversas casas populares no bairro, sobretudo as mulheres da própria comunidade. Tanto que na parede externa de um dos edifícios da Praça há um grafite em homenagem à história do bairro e a imagem apresenta justamente mulheres trabalhando na construção civil, muitas delas personagens reais moradoras da região.

Esse senso solidário e articulador confere àquela comunidade uma particularidade que reflete diretamente no envolvimento de seus membros no grupo de gestão. Tanto Amarildo como Queiroz relataram ser a comunidade mais exigente e que mais cobra da prefeitura a dinamização e manutenção da Praça.

### *3.2.1.2 Praça CEU Cidade Nova*

O bairro Cidade Nova é originário do final da década de 1960, quando em 1969 é instalado no local o primeiro conglomerado habitacional construído pela URBIS<sup>111</sup>, os Conjuntos

---

<sup>111</sup> A Habitação e Urbanização da Bahia (URBIS) foi criada pela Lei nº. 2.114, de 4 de janeiro de 1965, como uma empresa de economia mista, para operacionalizar a política habitacional do Governo do Estado, vinculada estruturalmente à então Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social. Em mais de três décadas de atuação prestou importante contribuição ao processo de expansão urbana de Salvador e de outras cidades baianas. Foi responsável pela implantação de cerca de 100 mil unidades habitacionais, entre casas, apartamentos, embriões e lotes urbanizados, distribuídas em todas as regiões da Bahia. Cf. CONDER. Disponível em: [www.conder.ba.gov.br](http://www.conder.ba.gov.br). Acessado em: 7 set. 2021.

Feira I e Feira II. Devido o ano de sua construção, as ruas do bairro receberam nomes dos jogadores da seleção brasileira de futebol do ano de 1970. Localizado na Região Administrativa V da cidade, composto por outros 17 bairros, atualmente, o Cidade Nova é conhecido pela infraestrutura e autossuficiência em serviços (FALCÃO; CAMPOS, 2008).

A Praça Cidade Nova é a maior e mais arborizada das três, com dimensões de 7.000m<sup>2</sup>, onde estão instalados: uma edificação, com CRAS salas multiuso, biblioteca, telecentro, cine-teatro para 125 pessoas e banheiros. Na Praça há ainda uma pista de skate, equipamentos de ginástica playground, jogos de mesa, pista de caminhada e duas quadras poliesportiva, sendo uma coberta e outra aberta, com chão de areia.

Em frente à Praça encontra-se uma igreja, que conta com um grande pátio com palco fixo, onde são realizados diversos eventos. Os demais lados são arrodoados por residências e pequenos comércios familiares. Há pelo bairro ainda outras praças, muitas arborizadas e com estrutura de iluminação, jardim e bancos.

O valor do repasse do governo federal para a construção dessa Praça foi de R\$ 3.500.000,00, o maior investimento entre todas as demais instaladas no Estado da Bahia, juntamente com a única praça inaugurada até então em Salvador, no bairro de Valéria.

### *3.2.1.3 Praça CEU Jardim Acácia*

O bairro Jardim Acácia é o mais próximo do centro da cidade e homenageia um dos símbolos maçônicos, a árvore acácia, nome escolhido pelo proprietário do terreno, Walter Ribeiro Souza Costa, que era Maçom (FALCÃO; CAMPOS, 2008). Está localizado na Região Administrativa III, que conta com outros 13 bairros. Segundo Neto, ex-coordenador da Praça Jardim Acácia, “é forte a questão da capoeira, do samba de roda, do afoxé, são atividades ligadas ao bairro, pela própria gênese, contexto histórico”<sup>112</sup>.

O repasse efetuado pelo governo federal para a construção da Praça foi de R\$ 2.020.000,00, o mesmo valor do CEU Aviário, cuja estrutura é semelhante, porém, por ter sido instalada em um terreno retangular, aparenta ser menor. A Praça conta com duas edificações, que abrigam cineteatro para 60 pessoas, CRAS, salas multiuso, biblioteca, telecentro. Nos espaços abertos estão a quadra poliesportiva coberta, pista de skate, equipamentos de ginástica,

---

<sup>112</sup> Entrevista com Hemérito Neto, já citada anteriormente.

playground e pista de caminhada. Comparativamente às duas outras Praças, o CEU Jardim Acácia encontra-se em terreno com menos residências ao redor de sua estrutura.

### **3.2.2 Mobilização social e constituição dos grupos de gestão**

O processo de mobilização social é uma etapa essencial na implantação do programa Praça CEU no município, imposto como condição obrigatória no convênio assinado entre prefeitura e governo federal, e espera-se que seja um instrumento a contribuir na futura gestão do espaço. O MinC, quando planejou essa ação, propunha a sua realização durante o período de obra da Praça, como um “espaço público de encontro, debate e construção de agendas coletivas” que deveria “funcionar para articulação entre a comunidade, entidades e o poder público para múltiplas atividades, tornando-se referência no território” (MINC, 2014c, p.12).

Nos Centros de Artes e Esportes Unificados, a mobilização social é uma ferramenta para a indução da participação social durante o processo de implantação do equipamento, visando potencializar sua gestão (MINC, 2014c, p. 10).

Com isso, a iniciativa visa a promover o sentimento de apropriação da comunidade em relação ao futuro equipamento público; fortalecer e capacitar grupos da comunidade para que possam exercer, em parceria com o poder público, a gestão da Praça, incluindo o planejamento dos usos e da programação; e, por fim, aproximar comunidade, poder público local e entidades atuantes no território, com vistas a fortalecer o trabalho conjunto em torno do CEU e de outros projetos e políticas públicas que venham a ser implementados no local (MINC, 2014c).

Embora obrigatória, a constituição e a atuação do grupo gestor parecem ter sido bem assimiladas pelo poder público municipal de Feira de Santana. A iniciativa foi implementada nas três Praças seguindo os preceitos estabelecidos e, apesar do descrédito inicial do prefeito da cidade que inaugurou os CEUs, conforme já relatado, os profissionais do serviço público diretamente envolvidos na gestão demonstraram nas entrevistas uma boa aceitação e entendimento da proposta.

Para Antônio Carlos Daltro Coelho, presidente da FUNTITEC, “não resta dúvida alguma que os grupos de gestão trazem uma boa colaboração aos CEUs, porque são pessoas que

residem naquelas comunidades e ninguém melhor do que eles para conhecer os seus problemas”<sup>113</sup>. Luis Augusto Oliveira, diretor de atividades culturais da FUNTITEC, também acena positivamente sobre os grupos de gestão, pois credita a boa conservação das Praças a eles e entende que “sem a fiscalização dos grupos com certeza a situação da danificação seria muito maior, isso aí não tenha dúvida”<sup>114</sup>. Por fim, para Cristiano Queiroz (SEDESO), que assumiu a gestão após a FUNTITEC, revela que lhe chama atenção o sentimento de pertencimento que envolve as comunidades no entorno em relação às Praças, destacando o “aspecto multicultural, interpessoal” que seria “de uma magnitude que surpreende”<sup>115</sup>.

A seguir, com base nos depoimentos coletados junto aos representantes dos grupos de gestão, funcionários do poder público local e documentos oficiais referentes as Praças na cidade de Feira de Santana, procuro reconstituir como se deu a conformação desses grupos e relatar os principais pontos e temas abordados no estatuto e regimento elaborados ao longo do processo de mobilização.

### *3.2.2.1 Das primeiras reuniões à formação dos grupos de gestão*

No segundo semestre de 2015, a prefeitura municipal de Feira de Santana contratou a empresa Foco Opinião e Mercado LTDA, com sede em Florianópolis (SC), por meio de licitação, para realizar consultoria de gestão e capacitação de pessoas para atender ao processo de mobilização social no CEU<sup>116</sup>. A empresa, que mantém um escritório na cidade, realizou os trabalhos de mobilização social de janeiro a junho de 2016 com a participação de profissionais locais, duas assistentes sociais e um auxiliar administrativo, indicados pela própria prefeitura. Quem revela como se deu o processo de mobilização social é a assistente social Vaney Pedreira

---

<sup>113</sup> Entrevista com Antônio Carlos Coelho, citada anteriormente.

<sup>114</sup> Entrevista com Luis Augusto Oliveira, citada anteriormente.

<sup>115</sup> Entrevista com Cristiano Queiroz, citada anteriormente.

<sup>116</sup> De acordo com publicação do Diário Oficial da União, de 19 de outubro de 2015, os contratos com a Foco Opinião e Mercado LTDA para a realização do serviço de mobilização social totalizaram R\$58.084,46 (Cidade Nova: R\$ 16.879,98; Jardim Acácia: R\$ 20.229,48; e Aviário: R\$ 20.975,00). Cf. JUS BRASIL. Disponível em: [https://www.jusbrasil.com.br/diarios/102405786/dou-secao-3-19-10-2015-pg-211?ref=previous\\_button](https://www.jusbrasil.com.br/diarios/102405786/dou-secao-3-19-10-2015-pg-211?ref=previous_button). Acessado em: 1º dez. 2021. Vale lembrar, que o programa prevê um recurso específico para essa etapa no valor de R\$21.950,00, que é pago pelo Ministério da Cultura. Ver capítulo II.

França<sup>117</sup>, que foi convidada a integrar o projeto pelo então coordenador geral das Praças, Amarildo Costa. Foi ele, inclusive, quem indicou um representante de cada bairro com os quais o diálogo teria iniciado: Eduardo Brito Correia, conhecido como professor Brito (Cidade Nova)<sup>118</sup> e Ana Alice Pereira Vitória (Aviário) – ambos líderes comunitários ativos e bastante conhecidos em suas localidades. Não houve indicação para o bairro Jardim Acácia, porque Amarildo não conhecia ninguém no bairro, segundo Vaney.

Essas informações coletadas nas entrevistas corroboram com o já mencionado relatório do V Encontro Regional das Praças CEU:

O Coordenador Amarildo Costa, da Prefeitura de Feira de Santana, explicou que, normalmente, cada Praça CEU tem sua UGL, mas no caso de Feira, as três Praças têm uma única UGL, com um único Plano de Gestão. Ele ficou com o desafio de trabalhar com as três Praças ao mesmo tempo. A estratégia utilizada foi fazer com que a comunidade conhecesse o projeto. Na Cidade Nova, esse processo foi mais tranquilo, porque ele, Amarildo, cresceu no bairro, e identificou facilmente as lideranças. No Conjunto Paulo Souto, da Praça Aviário, os moradores foram para lá em regime de mutirão para a construção de casas, de modo que ele já conhecia as lideranças. No Jardim Acácia foi mais difícil, porque ele não conhecia ninguém. Identificar as lideranças comunitárias foi o ponto chave para o sucesso do processo (MINC, 2017b).

Foi por meio dessas lideranças locais que a empresa Foco Opinião chegou nas comunidades de cada bairro e aplicou a metodologia sugerida pelo então Ministério da Cultura, publicada na Cartilha de Orientação para Ações de Mobilização Social nos CEUs, em 2014, que comentei no capítulo 2. O documento sugere um passo a passo com ao menos nove ações a serem desenvolvidas durante os meses de articulação com a comunidade local, a saber: a) mapear lideranças comunitárias; b) estudar as melhores formas de divulgação do programa e das reuniões de mobilização; c) decidir com a comunidade data, horário e local das reuniões; d) planejar cada oficina a ser ofertada durante os meses de mobilização; e) trabalhar os momentos básicos de uma oficina: recepção, abertura, aquecimento, memória, desenvolvimento, avaliação, encaminhamentos, atividade de casa faça uma acordo de convivência; f) definir a duração das atividades e controle do tempo; g) garantir o bem-estar dos participantes durante as atividades; h) preparar para receber as crianças da comunidade; i) aplicar metodologias e técnicas de mobilização (a exemplo de painel, mapeamento comunitário, linha do tempo, construção de

---

<sup>117</sup> Entrevista realizada com Vaney Pedreira França, Assistente Social pela Empresa Foco Opinião e Mercado (responsável pelo processo de Mobilização social das Praças CEU de Feira de Santana), em 13 de outubro de 2020, por meio da plataforma Teams, conduzida pelo autor.

<sup>118</sup> Entrevista realizada com Eduardo Brito Correia, Membro do grupo gestor da Praça CEU Cidade Nova, em 23 de setembro de 2020, por meio da plataforma Teams, conduzida pelo autor.



maquete simbólica<sup>119</sup>). Tais ações são processuais e podem ser adaptadas às singularidades de cada território, com cada etapa se desdobrando em atividades e resultados específicos e integrados até a finalização do conjunto de ações propostas<sup>120</sup>.

Ao selecionar e desenvolver esse conjunto de técnicas e metodologias de mobilização social, o MinC buscou “facilitar situações que contribuam para processos de autoconhecimento, de forma que os participantes fiquem conscientes dos problemas que os afetam, conheçam suas causas e procurem implementar ações de resolução, sempre tendo em vista o papel do Estado, dos cidadãos e da sociedade civil organizada nesse processo” (MINC, 2014c, p. 12).

Segundo Vaney, o passo a passo indicado pelo MinC foi seguido ao longo do primeiro semestre de 2016, com a realização de reuniões semanais e, ao final, foram definidos os representantes da sociedade civil e das entidades que iriam compor os grupos de gestão, bem como foram elaborados o regimento e estatuto de cada uma das Praças da cidade, que viriam a ser publicados em Diário Oficial do município apenas em 22 de dezembro de 2017, um ano e meio após a inauguração ocorrida em 1º de julho de 2016. Segundo os membros dos grupos de gestão entrevistados, a publicação no Diário Oficial só foi realizada após intensa e constante cobrança dos grupos então formados e já em pleno funcionamento mesmo de forma não-oficial. De acordo com o professor Brito, do grupo de gestão da Praça Cidade Nova, representante da entidade Instituto Antônio Gasparini (IAG)<sup>121</sup>, a demora na publicação teria sido por indefinições dos nomes que iriam representar o poder público nos referidos grupos.

Professor Brito conta também que o processo de mobilização social envolveu muitas

---

<sup>119</sup> Metodologias e técnicas de mobilização social: Painel: método no qual tudo que for debatido em plenária, perguntado e falado é anotado no painel (papel colado na parede). Em caso de presença de número significativo de analfabetos na comunidade, devem ser utilizados também símbolos e desenhos no painel. Os papéis ou canetas coloridas podem ser utilizadas separando-se temas por cores, o que ajuda na leitura final do painel; Mapeamento comunitário: também chamado de biomapeamento, é uma técnica de diagnóstico participativo de um território - bairro, área, cidade etc. Consiste na elaboração de mapas temáticos comunitários, que promovem o reconhecimento socioespacial de um território, mostrando diversos olhares sobre a área e criando oportunidades de identificação de seus problemas e potencialidades; Linha do tempo: a dinâmica proporciona a reconstituição de partes da história do bairro, a partir da relação dos moradores com o mesmo. Para montá-la, pode-se usar um varal e tarjetas coloridas. Cada pessoa recebe algumas tarjetas, nas quais marca datas importantes para ela e características do bairro nessa época; Construção de maquete simbólica: é uma forma de os participantes expressarem seus sonhos e projeções para um bairro ou um local. São distribuídos materiais, como embalagens e papelaria. As pessoas são convidadas a representar um lugar da forma como gostariam que estivesse dali a alguns anos (MINC, 2014c).

<sup>120</sup> Ver tópico 2.3.1. Instrumentos e modos de gerir, no capítulo 2.

<sup>121</sup> O Instituto Antônio Gasparini (IAG) é uma instituição do terceiro setor, sem fins lucrativos, que desenvolve ações sociais para idosos, jovens, adolescentes e crianças, em diálogo com as políticas públicas do campo social, aos direitos humanos e à cidadania. O IAG, além de ser responsável pelo Núcleo de Prática Musical da NEOJIBA, conta com o Centro de Convivência Domingos Mincarone que atende dezenas de pessoas, especialmente, idosos. O Instituto leva o nome do padre Antonio Gasparini e foi fundado em 2013 no bairro Cidade Nova, por casais ligados à igreja católica.

pessoas no bairro da Cidade Nova, de diferentes origens e identificações sociais, desde religiosos, sindicalistas, grafiteiros, cordelistas, músicos, LGBTs etc., dando um tom bastante diverso aos debates. Segundo ele, a primeira reunião tinha tanta gente que não coube no espaço (um colégio do bairro que foi sede das reuniões de mobilização durante muitos meses)<sup>122</sup>, mas que esse primeiro contato com o programa foi bastante decepcionante para muitos, pois as expectativas era que funcionaria naquele futuro espaço locais para possível comercialização de produtos e serviços (vocações da cidade, diga-se de passagem, como vimos na primeira parte deste capítulo 3). Na reunião seguinte o número de participantes caiu consideravelmente quase não atingindo o quórum mínimo.

A Praça CEU, se você olha, tem a ideia de ser o quê? Um mini shopping, né? Galerias, as salas todas com os vidros abertos. ‘O que é que vai ser isso aí?’ E aí o que aconteceu? Na primeira reunião de mobilização social, a sala do colégio ficou pequena. Ficou pequena, explodiu o número de pessoas, explodiu. Mas aí veio a decepção das pessoas que estavam presentes lá, na sua maioria, porque muita gente foi pensando que ali teria box para vender, de repente um espaço para alguém vender lanche, para alguém vender fruta, para alguém alugar um espaço. Então a curiosidade das pessoas estava em torno disso. Quando foi apresentado a essência do projeto e que ali funcionaria um CRAS, que teria ações culturais, com biblioteca e cineteatro, que teria quadras esportivas, e esses espaços estariam para servir a comunidade, mas existiriam regras que seriam construídas por nós. Quando fomos para a segunda reunião, quase o número mínimo não tinha alcançado. Que se eu não me engano o número mínimo.<sup>123</sup>

O depoimento de Brito é ratificado por outros dois membros do mesmo grupo gestor, Carlos Antonio Moreira<sup>124</sup>, conhecido como Marrom, e Najara Suany<sup>125</sup>, situação que teria provocado, de início, o afastamento de muitos participantes. Já Dilza Matos Garcia, representante do conselho da comunidade no grupo de gestão da Praça CEU Aviário, chamou atenção para outra questão, destacando uma característica que é própria dos processos participativos – a necessidade da construção de consensos por meio do diálogo para a superação dos conflitos, o que implica disputas, negociações e convencimentos. Segundo ela, as “reuniões eram difíceis” no início dos encontros, “porque era muito complicado chegar ao consenso entre a prefeitura e a comunidade.

<sup>122</sup> As reuniões do Aviário já aconteciam na própria Praça, no espaço da biblioteca, mesmo não inaugurada, as outras duas comunidades realizavam os encontros em escolas próximas.

<sup>123</sup> Entrevista realizada com o professor Brito, citada anteriormente.

<sup>124</sup> Entrevista realizada com Carlos Antônio Moreira (Marrom), Membro do grupo gestor da Praça CEU Cidade Nova, em 22 de setembro de 2020, por meio de videochamada pelo WhatsApp, conduzida pelo autor.

<sup>125</sup> Entrevista realizada com Najara Suany Nunes de Jesus, Membro do grupo gestor da Praça CEU Cidade Nova, em 22 de setembro de 2020, por meio de videochamada pelo WhatsApp, conduzida pelo autor.

O órgão público pensa de uma forma e quem está na comunidade pensa de outra”<sup>126</sup>.

Ao longo de todo o processo, a manutenção da frequência dos participantes teria sido uma das maiores dificuldades enfrentadas. Segundo Vaney, “às vezes a gente chegava na reunião e tinha três adultos e dez crianças”, o que prejudicava a qualidade e evolução das discussões e também comprometia as decisões uma vez que não havia quórum suficiente. O número mínimo de participantes para a validação das decisões girava em torno de 20 a 25 pessoas.

Diante dessa situação algumas estratégias foram aplicadas para estimular a participação e garantir que as decisões tomadas em plenária pudessem ser referendadas. Vaney conta que uma das táticas utilizadas para atrair os interessados e evitar a evasão das reuniões eram os lanches oferecidos, ao ponto de perguntarem aos participantes o que gostariam que fosse servido no encontro seguinte.

A nossa dificuldade era fazer com que as pessoas viessem, entendessem o recado e, na próxima semana, viessem de novo. E a gente também teve muita cadeira rodando, vinha hoje, vinha daqui a quinze dias... a nossa maior dificuldade era essa. E aí a gente apelava para os lanches: ‘o que vocês querem para a próxima semana?’ ‘Ah, eu quero bolo de aipim’, ‘bolo de chocolate’, ‘eu quero uma torta’, aí gente sempre dizia: ‘na próxima semana, se vier todo mundo vai ter tudo isso [...]’<sup>127</sup>

Outro ponto positivo que atraía a participação e mobilizava a comunidade local era a possibilidade de instalação do CRAS na Praça, mais próximo de casa, e as políticas aplicadas por intermédio dele, principalmente os bairros do Aviário e Jardim Acácia. Ela lembra também que muitos se animavam com o fato de participar da elaboração das regras de utilização daqueles equipamentos, algo novo e surpreendente, uma autonomia pouco comum e nunca vivenciada antes por muitos deles.

Vaney revela ainda que o tema segurança era um fator importante de mobilização. Aos moradores da Cidade Nova interessava a instalação da Praça porque a prefeitura havia prometido segurança 24 horas e o terreno destinado a construção era refúgio de muitos usuários de drogas. Esperava-se, assim, que com a chegada da Praça e da vigilância policial os casos de consumo de drogas diminuíssem. Em relação ao Jardim Acácia, a segurança 24 horas também era enfatizada pelos participantes, pois julgavam o bairro e a região onde seria instalada a Praça muito desertos.

No que diz respeito ao bairro do Aviário, além do CRAS, mobilizava a comunidade a

<sup>126</sup> Entrevista realizada com Dilza Matos Garcia, já citada anteriormente.

<sup>127</sup> Entrevista realizada com Vaney Pedreira França, citada anteriormente.

esperança de receber cursos profissionalizantes nas dependências da Praça, principalmente na área de computação considerando a implantação do futuro telecentro, o que indicava emprego e renda como as prioridades daquela população. Esse entendimento é corroborado pelo seguinte depoimento:

A gente discutia na reunião o que a gente queria que viesse para a praça, para as crianças, o que era de melhor benefício, o que ia trazer de benefício para os moradores, se ia ter alguma parte, assim, que ia beneficiar os moradores, não só as crianças, como os pais desempregados. Então foi muita conversa, muitos meses de reunião <sup>128</sup>.

Instada a analisar a qualidade da participação da comunidade nas reuniões, Vaney, que coordenava as reuniões e ações de mobilização com outros dois colegas, sendo orientada a distância, por e-mail, pela equipe da sede da Foco Opinião<sup>129</sup>, diz recordar de forma positiva dos encontros, apesar das dificuldades. Ela afirma que os moradores levavam informações importantes sobre o bairro e que indicavam incorreções no projeto arquitetônico. Cita como exemplo, a intervenção dos moradores do bairro Cidade Nova quando pontuaram que a rede de esgoto da Praça precisava de ajustes, pois era comum nos períodos de chuva alagamentos no bairro o que implicava na necessidade de alterações no projeto. Como não era possível alterá-lo naquele estágio de andamento das obras e para não perder a credibilidade diante dos moradores e desmobilizar o grupo gestor em formação, as mediadoras (Vaney e sua colega) propuseram a participação de um engenheiro da prefeitura na reunião para explicar que de fato era necessária adaptação no projeto, mas que seria feita após a conclusão da obra, pois não havia mais como promover alterações naquele momento. Segundo Vaney, as correções estruturais foram feitas depois, o que teria deixado a comunidade satisfeita, sobretudo, porque o alerta sobre o problema partiu dela e foi devidamente escutado e atendido pela prefeitura.

Outro caso sinalizado por ela diz respeito a Praça do Aviário, no qual a comunidade questionou a existência de paredes de vidro no projeto, principalmente das salas do CRAS, por conta da ausência de privacidade durante os atendimentos e a prefeitura sinalizou que as paredes seriam cobertas ou com cortinas ou filme *blackout*. Vaney explicou que os retornos da prefeitura às pontuações feitas pela comunidade davam credibilidade ao processo de mobilização e contribuía para manter engajado o grupo de pessoas que se sensibilizaram com a convocação.

<sup>128</sup> Entrevista realizada com Gilma Cordeiro Lopes, Membro do grupo gestor da Praça CEU Aviário, em 16 de outubro de 2020, por meio de videochamada pelo WhatsApp, conduzida pelo autor.

<sup>129</sup> Segundo Vaney, a equipe de Florianópolis (SC) da empresa Foco Opinião mantinha apenas reuniões virtuais para orientação das ações a serem desenvolvidas, nunca tendo recebido visita presencial de nenhum profissional da sede.

Outro ponto abordado por Amarildo sobre as reuniões de mobilização diz respeito a quem era destinada a Praça. Segundo ele, a princípio, o entendimento das pessoas era que o acesso só seria dado ao morador daquela comunidade que estava no entorno, sendo necessário esclarecer o princípio da diversidade que compõe o escopo do Programa:

então a gente teve que explicar que o equipamento era público, era comunitário, e que isso implicava em ter uma diversidade de pessoas que iam utilizar, não só pessoas de baixa renda, não só moradores da região, inclusive moradores de outros bairros poderiam ter acesso. Agora, o que a gente ia ter que discutir era: como seria esse acesso. Isso aí foi um dos pontos mais importantes<sup>130</sup>.

Ao final da série de reuniões das ações de mobilização, com o Estatuto e Regimento elaborados (ANEXOS A e B), com base nas minutas disponibilizadas pelo MinC, os membros que iriam compor os grupos de gestão foram definidos de forma aberta e dialógica com a comunidade, seguindo o que foi estabelecido no artigo 17 do estatuto que diz que os membros titulares e suplentes que representam as comunidades do entorno dos CEUs serão escolhidos entre pretendentes devidamente cadastrados e reconhecidamente com participação efetiva nas atividades desenvolvidas. Reza o Estatuto que o primeiro grupo gestor poderia ser indicado, tendo seus membros escolhidos entre aqueles que participaram ativamente das etapas de mobilização.

Na verdade, a gente falava: ‘olha, a gente verificou aqui nas nossas listas de frequência que quem mais participou da reunião, não apenas com presença, mas também com participação, com fala, trazendo dados novos — essas pessoas, o que vocês acham? Nós indicamos elas e as pessoas referendavam ou não<sup>131</sup>.

Nesse contexto, foram escolhidos 18 representantes para compor o grupo de gestão de cada uma das Praças, composto por 6 (seis) membros que representam o poder público, 6 (seis) membros que representam a comunidade do entorno do CEU, e 6 (seis) membros que representam a sociedade civil organizada, de acordo com o Art. 10 do estatuto.

Entre eles está Gilma Cordeiro Lopes, escolhida para integrar o grupo gestor da Praça CEU Aviário, como representante do Grupo de Mães de Alunos da Escola Municipal Josenita Neri Boaventura, que se disse ansiosa pelo funcionamento da Praça, na qual ela vislumbrava a possibilidade de a filha participar de diversas atividades que ali seriam realizadas.

<sup>130</sup> Entrevista realizada com Amarildo Costa, citada anteriormente.

<sup>131</sup> Entrevista realizada com Vaney Pedreira França, citada anteriormente.

Olha, antes de inaugurar a praça teve várias reuniões, eu era das que não faltava a nenhuma reunião, estava ansiosa pela praça, a chegada da praça, [tinha muita] expectativa nela, então eu participava de todas reuniões, uma porque eu tenho uma menina pequena, então eu não via a hora de chegar a praça para ela usufruir. Então já que eu era uma das que estava ali todo dia, fui uma das que foi selecionada para participar do grupo gestor<sup>132</sup>.

Dona Gilma, assim como os demais membros, exerceu (ou deveria exercer) suas atribuições pelo período de dois anos, a contar da publicação em diário oficial, ou seja, entre dezembro de 2017 e dezembro de 2019, sem qualquer remuneração, sob nenhuma hipótese, salvo os representantes do poder público que já recebem remuneração por força do seu cargo de origem, conforme previsto em Parágrafo único do estatuto.

### 3.2.2.2 Estatuto dos grupos de gestão

O estatuto do grupo de gestão foi elaborado a partir de uma minuta disponibilizada pelo MinC, no qual a comunidade tem total autonomia para alterar e complementar de acordo com as demandas locais desde que discutidas e acordadas durante os encontros realizados ao longo das etapas de mobilização social e mantendo os princípios e diretrizes centrais do programa.

O estatuto de cada uma das Praças foi publicado no mesmo dia, em 22 de dezembro de 2017, juntamente com a relação dos membros dos grupos de gestão e o regimento interno das Praças. O documento possui o mesmo texto o que nos leva a crer que houve um direcionamento ou da equipe que conduzia o processo de mobilização, que era a mesma nas três comunidades, ou da prefeitura com o intuito de padronizá-los e uniformizá-los.

Composto por oito capítulos e 29 artigos que tratam de temas como: finalidade da Praça, denominação e sede do grupo gestor, sua composição e como se dará o processo eletivo para integrá-lo. O regulamento discorre ainda sobre as formas de atuação, as competências, os direitos e obrigações dos representantes que compõem o grupo de gestão.

Entre os artigos de destaque, podem ser citados o terceiro e o quarto, nos quais ficam explicitados, por exemplo, os princípios da diversidade e da participação social como eixos centrais desse modelo de gestão compartilhado entre poder público e sociedade civil:

---

<sup>132</sup> Entrevista realizada com Gilma Cordeiro Lopes, citada anteriormente.

Art. 3º - A finalidade social do CEU é promover a defesa e a garantia de direitos constitucionalmente assegurados, públicos e gratuitos, atendendo à comunidade local em suas necessidades de desenvolvimento humano, respeitando suas características socioculturais, sem quaisquer preconceitos ou discriminações de gênero, cor, raça, etnia, nacionalidade, situação socioeconômica, credo religioso, político, idade ou de qualquer outra natureza.

Art. 4º - O Grupo Gestor tem como princípio a participação social, por meio da garantia da gestão compartilhada do CEU entre o poder público local, a comunidade beneficiária e a sociedade civil organizada (FEIRA DE SANTANA, 2017d).

Outro destaque é o artigo seis, no qual é enfatizado o poder deliberativo do grupo gestor sobre as ações e funcionamento da Praça CEU.

Art. 6º - O Grupo Gestor terá composição tripartite membros representantes do poder público, da comunidade do entorno do CEU e da sociedade civil organizada, que farão a gestão compartilhada do equipamento, com poder deliberativo sobre as ações e funcionamento do CEU (FEIRA DE SANTANA, 2017d).

No entanto, alguns representantes dos grupos de gestão entrevistados advertiram que esse poder, em diversos momentos, era mais ilustrativo do que real. Em sua entrevista, Marrom, afirmou, por exemplo, ter a sensação de que o grupo de gestão era “usado para legitimar as decisões já prontas que vinham da prefeitura”<sup>133</sup>.

Outra crítica bastante contundente à postura impositiva e/ou pouco dialógica da prefeitura é feita por Ana Alice, representante do grupo de gestão do Aviário. Ela pontua que, por diversos momentos, o grupo do Aviário se opôs às decisões de programação da Praça, estabelecida sem consulta prévia por parte da prefeitura, principalmente em relação às oficinas artísticas disponibilizadas por meio do projeto Arte de Viver, coordenado pela FUNTITEC. Ana Alice diz, entretanto, que sempre recorria ao Estatuto para demarcar que a programação precisava ser decidida de forma compartilhada e que em determinadas situações as reivindicações eram ouvidas e acatadas.

No início, as primeiras oficinas deram briga na comunidade, porque eles [a prefeitura] chegaram aqui e disseram que iam implantar aula de teatro, dança, desenho, pintura. E aí a comunidade reagiu: ‘como assim, como assim? Vocês não perguntaram o que queríamos. Como assim vocês vão chegar e vão colocar? Vai colocar por quê? Não, não é assim. Não foi isso que ficou decidido nas reuniões, a gente participou do estatuto, a gente fez o estatuto, a gente

---

<sup>133</sup> Entrevista realizada com Carlos Antônio Moreira (Marrom), citada anteriormente.

montou o estatuto; e o estatuto rege que primeiro a gente seja perguntado. Como você vai chegar e vai colocar?'. Aí eles: 'não, mas é por enquanto, só para fluir'. 'Ah, mas vocês não imaginem que a gente vai engolir o que vocês querem goela abaixo'. Então foi aí que chegou a oficina de capoeira, porque a galera cobrou a capoeira. E quando disse que capoeira não poderia vir por tais e tais motivos, aí a galera foi lá e disse: 'não, mas vocês chegaram aqui e enfiaram aquelas oficinas garganta abaixo', porque a comunidade fala assim com eles, 'enfiaram garganta abaixo e agora você está dizendo que não tem como trazer a capoeira? A gente quer, então tire suas oficinas'. E aí a capoeira veio, porque foi um pedido da comunidade. Teve o ballet, que a gente não tinha, a Cidade Nova tem, o Jardim Acácia tem... E aí galera assim: 'eu quero ballet. Te pedi ballet e você nunca trouxe', fez até abaixo assinado. Aí o ballet chegou. Só que o ballet baby. E as outras mães agora, com crianças maiores? Aí as outras mães agora estão cobrando [...]<sup>134</sup>

O caso explicitado por Ana Alice denota a importância da institucionalização na legitimação do programa e para fazer cumprir a proposta de gestão compartilhada, muito embora se saiba hoje que a mera institucionalização de projetos, programas e políticas não é garantia absoluta, sendo necessários outros pactos e iniciativas em paralelo.

Por fim, é válido citar ainda o artigo 25, no qual é listado um conjunto de atribuições que competem aos membros do grupo gestor com o intuito de garantir a gestão compartilhada, o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das atividades. Alguns exemplos dessas atribuições são: articular-se com outras instâncias de participação popular do município; planejar, executar e apoiar a execução da programação da Praça; e realizar o balanço financeiro do ano anterior, bem como o planejamento orçamentário para o ano seguinte. Sobre esse último item, é relevante sublinhar que todos os entrevistados representantes da sociedade civil disseram não ter acesso a tais informações sobre a Praça CEU e que não participavam dessas decisões, o que aponta para os limites do Estatuto e de seu cumprimento.

<b>Estatuto do grupo gestor   Art. 25 - Ao Grupo Gestor do CEU compete:</b>	
I - Garantir a gestão compartilhada, na forma de:	a) Garantir o envolvimento da comunidade nas atividades do CEU;
	b) Articular-se com as demais instâncias de participação popular do município;
	c) Articular-se com demais Políticas, Programas e Ações das esferas federal, estadual e municipal;
	d) Divulgar amplamente para a comunidade as atividades do CEU, bem como as relativas ao trabalho do Grupo Gestor.
II - Garantir o planejamento, a gestão e a avaliação das atividades, na forma de:	a) Deliberar sobre as diretrizes, estratégias e prioridades do equipamento;
	b) Planejar, executar e apoiar a execução da programação do equipamento;

<sup>134</sup> Entrevista com Ana Alice Vitório, já citada anteriormente.



	<p>c) Realizar o balanço financeiro do ano anterior, bem como o planejamento orçamentário para o próximo ano;</p> <p>d) Pesquisar os atores locais (pessoas, lideranças locais, equipamentos e instituições do município, que se localizam próximos ao CEUs, e tenham participação ou potencial de participação nas atividades do equipamento) para produzir o Mapeamento do Território de Vivência (mapeamento dos atores locais do entorno do CEU);</p> <p>e) Buscar parceiros institucionais a fim de agregar esforços e garantir o pleno funcionamento do equipamento; e</p> <p>f) Preencher e atualizar as informações solicitadas no Sistema de Gestão, incluindo a programação, o balanço financeiro, o planejamento orçamentário, os atores locais e os parceiros institucionais e as demais informações previstas no Sistema de Gestão.</p>
III - Competirá ao Grupo Gestor, de forma adicional:	<p>a) Instituir, no âmbito do Grupo Gestor, Grupos de Trabalho e Comissões para a formulação de propostas sobre assuntos específicos a serem deliberadas em reuniões ordinárias, reuniões extraordinárias e/ou assembleias gerais, conforme art. 23°;</p> <p>b) Emendar o Regimento Interno e o Estatuto do Grupo Gestor, quando for o caso, mediante reunião com a presença de no mínimo 2/3 (dois terços) dos membros do Grupo Gestor;</p> <p>c) Assegurar o cumprimento do Regimento Interno do CEU, garantindo que suas finalidades e objetivos sejam respeitados.</p>

Quadro 14 – Trecho do Estatuto do grupo gestor – Art. 25  
 Fonte: FEIRA DE SANTANA, 2017d.

### 3.2.2.3 Regimento interno das Praças

O segundo documento elaborado diz respeito ao Regimento interno da Praça, que estabelece parâmetros e normas de funcionamento e uso dos equipamentos dispostos nas dependências do CEU. Assim como ocorre com o estatuto, não há diferenciação entre os regimentos de cada uma das Praças<sup>135</sup>.

Com oito capítulos e 24 artigos, o Regimento também destaca o caráter participativo e plural do programa CEU. No capítulo II, que trata da gestão da Praça, o Art. 6 registra os seguintes princípios:

Art. 6º - A gestão do CEU será orientada pelos seguintes princípios: I) Tomada de decisões de forma coletiva; II Participação da população, por meio

<sup>135</sup> A única distinção entre os documentos está no Artigo 22, no qual a Praça do Aviário define que menores de 10 anos deverão estar acompanhados dos pais ou responsáveis nas atividades em que não haja monitor. As Praças Cidade Nova e Jardim Acácia estabelecem esse limite a partir dos 12 anos.

das organizações da sociedade civil representativas da comunidade local; III) Democratização e circulação de informações; IV) Acompanhamento e avaliação permanente da unidade (FEIRA DE SANTANA, 2017d).

O capítulo IV, composto por dois artigos, trata sobre a transparência e divulgação de informações. O Art. 12 reza que as informações que envolvem a gestão da Praça, a exemplo de recursos orçamentários, quadro de funcionários, atas de reuniões deliberativas e assembleias realizadas pelo grupo gestor, devem ficar disponíveis para consulta pública nas dependências da própria Praça. No entanto, esse artigo não é cumprido em sua totalidade pelas Praças de Feira de Santana. Quando realizei a primeira visita à cidade e seus CEUs, em novembro de 2017, para um levantamento inicial de informações e registro fotográfico dos empreendimentos, conversei com alguns funcionários e membros dos grupos de gestão e solicitei acesso às atas de reunião e fomos informados que estavam em posse do então coordenador geral, Amarildo Costa. Esses documentos não estavam nas Praças como indica o Regimento, tampouco foram disponibilizados para consulta. Em outros dois momentos, voltei a solicitar acesso a tais documentos, em maio de 2019, quando entrevistei os gestores da FUNTITEC, e no segundo semestre daquele ano, durante os meses de trabalho de campo, e a resposta foi a mesma que me foi dada em 2017 – que os documentos não estavam nas Praças, e sim com a coordenação geral.

O segundo artigo do referido capítulo diz respeito a divulgação das atividades realizadas na Praça, que devem ser publicizadas de forma ampla e transparente para a comunidade local. Durante o trabalho de campo verifiquei que era comum a programação estar afixada em murais e paredes das Praças, com instruções de como se inscrever e participar, conforme orienta o Art. 13. Era comum também observar carro de som transitando nas ruas em torno da Praça anunciando a programação da semana.

Art. 13 - A programação do CEU, com informações sobre eventos, cursos e atividades a serem realizadas, serão amplamente divulgadas para a comunidade local, ficando afixada em locais de fácil visualização dentro do CEU como murais e, quando possível, no site do município (FEIRA DE SANTANA, 2017d).

O Regimento trata ainda de temas como as atividades, os equipamentos e os usuários das Praças. Em relação às atividades, está definido que as ações realizadas precisam ser abertas ao público, sendo vetada a cobrança de entradas. A comercialização de alimentos e produtos só é permitida nos casos de eventos como feiras, shows e festas. Porém, o documento é omissivo sobre a quem compete essa organização e liberação, principalmente quando envolve bebida

alcoólica, embora Hemérito Neto, ex-Coordenador da Praça CEU Jardim Acácia, tenha afirmado em seu depoimento que a anuência é dada diretamente pela coordenação da Praça.

Olha, no regimento fala que qualquer comercialização só pode acontecer em períodos de eventos em que haja uma anuência, uma autorização da coordenação. Agora, por questões educativas, não é interessante que você faça uma atividade em que as pessoas estejam ali bebendo cerveja ou consumindo álcool. Agora, ao redor da Praça, quando há um evento, as pessoas montam sua barraca para vender. Com anuência e conhecimento da coordenação, para que [ele monte ali seu isopor], venda seu churrasquinho, não deixe de vender um álcool<sup>136</sup>.

Os equipamentos que compõem a Praça são de acesso público e de uso comunitário, destinados a atividades específicas, de acordo com sua natureza, a saber: cineteatro; biblioteca, videoteca e brinquedoteca; sala de inclusão digital (telecentro); sala multiuso; CRAS; quadra poliesportiva; e pista de skate.

<b>Art. 16 - Equipamentos das Praças CEU e suas destinações</b>	
Cineteatro	Espaço destinado à exibição de filmes, ensaios e apresentações teatrais e musicais, bem como para a realização de encontros, reuniões, cursos de capacitação e oficinas. Entre as ações e atividades previstas incluem-se a exibição dos acervos do Laboratório Multimídia, Biblioteca, cineclubes e outras produções locais;
Biblioteca, videoteca e brinquedoteca	Espaço destinado ao atendimento, por meio do seu acervo, áreas e serviços, dos diferentes interesses de leitura e informação da comunidade, colaborando para ampliar o acesso à informação, à leitura e à cultura;
Sala de Inclusão Digital (Telecentro)	Espaço para promoção da inclusão digital, realizada por meio de cursos e treinamentos com uso de computador e internet, bem como com o uso livre em horários que não estejam sendo realizadas atividades de formação. Entre as ações e atividades previstas incluem-se a leitura de documentos digitais e em outros formatos, a criação de ambientes virtuais de comunicação e a universalização de coleções que compõe o patrimônio cultural local;
Sala Multiuso	Espaço destinado à realização de encontros, reuniões, oficinas, cursos de capacitação, ensaios e apresentações teatrais e musicais;
CRAS	Espaço da unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social que oferece serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);
Quadra poliesportiva	Espaço destinado à aula e à prática esportiva, bem como ao uso livre em horários que não estejam sendo realizadas atividades programadas;
Pista de skate	Pista destinada à prática de skate, patinação e práticas esportivas afins.

Quadro 15 – Trecho do Regimento - Art. 16

Fonte: FEIRA DE SANTANA, 2017d.

<sup>136</sup> Entrevista com Hemérito Neto, já citada anteriormente.

O Regimento aponta que os equipamentos do CEU poderão comportar ações e atividades complementares, além das atividades específicas de acordo com suas naturezas, desde que estas estejam integradas aos seus distintos espaços e às políticas públicas a eles direcionadas.

O rigor previsto no Regimento em relação à definição das possíveis atividades a serem realizadas nas dependências das Praças objetiva evitar a sua desvirtuação, uma vez que era comum pedidos de uso dos equipamentos para a realização de eventos particulares, como festas de aniversários e chá de fraldas, conforme o depoimento Hemérito Neto.

Inicialmente algumas pessoas não entenderam o objetivo da praça, pensaram em fazer festas: chá de fralda, festas de aniversário... Então nós explicamos que regimentalmente isso não era possível, porque o regimento foi aprovado com anuência da comunidade, e não era possível a gente fazer um aniversário particular aqui, um chá de fraldas. Embora o espaço seja público, não tem objetivo de ser um centro de convenção para esse tipo de evento social. No início, houve algumas resistências, mas nós conseguimos transpor, conseguimos conscientizar as pessoas<sup>137</sup>.

O exemplo relatado por Neto ratifica como a institucionalização contribui para a garantia do cumprimento dos objetivos das Praças. Possivelmente, sem a normatização dos usos a serem dados aos equipamentos, discutida e acordada coletivamente e publicada em diário oficial por meio de decreto municipal, a coordenação da Praça teria muito mais dificuldade em sustentar as funções originárias e prioritárias de cada dependência. Por outro lado, cabe registrar que a normatização pode também, em alguma medida, se conduzida de forma meramente legalista, ser um instrumento a cercear a possibilidade de usos e ocupações ditos inovadores, contra hegemônicos ou vanguardistas.

Aos usuários, o Regimento reserva direitos e deveres, além de lhes assegurar ampla liberdade de expressão e organização. A comunidade da Praça deve concorrer ativamente, respeitadas as decisões do grupo gestor e a legislação vigente.

Entre os direitos dos usuários estão: 1. acesso aos equipamentos; 2. acesso à informação sobre a gestão da Praça; e 3. participação nas atividades programadas.

Estão listados como deveres, por exemplo: 1. zelar pelo uso apropriado dos equipamentos; 2. acompanhar a administração do grupo gestor; 3. manifestar demandas da comunidade; 4. apoiar a realização de atividades programadas; e 5. propor novas atividades.

Apresentada como se deu a mobilização social e a consequente constituição dos grupos

---

<sup>137</sup> Entrevista com Hemérito Neto, já citada anteriormente.

de gestão e publicação do estatuto e regimento, no próximo tópico abordarei a atuação dos grupos de gestão e as percepções dos entrevistados sobre temas que envolvem as Praças, as comunidades e o poder público.

### **3.2.3 Grupos de gestão: pontos de vista e percepções**

De acordo com os depoimentos dos entrevistados, os grupos de gestão das Praças de Feira de Santana se mantiveram atuantes e mobilizados no primeiro ano de formação, quando ainda não havia sido oficialmente publicado em diário oficial, e assim permaneceram ao longo dos dois anos oficiais de mandato, entre dezembro de 2017 e dezembro de 2019. Com altos e baixos, com momentos mais ativo e outros mais retraído, de modo geral, os grupos buscaram constituir-se como importante instrumento na gestão das Praças. Mesmo após o término do mandato, alguns representantes permaneceram acompanhando a gestão e se posicionando sobre as definições de uso e programação das Praças, ainda tendo, em alguns momentos, suas opiniões e demandas reconhecidas pelo poder público local, como se verá mais adiante.

Os entrevistados trouxeram também diferentes perspectivas sobre a relação das comunidades com as Praças. Se, em um primeiro momento, havia certa desconfiança por parte dos moradores, à medida que o processo de mobilização social avançava se consolidava um sentimento de entusiasmo entre eles. As dificuldades impostas no decorrer do processo, no entanto, geraram algumas frustrações, permitindo observarmos os conflitos e as contradições implícitas nas relações entre os membros dos grupos de gestão e entre os grupos e o poder público.

Os próximos quatro subtópicos discutem como os membros dos grupos de gestão, representantes da sociedade civil e poder público, os coordenadores e ex-coordenadores das Praças e funcionários da administração municipal percebem e avaliam temas como a programação e as atividades realizadas nas Praças, a participação da comunidade e como as pessoas usam os equipamentos, a conservação e as medidas de segurança empreendidas e os treinamentos e capacitações ofertados aos envolvidos diretamente na gestão.

#### *3.2.3.1 Programação e atividades realizadas*

As atividades abrigadas nas Praças, sejam elas promovidas pela iniciativa do poder público e/ou da comunidade, foi um dos temas mais discutidos durante as reuniões de mobilização social e processo de elaboração do regimento e estatuto. No entanto, a inauguração das Praças, em julho de 2016, não representou necessariamente o início efetivo da programação. A primeira coordenadora do CEU Cidade Nova, Fátima Suely<sup>138</sup>, relata sobre esse momento inicial de funcionamento das Praças e afirma que a inauguração delas teria sido feita “a toque de caixa”, pois o Prefeito tinha prazo por conta da legislação eleitoral e ele desejava concorrer à reeleição no pleito de 2016. Muitos equipamentos não haviam sido instalados ainda, principalmente no cineteatro e telecentro, assim como não havia ainda uma proposta definida de programação. Naquele momento os grupos de gestão também não tinham sido oficialmente publicados em diário oficial, o que viria acontecer apenas em dezembro de 2017, embora os nomes estivessem deliberados antes mesmo da inauguração – pelo menos os representantes da sociedade civil e das entidades.

Laiane Alves<sup>139</sup>, coordenadora da Praça CEU Aviário, ratifica Fátima Suely, e afirma que as atividades, de fato, só começariam a ser implementadas a partir de 2018. O primeiro projeto foi o Arte de Viver – um conjunto de oficinas artísticas oferecidas pela FUNTITEC. Ao longo desse tempo de espera, segundo ela, os grupos de gestão se mantiveram permanentemente ativos, cobrando e acompanhando de perto a gestão das Praças.

Com o tempo, os projetos promovidos pela prefeitura foram sendo delineados, assim como a própria comunidade passou a solicitar acesso para a realização de eventos e atividades de seu interesse.

Em relação às atividades próprias promovidas pelo CEU Jardim Acácia, Laiane Alves<sup>140</sup> cita, por exemplo, o projeto de contos, no qual toda a sexta-feira a pedagoga da Praça contava histórias na biblioteca, a partir de algum livro do próprio acervo. Além disso, ela utilizava os filmes disponíveis para realizar sessões de cinema e em datas comemorativas ao longo do ano, como Dia da Árvore, Dia do Livro etc., sempre havia alguma programação especial em que os contos se integravam a outras áreas, como esporte e saúde, principalmente.

No que diz respeito à Praça CEU Aviário, Laiane Alves destaca as atividades de educa-

---

<sup>138</sup> Entrevista realizada com Fátima Suely Barbosa da Silva Correia, primeira coordenadora da Praça CEU Cidade Nova, em 28 de setembro de 2020, por meio de videochamada pelo Teams, conduzida pelo autor.

<sup>139</sup> Entrevista realizada com Laiane Alves, citada anteriormente.

<sup>140</sup> Laiane Alves, antes de se tornar coordenadora da Praça CEU Aviário, trabalhou como assistente administrativa da coordenação geral na época de Amarildo Costa, o que lhe permitiu acompanhar de perto a gestão das três Praças.

ção física realizadas nas quadras e demais áreas externas, onde são oferecidas aulas de funcional, baleado, ginástica rítmica e futsal, com turmas para público idoso, adulto, juvenil e infantil. Ela cita ainda as contações de histórias e exibição de filmes que acontecem na biblioteca e as oficinas do Arte de Viver promovidas no cineteatro. Sobre esse último, a comunidade do Aviário costuma ser bastante exigente, cobrando da prefeitura participação na definição do tipo de oficinas a serem ofertadas. Um exemplo emblemático citado por quase todos os entrevistados diz respeito a solicitação do grupo gestor do Aviário para a criação de turmas de *ballet* para a primeira infância, uma vez que era disponibilizado nas demais Praças e também era uma demanda grande de mães e pais do bairro. Depois de muita negociação, o pedido foi acatado pela FUNTITEC e as turmas implementadas.

De modo geral, as oficinas do Arte de Viver eram bastante procuradas nas três Praças. Fátima Suely atesta, inclusive, a qualidade do trabalho realizado pelos professores do projeto, muitos deles com atuação em outras escolas particulares da cidade. Para ela, isso demonstrava o cuidado e atenção com o público-alvo dessas atividades, a maior parte composta por pessoas vivendo em vulnerabilidade social e econômica que eram atendidas por outros serviços prestados no CRAS da Praça.

E outra coisa: os professores eram de academias daqui de Feira. A professora de balé, do balé baby, era professora da minha filha numa escola particular, numa academia particular. Então, assim, eu sabia da qualidade, né? E ver aquilo chegar para pessoas que às vezes não tem condições de pagar, de tantas situações, então casou muito bem. De certa forma, o nosso grande público nessas oficinas é justamente o pessoal que é atendido pelo CRAS, porque vêm pessoas de distritos, pessoas de outros bairros longe, que são agregados justamente a essas atividades. E essas atividades a gente sempre teve o cuidado de fazer como oficina, algo prático, que finalizasse ao término do semestre<sup>141</sup>.

Laiane Alves pontua também que o único equipamento da Praça que não conseguiram colocar para funcionar foi o Telecentro, mesmo com a presença de dezesseis computadores. Segundo ela, os equipamentos não funcionavam porque “as tomadas foram feitas todas no chão, e quando chove, além de escorrer água pelo telhado, ainda fizeram um negócio não nivelado e aí a água entra por baixo da estrutura de vidro e alaga a sala”. Ela alega que o problema não era do projeto arquitetônico disponibilizado pelo MinC e sim, da construção: “Foi a empreiteira que fez errado”. Para completar, “os computadores não vieram com a anteninha de internet embutida neles. Então era mais outra despesa, outra coisa para se gastar, que são as antenas

---

<sup>141</sup> Entrevista com Fátima Suely, citada anteriormente.

externas”. Essa situação do telecentro é semelhante nas outras duas Praças da cidade.

Na Praça CEU Cidade Nova, as ex-coordenadoras Fátima Suely e Lay Ribeiro<sup>142</sup>, destacam os projetos de arte educação Leiturinha no CEU, uma iniciativa voltada ao público infantil que já estava na Praça para participar das oficinas do Arte de Viver e eram convidadas para antes ou após o término da aula a assistir uma contação de história realizada na biblioteca. Nessa oportunidade era apresentado o acervo disponível e incentivado a consulta do material.

Além das oficinas da Fundação [FUNTITEC], a gente tinha um projeto muito bonito, que era levar as crianças para conhecer o conceito de uma biblioteca, porque muitas não tinham a ideia, nunca tinham visitado uma biblioteca, e isso a gente desenvolveu um projeto também para apresentar a biblioteca à comunidade. O projeto trazia as crianças e jovens que participavam das oficinas ligadas a Fundação, eram 10 oficinas, também para conhecer e explorar a biblioteca<sup>143</sup>.

Lay Ribeiro relata ainda que a Praça também desenvolveu bastante a parte de esporte, que no início era apenas uma ação pontual pela manhã até ser ampliada para vários tipos de atividades físicas ao longo da semana, voltada para públicos de diferentes faixas etárias.

De acordo com Danilo Cerqueira<sup>144</sup>, sucessor de Lay Ribeiro na coordenação da Praça CEU Cidade Nova, havia 240 pessoas matriculadas em cursos e oficinas nas áreas de artes e esportes, no início de 2020, o que demonstra em alguma medida a grande procura pelas ações ofertadas. No entanto, com a pandemia houve uma drástica redução no número de turmas e no quantitativo de alunos por causa do protocolo sanitário local que impunha um distanciamento mínimo de dois metros de distância entre as pessoas.

Apesar das atividades culturais, esportivas e assistenciais ofertadas, Hemérito Neto diz que a procura por capacitações e aperfeiçoamentos laborais eram muito comuns e uma exigência permanente da comunidade do Jardim Acácia. O mesmo acontecia em relação a Praça CEU do Aviário. Neto contou que no início a Praça chegou a ofertar cursos profissionalizantes voltados para o mercado de trabalho promovido pelo Centro Integrado de Capacitação e Apoio ao Adolescente e Família Gilda Melo (Cicaf), órgão da SEDESO: curso de atendente de farmácia e de auxiliar administrativo. Mas, devido a questões burocráticas, não exemplificadas por ele, foram suspensos e não mais aconteceram. Todavia, ele defende o retorno dessas ações.

---

<sup>142</sup> Entrevista realizada com Lay Ribeiro, segunda coordenadora da Praça CEU Cidade Nova, em 14 de setembro de 2020, por meio de videochamada pelo Teams, conduzida pelo autor.

<sup>143</sup> Entrevista com Lay Ribeiro, citada anteriormente.

<sup>144</sup> Entrevista com Danilo Cerqueira, citada anteriormente.



A questão dos cursos profissionalizantes voltados para o mercado, isso é de suma importância e a comunidade sempre cobra. Inclusive até no planejamento eu coloquei que nós deveríamos buscar parcerias com o Sistema S, como forma de propiciar qualificação para o mercado de trabalho, isso é muito importante<sup>145</sup>.

No que diz respeito às atividades realizadas pela iniciativa da sociedade civil, na Praça CEU Jardim Acácia, Neto explica, por exemplo, que qualquer pessoa pode solicitar o uso das dependências da Praça por meio de um formulário coletado na sala da coordenação. O documento deve ser preenchido pelo solicitante indicando informações sobre o evento que se deseja realizar. Neto alerta, no entanto, que em caso de descumprimento de alguma regra, há aplicação de sanções, que pode gerar a suspensão por tempo determinado de pedidos futuros realizado pelo mesmo solicitante. Para ele, isso contribui para que haja maior cuidado com o espaço e também de tornar a “utilização mais isonômica, não haver privilégios, que todos utilizem o espaço de forma democrática”<sup>146</sup>. Quando questionado se a aprovação da solicitação para realização de atividades era submetida ao grupo de gestão, Neto disse que a deliberação era feita unicamente pela coordenação.

Fátima Suely comentou que no CEU Cidade Nova a cessão de uso dos equipamentos era mediante ofício. A solicitação deveria ser feita na última semana do mês anterior, quando a agenda era aberta para os pedidos. Havia um controle de quantas solicitações por mês cada usuário poderia fazer, pois a procura era grande.

Entre as atividades realizadas pela iniciativa da comunidade destacam-se os relatos de Ana Alice, membro do grupo gestor da Praça CEU Aviário, que contou com entusiasmo e contentamento sobre a realização de uma ação no Dia das Crianças. Segundo ela, a partir da mobilização da comunidade, foi realizado um bazar para arrecadar fundos, dinheiro este que foi revertido em brinquedos para as crianças do bairro. Diante do sucesso da ação, que já se encontra em seu quarto ano, deram continuidade ao bazar e mais brinquedos foram comprados para serem presenteados também no Natal. Além disso, a comunidade promove ainda o projeto Garota Primavera, também com a intenção de arrecadar fundos para presentear as crianças da região, que são em grande quantidade e vivem em situação de alta vulnerabilidade.

Deu muito certo, a gente continuou vendendo bazar e fazendo rifa, e a gente fez o nosso Natal. Ano passado... A gente já está no nosso terceiro Natal, a gente tem 4 anos... Terceiro Dia das Crianças, a gente tem quatro anos. O primeiro foi bem fraco, o segundo foi melhorzinho, o ano passado bombou. A

---

<sup>145</sup> Entrevista realizada com Hemérito Neto, citada anteriormente.

<sup>146</sup> Entrevista realizada com Hemérito Neto, citada anteriormente.

gente também conseguiu fazer dois eventos, um em 2018 e um em 2019, o Garota Primavera [...] E com esse dinheiro que a gente vem buscando e arrecadando da própria comunidade, a gente o converte em brinquedo para o Dia das Crianças e em brinquedo para o Natal.<sup>147</sup>

Outro destaque é abordado pelo professor Brito, membro do grupo gestor do CEU Cidade Nova, que cita a utilização da Praça pelas escolas do bairro para eventos culturais e gincanas. Segundo ele, como a procura era grande, foi criado como critério priorizar as cessões de pauta para as escolas municipais e estaduais e por último os colégios privados. No início houve questionamentos, mas depois as escolas teriam compreendido as determinações, conforme conta.

Brito revela ainda que 100% da programação da praça era sugerida pelo grupo gestor da Praça Cidade Nova, discutida e pensada em reunião. “Vai ter capoeira? Vai ter capoeira, vai ter isso, vai ter aquilo?” Pensávamos em ações para os idosos. Ações para datas comemorativas, como o São João, por exemplo, e como solicitar da Fundação para fazer uma arrumação aqui, colocar um palco e trazer atrações musicais”.

No que diz respeito à gratuidade, os entrevistados revelam que as atividades oferecidas nas Praças são sempre com entrada franca, estando em conformidade com o previsto nos documentos referenciais do Programa. Segundo Neto, no entanto, algumas ações “podem, a título de filantropia, pedir um alimento para ajudar uma entidade. Isso aí é possível, agora, cobrar não podem”, conforme vimos, inclusive, que é feito pela comunidade Praça CEU Aviário com vistas a arrecadação de fundos para atender a própria comunidade.

A seguir abordo como a comunidade se apropria dessas e de outras ações desenvolvidas nas Praças.

### *3.2.3.2 Participação da comunidade e modos de uso*

Entre os equipamentos mais procurados da Praça estão a quadra e o cineteatro. Segundo os coordenadores entrevistados, como a quadra é aberta e seu uso pode extrapolar o limite de horário que é dado aos “equipamentos fechados”, como biblioteca e cineteatro, por exemplo, as pessoas a utilizam muito mais, mas não apenas por isso. Durante o trabalho de campo pude

---

<sup>147</sup> Entrevista com Ana Alice, citada anteriormente.

atestar esse uso pelas comunidades, principalmente nas Praças Cidade Nova e Aviário, ainda mais na primeira. No final da tarde, próximo ao pôr do sol, as pessoas começam a circular, seja para um simples passeio ou para realização de atividade física, individual ou coletivamente.

No entanto, no início das atividades na Praça CEU Cidade Nova, a ex-coordenadora Fátima Suely revela que o público era bastante desconfiado e demorou um pouco a se aproximar e participar das atividades disponibilizadas.

Hoje, segundo o atual coordenador da Praça, Danilo Cerqueira, a comunidade frequenta muito o espaço e mesmo na pandemia esse uso permaneceu, a exemplo de atividades como vôlei, baleado, futebol, andar de skate, etc. Segundo ele, “o uso é diário, não fica um dia sem uso. O tempo todo tem gente na Praça, na quadra, na pista de skate, em todas as áreas abertas”.

Para Neto, a comunidade do Jardim Acácia também se apropria de todas as atividades que são disponibilizadas: “Nós só tivemos dificuldade de montar uma turma de futsal no turno da manhã, porque é a realidade do bairro”. Ele faz uma ressalva, no entanto, em relação a biblioteca, no qual acredita que poderia ser melhor utilizada se o acervo pudesse ser emprestado ao público, algo ainda por fazer pois depende da catalogação e implantação de um sistema informatizado. Nesse sentido, ele alerta sobre a dificuldade, apesar das parcerias que fazia com escolas, de promover a visitação e uso da biblioteca:

Embora o equipamento possua um acervo variado: infantil, livros pedagógicos, livros técnicos, temos clássicos, temos um acervo bastante variado, o material é apenas para consulta, pois o sistema que permitiria empréstimos de livros ainda não foi implantado. Há uma certa dificuldade na questão da leitura, as pessoas, principalmente nessa era tecnológica, não têm esse hábito. Então por ser uma biblioteca comunitária, sempre tenho dito isso, ao coordenador e às pessoas que lá trabalham, nós temos que criar atrativos, temos que atrair, já que ela é uma biblioteca comunitária. Nós estamos com projetos nesse sentido, para que as pessoas despertem o interesse em frequentar a biblioteca, já que ela é uma biblioteca comunitária e está à disposição para a comunidade.

Na Praça CEU Jardim Acácia há ainda dois grupos residentes que dinamizam o uso dos equipamentos: o grupo de capoeira Meninos do Eucalipto e a Escolinha de futebol Nova Geração. O primeiro é voluntário na Praça e atua por meio do CRAS, oferecendo aulas de capoeira para moderadores do bairro; o segundo é uma escolinha de caráter socioeducativa, também para moradores do bairro, que desenvolve aulas, torneios e campeonatos de futebol na quadra da Praça.

A instalação da Praça CEU Aviário foi bastante aguardada por Dilza Matos Garcia, que viria a compor o grupo de gestão após participar ativamente das reuniões de mobilização social antes da inauguração do espaço. Mãe de duas filhas, uma adolescente e outra criança, Dilza

narrou em seu depoimento a ansiedade em que ficou enquanto aguardava a abertura da Praça, pois vislumbrava ali uma oportunidade de entretenimento e ocupação do tempo livre das filhas, principalmente a menor. Em seu relato ela enaltece a importância da biblioteca, por exemplo, o quanto a entusiasmava ter em seu bairro, tão próximo de sua casa, um equipamento que apenas era possível encontrar no centro da cidade.

Por exemplo, para mim, assim, ter uma biblioteca no meu bairro, para mim é uma coisa maravilhosa, entendeu? Eu só ia em uma biblioteca se eu fosse no Centro da cidade. Eu só brincava no parque se eu fosse no Centro da cidade. Um teatro num bairro de periferia não [existe], você tem que ir para o Centro da cidade. Então, é uma diferença grande depois que a Praça veio.

Apesar da satisfação com a biblioteca e demais equipamentos, Dilza faz uma dura crítica à postura da comunidade a qual acredita subaproveitar as ações promovidas, o que comprometeria, inclusive, segundo ela, o compromisso do poder público na disponibilização das atividades.

E para você ver as pessoas na biblioteca é difícil. É uma coisa já cultural mesmo, uma coisa do bairro, da comunidade. As pessoas não aproveitam as coisas que são oferecidas. Não enxergam, assim, além. Por exemplo, muita gente da comunidade prefere ficar tomando partido da vida alheia. A Praça tem tantas coisas, tem um lado muito bom, tem professor de educação física muito bom, tem a biblioteca, tem nutricionista... Então essas coisas que vêm para a comunidade, as pessoas não dão muito valor. [...] A participação da comunidade que é falha, porque a praça oferece muita atividade e as pessoas não aderem. Por exemplo, atividade para criança de manhã praticamente não tem, porque as mães não mandam as crianças de manhã, o público maior da praça é a tarde, entendeu? Teve uma oficina uma vez de xadrez e não tinha público. [...] E aí não veio mais, né? Teve outro professor também que fazia também uma aula de percussão, a demanda também foi pouca. E outras atividades que também vieram, que a comunidade não aderiu. E aí você fica triste... agora eu acho que também não precisa trazer tanta coisa, porque se não tem a demanda, como é que eles vão colocar? A gente pede. Eu não estou dizendo que eles estão certos de não mandar, tem que mandar realmente, mas a comunidade também não adere muito.

Questionada sobre por que a comunidade não adere, Dilza diz não entender ao certo, mas que tem a impressão de as “pessoas não gostarem de participar dessas atividades culturais” e que “o pessoal da Praça faz o que pode para chamar a atenção da comunidade, mas a participação em relação às atividades é baixo”. Segundo ela, ultimamente, o movimento da Praça tem se concentrado no CRAS, por conta da atualização do Bolsa Família e cadastro para recebi-

mento do auxílio emergencial destinado pelo governo federal às famílias afetadas pela pandemia de Covid-19.

Em consonância com a fala de Dilza, sua colega de grupo gestor na Praça Aviário, Gilma Cordeiro Lopes também acha que os moradores poderiam participar mais: “Olha, participava, mas eu acho que as mães deveriam participar mais, porque tem muita gente aqui que está desempregado e dava para ir para a Praça. E não deixar muito as crianças à toa, botar as crianças nos projetos”. Nas palavras dela: “A gente tem uma bênção dessa nessa comunidade, mas nem todo mundo dá valor, porque é uma coisa, é uma cultura, tem a biblioteca para os nossos filhos lerem, tem mãe que não liga, preferem as crianças à toa. [...], prefere deixar à toa, eu fico revoltada”.

Gilma acredita que os moradores não se interessam porque “gostam mais de participar da vida dos outros do que tentar crescer”. Ela diz acreditar nas oportunidades que podem ser geradas a partir das atividades que são realizadas nas Praças, exemplifica, inclusive, citando as possibilidades que aulas de teclado podem gerar na vida de uma criança ou adolescente do bairro.

uma criança em uma aula dessas de teclado, ele vai crescer futuramente. A gente pensa que é uma besteira, mas a criança pode pegar o gosto pela música e depois crescer... Aí vem a pintura... tem cada criança que faz cada desenho... além de ser uma terapia para a mente da criança. Aí tem o balé... elas não ligam. Tinha uma aula também que fazia parte do CRAS, que é na Praça também, a percussão. Tem muita coisa boa que podem gerar outras oportunidades para a criança, só que elas não enxergam isso. Aí depois fica chorando.

Indagada se havia algum trabalho por parte do grupo gestor ou da prefeitura de sensibilização dessas mães para que estivessem mais presentes nas atividades das Praças e a resposta de Gilma foi que “já teve, a gente fazia reunião, chamava, mas desistimos”.

Os depoimentos de Dilza e Gilma evidenciam que a mera oferta de atividades não é garantia de adesão da comunidade sem que haja ações de mediação que busquem enfrentar as diversas barreiras que distanciam as pessoas de determinadas práticas e hábitos culturais. Os relatos remetem também a questionar sobre o cumprimento de um dos eixos centrais do Programa CEU, que é o estabelecimento de uma programação que dialogue com os interesses e demandas locais. Por exemplo, Gilma diz ainda que quando as atividades são de formação ou capacitação laboral a procura é maior e, em geral, “as vagas esgotam e muitos ficam de fora”. O que sugere que a busca por emprego é a prioridade de muitas dessas famílias. A gestão da Praça precisa considerar esse fato e incluir essa demanda em seu planejamento.

Embora Ana Alice, também membro do grupo gestor da Praça Aviário, concorde que a comunidade poderia aproveitar melhor algumas atividades, ela destaca que há um uso permanente e muito respeitoso dos moradores em relação a Praça e as regras estabelecidas no Estatuto. Para atestar isso, ela conta, por exemplo, que logo após a inauguração da Praça, alguns consumidores de drogas ilícitas circulavam e usavam alguns espaços, mas que eles mesmos se organizaram e estabeleceram que aquele local não poderia ser utilizado para o uso de substâncias dessa natureza.

Você não vê lixo jogado aqui, você não vê os meninos usando droga na praça. Logo quando inaugurou eles usavam, a gente sentou com eles e conversou, que tinha crianças que faziam atividades, fazia balé, tinha idosas, então ficava uma coisa chata, e ali tinha muitas câmeras, até que terminava vindo a polícia o tempo todo. Então eles mesmos decretaram uma lei que não pode ser usado isso na praça, e eles não usam na praça, eles respeitam. Aqui tem, como em qualquer outro lugar tem, mas... Sabe, é uma coisa assim, eu acho bem bacana, eu acho isso super legal, eles respeitarem esse espaço e tal, essas coisas.

No que diz respeito ao poder público, Ana Alice é mais crítica. Ela considera a prefeitura negligente por conta dos inúmeros problemas estruturais, inclusive, apontados por ela antes mesmo da inauguração da Praça, ou gerados por falta de manutenção preventiva e corretiva dos prédios e equipamentos técnicos existentes. A seguir tratarei mais detalhadamente sobre esses e outros pontos que envolvem a conservação e medidas de segurança dos empreendimentos.

### *3.2.3.3 Conservação e medidas de segurança*

A manutenção e a segurança da Praça também foram questões abordadas nas entrevistas e revelam preocupações e relatos indignados, além de acusações mútuas entre comunidade e poder público.

Cristiano Queiroz, atual coordenador geral das Praças, alerta para as dificuldades que as prefeituras têm de garantir a manutenção regular, preventiva e corretiva, de todo o maquinário técnico, da parte civil e dos espaços abertos, como as quadras, banheiros, áreas verdes etc. Para ele, o elevado custo para manter a conservação do espaço é um dos principais desafios da gestão municipal. As Praças têm uma estrutura predial e equipamentos de sonorização, iluminação, projeção, além de acervos (livros, filmes, revistas etc.), que exigem cuidados especializados permanentes o que torna a sua sustentabilidade uma questão a ser resolvida no âmbito municipal.

Segundo ele, a Praça do Aviário hoje é a mais debilitada, necessitando de intervenções de requalificação. Em relação ao CEU Jardim Acácia e Cidade Nova, ambas estão melhor conservadas a espera de serviços de pequeno porte, como pintura e reparos nos alambrados das quadras e outras estruturas.

A gente conseguiu fazer [serviços de manutenção] no Jardim Acácia e na Cidade Nova [...]. Na Cidade Nova é só a pintura predial que precisa ser refeita – teve muitas pichações e tudo do próprio pessoal que frequenta a Praça. Mas hoje, por exemplo, se você for na Praça do Jardim Acácia, são coisas pontuais, tipo um banco de cimento que quebrou e precisa fazer a reposição, a quadra que a gente precisa trocar o alambrado, por exemplo, então são coisas bem pontuais que a gente tem para resolver no Jardim Acácia hoje. A mais debilitada de fato, que a gente começou um processo de revitalização total mesmo, é a do Aviário. Pintura, mais a capinação, tudo, a gente já mandou, vamos consertar os parquinhos agora de todas as praças. E a minha pegada agora é organizar as quadras, que é o alambrado, essas coisas que foram se deteriorando com o tempo, o desgaste do uso, a comunidade também que depredou um pouquinho.<sup>148</sup>

Ainda sobre a conservação da Praça Aviário, a representante da sociedade civil, Dilza Matos Garcia, que foi entrevistada no dia 17 de outubro de 2020, afirmou que até dois dias antes uma pequena reforma no CRAS havia sido realizada: pintura e pequenos consertos, ao menos o que era visível, segundo ela. No entanto, outras demandas estruturais tão ou mais urgentes nos demais equipamentos da Praça não haviam sido realizados até então, confirmando o depoimento de Cristiano Queiroz. Sobre essas demandas ela reclama que

ajeitaram o CRAS todo, pintaram, ajeitaram tudinho. Mas o outro lado, que é a quadra e cineteatro não fizeram ainda. E aí a gente está aguardando para ver se vem alguém, porque não são dois equipamentos, o CRAS está dentro da Praça, então tem que reformar a Praça também. A gente está esperando, né? Disseram que iam fazer, terminaram o CRAS antes de ontem e aí nós estamos aguardando para ver se eles vão fazer. Nós esperamos que eles consertem tudo que está faltando na Praça<sup>149</sup>

Como a Praça está sob a guarda da SEDESO, ao que parece apenas o CRAS foi objeto da referida reforma, mesmo após um ano da transferência de gestão. Cristiano Queiroz alega ter incluído as Praças no planejamento orçamentário da SEDESO a partir do ano de 2021, visto que quando a transferência de gestão foi realizada no final do ano de 2019, da FUNTITEC para o Desenvolvimento Social, o planejamento de 2020 já havia sido fechado. As pequenas intervenções que estão sendo feitas se dão a partir de recursos remanejados.

<sup>148</sup> Entrevista com Cristiano Queiroz, citada anteriormente.

<sup>149</sup> Entrevista com Dilza Matos Garcia, citada anteriormente.

Ana Alice, colega de Dilza no grupo gestor do Aviário, é mais contundente nas críticas no que diz respeito à manutenção da Praça, a qual afirma estar em situação precária e sem manutenção, em suas palavras: “caindo aos pedaços”. Ela comenta, inclusive, que a comunidade não queria deixar a Praça ser inaugurada, porque ainda faltavam muitos ajustes e/ou complementações na obra, mas a Prefeitura, por meio do coordenador geral da época, Amarildo Costa, interveio e os convenceu que a conclusão da obra seria feita na sequência a inauguração. Porém, ela diz que os ajustes não foram feitos e alguns serviços teriam ficado pelo caminho, a exemplo da grama que ficou inacabada, da pintura de algumas paredes que não foi terminada e da não instalação dos equipamentos de sonorização e iluminação do cineteatro.

Questionada se ela tinha conhecimento de problemas estruturais com as obras das outras duas Praças, Ana Alice afirmou que também houve uma série de questões, mas que as mais graves foram no bairro do Aviário: “O do Jardim Acácia teve alguns problemas, mas foi resolvido. A Cidade Nova foi a que menos deu problema, e o que teve foi resolvido. Mas a Praça que está em pior situação é a do Aviário, não sei se por conta da discriminação”. Foram empreiteiras diferentes que construíram as Praças. Apesar da desconfiança de um possível preconceito com o bairro do Aviário, Ana Alice reitera que é o CEU com menor índice de vandalismo e assaltos.

Mas a praça que menos acontece vandalismo é do Aviário, sabe? É a praça que... Não porque eu moro aqui que eu estou querendo defender, mas se você for na Cidade Nova, o professor foi roubado lá, sabe? Se você for no Jardim Acácia, teve assalto lá. E aqui quatro anos ninguém nunca tirou nada do lugar. Acontece de riscar uma parede, de chutar bola na parede, que eu acho que isso é normal, mas tudo que foi colocado está aí. Mas eu acho que há sim uma discriminação por ser o Aviário, por ser considerado violento, e eu acho que teria que ser diferente, eu acho que por eles considerarem violento, eu acho que eles deveriam ter uma visão melhor, sabe, tentar colocar o melhor, tentar trazer a cultura para esse lugar que é tão marginalizado, tão desfavorecido na visão deles. Eu acho que eles deveriam trazer o que eles achassem de melhor para essa comunidade tentar manter o melhor possível<sup>150</sup>.

Dilza Garcia faz o mesmo desabafo sobre a comunidade: “em relação à conservação do espaço, a comunidade é nota 10, né? Eu moro em frente à praça, e cada um limpa sua parte, faz o dever de casa direitinho. A comunidade cuida, entendeu? Tanto que aqui as janelas são todas de vidro, ficaram computadores lá à vista e nunca teve problema, a comunidade é tranquila, cuida”.

Os cuidados dispensados pela comunidade à Praça sempre foi um tema debatido em

---

<sup>150</sup> Entrevista com Ana Alice, citada anteriormente.



torno do Programa CEU. Luís Augusto Oliveira, diretor de atividades culturais da FUNTITEC, recorda quando participou de uma reunião, em 2015, na cidade de Itaberaba, uma das primeiras cidades baianas a inaugurar um CEU; uma das discussões pautadas dizia respeito à necessidade de murar e de colocar guarita na Praça. Embora ele reconheça que essa não é a concepção original do Programa, a dúvida sobre a segurança dos equipamentos e usuários é um tema recorrente e a instalação de muros, grades e/ou cercas sempre surge como proposta de solução.

[A Praça] Funciona e eu digo até que funciona, para mim, de forma surpreendente, por quê? Em 2015, quando eu fui, a primeira reunião que eu participei lá em Itaberaba, naquele momento a dúvida e a colocação que foi feita de forma até bem intensa pelo pessoal do CEU de Itaberaba era a necessidade de murar e de colocar guarita. Não é essa a origem, não é essa a concepção. Perde todo o conceito, porém você há de convir que há aí um conflito muito grande, porque você ter um espaço como aquele todo envidraçado, com equipamentos caros, porque a estrutura do teatro, por exemplo, a estrutura de som e iluminação que está instalada ali é cara. E é cara. E até eu diria superior até à própria necessidade, porque tem tanta caixa de som, que daria para dividir até com outro espaço. Então é muito equipamento e aí como você vai gerir? Temos biblioteca, temos computadores, telecentro, que funciona e aí, como é que você protege isso? Esse é um problema, um problema que exige uma segurança patrimonial, porém está na gênese do CEU, o CEU é para ser dessa maneira e se a comunidade não cuidar, ele vai acabar. Aí é a própria comunidade controlando a comunidade, o que não é fácil, principalmente em locais em que há uma presença muito forte de facções e do tráfico de drogas <sup>151</sup>.

Indagado sobre o histórico de roubos, furtos ou depredações das Praças que justificasse medidas restritivas de acesso, Luís Augusto sinalizou que havia casos, mas “quando o problema é de natureza comportamental e etc., a própria comunidade ajuda a controlar”. Especificamente sobre a Praça Aviário, relatou que, “por exemplo, em relação as atividades do Programa Arte de Viver, ninguém quer trabalhar lá depois das 18h, por quê? Porque começa a ficar uma situação de... o risco aumenta muito”, confirmando a imagem de bairro violento que marca aquela região da cidade.

No entanto, na Praça Cidade Nova, a que se encontra em um bairro com mais estrutura urbana e é menos vulnerável social e economicamente, as “depredações”<sup>152</sup> que aconteciam logo no primeiro ano de funcionamento fizeram com que o grupo gestor local convocasse uma reunião para discutir o assunto e ponderar sobre a possibilidade de cercar a Praça, de acordo com as memórias de Fátima Suely, ex-coordenadora daquele CEU.

<sup>151</sup> Entrevista realizada com Luís Augusto Oliveira, citada anteriormente.

<sup>152</sup> Vale registrar que Fátima Suely está chamando de depredação as pichações que eram feitas ao longo de todo o tempo em que ela esteve como coordenadora da Praça. Segundo a Lei 9.605/98 no artigo 65, as pichações fazem parte dos crimes contra ordenamento urbano, patrimônio cultural e meio ambiente.

Como eu te falei, num primeiro momento, logo no início, as famílias até ficavam um pouco receosas de ir à praça por essas questões de saber que ali tinham pessoas que fumavam droga, de como seria aquilo, de não se sentirem seguras. Porém, eu creio que com a gestão compartilhada e com a presença do grupo gestor, que são pessoas da sociedade civil, de certa forma isso foi quebrado. Eu não lhe digo que completamente, porque, por exemplo, ainda tinham pessoas que insistiam em depredar a praça, em quebrar algumas coisas que estavam ali, até porque é uma praça aberta. Chegou-se inclusive a ventilar a questão de cercar a praça num primeiro momento [...]. Me lembro bem que foi uma reunião geral do grupo gestor da Cidade Nova, onde se discutiu até essa proposta, porque a gente via ali muita vidraça, tudo muito aberto no sentido de que a gente tem... e a gente ficava pensando: ‘meu Deus, e se o povo começar a quebrar?’, ‘e se roubarem os equipamentos?’. A gente tem muita pichação na praça [...]<sup>153</sup>.

Apesar de o tema ter sido levantado pelo grupo gestor, Fátima se diz contra qualquer iniciativa que cerceie a circulação e liberdade das pessoas pela Praça, mesma posição que o grupo teria chegado após as discussões. Ela defende que “educar as pessoas para o uso colaborativo e com responsabilidade” é mais efetivo do que proibir o acesso e diz que buscava incutir na equipe de funcionários da Praça a importância de dispensar um tratamento educado e empático à comunidade, “porque é a partir daí que a gente ganha as pessoas – não adianta ir com arrogância, né? Tem até um autor na educação que fala isso, de a gente não ir com práticas arrogantes”. Ela ainda conclui que a existência de um grupo gestor, que mobiliza a participação da sociedade civil em torno da Praça contribui no zelo e cuidado que a comunidade dispensa ao espaço.

‘a praça é nossa’, a praça não é do governo, não é de Fátima, a praça é nossa. Então eu acho que esse espírito de certa forma foi construído. Talvez tenha faltado dar seguimento a isso, mas com certeza sem essa estrutura de funcionamento [gestão compartilhada] a praça hoje já estaria no chão, tenho certeza disso. No chão no sentido mesmo literal, sabe? De completamente deteriorada”

Na Praça Jardim Acácia, o ex-coordenador Hemérito Neto lembra que logo após a inauguração havia a presença da Guarda Municipal fazendo o monitoramento de segurança e isso era “indutor de tranquilidade para os usuários”. Mas depois, segundo ele, por questões de contingente e número de efetivos, a Guarda Municipal não pôde continuar a atender a Praça e “isso foi prejudicial, porque as pessoas se sentiam inseguras e deixou de haver um certo respeito”. Ele defende o retorno dos guardas municipais, que na sua visão são mais preparados, ou

---

<sup>153</sup> Entrevista realizada com Fátima Suely, citada anteriormente.

então a contratação de segurança patrimonial terceirizada. No entanto, essa segunda opção é bastante custosa. Atualmente, o monitoramento da Praça é feito pela Secretaria de Prevenção à Violência (SEPREV) e por agentes de portaria, estes últimos sem qualificação e nem treinamento para coibir possíveis atos de violência.

Sobre medidas de restrição de acesso do público, Neto diz concordar com a instalação de grades em torno da Praça, indo de encontro aos documentos referenciais do Programa CEU. Essa posição contraditória do ex-coordenador nos leva a questionar sobre as capacitações e treinamentos oferecidos aos envolvidos no programa, tema do próximo e último subtópico.

#### *3.2.3.4 Treinamentos e capacitações*

O Ministério da Cultura, ao capitanear o Programa Praça CEU em âmbito federal, promoveu ao longo dos anos encontros que, entre outros intuitos, se propunha a ser um espaço de discussão e trocas de boas práticas de gestão das Praças de diferentes localidades<sup>154</sup>. A partir das entrevistas realizadas, consegui identificar ao menos três membros dos grupos de gestão que estiveram em alguns destes encontros, a saber: professor Brito, da Praça Cidade Nova, e Dilza Garcia e Ana Alice, da Praça Aviário. Não localizei ninguém da Praça Jardim Acácia que tenha participado de ações dessa natureza.

Dilza e Ana Alice participaram de um mesmo evento que foi realizado em Brasília, em 2015, que era destinado a apresentar o escopo do Programa Praça CEU a diversos representantes municipais, além de relatos de experiências de gestão compartilhada ou comunitária do Brasil e de outros países. A viagem foi custeada pela prefeitura e governo federal. No entanto, nem Dilza e nem Ana conseguiram se lembrar do nome do evento e tampouco o período exato em que foi realizado, mas a vivência foi marcante para ambas, conforme relatam.

Dilza, ao tomar conhecimento sobre as especificidades do Programa durante o evento, em um primeiro momento, acreditou que não seria possível aquele projeto ser implementado

---

<sup>154</sup> Os eventos e atividades já realizadas no âmbito do Programa foram: 1º ciclo de Seminários Regionais, realizado em 2011 e voltado aos representantes do Poder Público dos municípios contemplados com o Programa; Seminário Internacional, realizado em 2012; curso à distância de Gestão de Equipamentos Públicos em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, realizado em dois ciclos, entre 2012 e 2013; 2º ciclo de Seminários Regionais, realizado em 2013, que contemplou 40 municípios que estavam com as obras adiantadas; 1º Fórum de Gestores e Comunidades dos CEUs, realizado em 2014 na cidade de Natal-RN no âmbito do evento da Teia Nacional da Diversidade; Seminário Nacional de Capacitação para Gestores e Comunidades dos CEUs, realizado nos dias 2 e 3 de dezembro de 2014, em Brasília (MINC, 2015a).

em sua comunidade, no Aviário. Segundo ela, ao perceber como deveria ser a gestão da Praça, estabelecida a partir do diálogo entre os moradores do bairro e agentes públicos, pensou de imediato que “não vai dar certo”.

Mas, enfim, a gente viu mais ou menos como era, a gente ficou apaixonado de ver como era uma praça com uma biblioteca, um teatro, um telecentro, a gente tinha aquele sonho, mas a gente não pensava que ia conseguir, porque estava distante da gente, né? E aí, pronto, aí a gente voltou para Feira e começaram as reuniões para a gente dizer o que a gente gostaria que funcionasse na praça da comunidade. E aí foram várias reuniões, muita reunião, muita conversa, tanta conversa que você fala: ‘rapaz, vai ter só essa conversinha aí e nada vai andar’. Mas aí a praça ficou pronta, demorou, mas ficou pronta. Pra mim foi uma surpresa ver tudo se concretizar. Ter ido a Brasília, depois ter as reuniões, ver a construção acontecer e depois a inauguração. Olha que coisa... né? Tudo isso em um bairro de periferia, uma biblioteca, um teatro. Aquilo não era nossa realidade, porque eu moro no Aviário há muitos anos. Ter uma praça dessa nesse local, é muito bom.

Dilza ainda complementa com entusiasmo sobre o relato de experiência que ouviu acerca das bibliotecas de Medellín, na Colômbia, e o quanto a marcou o fato de aquela região ser tão estigmatizada pela violência como o Aviário, e como a implantação de um equipamento cultural contribuiu para melhorias significativas na comunidade.

[o evento] foi uma experiência maravilhosa, porque tinha pessoas de outros países lá, [...] falando outras línguas. E foram muitas palestras e eles nos mostrando como funcionava em outros países. Eles nos deram até um exemplo, eu me lembro desse exemplo, que tem um lugar, eu não me lembro se foi na Colômbia, que tem uma violência grande lá e que quando os traficantes iam pra biblioteca eles deixavam as armas na recepção. E a gente ficou: ‘meu Deus, o que é isso?!’. Aí a gente pensou: se lá funcionou, por que aqui não vai funcionar?

Apesar do exemplo bem-sucedido de Medellín, Dilza ainda se sentia descrente sobre a futura experiência da Praça em seu bairro. A descrença era porque “quando você mora na periferia, as coisas são muito diferentes. Você vive muito distante da realidade”. A desconfiança de Dilza não estava apenas no poder público, mas também na comunidade, a qual ela considera dar pouco valor para atividades culturais, por exemplo. Segundo ela, “para mim, ter uma biblioteca no meu bairro é uma coisa maravilhosa. E para você ver as pessoas na biblioteca é difícil. É uma coisa já cultural mesmo, uma coisa do bairro, da comunidade”.

Talvez Dilza esteja sendo demasiadamente dura com a comunidade e desconsiderando fatores importantes sobre práticas e hábitos culturais, a exemplo das barreiras simbólicas. De toda sorte, mesmo diante de dúvidas, após vislumbrar a inauguração da Praça e a criação do

grupo gestor, conforme previsto e apresentado ao longo do evento em Brasília, hoje ela diz acreditar muito mais na comunidade e no poder público: “eu acredito em tudo na minha comunidade com certeza. Se disserem, assim, hoje em dia, que vão colocar uma nave espacial aqui, eu viajo, eu vou junto. A Praça é uma conquista nossa. Nós que fazemos ela dar certo todo dia”. O depoimento de Dilza deixa transparecer o quanto a chegada da Praça naquela comunidade despertou sentimentos positivos de autoestima e dignidade, que possivelmente alcançou muitos outros moradores e usuários.

O professor Brito, do grupo gestor Praça CEU Cidade Nova, participou de um evento em Recife (PE), promovido pelo Ministério da Cultura, em 2018. Segundo ele, inclusive, houve um certo desconforto da sua participação, porque o grupo gestor em um primeiro momento teria acatado o nome dele, mas depois questionou por que a indicação do nome não foi deliberada pelo grupo, ao invés de ter sido definido pela prefeitura. Brito diz que a FUNTITEC o indicou sem consultar o grupo porque

a Fundação, vendo a minha habilidade de diálogo com o grupo e, principalmente, a conciliação, porque é um dos cuidados que a gente tem que ter. Se a gente se posicionar muito como oposição e se posicionar muito como cobrar, cobrar, cobrar, e não contrapor, se a gente não mostrar isso, acaba a gente sendo visto apenas como oposição, que não faz as coisas andarem. Então eu entendo que a leitura foi essa, eu fui então convidado, eu aceitei o convite, perguntei sobre a questão até do grupo, em relação a isso: ‘não, não, nós aqui recebemos uma carta para encaminhar alguém para lá, e a gente entende que, dentro do grupo gestor, nós temos a sua figura, professor, que está à frente, tal, tal, tal, e a gente acha... o senhor aceita?’. Eu aceitei, certo?

Apesar das justificativas, o próprio professor Brito demonstra não ter ficado à vontade com a situação e, em alguma medida, reconhece que o questionamento do grupo gestor foi pertinente e que a prefeitura se sobrepôs a algo que poderia ser deliberado no coletivo.

Sobre o evento, que ele também diz não se recordar o nome, mas que se tratava de mais uma ativação de Praças realizada pelo MinC, professor Brito conta que muitos CEUs estavam atrasados em seus cronogramas de obras e com outros problemas por questões particulares de seus municípios e que isso o fez perceber que as Praças de Feira estavam em melhor condição que muitas outras país afora.

Quando questionei aos coordenadores das Praças se eles receberam ou recebem algum tipo de treinamento ou capacitação específica para a gestão das Praças, todos eles responderam não ter recebido, nem da prefeitura e nem do governo federal, qualquer contribuição nesse sentido. Segundo Fátima Suely, os coordenadores aprenderam fazendo, “foi um desbravamento

mesmo”, por iniciativa própria buscaram os documentos referenciais do programa elaborados e compartilhados pelo MinC.

Fátima revela ainda que os nomes dos coordenadores de cada Praça foram definidos pouco antes da inauguração e que os integrantes das equipes dos CEUs se conheceram em uma reunião marcada pelo prefeito. Após a inauguração, as Praças que ainda tinham questões estruturais, já tiveram que absorver os funcionários, mas sem definições nem mesmo sobre horário de trabalho, tampouco dos projetos a serem desenvolvidos.

A primeira reunião que eu tive com a minha equipe nem foi na praça, porque a gente não tinha água, não tinha energia elétrica, não tínhamos o mínimo de estrutura, mas nós tínhamos um apoio que era do Instituto que nós fazemos parte, eu e Eduardo [professor Brito, esposo dela], que fica muito próximo da praça. Então a nossa primeira reunião foi nesse instituto, porque a gente não tinha a mínima condição de estar na praça. Isso aos poucos, claro, foi sendo mudado, a gente foi organizar horários, como é que iríamos trabalhar, porque era cru, estava ali a praça, o equipamento, mas o fazer a gestão a gente não sabia, ninguém sabia, a gente tinha que construir juntos.

Apesar do desafio, Fátima se orgulha de ter desbravado esse momento inicial de gestão da Praça e diz ter deixado um caminho a trilhar pelos coordenadores que vieram na sequência. Ela destaca que o desconhecimento sobre a gestão da Praça não era exclusividade dela enquanto profissional, mas do próprio poder público, e que as reuniões sistemáticas realizadas no início, na Secretaria de Cultura, com os demais coordenadores e Amarildo Costa, foram fundamentais para a conformação de um plano de gestão.

Assim, quem veio depois de mim... não é menosprezando, não é isso, e eu entendo que cada tempo tem a sua beleza, mas esse primeiro momento de desbravar mesmo as praças, de descobrir como aquilo poderia funcionar, foi para a gente um momento de desafio, porque imagine você assumir um equipamento que você nem sabe para onde vai? Eu acho que a própria prefeitura, o Poder Público, não sabia também. Então, nós passamos a fazer reuniões internas nossas, primeiro no Instituto, que foi o nosso apoio, nossa parceria, e depois a gente passou a ir para a praça, mas em espaços reduzidos – nem tudo funcionava como está hoje, porque estávamos em processo de implantação. Ao mesmo tempo, nós coordenadores também tínhamos reuniões na Secretaria de Cultura, então de vez em quando o Amarildo nos chamava... no início até foi muito intenso isso, reuniões praticamente semanais, e foi bom, porque aí a gente teve... eu mesma que não tinha contato com essa área conheci muita gente interessante mesmo. E aí nessas reuniões a gente começava a estruturar a gestão.

Questionada sobre os temas dessas primeiras reuniões realizadas após a inauguração das Praças, Fátima disse que era discutido sobre: procedimentos administrativos; os equipamentos

técnicos (computadores, som, luz etc.) e materiais de insumo para as atividades; os usos dos equipamentos da Praça, como a biblioteca, as quadras, o cineteatro etc.; além de discutir sobre possíveis interlocuções com outras secretarias. Ela afirma, inclusive, que as coordenadoras do CRAS também participavam das reuniões. Mas ao que parece, pelo que se pode aferir das entrevistas, após esse primeiro momento de articulação, poucas ações efetivamente integradas foram realizadas nas Praças.

Além da ausência de capacitações específicas e formais para os coordenadores das Praças, não houve por parte da prefeitura a definição do perfil de gestor que se desejava à frente de cada Praça, o que implicou, em alguma medida, que o trabalho fosse desenvolvido de acordo com os interesses e entendimentos do profissional escolhido. Quem revela essa questão é Lay Ribeiro:

não foi desenhado um perfil para o gestor da Praça, que estaria à frente da coordenação do espaço, sem ser o coordenador geral das três Praças. Então cada um acabou desenhando de uma forma a sua gestão, dependendo da praça que estava atuando. Eu imprimi uma forma de desenvolver os trabalhos lá, o Neto também, outra, o outro coordenador, que já não está mais, também imprimia de uma outra forma, diante da visão que eles tinham de desenvolver o trabalho, dentro da nossa expectativa de uso do equipamento, né?

O depoimento de Lay me leva a constatar como a gestão de um espaço público está diretamente vinculada, entre outros fatores, à atuação de seus gestores e os entendimentos e domínios que eles têm sobre temas que vão muito além de procedimentos tecnicistas e ferramentas da administração, como: cidadania, diversidade, participação, inclusão, bem público, justiça, ética etc.

No próximo capítulo procuro ponderar e refletir sobre a gestão compartilhada das Praças CEU à luz dos temas e informações tratados ao longo do primeiro, segundo e terceiro capítulos.

#### **4 A GESTÃO COMPARTILHADA DAS PRAÇAS CEU DE FEIRA DE SANTANA (BA)**

Neste quarto e último capítulo, analiso e reflito sobre a efetividade e a aplicabilidade da gestão compartilhada empreendida no âmbito das Praças CEU da cidade de Feira de Santana, a partir das chaves conceituais apresentadas no primeiro capítulo deste trabalho: diversidade cultural e participação social. Considero, na análise, o histórico do programa, desde sua gênese nos primeiros anos da gestão Gilberto Gil, quando esteve à frente do MinC, a partir de 2003, até os dias atuais, quando se encontra sob gestão do Ministério do Turismo, por meio da Secretaria Especial da Cultura (Secult) – informações que foram tratadas ao longo do segundo capítulo. Por fim, contribuem para a análise o panorama histórico, socioeconômico e cultural da cidade de Feira de Santana, assim como a trajetória do programa Praça CEU naquela cidade, desde a inscrição no edital, passando pelo processo de mobilização social, implantação dos empreendimentos, instauração dos grupos de gestão e mudanças na coordenação geral em âmbito municipal, que foram descritos ao longo do capítulo três.

Na primeira parte do capítulo, analiso a atuação dos membros dos grupos de gestão e dos órgãos públicos municipais na gestão das Praças. Tomo como ponto de partida a percepção que os próprios entrevistados (membros dos grupos de gestão e funcionários das Praças apresentados no capítulo anterior) têm a respeito desse tema, que evidenciam divergências e consonâncias sobre diversos temas que envolvem o modelo de gestão aplicado. Ainda na primeira parte, procuro mapear também os principais desafios e fragilidades da gestão, assim como as realizações e potencialidades de maior destaque na opinião dos entrevistados, buscando compreender a partir daí os posicionamentos e concepções dos diferentes atores sociais envolvidos no processo.

Na sequência, na segunda parte, busco identificar os consensos, as contradições e os conflitos existentes nesse modelo de gestão, que foram agrupados em seis temas: 1. Funcionamento e recursos humanos; 2. Sistema e praças, planos e relatórios de gestão; 3. Públicos; 4. Atividades comunitárias e programação; 5. Uso e conservação dos espaços; e 6. Comunidade e sociedade civil organizada. Foram fonte para esse mapeamento as entrevistas realizadas ao longo desse trabalho, as pesquisas de acompanhamento publicadas anualmente pelo governo federal por meio da pasta da cultura e os relatórios oficiais dos órgãos públicos responsáveis pelo programa.

O intuito do levantamento é o de confrontar as informações oficiais com as percepções



da sociedade civil, colher as diferentes opiniões dos membros dos grupos de gestão acerca da gestão compartilhada e colaborativa das Praças e, sobretudo, traçar um panorama geral que nos permita analisar se esse modelo contribui ou não para tornar esses espaços mais democráticos, destacando a questão da pluralidade e dos laços de pertencimento entre a comunidade e o espaço. Quais os sentidos e resultados produzidos pela institucionalização do modo de operar a gestão? Assunto sobre o qual me debrucei na terceira e última parte do capítulo, quando ponderei sobre a gestão compartilhada à luz da diversidade e participação social.

#### 4.1 ATUAÇÃO DOS MEMBROS DOS GRUPOS DE GESTÃO E DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS

A efetividade da gestão compartilhada das Praças depende diretamente da atuação dos membros dos grupos de gestão, assim como da iniciativa e predisposição dos principais órgãos públicos envolvidos no programa, além, é claro, das circunstâncias e contextos político e institucional no município. Conforme abordado no capítulo três, o processo de mobilização para a instauração dos grupos de gestão nas Praças CEU Aviário, Cidade Nova e Jardim Acácia foi permeado por momentos de maior ou menor participação e envolvimento da sociedade civil. Diversas estratégias foram utilizadas buscando atrair os moradores a se aproximarem da proposta, desde o oferecimento de lanches até a sensibilização a partir de temas importantes para a comunidade, como segurança, assistência social e capacitação e qualificação profissional.

Após definidos e conformados, os grupos atuaram ao longo dos dois anos de mandato (2017-2019) e muitos membros permaneceram ativos e próximos dos coordenadores e funcionários das Praças acompanhando o andamento dos trabalhos, tanto antes da oficialização por decreto municipal como após a expiração do mandato. As opiniões sobre a atuação e participação dos representantes da sociedade civil e do poder público são bastante divergentes. Há críticas contundentes, por exemplo, acerca da constante ausência dos membros representantes dos órgãos públicos nas reuniões periódicas que os grupos devem realizar mensalmente, conforme previsto no Estatuto, ao ponto de muitos acreditarem e declararem que a gestão compartilhada era um engodo. Identifiquei também desaprovações sobre um dos eixos centrais do programa – a intersetorialidade, ou seja, a ação conjunta de diferentes órgãos na implementação de políticas públicas integradas, no qual aponta-se para a fragilidade desse quesito no âmbito municipal,

assim como verifiquei e atestei que o mesmo acontece na instância federal, conforme assinalado no capítulo dois.

Os desafios e fragilidades do modelo de gestão ficaram evidentes ao longo das entrevistas realizadas. Cataloguei ao menos nove – aqueles que foram citados mais vezes ou de forma mais contundente nos depoimentos, a saber: 1. Influência político-partidária; 2. Operacionalização da intersetorialidade; 3. Inexistência de cargo específico de coordenador geral da Praça; 4. Manutenção e conservação da estrutura física; 5. Segurança das Praças. 6. Falta de compreensão dos direitos e deveres de cada parte do grupo de gestão; 7. Ausência de programação que reflita os anseios e demandas da comunidade; 8. Ausência do poder público nas reuniões; e 9. Adesão das comunidades no uso das Praças.

Apesar das dificuldades e frustrações, o apreço pela Praça e as oportunidades por ela geradas são reconhecidos pela maioria. Há ainda muito entusiasmo e confiança no programa, que teve como principais realizações e potencialidades citadas: o sentimento de pertencimento gerado na comunidade, o interesse em ampliar o modelo de gestão para outras Praças da cidade, a melhoria da qualidade de vida dos usuários, inclusão social da população em situação de vulnerabilidade, oferecimento de atividades de interesse dos usuários e implantação de novas práticas de gestão.

Nos próximos subtópicos tratarei mais detalhadamente sobre os aspectos aqui abordados.

#### **4.1.1 Participação dos representantes dos grupos de gestão**

Cada grupo de gestão é composto por 18 membros, sendo cada terço (6 pessoas) composto por representantes da sociedade civil (entidades), comunidade (moradores) e do poder público. Os grupos estão com os mandatos expirados desde dezembro de 2019 e, até o momento, não houve novas eleições. Segundo Danilo Cerqueira, coordenador da Praça CEU Cidade Nova, apesar de legalmente os grupos não terem mais direitos e obrigações, há um respeito por parte do poder público e aqueles que permanecem próximos continuam tendo suas opiniões e sugestões considerados. Nas três Praças, percebe-se que os grupos de gestão ainda aglutinam as demandas locais e são ponto focal e mobilizador de discussões e interesses das comunidades. Contribui para essa articulação o fato de os grupos serem compostos por um terço de entidades atuantes na comunidade. Ou seja, as chances são maiores de haver uma organização das agendas e pautas de

interesses de determinados grupos e melhores condições de organização e diálogo.

Entre as entidades, estão associações religiosas, associações de moradores, instituições filantrópicas, conselhos municipais, grupos de esportes, ONGs, organismos de movimentos sociais, grupo de mulheres e grupos, coletivos e associações culturais. Na Praça CEU Aviário compõem o grupo: o Grupo de Mães de Alunos da Escola Municipal Josenita Neri Boaventura, a Associação de Moradores, o Conselho da Comunidade, a Igreja Católica Nossa Senhora Auxiliadora, o Grupo de Mulheres e a Igreja Evangélica Quadrangular. Na Praça CEU Jardim Acácia, as entidades são o Grupo de Karatê, o Dispensário Santana, o Grupo de Futebol, o Grupo de Basquete, o Grupo de Capoeira e o Grupo de Jovens. E, por fim, no grupo da Cidade Nova estão o Conselho Local de Saúde, o Grupo de Artes Marciais, a Paroquia Nossa Senhora das Graças, o Instituto Antônio Gasparini (IAG), o Movimento Nacional da População de Rua (núcleo Feira de Santana) e os Agentes Comunitários de Saúde.

Os representantes das comunidades, de modo geral, são moradores dos bairros onde estão inseridas as Praças, e os representantes do poder público estão vinculados às pastas da cultura, esporte, assistência, educação e saúde.

Praça CEU	Representantes		
	Representações das Entidades	Representações da Comunidade	Representações do poder público
Cidade Nova	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Conselho Local de Saúde</li> <li>2. Grupo de Artes Marciais</li> <li>3. Paroquia Nossa Senhora das Graças</li> <li>4. Instituto Antônio Gasparini (IAG)</li> <li>5. Movimento Nacional da População de Rua (núcleo Feira de Santana)</li> <li>6. Agentes Comunitários de Saúde</li> </ol>	Representantes da Comunidade (6 pessoas/grupo)	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Coordenador Geral</li> <li>2. Cultura</li> <li>3. Esporte</li> <li>4. Educação</li> <li>5. Saúde</li> <li>6. Assistência Social</li> </ol>
Jardim Acácia	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Grupo de Karatê</li> <li>2. Dispensário Santana</li> <li>3. Grupo de Futebol</li> <li>4. Grupo de Basquete</li> <li>5. Grupo de Capoeira</li> <li>6. Grupo de Jovens</li> </ol>		

Aviário	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Grupo de Mães de Alunos da Escola Municipal Josenita Neri Boaventura</li> <li>2. Associação de Moradores</li> <li>3. Conselho da Comunidade</li> <li>4. Igreja Católica Nossa Senhora Auxiliadora</li> <li>5. Grupo de Mulheres</li> <li>6. Igreja Evangélica Quadrangular</li> </ol>		
---------	---	--	--

Quadro 16 - Representantes dos Grupos de gestão das Praças CEU de Feira de Santana  
 Fonte: Feira de Santana, 2017a; 2017b; 2017c

Cristiano Queiroz, coordenador geral das Praças, sinaliza que sempre quando vai visitar as Praças é abordado pelos representantes dos grupos e, em geral, ouve críticas e cobranças de melhorias. A demora por um novo processo eleitoral para a definição de novos membros para compor os grupos também é pauta das reivindicações, mas Cristiano pontua que almeja, antes de iniciar nova mobilização para eleição, entregar à comunidade as revitalizações necessárias das quais as Praças precisam. Ele relatou que pretendia iniciar esse processo ao longo do ano de 2021, tendo em vista 2020 ser um ano eleitoral com disputas de cargos na prefeitura e câmara municipais. No entanto, quando contatei novamente alguns dos entrevistados em novembro de 2021, soube que as eleições ainda não haviam acontecido e não havia sequer um indicativo para tal.

Ainda sobre os novos grupos de gestão, Cristiano revela que deseja envolver mais o CRAS e os seus usuários nesse processo, o que seria uma forma de atrair novos atores sociais que não estiveram presentes na primeira formação do grupo. Contudo, isso acontecerá, conforme reiterou, após a revitalização das Praças, pois entende que apenas desta forma garantirá confiança por parte da comunidade.

Mas em relação a toda essa perspectiva do grupo gestor, a mobilização social vai vir através da unidade de CRAS e do que já existe na praça, para que a gente venha com novos atores aí que nunca participaram desse processo, ou que tendem a... ou que nunca tiveram interesse, tentar fazer um tipo de incentivo para que possam participar. E isso só vai ser de fato possível quando a gente devolver para a comunidade a praça organizada novamente, dando a ela as garantias de que a manutenção da praça vai ser feita, mas que a comunidade precisa participar de forma efetiva, inclusive no cuidado do bem que está ali, que foi restaurado, que foi revitalizado, para que pudesse ser devolvido para a comunidade<sup>155</sup>.

O depoimento de Cristiano vai ao encontro das palavras de Ana Alice, do CEU Aviário,

<sup>155</sup> Entrevista realizada com Cristiano Queiroz, citada no capítulo três.

que reforça o tom de cobrança dos membros dos grupos e atesta a postura atuante da comunidade Paulo Souto, onde está localizada a Praça do Aviário.

A comunidade aqui no Paulo Souto, ela é muito atuante, né? Então quando a gente diz assim: ‘tem uma reunião na praça’, vem quem é e quem não é, quem faz parte e quem não faz. Geralmente nossas reuniões dá quinze, dá vinte. A gente se reúne: ‘vamos falar sobre a praça’, sobre alguma coisa assim, aí vem uma galerinha boa e cobra bastante, porque o interessante é a cobrança.<sup>156</sup>

No entanto, sobre a eleição para novos grupos, Laiane Alves tem outra percepção que não coaduna com a fala de Cristiano Queiroz. Questionada se na avaliação dela a prefeitura tinha interesse na renovação dos grupos de gestão, ela afirmou que acredita que não.

Bom, é até ruim dizer isso, mas está defasado [os grupos de gestão]. Está de verdade, assim, depois que a SEDESO chegou... desde o ano passado, de fato, as pessoas não estão dando tanta importância para essa parte, sabe? O grupo gestor hoje só existe de boca e no papel, entendeu?<sup>157</sup>

Apesar de o grupo oficialmente não mais existir, ele continua cobrando, principalmente as “pessoas que são ativas na comunidade”, até porque “elas são moradoras daquele lugar e esperam que aquele lugar ande, porque a Praça está ali na frente da sua casa”<sup>158</sup>.

O professor Brito, membro do grupo de gestão Cidade Nova, traça uma avaliação mais panorâmica da atuação do grupo que faz parte, identificando ao menos três fases sobre o nível de participação dos representantes: 1. no primeiro ano e meio da Praça, na gestão da coordenadora Fátima Suely, havia reuniões regulares, com participação bastante ativa dos membros; 2. Na gestão seguinte, conduzida por Lay Ribeiro, o grupo continuou ativo e se reunindo. Essas duas gestões são marcadas pela forte presença da FUNTITEC e da realização de atividades culturais. 3. O terceiro momento, segundo Brito, é marcado pela chegada da SEDESO, entre outubro e dezembro de 2019, executando o que já estava planejado, e que não era possível analisar o ano de 2020, porque ele não havia “começado” para o serviço público, uma vez que tudo estava suspenso por conta da pandemia. Inclusive, as reuniões do grupo gestor até o mês de maio de 2020 não haviam acontecido.

Gilma Cordeiro Lopes, do Aviário, sinaliza que hoje, dos 14 membros do grupo de gestão (segundo o decreto que estabeleceu o grupo são 18 representantes), há algo em torno de seis

<sup>156</sup> Entrevista com Ana Alice, citada anteriormente.

<sup>157</sup> Entrevista com Laiane Alves, citada anteriormente.

<sup>158</sup> Entrevista com Laiane Alves, citada anteriormente.

que são mais presentes e atuantes. Segundo ela, o interesse de alguns membros foi diminuindo com o tempo, assim como a periodicidade das reuniões. Conforme previsto no Estatuto as reuniões ordinárias e abertas deveriam acontecer, no mínimo, uma vez por mês. No entanto, entre os entrevistados, apenas Alex Sales Silva, membro do grupo gestor da Praça CEU Jardim Acácia, afirmou que as reuniões eram realizadas mensalmente. Os demais sinalizaram que aconteciam pelo menos a cada três meses ou uma vez por semestre, mas que no último ano não havia acontecido reunião.

No início de fevereiro de 2020, quando entrevistei Hemérito Neto, ele informou que dali alguns dias haveria uma reunião com o grupo gestor e uma das pautas era a transferência de gestão feita para a SEDESO. Essa reunião aconteceria após um longo hiato, do qual ele não soube precisar, mas superior a três meses.

Elas aconteciam [as reuniões] de dois em dois meses, três... Mas houve questões, principalmente nessa fase de transição, inclusive os próprios integrantes do grupo gestor têm cobrado essas reuniões, mas estamos aguardando uma definição melhor para que essas reuniões voltem a acontecer. Porque têm muitos questionamentos que nem eu mesmo sei responder, e agora já está agendado que dia 10 de fevereiro iremos explicar toda essa situação da gestão: por que aconteceu [a transferência para a SEDESO], quais são as ações que a Secretaria vai implantar, etc. Porque mudou-se toda a logística, então os membros dos grupos de gestão estão sem informações concretas. Vai acontecer agora em fevereiro.<sup>159</sup>

Como não obtive acesso às atas das reuniões regulares realizadas pelos grupos de gestão e que devem permanecer arquivadas nas Praças, conforme previsto no estatuto, não foi possível confrontar os depoimentos dos entrevistados com os documentos oficiais<sup>160</sup>.

Outra questão que indica descumprimento do estatuto, diz respeito ao plano de gestão das Praças. Segundo Lay Ribeiro, ex-coordenadora do CEU Cidade Nova, “o planejamento era feito pela prefeitura, mas sempre orientado a partir das demandas do grupo gestor, que contribuía com alguma ideia a mais. Porém não tinham poder de decisão final, mas contribuía de forma bem efetiva”. Cabe lembrar, todavia, que o grupo gestor é deliberativo, conforme previsto no art. 2 do Decreto Municipal que o institui: “O Grupo Gestor terá composição tripartite com membros representantes do poder público, da comunidade do entorno do CEU e da sociedade civil organizada, que farão a gestão compartilhada do equipamento, com poder deliberativo sobre as ações e funcionamento do CEU” (FEIRA DE SANTANA, 2017a).

---

<sup>159</sup> Entrevista com Hmérito Neto, citada anteriormente.

<sup>160</sup> Solicitei o acesso às atas por meio da Ouvidoria da Prefeitura, mas não obtive retorno.

Apesar de elogiar a importância da gestão compartilhada no âmbito das Praças CEU, Cristiano Queiroz alerta para os interesses de ascensão a cargos políticos de alguns membros do grupo gestor, que, segundo ele, terminam utilizando esse espaço para conquistar votos na comunidade.

(...) E muita coisa depende de vontade política, a gente sabe que muita coisa relacionada à perspectiva social hoje é vontade política. E nesses grupos gestores também tem a vontade política envolvida nesse aspecto de se mostrar para a comunidade, de pessoas que também são protagonistas e querem algum tipo de ascensão através de participação desses grupos, né? A gente vê isso nos conselhos municipais de direitos, que dirá num grupo gestor de um complexo como as praças, né?

Se, por um lado, é legítimo do ponto de vista democrático e cidadão que diferentes comunidades busquem representação política e/ou encontrem formas de apresentar suas pautas de prioridade na agenda pública, de outro é comum indivíduos e coletivos se apropriarem, controlarem e cooptarem lutas sociais e/ou instâncias de participação social com fins pouco republicanos. De todo modo, isso não invalida de forma experiências que buscam estabelecer instâncias de participação da sociedade civil.

Quando o assunto é a participação dos representantes do poder público nos grupos de gestão, a insatisfação é bastante presente nas falas dos entrevistados, além de evidentes contradições nos depoimentos dos agentes públicos. A esse respeito, professor Brito, da Cidade Nova, diz que os representantes do poder público nem sempre se faziam presentes em quórum suficiente nas reuniões, muitas vezes nem apareciam, o que gerava conflitos com os representantes da sociedade civil e entidades. Segundo ele, a situação tornou-se tão insustentável que a própria FUNTITEC teria admitido o quanto era prejudicial ao processo essa ausência nas reuniões e que consideraria a possibilidade de substituir quem continuasse sem participar.

Ana Alice, do Aviário, é mais categórica em sua avaliação: “o poder público nunca participou, ele nunca fez parte desse ‘grupo gestor’ que se formou. É só um nome, está lá só no decreto, mas eles não participavam”.

Os depoimentos do professor Brito e de Ana Alice podem ser confirmados, por exemplo, diante da negativa de Luís Augusto Oliveira, Diretor de Atividades Culturais da FUNTITEC, sobre fazer parte dos grupos de gestão quando o questionei se ele era integrante de algum dos grupos. Apesar de dizer que não era membro, o Decreto Municipal que instituiu os grupos o coloca como representante da pasta da cultura nos três grupos. No entanto, ele não atuava como tal. Essa situação não era exclusiva com o representante da cultura, uma das mais importantes

pastas da instância municipal a frente do programa; o mesmo acontecia com os demais membros do poder público: educação, saúde e assistência.

Ana Alice se mostra descontente com a não participação desses representantes e diz que as discussões não ocorriam conforme previsto no Estatuto. Em geral, as atividades já chegavam definidas e para qualquer alteração exigia muito debate por parte dos membros da sociedade civil organizada e da comunidade. É fundamental a participação do terço referente ao poder público, pois é a garantia de interlocução com as instâncias que podem dar encaminhamento às definições deliberadas em reunião, do contrário, conforme Ana Alice pontua, o grupo torna-se “vozes sem ter ouvinte”.

Quatro anos depois vieram repor as lâmpadas que queimaram, tipo agora, que começou a eleição [pleito municipal de 2020]. Então, assim, o que é a praça? O que é o grupo gestor? Foi feito um engodo, que nada daquilo que está lá no papel acontece. [...] Os postes estavam dando muito choque, só foi resolvido quando uma criança de 3 anos, 2 anos e meio que a menina tinha na época, tomou um choque e voou longe. Então é muito complicado a gente se reunir no grupo gestor, sabe? Se reunir quem? Quem vai resolver? Aí a gente da comunidade se reúne. E quem vai resolver? Cadê o poder público para ouvir a nossa opinião, para ouvir o que a gente quer falar, para ouvir o que está errado? O que adianta se o poder público, que interessa, que é quem pode resolver aquilo, não está presente? Então nós somos vozes sem ter ouvinte, eu acho que não adianta muito se reunir.

Ana Alice ainda dispara que “o grupo gestor é uma mentira” e que teria servido apenas para atender as exigências do Ministério da Cultura que impunha a implementação do grupo como condição para liberação de verbas. Ela diz que, como membro do grupo gestor, recebia alguns e-mails de Brasília e que sempre foi orientada pela coordenação geral a não responder. Teria, inclusive, recebido um dia uma ligação do MinC – não lembrava o nome e o cargo, e aproveitou a oportunidade para relatar “tudo que acontecia”.

O desânimo de Ana Alice é explicado por Laiane Alves, que como coordenadora da Praça CEU Aviário acompanha de perto a atuação do grupo daquela Praça, e diz que o grupo é “muito ativo e participativo, mas também cansado de promessas”. O não cumprimento de algumas ações fundamentais por parte do poder público tem gerado um sentimento de frustração e descrença em relação a gestão compartilhada.

No Aviário, há uma associação de moradores... Ana Alice faz parte... o Paulo Souto é um bairro de praticamente 90% de mulheres, elas fundaram o bairro junto com o ex-prefeito daqui, e elas, como já faziam parte da associação, foram convidadas a fazerem parte do grupo gestor, porque são muito atuantes no bairro. A associação cobra até hoje. De todas as três, a Praça do Aviário é



a que o grupo gestor é mais ativo e ele tem aquela coisa de realmente querer fazer jus à responsabilidade dele e a todas as obrigações e deveres que a praça tem que fazer para a comunidade, entendeu?<sup>161</sup>

No que diz respeito à participação, observei que o processo de mobilização social realizado nas comunidades onde foram instaladas as Praças de Feira conseguiu, em alguma medida, envolver de tal forma a sociedade civil que, embora alguns membros tenham se afastado ao longo do processo, o núcleo que se manteve ativo e mobilizado compreendeu e se apropriou das diretrizes do programa Praça CEU de tal modo que a frustração gerada, conforme acredito, se dá justamente por conta do sentimento de incompletude do modelo proposto.

Embora, de modo geral, o estágio atual seja de aparente frustração e cansaço, observa-se que muitos acreditam e concordam que a gestão da Praça deva ser compartilhada com a sociedade civil conforme proposto pelo programa. Esperam-se novas eleições para a recomposição dos grupos de gestão, a conclusão das requalificações e manutenções necessárias e a retomada da programação com o olhar mais atento às demandas locais, além de maior empenho e transparência do poder público.

Diante do exposto, identifiquei ao menos quatro fases que definem a participação dos representantes dos grupos de gestão ao longo do período de recorte do estudo, 2016 a 2020, a saber: 1. Desconfiança; 2. Conquista; 3. Conflitos; e 4. Frustração e cansaço.

<b>Fase</b>	<b>Descrição</b>
1. Desconfiança	Momento inicial quando a comunidade acreditava que as Praças tratavam-se de uma proposta eleitoreira e/ou de um empreendimento comercial, com vistas a conceder/alugar/vender boxes para comercialização de produtos e serviços.
2. Conquista	O segundo momento se dá após a conclusão do processo de mobilização social, quando a prefeitura conquista o entusiasmo da comunidade e a crença no desenvolvimento do programa.
3. Conflitos	Após o início das atividades das Praças, os membros do grupo gestor, sobretudo os representantes da sociedade civil sentem-se elixados das decisões, a partir daí alguns conflitos começam a surgir. Há cobranças por programação de acordo com os interesses locais e manutenção da estrutura física das Praças. A morosidade da prefeitura e a ausência dos representantes do poder público tornam-se pontos frágeis da gestão.
4. Frustração e cansaço	Os conflitos geram desânimo e descrença na gestão compartilhada, que para alguns parece não existir para além dos documentos referenciais. Nota-se um cansaço por parte da sociedade civil em participar, sugerir e criticar e não ter retornos efetivos e com a agilidade que as demandas sociais exigem.

Quadro 17 –Fases da participação dos grupos de gestão nas Praças CEU de Feira de Santana

Fonte: Elaborado pelo autor

<sup>161</sup> Entrevista com Laiane Alves, citada anteriormente.

Tratarei a seguir da participação dos órgãos públicos municipais envolvidos na gestão do programa: FUNTITEC, SEDESO e outros.

#### **4.1.2 Atuação dos órgãos públicos municipais**

De acordo com os relatos de Fátima Suely, a primeira coordenadora da Praça CEU Cidade Nova, o primeiro órgão a assumir os CEUs logo após a inauguração foi a Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer (SECEL). Porém, por conta das restrições orçamentárias, a gestão foi transferida ainda no primeiro ano de funcionamento para a Fundação Municipal de Tecnologia da Informação, Telecomunicação e Cultura Egberto Tavares Costa (FUNTITEC), a qual ela aponta como a principal responsável por garantir o cumprimento dos conceitos originais do Programa CEU e por estabelecer uma programação sistemática de ações formativas em diversas linguagens artísticas.

Laiane Alves, coordenadora da Praça Aviário, confirma a fala de Fátima e diz que a SECEL basicamente participou com o fornecimento de materiais desportivos e que após essa contribuição não houve mais nenhuma participação e vínculo mais efetivos.

Para Fátima, a FUNTITEC foi a responsável pela “alma da praça CEU”, que seria justamente as ações culturais desenvolvidas no espaço. As Praças alcançaram tanta importância para FUNTITEC que havia planos de se criar uma diretoria específica na estrutura organizacional do órgão para abrigar a gestão dos três CEUs da cidade. O que foi ratificado por Luís Augusto Oliveira, Diretor de Atividades Culturais da Fundação. As Praças eram ligadas diretamente ao presidente da FUNTITEC, mas havia um desejo de alterar o organograma da Instituição, criando uma nova diretoria para abarcar especificamente a gestão das Praças. Para ele, essa iniciativa era válida porque “as praças CEUs são um ponto importante e nelas são desenvolvidas diversas atividades, o que as tornam bastante movimentadas”<sup>162</sup>.

Entretanto, assim como ocorreu com a SECEL, a estrutura orçamentária da FUNTITEC não foi capaz de suportar as despesas dos três empreendimentos, que por sua vez foram transferidos para a gestão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDESO) provocando algumas mudanças no foco das ações promovidas nas Praças.

---

<sup>162</sup> Entrevista com Luís Augusto, citada anteriormente.

Cristiano Queiroz conta que recebeu as Praças com limitações estruturais e técnicas, além de “bastante depredadas” em vários aspectos pelas próprias comunidades e que “não havia atividades contínuas tampouco um uso efetivo”. Sobre os dois últimos pontos, observei que há uma contradição ao que está posto nos relatórios da FUNTITEC, ao menos do ano de 2019, o último em que as Praças estiveram sobre a administração daquele órgão.

Para chegar à designação de coordenador houve uma articulação, porque de fato o recurso [da FUNTITEC] acabou e a pergunta era como manter essas praças na perspectiva da área social, que não é uma simples manutenção que vai garantir o acesso da comunidade, temos que ter funcionários, como vai manter, a própria limpeza da unidade, porque precisa ser mantida. E aí a prefeitura optou por transferir para a Secretaria de Desenvolvimento Social e veio para mim, justamente por conta de as unidades da proteção básica estarem comigo, e aí a gente conseguiu hoje fazer um elo muito importante, que é o que a gente está conseguindo revitalizar a praça. E aí a partir dos próximos meses a gente começa esse processo.<sup>163</sup>

Um mês após Cristiano assumir a gestão das Praças, em março de 2020, novos coordenadores foram designados para gerir cada um dos CEUs e, segundo ele, a substituição teve o “intuito de dar novo gás e retomar a vontade de realizações”, visto que apenas o grupo gestor da Praça do Jardim Acácia “influencia diretamente nas ações”, conforme relatou.

Além das trocas de coordenadores, a SEDESO empreendeu outras mudanças, a principal delas diz respeito ao protagonismo dado ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de cada Praça. Inclusive, em alguns momentos da entrevista, Cristiano utilizou o termo “complexo da assistência social” para se referir às Praças. Observa-se que o aspecto assistencial passou a ser o eixo central daqueles espaços.

Então nós unimos e tornamos a praça hoje um complexo da assistência social. Elas continuam com a mesma nomenclatura, mas hoje a gente pode chamá-las de um complexo da assistência, onde nós unimos essas atividades que já eram realizadas pela praça, seja na perspectiva cultural ou da própria organização dos coordenadores, na perspectiva dos serviços de convivência das unidades socioassistenciais.

Outra ação empreendida pela SEDESO e que Cristiano comenta com entusiasmo foi o encaminhamento de um profissional de nutrição para orientar os usuários, além da retomada das atividades de educação física e dos cursos artísticos. Ele cita também que, como forma de aproximar as pessoas, os usuários que participam das atividades das Praças recebem lanche, por

---

<sup>163</sup> Entrevista com Cristiano Queiroz, citada anteriormente.

meio do CRAS. Nas palavras dele, “eu não quero lanche como resultado da atividade, mas eu quero o lanche como um incentivo a esses grupos estarem aqui”.

Na opinião de Cristiano, essas iniciativas contribuem para os números da SEDESO, porque há uma ampliação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)<sup>164</sup> realizado pela Secretaria. Para ele, “foi importante esse processo de vinda das praças [para SEDESO], por mais que isso aumente os nossos gastos com a proteção básica, mas isso nos gera um número de participação da comunidade ainda maior”.

Lay Ribeiro, ex-coordenadora da Praça Cidade Nova, confirma que desde que a SEDESO assumiu a gestão das Praças, o CRAS passou a ter mais espaço e protagonismo nas ações. No entanto, ela adverte que “antes a Praça era voltada à participação, desenvolvimento da cultura, da arte”, questionando a mudança de foco promovida pela nova gestão.

Por fim, Cristiano orgulha-se também das requalificações que tem empreendido nos espaços e diz que serão ampliadas em breve.

Então a gente começou agora um processo efetivo de revitalizar, então já começamos no Jardim Acácia um processo maravilhoso de revitalização predial, estrutural, organização do teatro, a própria quadra, iluminação, coisas que de fato a gente nunca tinha tocado, porque a assistência não toca nessa perspectiva de manutenção, de jardinagem e paisagismo, e aí a gente começou a tocar isso.

Na opinião de Hemérito Neto, que coordenou a Praça Jardim Acácia, a transferência de gestão visa uma “melhor eficiência da dinâmica administrativa” e ele acredita que tende a melhorar, uma vez que a nova secretaria tem um aporte maior de recursos para gerir as Praças.

Em oposição, a visão dos representantes da sociedade civil e comunidades nos grupos de gestão não é tão esperançosa. Por exemplo, questionada se o motivo da transferência das Praças da FUNTITEC para a SEDESO, que todos contavam ter sido por questões financeiras, tinha, de fato, surtido algum efeito positivo que pudesse ser notado, Ana Alice, do Aviário, respondeu que “não, até o momento não” e completou dizendo que há um desentendimento com a SEDESO, pois os investimentos em reforma feitos até o momento atenderam apenas os

---

<sup>164</sup> O SCFV é um serviço da Proteção Social Básica do SUAS que é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI). O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) realiza atendimentos em grupo. São atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, entre outras, de acordo com a idade dos usuários. É uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares. Disponível em: <http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/servicos-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos>. Acessado em: 10 mai. 022.

espaços ocupados pelo CRAS, os demais prédios e equipamentos da Praça não foram atendidos.

Agora eles vieram, pintaram um prédio onde funciona o CRAS. Onde ele mexeu mesmo foi onde tem o outro prédio, que são dois prédios, são dois prédios, a metade de um prédio pertenceria ao CRAS e a outra metade era nossa. Então eles tomaram a outra metade, que pertenceria à praça, que seria onde a gente teria algumas atividades lá, [faria] algumas atividades nessa sala. Então eles tomaram essa sala da gente, fizeram uma ampliação do CRAS, então aquela parte toda é do CRAS. E a gente ficou sem ter uma área para ter algumas atividades, como a sala multiuso, que não existe mais. Foi onde pegaram o telecentro e dividiram ao meio. Não tem condições. O CRAS tem ar-condicionado aonde você for, a praça não tem. É desumano você conseguir ler um livro dentro daquela biblioteca, porque é muito quente. É desumano você ficar dentro da sala multiuso, do telecentro, onde seria a sala de informática. Fizeram um outro puxadinho na biblioteca e a gente botou uns computadores lá, mas a gente não tem acesso à internet, porque é muito ruim o sinal, a gente precisa de um sinal de Wi-Fi dentro da Biblioteca. A gente foi informado que a SEDESO tem que dar, a SEDESO informou que não tem verba. Como não tem verba se passou para a SEDESO porque a SEDESO iria fazer melhor? Como é que ele pinta um prédio que faz parte da praça e não pinta o outro? Então o que foi para a praça em si? Porque o CRAS, sim, o CRAS sempre conseguiu, o CRAS quem sempre geriu foi a SEDESO, o CRAS sempre conseguiu algumas coisas, algumas melhorias, o CRAS sempre conseguiu. Mas a praça em si não consegue absolutamente nada.<sup>165</sup>

Fica evidente na fala de Ana Alice que há uma divisão entre a Praça e o CRAS, como fossem dois equipamentos distintos e independentes. Isso corrobora o depoimento de Diselma Ferreira Santos, funcionária da Praça Jardim Acácia, entrevistada em 2017 na primeira visita de campo que fiz às Praças na cidade, que afirmou não haver “nenhum vínculo” entre o CRAS e a Praça, “ele só ocupa o espaço do CEU”. Ou seja, esse distanciamento entre o CRAS e demais equipamentos da Praça é desde a gênese do projeto, da sua implantação na cidade.

Ana Alice ainda completa a insatisfação com a SEDESO apontando para uma possível “maquiagem” nas reformas prediais realizadas e também questionando a real necessidade de um nutricionista na Praça, pontos relevantes da atual gestão, conforme dito por Cristiano.

A gente tem uma parede que está caindo. O que eles vão fazer? Eles vão passar uma massa corrida e vai pintar. Isso não existe. Nosso telhado está furado, ele molha. Eles vão passar uma massa corrida e colocar o gesso onde furou. Isso não existe. Então qual foi o benefício que até o momento a praça obteve com a chegada da SEDESO? Nenhum. Qual o benefício que tem de colocar um nutricionista? Porque a SEDESO colocou agora um nutricionista na praça, onde a SEDESO quer enviar para a praça, como lanche, suco de caixinha. Suco de caixinha, pelo amor de Deus. Não é normal, entendeu? Qual o nutricionista que vai dar um suco de caixinha a um aluno ou uma aluna? Não existe.

---

<sup>165</sup> Entrevista com Ana Alice, citada anteriormente.

Diante às críticas em relação a SEDESO, perguntei como ela via a atuação do CRAS na comunidade e sua relação com a Praça e a posição é ainda mais incisiva e questionadora, principalmente em relação ao uso do lanche como “mercadoria de troca” e a ausência de ações efetivas que aproximem o público das atividades propostas.

Essa questão do CRAS é bem complicada. O CRAS realmente tem um movimento muito grande, mas são as pessoas procurando o Bolsa Família, sabe? [...] Então nessa questão, o CRAS é muito procurado. Mas nas outras atividades, Grupos de Convivência, a gente tem um pequeno grupo de meninos que vêm por causa do lanche, eles só chegam quando está perto de pegar o lanche. Por quê? Porque é uma coisa obrigatória, não é uma coisa que eu vou se eu quiser, sabe? Então eu não sei te dizer qual o benefício realmente que o CRAS agrega à praça. De estar cadastrando o Bolsa Família, de estar fazendo o CadÚnico? Beleza. Porque no demais eu não vejo muita coisa não.

Os relatos de Cristiano e Ana Alice expõem percepções antagônicas em relação a gestão da SEDESO e evidenciam as tensões existentes entre os grupos de gestão ou ao menos de alguns de seus componentes e a coordenação das Praças.

No que diz respeito aos demais órgãos municipais, sobretudo as pastas da área social, como educação e saúde, por exemplo, a participação é irregular e pouco efetiva, mesmo essas pastas tendo assento no grupo de gestão. Em relação à Secretaria da Educação, por exemplo, Laiane Alves, coordenadora da Praça Aviário, conta que apesar de algumas contribuições pontuais de materiais, a participação era pífia e distante.

Para Fátima Suely, a “integração entre as secretarias municipais em torno da Praça era muito rasa” e, especialmente, a Secretaria de Educação “era muito ausente” diante do que poderia ofertar e contribuir. Por sua vez, Amarildo Costa traz outro ponto de vista sobre o assunto. Para ele, “se a gente parar para pensar na quantidade de profissionais de secretarias diferentes, não pode dizer que não houve articulação. Talvez ela não tenha ocorrido como deveria, mas houve sim”. Entre as secretarias envolvidas, em maior ou menor grau, estavam: Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer, Secretaria de Prevenção à Violência, Secretaria de Habitação, Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria de Saúde e Fundação Egberto Costa, além da Secretaria de Planejamento no início do processo.

Apesar do reconhecido distanciamento dos membros do grupo de gestão do poder público e consequente afastamento de algumas pastas que poderiam contribuir com atividades

sistemáticas e permanentes nas Praças, Ana Alice revela algumas experiências com as escolas<sup>166</sup> e o posto de saúde mantidos pelo município no bairro do Aviário, fruto de articulações realizadas pelo grupo de gestão.

A gente [grupo de gestão do Aviário] montou um projeto muito bacana, onde todos os dias, manhã e tarde, a gente pegava as crianças na escola e trazia para a praça para desenvolver algumas atividades, cada dia seria uma turma. Só que aí aconteceu um acidente na Mangabeira, se eu não me engano, onde uma criança foi para um passeio e morreu afogada. E, segundo a direção da escola, a Secretaria de Educação suspendeu essas atividades. E aí as crianças não podem vir... mas disso acontecer elas vinham para a praça. As atividades na praça se tornaram uma extensão das atividades da escola. Quando as professoras saíam para fazer o planejamento, no horário de planejamento, elas vinham para a praça fazer as atividades junto com os outros professores que não estavam no planejamento, cada dia uma turma. Mas depois que o acidente aconteceu, diretamente com a escola, a gente não teve mais contato. A gente tem sim alguns alunos que estudam de manhã e frequentam a praça à tarde, e quem estuda à tarde frequenta pela manhã. Há também a participação da Secretaria Municipal de Saúde, por meio do posto de saúde do bairro que participa de algumas atividades promovidas pela Praça, a exemplo de Feiras de Saúde, com a aferição de pressão, atendimento básico, etc.

No que diz respeito à participação do governo federal, vale registrar que os entrevistados informaram não haver ações diretas nas Praças além do acompanhamento anual que é feito por meio das pesquisas realizadas pela pasta da cultura. Hemérito Neto registra, no entanto, que o acervo da biblioteca e cineteatro (livros e filmes) foi encaminhado pelo Ministério da Cultura, não havendo a participação de nenhum outro ministério. Ou seja, a intersetorialidade que deveria existir também em âmbito federal, conforme visto no capítulo 2, é frágil ou inexistente, o que compromete a execução do programa na ponta.

A partir dos depoimentos coletados e pesquisas realizadas identifiquei ao menos três fases referente a participação dos órgãos públicos municipais na gestão compartilhada das Praças, a saber: 1. Pré-inauguração; 2. Cultura e Esporte; e 3. Complexo da Assistência.

<b>Fase</b>	<b>Descrição</b>
1. Pré-inauguração	Antes da inauguração das Praças, o programa era coordenado pela Secretaria de Planejamento que buscava atender às normas estabelecidas em convênio para a garantia dos repasses dos recursos financeiros e técnicos por parte do governo federal. Essa fase vai de 2010 a 2016.
2. Cultura e Esporte	Fase que marca a participação da SECEL e da FUNTITEC à frente da gestão compartilhada das Praças, a partir de 2016 até pelo menos 2019. Essa fase simboliza o protagonismo das ações culturais e esportivas nas

<sup>166</sup> O bairro do Aviário possui duas escolas públicas: Escola Municipal Professora Josenita Nery Boaventura e Escola Municipal Monsenhor Jesse Torres Cunha

	Praças, assim como contempla todo o primeiro mandato dos grupos de gestão.
3. Complexo da assistência social	O terceiro e atual momento diz respeito ao protagonismo do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), a partir da transferência de gestão para a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDESO). Essa fase é marcada ainda pela deterioração das Praças, passados quatro anos de inauguradas, com a necessidade de inúmeras intervenções de requalificação e manutenção.

Quadro 18 – Fases da participação dos órgãos públicos municipais na gestão das Praças CEU de Feira de Santana  
Fonte: Elaborado pelo autor

#### 4.1.3 Principais desafios e fragilidades da gestão compartilhada

Ao ouvir os entrevistados sobre os principais desafios e fragilidades do modelo de gestão compartilhada empreendida pelo programa Praça CEU, identifiquei questões de diversas ordens, categorizadas em dois aspectos: questões internas e externas aos grupos de gestão. As questões internas dizem respeito a tudo aquilo que envolve diretamente a atuação e comportamento dos representantes dos grupos de gestão; as questões externas são aquelas que envolvem outros atores ou elementos que não depende apenas do grupo, estando para além da sua capacidade de controlar e/ou intervir.

Nesse sentido, foi possível mapear ao menos nove desafios e fragilidades que surgiram com mais frequência nas falas dos entrevistados ou que foram pontuadas de maneira enfática por eles e eram comuns a pelo menos duas das três Praças envolvidas na pesquisa. Compõem esse quadro também observações feitas a partir dos documentos oficiais e do trabalho de campo realizado ao longo da pesquisa.

<b>Categoria</b>	<b>Descrição</b>
Externa	Influência político-partidária
	Operacionalização da intersetorialidade
	Inexistência de cargo específico de coordenador geral da Praça
	Manutenção e conservação da estrutura física
	Segurança das Praças
Interna	Falta de compreensão dos direitos e deveres de cada parte do grupo de gestão
	Ausência de programação que reflita os anseios e demandas da comunidade
	Ausência do poder público nas reuniões
	Adesão das comunidades no uso das Praças

Quadro 19 – Principais desafios e fragilidades da gestão compartilhada das



Praças CEU de Feira de Santana – BA  
Elaborado pelo autor

Laiane Alves, coordenadora da Praça CEU Aviário, trouxe uma informação que não foi apontada por nenhum outro entrevistado, que ela classifica como “o maior problema” que a gestão municipal enfrenta na administração das Praças: “aqui tem um problema sério com os vereadores dos bairros. Cada bairro tem o seu vereador, que não pode fazer nenhum trabalho em outro bairro, porque o vereador do bairro não aceita”. Segundo ela, se o “vereador do bairro” onde estão localizadas as Praças tiver acesso ao Prefeito e for influente, ele consegue mais recursos para a sua base eleitoral; do contrário, se não tiver força política para atrair recursos, não permite que outros o façam, que avance sobre sua base.

Ela explicou ainda que a mudança para a SEDESO contribuiu para manter sob uma mesma secretaria todos os equipamentos da Praça, facilitando as confluências de interesses. “Isso, essa junção de atividades ou de benefícios, porque o CRAS era de um vereador, ou de um secretário, e a praça era de outro, era da Cultura e da FUNTITEC. E aí agora, estando tudo com a SEDESO, a gente conseguiu fazer com que os alunos da praça tenham vínculo com o CRAS e os alunos do CRAS tenham vínculo com a praça”.

Desde o começo do ano, a gente agora está tentando alavancar isso, porque como é que eu tenho uma mulher que tem três filhos, e os três filhos dela fazem atividade na praça, e ela faz atividade no CRAS, e ela recebe lanche e os filhos não recebem, por quê? Era esse o problema da gente. Porque a gente pega a mulher, a mulher vai para o CRAS, a mulher passa uma hora no CRAS, então a hora que ela está no CRAS, os filhos dela estão na praça fazendo atividade lá, mas aí ela recebe o lanche só dela. E a gente da praça não tem recurso para dar um lanche para os três filhos dela. Então a gente conseguiu fazer essa junção agora, a gente vai receber agora junto com o CRAS todo esse material de merenda, porque se ele tem uma atividade na biblioteca, ele passa uma hora na biblioteca, ele vai ter direito a ter o lanche. Se ele faz aula de balé na praça, ele vai ter direito a ter o lanche. Tem atividade física também, que tem para criança, tem ginástica rítmica, então ele pode depois, que acabar a ginástica, ele vai ter o lanche dele, está garantido, você entendeu? E antes a gente não podia ter isso.

De imediato, esse depoimento de Laiane Alves remete a duas considerações importantes. A primeira é que a articulação e confluência, a chamada intersectorialidade, que deveria ocorrer entre diferentes secretarias municipais na condução das Praças, encontra nesse modo de gerir a cidade um grande empecilho. A aplicação do programa é em absoluto incompatível com uma cultura política quase feudal, no sentido de que há uma divisão de poder que impede qualquer articulação que o supere. Vale lembrar que, conforme exposto no segundo capítulo, o mesmo se

repete no âmbito federal em relação aos ministérios envolvidos no programa. Contudo, embora essa situação exponha a fragilidade de um dos eixos do programa, é preciso reconhecer também que reforça ainda mais a importância de programas que visem enfrentar o clientelismo tão comum à política brasileira e construir outras possibilidades e práticas de gestão.

A segunda questão diz respeito à forma como se lida com questões sensíveis como a fome e a violação dos direitos humanos: a utilização de lanche como instrumento de “poder”, uma vez que esse expediente está restrito a algumas secretarias que dispõe de mais recursos e, portanto, representa o poder de determinado grupo político-partidário, que pode fazer uso desse poder de forma leviana e/ou antiética.

Outra fragilidade da gestão das Praças é a inexistência do cargo de coordenação geral na administração pública do município. Cristiano Queiroz diz que esse cargo é apenas uma designação. Ou seja, tanto ele como seu antecessor, Amarildo, acumulavam a função de coordenação geral das Praças com as atribuições de seus cargos efetivos dentro do município. Apesar das dificuldades que o município deve enfrentar na ampliação de recursos humanos, por questões ligadas à lei de responsabilidade fiscal, a atuação de um único gestor para três Praças, que têm inúmeros equipamentos e geram diversas demandas, é visivelmente problemático e explica possivelmente o grande número de reclamações na efetividade dos grupos de gestão. A alternativa encontrada pela prefeitura foi designar um coordenador por Praça que atuam no cotidiano das demandas e necessidades locais da gestão.

Para Amarildo Costa, o maior desafio da gestão compartilhada das Praças está no entendimento equivocado tanto do poder público como da sociedade civil sobre os deveres e obrigações de cada parte. Ele resume que enquanto o primeiro acredita que está concedendo favores e regalias à comunidade, dando-lhe o direito de fazer determinadas escolhas, o segundo não compreende que há limites na sua representação. Em suas palavras “o poder público acha que está fazendo uma concessão e o morador acha que pode tudo”. Essas posições foram geradoras de alguns conflitos. Ele cita como exemplo o fato de os moradores do Jardim Acácia que, insatisfeitos com funcionários da empresa licitada para construir a Praça, passaram a exigir o desligamento deles, algo que não poderia ser feito pela prefeitura – apenas reportar a má conduta ou o trabalho não a contento do funcionário à empresa responsável.

Tinha um grupo de moradores que estava insatisfeito com alguns funcionários da empresa contratada para construir a obra, para você ter uma ideia de como eles se envolveram no processo, entrou neles essa coisa de que eles eram fiscais. E eles começaram a denunciar várias coisas que esse funcionário, [não

era funcionário da prefeitura], da empresa, não gostou do trabalho dele e denunciava, fotografava e queria a demissão do cara. E aí [a gente disse]: ‘olha, a gente quer dizer que o trabalho dele não está bom e ele tem que refazer, agora demitir é só a empresa’.<sup>167</sup>

Outros desafios pontuados pelos entrevistados envolvem questões como: manutenção e conservação das Praças, programação que reflita os anseios e demandas da comunidade e segurança. Além desses, há ainda outros dois que foram abordados nos tópicos anteriores: ausência do poder público nas reuniões e a pouca adesão das comunidades no uso das Praças, principalmente no Aviário, cujas representantes do grupo gestor entrevistadas afirmam que esperavam maior apropriação do espaço e atividades por parte dos moradores.

Em relação à manutenção e conservação dos equipamentos que compõem a Praça, como visto anteriormente, trata-se de motivos de atenção desde a construção, quando inúmeros problemas estruturais foram identificados, inclusive pelos próprios moradores e integrantes dos grupos de gestão. Por exemplo, na Praça do Aviário, Ana Alice cita o fato de um piso tátil para cegos terminar diante uma das paredes de vidro da Praça, o que pode ocasionar um grave acidente. Outro problema estrutural relatado por ela diz respeito à instalação das mesas de sonorização e iluminação do cineteatro, que não pôde ser feita porque o encanamento não permitia a passagem dos cabos dos equipamentos adquiridos. Para além desses problemas oriundos da construção, que exigem correção, há a necessidade da manutenção preventiva e corretiva permanente, o que eleva as despesas com a sustentabilidade das Praças, e isso precisa estar previsto no orçamento público.

Sobre a programação e atividades ofertadas na Praça, é de se esperar que haja diálogo e atenção às necessidades prementes dos moradores e usuários. A esse respeito, Dilza Matos Garcia do grupo de gestão da Praça CEU Aviário relata, por exemplo, que existe uma demanda reprimida por cursos profissionalizantes e até então só havia acontecido dois cursos nessa área, o que era pouco para o número de interessados.

A gente pediu muito que a prefeitura trouxesse curso profissionalizante. É a demanda que mais tem. Porque é como eu estou te falando: numa comunidade com muita mãe solteira, querem se aperfeiçoar, entendeu? E a prefeitura deixou a gente na mão. Até hoje existem coisas que a gente quer e a gente não consegue, que eles não colocaram. Porque eu acredito como eles disseram para a gente que a gente tinha que dar a nossa opinião do que a gente queria, teve coisa que a gente pediu e não veio. O curso profissionalizante foi uma dessas coisas, sabe? Se não me engano foram dois [cursos profissionalizantes]

---

<sup>167</sup> Entrevista com Amarildo Costa, citada anteriormente.

até hoje. Então eu acho que falta isso na praça, deveria ter cursos profissionalizantes.

Por fim, a segurança é outro tema recorrente e apontado como um desafio para a gestão da Praça. Lay Ribeiro afirma que em quase todas as reuniões o grupo gestor questionava uma forma de fechar a praça para poder ter mais segurança, com o argumento de que o espaço fica vulnerável para qualquer pessoa acessar. “Porque se eu uso a área, posso ir lá fazer atividade, qualquer pessoa, de qualquer situação, pode ir também, para o bem ou para o mal, né?” Embora nenhuma medida tenha sido tomada no sentido de cercar ou murar as Praças CEU da cidade, a proposta é sempre acionada como uma possibilidade de solução.

#### 4.1.4 Principais realizações e potencialidades da gestão compartilhada

As principais realizações e potencialidades da gestão compartilhadas das Praças CEU de Feira de Santana também foram identificadas a partir da visão dos entrevistados, documentos oficiais e trabalho de campo. Apesar das críticas ao modelo, há em comum entre aqueles com quem conversei um sentimento positivo sobre a importância do grupo gestor na condução das Praças. Elenco ao menos seis pontos, conforme quadro abaixo, sobre os quais tratarei a seguir.

Descrição
Sentimento de pertencimento
Ampliação do modelo de gestão para outras Praças da cidade
Melhoria da qualidade de vida dos usuários
Inclusão social da população em situação de vulnerabilidade
Garantia da realização de atividades de interesse dos usuários
Implantação de novas práticas de gestão

Quadro 20 - Principais realizações e potencialidades da gestão compartilhada das Praças CEU de Feira de Santana – BA  
Elaborado pelo autor

O modelo de gestão compartilhado exige que haja o envolvimento da sociedade civil de forma plena e organizada. Como visto no capítulo anterior, a etapa de mobilização social busca, em alguma medida, estimular esse envolvimento e aproximação dos moradores em torno da Praça. Para Hemérito Neto, isso é uma vantagem para o gestor que está à frente da administração da Praça, pois os moradores podem contribuir muito “porque conhecem a realidade do

bairro, dão um norte a ser seguido”.

Esse processo participativo provoca na comunidade um sentimento de pertença e uma responsabilidade em relação à Praça e ao bairro que muitos entrevistados sinalizaram como um dos principais ganhos com a chegada do CEU. Para exemplificar esse sentimento e envolvimento da comunidade, Cristiano Queiroz citou o caso do bazar realizado na Praça do Aviário para arrecadar dinheiro para a compra de brinquedos para as crianças do bairro, no qual a última edição havia conseguido recursos para adquirir 580 brinquedos para serem distribuídos no conjunto que faz parte da Praça, o que demonstraria o empenho e dedicação dos moradores. Outro exemplo citado foram os mutirões da Praça CEU Jardim Acácia no qual os moradores, incentivados pelo grupo gestor, pintaram e capinaram a grama que estava alta, com material próprio.

Eles meteram a mão na massa, doaram tinta, foram para cima. Conseguiram até fazer placa. Outro dia, quando fui visitar a Praça do Jardim Acácia, eu vi no meio da avenida principal: ‘siga em frente para a Estação Cidadania e Cultura Jardim Acácia’. Mais adiante vi outra placa apontando para cá. Quando eu cheguei na praça, outra placa dizendo que é a praça. Eu achei isso fantástico.

Cabe destacar que o sentimento de pertencimento alcança também os funcionários das Praças, não apenas os usuários. Em seu depoimento, Fátima Suely, diz que seu senso de comunidade ficou mais apurado após sua experiência como coordenadora da Praça CEU Cidade Nova – antes ela não se via tanto em comunidade.

Conversando com você agora sobre tudo isso, você me fez lembrar muitas coisas e sentir até saudade da praça CEU, sério, porque foi um momento muito rico de experiência na minha vida profissional e pessoal. Eu me sinto hoje mais próxima da minha comunidade, porque conheci as pessoas, né? A gente trabalha, chega em casa, se recolhe, não tem aquele contato tão próximo. E naquele momento eu tive essa oportunidade que para mim foi um grande ganho.

Cristiano encara os grupos de gestão como elementos fundamentais para o alcance e a repercussão que as Praças provocam em suas comunidades. Para ele, sem os grupos as Praças não seriam as mesmas. Nas palavras dele, existe “um carinho e um amor por aquele espaço” e a participação das pessoas contribui para a definição e redefinição das ações a serem executadas.

Os coordenadores trazem para a gente demandas que os próprios usuários passam para eles e eles já vão com um quantitativo de: ‘oh, nós temos x crianças para vocês conseguirem fazer um processo de trabalho com karatê’. A comunidade já vai assim para os coordenadores, entendeu? Então, assim, eles já

estão sentindo o gás de retomada do cuidado da praça e com isso vem a participação.

Dilza e Gilma, integrantes do grupo gestor do Aviário, coadunam com o relato de Cristiano no que se refere a redefinição das atividades programadas para as Praças. Segundo relataram, a atuação do grupo foi primordial para a conquista de atividades desejadas pela comunidade, como as aulas de *ballet* para o público da primeira infância, que era uma demanda das famílias do bairro. Dilza diz que “a mãe tem uma menina de 11 anos, mas tem uma de 3. Aí a de 11 vai [fazer alguma atividade na Praça] e a de 3 não? Aqui tem muita criança. Aí graças a Deus a gente conseguiu e botaram professor, e que professor, viu? O professor Aduino é ótimo. Fizeram uma apresentação no final de ano, a coisa mais linda do mundo”.

Para Gilma, o grupo gestor foi imprescindível para as conquistas alcançadas na Praça e acredita que sem ele “ia ter muita baderna, muito vandalismo”. Segundo ela, o grupo faz diferença na gestão,

porque quando a gente quer alguma coisa, bota o povo da secretaria no eixo, faz a reunião, ou dá ou desce, que a gente pede mesmo, exige, quer e quer ver diferença, mesmo eles enrolando. Agora, as crianças dessa vez, por causa da pandemia [de Covid-19], sentiram falta. Tem baile à fantasia para as crianças, Ana Alice e Laiane fazem muita brincadeira com as crianças, tem aula de idosos, ginástica corporal para idosos. Então, sem o grupo gestor eu acho que não existiria muita coisa aí na praça.

O professor Brito, integrante do grupo da Cidade Nova, defende que a existência do grupo gestor é a garantia da participação da sociedade civil nesse modelo de gestão compartilhada. Para ele, quando o grupo é comprometido e dialoga bem com a comunidade, o poder público “pensa dez vezes antes de fazer uma ação” porque “sabe que aquela comunidade é atuante e mobilizada e vai cobrar o que fizerem e não fizerem”.

Além da coesão social, a Praça e seu modelo de gestão impactam também na qualidade de vida dos seus usuários, conforme pontua Hemérito Neto. Ele diz ouvir depoimentos de pessoas que frequentam as atividades físicas ofertadas, principalmente da terceira idade, que relatam se “sentirem muito bem depois da praça, melhorou a questão da depressão, estão mais estimulados”.

Outro exemplo citado por Cristiano Queiroz como positivo sobre a atuação dos grupos de gestão se refere ao acompanhamento que é feito dos funcionários que prestam serviços nas Praças. Já houve a necessidade de trocar determinado profissional por conta de denúncias de comportamento inadequado: “vários casos de segregação, profissionais que segregavam para

realizar algum tipo de atividade e a gente descobriu por intermédio do grupo de gestão e a gente foi lá e mudou o funcionário”. Ele completa dizendo que, diferentemente “de qualquer outra praça que esteja ali só para você passar uma hora, sentar um pouquinho e sair, ou não ter nenhum envolvimento, as praças em si trazem um aspecto multicultural, interpessoal, de uma magnitude surpreende”.

O antecessor de Cristiano, Amarildo Costa, também reforça a importância da existência do grupo de gestão e destaca como a comunidade compreendeu que tinha um papel essencial no processo e tomou para si a responsabilidade do cuidado com a Praça. Ele relata um exemplo da época da construção das Praças que evidencia o entendimento da gestão compartilhada por parte dos moradores e membros do grupo de gestão.

Na fase de contratação dos equipamentos foi feita a licitação, compramos os equipamentos, e as empresas de cada uma das praças fizeram a entrega. Eram várias empresas, então cada uma foi entregando seus equipamentos em datas e locais diferentes, correto? Teve uma empresa que fez a entrega do material para um morador, eu não acreditei, porque demorou de a empresa entregar e eu liguei cobrando, disseram: ‘não, entregamos’, ‘entregou a quem?’, quando me deram as informações eu digo: ‘já sei quem é’. Foi um morador que disse: ‘não, pode deixar aqui que eu recebo’. O morador recebeu, conferiu tudo, porque ele sabia de tudo que ia chegar, conferiu tudo, guardou, ligou para a gente para dizer que ele recebeu e que estava tudo certinho, estava com ele. Para você ter uma ideia, ele entendeu que ele era parte do processo e ele achou que podia receber.

Na Praça Cidade Nova, Fátima Suely diz que o grupo gestor foi um grande apoio em sua gestão. Ela se reunia mensalmente à noite com o grupo e discutia sobre os usos dos equipamentos da Praça e outros temas. Ela lembra que as primeiras reuniões, inclusive, eram abertas para toda comunidade, não apenas os membros do grupo gestor, ocasiões em que se aproveitou para explicar o que era o programa CEU, seus objetivos e a implantação do projeto Arte de Viver. Sobre as reuniões específicas com o grupo gestor, ela diz que “nem tudo era mil maravilhas, porque quando a gente junta pessoas é claro que vão ter embates, mas sempre houve muito respeito entre nós” e destaca que “mesmo não concordando, mas considerando o princípio da democracia” os membros aceitavam o que era decidido pela maioria.

Considerando as vantagens obtidas com o modelo de gestão compartilhada, Cristiano confessou desejar, inclusive, adotá-lo em outras Praças da cidade, pois a prefeitura percebeu que há um cuidado maior por parte da população em relação às Praças CEU em relação às demais. A primeira praça que receberá a mesma metodologia de trabalho dos CEUs será a Praça da

Juventude, que, segundo ele, passou a tratá-la também como Estação Cidadania-Cultura, e pretende implantar lá um grupo de gestão compartilhado. A Praça da Juventude foi financiada pelo Ministério dos Esportes, conforme visto no capítulo dois, e apresenta uma estrutura ainda maior que os CEUs. Localizada no bairro Feira 7, Cristiano diz que a Praça é constantemente alvo de furtos de fiação telefônica e depredações de toda sorte; ele acredita que a implantação do grupo gestor poderá contribuir na construção de uma relação mais próxima com a comunidade local.

Amarildo comentou que, na época em que esteve como coordenador, fez um levantamento dos tipos de reparos e consertos que eram mais comuns nos CEUs e diagnosticou tratar da necessidade de manutenção devido ao desgaste e à utilização por muitas pessoas diariamente, mais do que por mau uso ou descaso da população.

Também em defesa da gestão compartilhada empreendida nas Praças, Amarildo cita o quanto esse processo é pedagógico para o poder público, uma vez que reeduca os funcionários públicos e o próprio sistema a descobrir outras práticas e formas de fazer.

A gestão pública, de maneira geral, não está acostumada a compartilhar, a fazer junto com o morador. Está acostumada a determinar, ‘tem que ser assim’. Então, a grande questão era que muitas vezes vinha um profissional de uma outra secretaria e ele dizia: ‘vou fazer assim’. Quando eu dizia: ‘não, não pode ser assim’, ‘ah, vai perder tempo’, ‘não, não vai perder tempo não, esse é o processo, vai ter que ser discutido com o morador e tem que aguardar a decisão dele’, ‘ah, mas o morador cobra demais’, ‘cobra, mas é o processo’.

A postura de Amarildo demonstra o desafio imposto aos gestores públicos que vai além de oferecer com eficiência, eficácia e pontualidade aos cidadãos a disponibilidade dos serviços básicos constitucionais, mas também contribuir, com comprometimento e responsabilidade, para o surgimento de outras práticas colaborativas e participativas de gestão.

#### 4.2 CONSENSOS E DIVERGÊNCIAS NOS USOS E APROPRIAÇÕES DAS PRAÇAS

A pasta da Cultura no âmbito federal, primeiramente como Ministério e depois como Secretaria Especial, realiza anualmente, desde 2015, pesquisa de monitoramento das ações desenvolvidas nas Praças, dos usos que as comunidades lhes dão e do cumprimento do modelo de gestão compartilhado proposto, conforme foi abordado no capítulo 2. Com base nas respostas coletadas, os gestores da pasta estabeleceram três marcadores para avaliar os resultados obtidos,



a saber:

1. Inovação: classificação que assinala que há destaque de desempenho no ponto avaliado, desenvolvimento de solução inovadora e/ou tem indicador acima da média em aspectos fundamentais de gestão;
2. Básico: classificação que indica que a Praça está na média em relação às demais no aspecto avaliado; e
3. Alerta: classificação que aponta que a Praça deve melhorar o indicador ou pode estar em risco de descumprimento dos objetivos originais do Programa.

No contexto da pesquisa, tive acesso, junto à Secretaria Especial da Cultura (Secult), aos marcadores que foram indicados às Praças CEU de Feira de Santana, em relação à pesquisa de 2019, último ano de atividades antes da pandemia<sup>168</sup>. Os dados foram coletados entre os meses de novembro de 2019 e fevereiro de 2020, logo após as Praças de Feira terem sido transferidas da FUNTITEC para a SEDESO, conforme vimos no capítulo anterior<sup>169</sup>.

A seguir apresento dados da referida pesquisa, que foram confrontados com as informações obtidas nas entrevistas realizadas com os gestores municipais e os membros dos grupos de gestão, além do trabalho de campo realizado neste estudo. Notam-se consonâncias entre as respostas e também entre o realizado e o previsto nos documentos referenciais do programa. Porém, há também muitas contradições e conflitos entre os membros que compõem os grupos de gestão e entre os grupos de gestão e o poder público.

#### 4.2.1 Funcionamento e recursos humanos

Segundo a pesquisa da Secult, as Praças CEU Aviário, Cidade Nova e Jardim Acácia, até fevereiro de 2020<sup>170</sup> funcionavam todos os dias da semana, com atividades sendo realizadas entre 8h e 18h, de segunda a sexta, das 8h às 14h, aos sábados, e das 8h às 12h, aos domingos.

<sup>168</sup> A avaliação das Praças CEU Aviário, Cidade Nova e Jardim Acácia foram obtidas junto a Coordenação-Geral de Gestão Compartilhada, da Secretaria Especial de Cultura, por e-mail, enviado ao autor, no dia 29 de setembro de 2020. As avaliações, com os principais indicadores aferidos na Pesquisa sobre o funcionamento das Praças CEU – Edição 2019, também foram encaminhadas aos gestores municipais.

<sup>169</sup> Considerei analisar o ano de 2019 pois foi o último ano antes dos impactos da pandemia por COVID-19. Nos anexos, apresento os dados individuais de cada Praça CEU: Aviário, Cidade Nova e Jardim Acácia.

<sup>170</sup> A partir de 17 de março de 2020, atividades com aglomeração acima de 50 pessoas foram proibidas, assim como foi indicado o fechamento de espaços culturais como teatros, bibliotecas, circos, em advento a pandemia por COVID-19, conforme Decreto nº 19.586 de 27 de março de 2020, publicado pelo governo do estado da Bahia (BAHIA, 2020).

Em geral, as áreas internas, como biblioteca, cineteatro, telecentro, salas multiuso e CRAS, funcionam apenas durante a semana ou até os sábados, e as áreas externas (quadras, pista de skate, caminhada e *playground*), estas sim, ficam disponíveis todos os dias.

Vale destacar que o fechamento das áreas internas aos finais de semana e o não funcionamento à noite é uma reivindicação constante das comunidades verificada nas entrevistas realizadas com os membros do grupo de gestão e vai de encontro ao que está previsto no Regimento das Praças (ANEXO B), conforme artigo 10. Foi possível notar no trabalho de campo, por exemplo, a quase nulidade de ações, mesmo nos espaços abertos, aos finais de semana, sobretudo nas Praças CEU Aviário e Jardim Acácia, e por consequência, possivelmente, a pouca presença de pessoas em suas dependências. Diferentemente, a Praça Cidade Nova estava sempre movimentada, com seus espaços abertos ocupados por pessoas em grupos ou individualmente, com variedade de faixa etária, em atividades programadas ou não, principalmente nos horários mais ameno de calor, final de tarde e início da noite.

A Secult classifica o funcionamento das três Praças com o marcador Inovação, uma vez que os gestores informaram que há oferta de atividades programadas em dias de semana e aos finais de semana, no caso da Praça CEU Aviário, e todos os dias da semana, incluindo sábados e domingos, no caso da Praça CEU Jardim Acácia e Cidade Nova, o que contradiz, em certa medida, conforme relatado acima, o que observei durante o trabalho de campo.

No que diz respeito aos recursos humanos, cada uma das Praças informou ter entre sete e 15 profissionais em seu quadro de pessoal (efetivos, terceirizados/temporários e estagiários), que atuam na coordenação, administração, proposição e condução das atividades sistemáticas (cursos, oficinas, aulas abertas etc.), serviços gerais e segurança; o que lhes conferem, de acordo com os critérios estabelecidos pela pesquisa, o marcador Básico. Entretanto, o fato de parte desses funcionários serem da comunidade (1 a 6, a depender da Praça) demonstra a preocupação da gestão municipal em priorizar a mão de obra local, o que é classificado com o marcador Inovação. Exceto pela equipe de segurança, não há funcionários à noite, horário em que é permitido apenas o uso das áreas externas.

Em abril de 2020, três meses após a finalização da coleta da referida pesquisa da Secult, as Praças receberam novos profissionais por meio de concurso REDA realizado pela SEDESO<sup>171</sup>. O atual coordenador do CEU Cidade Nova, Danilo Cerqueira<sup>172</sup>, por exemplo, diz ter hoje 19

---

<sup>171</sup> Agentes vinculados ao Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) são servidores públicos contratados pela Administração Pública direta ou indireta, temporariamente, em hipótese excepcional, para desempenho de função pública, com vínculo regido por legislação especial.

<sup>172</sup> Entrevista realizada com Robert Danilo Cerqueira Fonseca de Oliveira, ex-coordenador da Praça CEU Cidade Nova, em 24 de setembro de 2020, por meio de videochamada pelo Teams, conduzida pelo autor.

funcionários na Praça, todos eles REDAS ou terceirizados. Não há funcionários efetivos.

Questionada se a Praça Aviário também recebeu novos funcionários a partir de abril de 2020, assim como as Praças Jardim Acácia e Cidade Nova, Laiane Alves<sup>173</sup>, coordenadora daquela Praça, disse que não e que o CEU Aviário tem apenas cinco funcionários (uma profissional de educação física, uma auxiliar administrativa, uma pedagoga e dois serviços gerais – excetuando a equipe do CRAS). Segundo ela, “A questão do Aviário é porque as pessoas dizem que lá é muito longe, que lá é perigoso”. Ela mesma não mora no Aviário, mas diz preferir o Aviário a qualquer outra Praça da cidade.

Outro ponto que Laiane Alves levanta diz respeito a uma informação contraditória, pois segundo ela o “estatuto diz que a prioridade de trabalhar nessas praças seria dos moradores da comunidade, caso eles fossem aptos a exercer aquele cargo, e na verdade nada disso acontece”. No entanto, não há nada no texto do referido documento que confirme a interpretação dada pela entrevistada. Embora essa medida seja interessante e muito positiva do ponto de vista social, uma vez oportunizaria postos de trabalho para a própria comunidade.

Voltando a pesquisa da Secult, outro ponto avaliado como positivo diz respeito a presença de profissionais que atuam exclusivamente em determinados espaços da Praça: biblioteca, telecentro, quadra, CRAS etc. Considerando que cada um desses locais presta serviço de diferentes áreas sociais e de conhecimento (cultura, esporte, saúde, lazer, assistência etc.), é óbvia a necessidade de profissionais especializados para atender as especificidades de cada equipamento.

Vale apontar, no entanto, o depoimento de Hemérito Neto, ex-coordenador da Praça Jardim Acácia, no qual ele sinaliza a necessidade de outras categorias profissionais no quadro de pessoal da Praça, a exemplo de zelador ou um encarregado de manutenção, jardineiro e técnico de enfermagem.

Nós precisaríamos, na minha opinião e experiência em administração, termos um zelador, um jardineiro, com equipamentos próprios, para quando o capim estiver dessa forma, ele mesmo vir e com a máquina aparar a grama, cortar. Nós não temos isso aqui. Nós precisaríamos ter aqui uma técnica de enfermagem ou uma enfermeira para primeiros socorros, porque é um local onde se desenvolvem atividades físicas. Ter um local, uma salinha, para aferir uma pressão, primeiros socorros. Eu vejo a necessidade desses profissionais numa estrutura dessas, e não há<sup>174</sup>.

<sup>173</sup> Entrevista realizada com Laiane Alves, coordenadora da Praça CEU Aviário, em 29 de setembro de 2020, via chamada de vídeo pelo aplicativo WhatsApp, conduzida pelo autor.

<sup>174</sup> Entrevista com Hemérito Neto, já citada anteriormente.

O marcador Alerta fica por conta da inexistência de trabalhadores voluntários no âmbito das Praças.

Quesito	Marcador		
	Inovação	Básico	Alerta
<b>Funcionamento</b>	[Aviário] A oferta de atividades programadas ocorre em dias de semana e aos finais de semana / [Jad. Acácia e Cidade Nova] A oferta de atividades programadas ocorre durante todos os dias da semana, incluindo finais de semana	Oferece atividades programadas	
<b>Recursos Humanos</b>	Há pessoas da comunidade trabalhando na Praça	A equipe tem de 7 a 15 pessoas	Não há voluntários trabalhando na Praça
	Há professores e monitores oriundos de instituições parceiras		
	Há pessoas para trabalhar exclusivamente na Biblioteca, no Telecentro, na Quadra, no CRAS e nas Áreas Externas		

Quadro 21 - Funcionamento e recursos humanos das Praças CEU Aviário, CEU Cidade Nova e CEU Jardim Acácia

Fonte: Secretaria Especial da Cultura, 2020. Elaborado pelo autor

#### 4.2.2 Sistema e-praças, planos e relatórios de gestão

O perfil das três Praças no sistema e-praças, mantido pelo governo federal como uma ferramenta de acompanhamento e de gestão dos empreendimentos, não está com todos os campos preenchidos, sendo que a Praça CEU Aviário é a mais desatualizada, com a última postagem datada de agosto de 2019<sup>175</sup>. Tanto os entrevistados que atuam ou atuaram na coordenação das Praças quanto os membros dos grupos de gestão afirmaram ser atribuição da coordenação geral preencher as informações no sistema.

Os campos para preenchimento no sistema são: agenda de atividades; galeria de fotos; relação de parceiros e atores sociais que atuam na Praça; informações sobre o grupo gestor, como

<sup>175</sup> De acordo com o último acesso que fiz em 25 de março de 2022, por meio do link: <https://epracas.cultura.gov.br>.

nomes, telefones e e-mail, além do decreto de nomeação e estatuto; recursos humanos, com nomes e funções; e localização. Há ainda informações sobre o número do contrato firmado entre prefeitura e governo federal e o valor do repasse efetuado ao município para a construção do espaço. Estas são informações que qualquer cidadão pode acessar ao criar um *login* no sistema. A interface para os gestores da praça e os gestores públicos das instâncias municipais e federal permitem acesso a outros documentos e dados que não são disponibilizados ao público geral.

A despeito da existência de um sistema on-line, não há informações precisas sobre como acessar documentos como: atas das reuniões dos grupos de gestão, os planos de ação e os relatórios anuais. Segundo Amarildo Costa, que durante os anos em que esteve à frente da coordenação geral das três Praças mantinha sob sua guarda esse material, ele transferiu “para o órgão que antes estava à frente, que era a Fundação Egberto Costa, hoje não é mais a fundação, é a Secretaria de Desenvolvimento Social. Então ou está com a Secretaria de Desenvolvimento Social ou com a Fundação Egberto Costa”.

Laiane Alves, atual coordenadora da Praça CEU Aviário, e que trabalhou durante alguns anos com Amarildo como assistente administrativo, dá o tom da desorganização que há ou havia em torno dos documentos referentes as Praças, até mesmo das notas fiscais comprobatórias das obras que deveriam ser apresentadas nas prestações de contas a Caixa, financiadora dos empreendimentos. Ela conta que as notas fiscais, atas de reuniões e toda sorte de documentos eram guardados em caixas e que ela teria organizado todo esse material, pois Amarildo não tinha tempo para fazê-lo, mas também não soube precisar o destino deles.

Quando eu fui trabalhar com Amarildo, a minha primeira função era a organização desses documentos. Eu fui para organizar e eu ia retornar para a praça, eu não ia ficar trabalhando com ele. Eu só ia lá para organizar os materiais, porque estavam em caixas, um monte de documento importante em caixas [...] Então eu fui para isso, eu fui para passar um mês lá fazendo isso. Eu consegui fazer em quinze dias o material todo. De oito caixas, eu fiz duas caixas e aí depois eu acabei a parte manual, eu fui para a parte de computação [...] todos os documentos que eram feitos, que eram usados, notas fiscais, tudo o que era ata das reuniões, tudo estava na caixa. [...] Mexer com contabilidade, mexer com essa responsabilidade de milhões é muito grande, então a gente tem que ter toda a atenção e todo o cuidado.

Apesar de ser coordenadora de uma das Praças, Laiane diz não dispor, por exemplo, de cópias das atas das reuniões dos grupos de gestão, e voltou a insistir que tais documentos estavam em posse de Amarildo. Cabe registrar que a entrevista com Laiane foi realizada em setembro de 2020, quase um ano depois de Amarildo ter deixado a coordenação geral e seis meses depois de Cristiano Queiroz ter assumido a função, por meio da SEDESO.

Bom, ata a gente não tem, porque as atas geralmente ficavam com o Amarildo. O único documento que eu tenho da praça é o estatuto. Documento legal eu tenho só o estatuto da praça. Essa parte documental eu não sei muito te informar. Eu sei te informar das pendências que a praça tem, né? Daí eu tenho.

Também perguntei aos membros dos grupos de gestão se eles tinham acesso ou se dispunham de cópias das atas das reuniões, planos e relatórios, e todos negaram e registraram que era Amarildo quem ficava com esses documentos, corroborando o depoimento de Laiane Alves. Ou seja, o grupo não ficava com os documentos que ele mesmo produzia – ao menos em relação as atas das reuniões, o que demonstra, no mínimo, um descompromisso com a memória do programa, da gestão e seus desdobramentos, além de indicar falta de transparência, o que se contrapõe aos documentos referenciais e eixos conceituais do programa.

Os entrevistados demonstraram desconhecer também os custos mensais das Praças, embora tenham informado que elas estão no planejamento da Lei Orçamentária Anual (LOA) do município – o que lhes garantiu a avaliação Inovador pela pesquisa da Secult. No entanto, os coordenadores e ex-coordenadores das Praças não souberam estimar as despesas, fosse mensal ou anual, com atividades e programação, recursos humanos, manutenção e custeio (água, luz, telefone, limpeza e segurança) da Praça. O desconhecimento dos investimentos e das despesas é algo muito comum entre gestores de equipamentos públicos. Em geral, a estrutura administrativa do setor público não facilita o acesso a tais informações.

Inicialmente a conta [de energia elétrica] até chegava aqui na praça, mas a secretaria orientou que passado diretamente para a sede. Então foi mudado o endereço e agora as contas vão direto para a prefeitura.<sup>176</sup>

As despesas e investimentos são custeadas 100% pela prefeitura, não há nenhuma parceria com instituições ou empresas com vistas a contribuir para o funcionamento da Praça.

Sobre esse ponto, vale recuperar o discurso feito pelo ex-prefeito José Ronaldo, em 2017, no V Encontro Regional das Praças CEU, no qual ele teceu críticas à relação que o governo federal costuma estabelecer com os municípios, enfatizando o pouco diálogo existente, a imposição de projetos já previamente formatados, além do congelamento de recursos da União enquanto as despesas das prefeituras seguem em crescimento. No discurso, ele frisou também desejar que os recursos para a manutenção dos projetos federais fossem garantidos pelo governo federal, incluindo as Praças CEU (MINC, 2017b).

---

<sup>176</sup> Entrevista com Hemérito Neto, citada anteriormente.

Quesito	Marcador		
	Inovação	Básico	Alerta
Fonte de recursos	[Aviário, Cidade Nova e Jardim Acácia] A Praça conta com uma ação orçamentária específica na LOA municipal para custeio e manutenção.		

Quadro 22 - Fonte de recursos das Praças CEU Aviário, CEU Cidade Nova e CEU Jardim Acácia  
Fonte: Secretaria Especial da Cultura, 2020. Elaborado pelo autor

Outro ponto curioso no que diz respeito à gestão das Praças é o fato de não haver nenhuma ação em rede entre os três CEUs, de acordo com o relato de Hemérito Neto. A questão intriga porque o trio de empreendimentos tem o mesmo coordenador geral e está sob a gestão de uma mesma secretaria municipal, mas mesmo diante desses elementos, que poderiam ser facilitadores, não há ações integradas entre elas. Fátima Suely, que coordenou a Praça CEU Cidade Nova por quase dois anos, assumiu, por exemplo, que nem mesmo conheceu as outras duas Praças da cidade. Em suas palavras: “eu nunca conheci [...] eu nunca fui na [Praça] do Aviário, nunca fui no Jardim Acácia, mas pelo que os coordenadores contavam, até pela questão que a gente vê mesmo, é outra situação do próprio entorno”.

#### 4.2.3 Públicos

A avaliação da Secult no quesito público se restringe ao quantitativo. Classificado como Básico, as Praças atenderam em 2019 a um público semanal que variava de 600 a 800 pessoas a depender da localidade. Esses números consideram tanto os espaços abertos quanto fechados.

Em relação ao número de participantes em atividades programadas, ou seja, aquelas ações promovidas pelas Praças e parceiros de forma sistemática ou pontual no momento de aplicação da pesquisa, foi possível verificar em torno de 300 usuários no Aviário e Jardim Acácia e 400 pessoas na Cidade Nova. Parte considerável das atividades oferecidas são da área de cultura, esporte e assistência.

A faixa etária dos usuários que mais utilizam cada Praça varia bastante de uma para

outra. Enquanto na Cidade Nova o público mais frequente são pessoas acima de 60 anos, no Aviário as crianças de 7 a 12 anos estão em maior número no uso do espaço e os adultos de 30 a 60 anos estão mais presentes na Praça Jardim Acácia. Atesta esses dados o depoimento da coordenadora da Praça CEU Aviário, Laiane Alves<sup>177</sup>, segundo a qual

[...] a Cidade Nova, que é um bairro de classe média, classe média alta, com pessoas de uma certa idade, são mais idosos, pessoas mais maduras, que cobram que tenham atividades para pessoas da idade deles, eles cobram acessibilidade na praça. O Jardim Acácia é um bairro que é mais adolescente, mais jovem, tem também um grupo bom de idosos, mas os jovens lá, de 12 a 19 anos, são o grupo chave. Para eles, o mais importante era o zelo, era manter a praça de fato arrumada, organizada, mais tranquila, é um bairro também de classe média. É um bairro em que moram mais casais com filhos adolescentes. Então a maior cobrança do grupo gestor do Jardim Acácia era que tivesse atividades para os casais e atividades para os jovens. No Aviário são 200 crianças, que 150 delas não têm alimento em casa. É um bairro de classe baixa, baixíssima, são pessoas carentes de verdade. São pessoas que às vezes têm um alimento no dia, né?

Nesse contexto, Cristiano Queiroz, atual coordenador geral das Praças, aponta a ausência de ações votadas à faixa etária de jovens adultos, dos 19 aos 29 anos, e pondera que esta costuma ser uma faixa vulnerável, com menos políticas públicas específicas em comparação ao público infantil e idoso, por exemplo.

Não foi possível identificar, porém, alguma pesquisa qualitativa, nem por parte do governo federal tampouco do poder municipal, que buscasse aprofundar o conhecimento sobre os públicos regulares ou cultivados, potenciais e almejados das Praças, com vistas a ponderar e mensurar sobre seus hábitos e gostos, seus interesses e percepções, os motivos que lhes impedem uma maior frequência e uma participação mais ativa e constante nas atividades ofertadas etc.

A ausência de pesquisas permanentes e sistemáticas a respeito do consumo e práticas culturais ainda é um desafio a ser enfrentando, não apenas no âmbito das Praças CEU, obviamente, mas para o campo da cultura de modo geral, uma vez que compreender os interesses e as barreiras ao acesso e a produção da cultura é um passo fundamental para a construção de políticas públicas adequadas às reais demandas sociais. Ter acesso a tais informações pode contribuir, inclusive, para Gilma e Dilza, representantes do grupo de gestão da Praça CEU Aviário compreenderem melhor os motivos que impedem os moradores de se apropriarem das atividades ofertadas. Possivelmente, descobriremos que o “problema” pode estar muito mais no que é

---

<sup>177</sup> Entrevista realizada com Laiane Alves, citada anteriormente.



e como é disponibilizado do que nas pessoas que não o consome.

Quesito	Marcador		
	Inovação	Básico	Alerta
Público		A média de frequentadores da Praça semanalmente, considerando o uso dos espaços fechados e abertos da Pc. Aviário é de 600 pessoas, da Pc. Cidade Nova é de 800 pessoas e da Pc. Jd. Acácia é de 700 pessoas.	
		A média de inscritos em atividades programadas no momento da pesquisa na Pc Aviário e Jd. Acácia é de 300 pessoas e da Pc. Cidade Nova 400 pessoas.	

Quadro 23 - Públicos das Praças CEU Aviário, CEU Cidade Nova e CEU Jardim Acácia  
Fonte: Secretaria Especial da Cultura, 2020. Elaborado pelo autor

#### 4.2.4 Atividades comunitárias e programação

A pesquisa identificou também que as Praças Aviário e Jardim Acácia realizam mensalmente, além de atividades programadas (ou sistemáticas), outras ações esporádicas da comunidade como festivais, celebrações, campeonatos, eventos, bazares, entre outras; o que lhes conferem a classificação Básico. Por sua vez, a Praça Cidade Nova, a maior das três, realiza atividades esporádicas da comunidade, além das programadas, a cada seis meses, sendo classificada nesse quesito com o marcador Alerta.

Quesito	Marcador		
	Inovação	Básico	Alerta
Atividades comunitárias		[Aviário e Jd. Acácia] Além das atividades programadas, são realizadas atividades esporádicas como festivais, celebrações, campeonatos, eventos, bazares, entre outras, mensalmente	[Cidade Nova] Além das atividades programadas, são realizadas atividades esporádicas como festivais, celebrações, campeonatos, eventos, bazares, entre outras, a cada 6 meses.

Quadro 24 - Atividades comunitárias das Praças CEU Aviário, CEU Cidade Nova e CEU Jardim Acácia  
Fonte: Secretaria Especial da Cultura, 2020. Elaborado pelo autor

De acordo com o Relatório Geral de Atividades de 2019 das Praças CEU, elaborado pela FUNTITEC e publicado pela Prefeitura Municipal no site da SEPLAN, em conjunto aos demais relatórios das secretarias e autarquias municipais, uma série de projetos pontuais (eventos esporádicos) e sistemáticos (eventos permanentes) foram realizados ao longo de todo o ano. Entre as ações sistemáticas, destacam-se as oficinas e cursos artísticos do projeto Arte de Viver e as diversas atividades esportivas e de desenvolvimento físico.

Vale notar que quase não há referência no relatório às ações desenvolvidas no âmbito dos CRAS, localizados nas Praças, e que são administrados pela SEDESO, desde 2016. As ações ali realizadas estão descritas apenas no relatório da SEDESO, sem referência alguma de que os centros estão sediados em praças públicas que ofertam diversas outras atividades e tampouco mencionam se há ações conjuntas com as demais secretarias e órgãos que ali atuam. Isso denota a ausência de ações convergentes entre as duas secretarias mais atuantes nas Praças, a SECEL, por meio da FUNTITEC, e a SEDESO, e confirma as observações feitas na primeira parte deste capítulo.

Outro ponto que não aparece no relatório de 2019 e evidencia ou uma mudança de postura das Praças ou uma contradição ao depoimento dado em 2017 por Diselma Ferreira Santos, funcionária da Praça CEU Jardim Acácia, diz respeito a presença, ao menos uma vez por mês, segundo ela, de ações realizadas por igrejas, sejam elas católicas ou evangélicas, e centros espíritas, nas dependências da Praça. Durante o trabalho de campo, em 2019, foi possível verificar a realização de algumas dessas atividades religiosas no cineteatro do CEU Cidade Nova, que fica defronte a uma grande igreja católica.

Em relação à área da cultura, o maior destaque, segundo o presidente da FUNTITEC, Antônio Carlos Daltro Coelho, é o programa Arte de Viver, que consiste no oferecimento de cursos e oficinas artísticas com duração semestral nas áreas de dança (*ballet baby*, *ballet infantil*, capoeira, dança do ventre, dança de salão e *street dance*), música (violão e teclado), artes visuais (pintura em tela) e teatro.

O programa, criado no início dos anos 2000, é realizado em diversos espaços culturais da cidade, além das três Praças, e em 2019, segundo Coelho, ofereceu, aproximadamente, 4,5 mil vagas, que atenderam interessados de 4 a 80 anos, formando 140 turmas de música, dança, teatro, balé, artes visuais e capoeira. As aulas são ministradas por professores temporários, contratados mediante edital de convocação.

Na Praça Cidade Nova, um dos projetos sistemáticos de destaque é o Leiturinha no CEU: interação com o Programa Arte de Viver, posteriormente renomeado para Transformar

através da leitura, devido a mudança no nome Praça CEU para Estação Cidadania-Cultura. No entanto, não houve alteração no escopo do projeto, que consiste em estimular o gosto pela leitura por meio de ações mediadas por uma profissional da biblioteca da Praça, durante os intervalos dos cursos do Arte de Viver. Em alguma medida, esse mesmo projeto acontece nas outras duas Praças, mas com outras denominações e poucas diferenciações na metodologia.

O cineteatro da Praça CEU Cidade Nova, talvez por ser o maior das três, com capacidade para 125 pessoas, abrigou entre os meses de maio e novembro de 2019 o projeto Circuito Cultural, da produtora Lima Produções Culturais, com patrocínio da Belgo Bekaert Arames, via Lei de Incentivo à Cultura, antiga Lei Rouanet. O projeto acontece desde 2011 em Feira de Santana e em outras duas cidades nas quais a patrocinadora tem sede, Osasco (SP) e Contagem (MG). Realizado quinzenalmente aos sábados, o Circuito é composto geralmente por espetáculos de artes cênicas e música infantojuvenil, oriundos de diferentes cidades e Estados, oferecidos gratuitamente. Durante o trabalho de campo, acompanhei alguns desses espetáculos e atestei a adesão do público que assiste e interage com os personagens e a história.

Ainda de acordo com o Relatório Geral de Atividades da FUNTITEC, entre as atividades esportivas realizadas sistematicamente, embora haja pequenas variações de nomenclatura entre os projetos de uma e outra Praça, estão ações destinadas ao condicionamento físico por meio de exercício aeróbico e funcional, com turmas divididas por faixa etária e/ou gênero, além de práticas esportivas como futsal, baleado, boxe, karatê, entre outros.

Ressalta-se aqui que a pesquisa da Secult apontou que as atividades esportivas, a exemplo de futebol, basquete, capoeira, karatê, vôlei, skate, ginástica, caminhada, entre outras, são as atividades que contam com a maior adesão das comunidades das três Praças. Em segundo lugar estão as ações que envolvem livro, leitura e literatura (por exemplo: saraus, contação de histórias, eventos literários, entre outras). A pesquisa revela também que em comum às três Praças está a ausência de ações específicas para a primeira infância, de zero a seis anos.

A seguir quadro com as principais atividades culturais e esportivas mapeadas no relatório anual de 2019 da SECEL e FUNTITEC.

<b>Cultura</b>			
<b>Projeto</b>	<b>Descrição</b>	<b>Praça de Realização</b>	<b>Promotor</b>

Leiturinha no CEU: interação com o Programa Arte de Viver	Projeto de estímulo à leitura, por meio de contações de histórias e leituras coletivas e individuais, a partir de temáticas preestabelecidas. O projeto depois foi renomeado para "Transformar através da leitura"	Cidade Nova	Praça CEU Cidade Nova
Colônia de férias	Realização de atividades culturais e esportivas para crianças de 6 a 12 anos, no mês de janeiro	Cidade Nova	Praça CEU Cidade Nova
Programa Arte de Viver	Oferecimento de cursos e oficinas artísticas nas áreas de Violão, Ballet Baby, Ballet Infantil, Capoeira, Teatro, dança do Ventre, Dança de Salão, Pintura em Tela e Street Dance. Aulas diárias e semanais.	Cidade Nova, Jardim Acácia e Aviário	FUNTITEC
Cultura nas Praças	Realização de espetáculos de teatro infantojuvenil, aos sábados de fevereiro	Cidade Nova e Jardim Acácia	FUNTITEC
16ª Edição Festival Vozes da Terra	Concurso de música	Cidade Nova	FUNTITEC
Festival Metropolitano de Música Gospel	Concurso de música gospel	Cidade Nova	FUNTITEC
Circuito Cultural Belgo Bekaert Arames	Realização de espetáculos de teatro, dança e música, quinzenalmente aos sábados	Cidade Nova	Belgo Arames, por meio da Lei Rouanet
O CEU da melhor idade	Aulas de isometria, aeróbico, circuitos funcionais, etc; e recreação: atividades lúdicas com bolas, dança e coreografias	Jardim Acácia	Jardim Acácia
Carnaval das antigas	Projeto voltado ao público idoso, com o intuito de relembrar os antigos carnavais	Jardim Acácia	Jardim Acácia
Projeto Escolas Culturais (Circuito Luiz Orlando de Exibição Audiovisual)	Exibição itinerante de filmes	Jardim Acácia	SecultBa, SJDHDS e a SEC
BRINCADEIRAS NO CEU – Recreação Infantil	Realizado em parceria com CMEI Eduardo Mirando, foca no público de 03 a 05 anos	Jardim Acácia	Jardim Acácia
Ciclo de leituras	Leituras coletivas ou individuais na Biblioteca CEU Princesa do Sertão. Realização sistemática	Jardim Acácia	Jardim Acácia
12º FENATIFS - Festival Nacional de Teatro Infantil de Feira de Santana	Realização anual, no mês de outubro, com apresentações de espetáculos de teatro infantil com grupos locais e nacionais.	Cidade Nova e Jardim Acácia	CUCA/UEFS
Maleta viajante - Leitura na Praça	O Projeto tem como objetivo desenvolver o gosto pela leitura e estimular a	Aviário	Praça CEU Aviário

	criatividade das crianças proporcionando um momento prazeroso, com variados temas a serem abordados.		
Leitura e Desenho livres	Voltado às crianças de 7 a 10 nos	Aviário	Praça CEU Aviário
Cinema na Praça	Realização de exibição de filmes na Praça	Aviário	Praça CEU Aviário
Jogos e recreação	Realização de jogos e brincadeiras para crianças	Aviário	Praça CEU Aviário
Danças culturais	Realização de aulas de danças populares	Aviário	Praça CEU Aviário
Garota Primavera	Concurso de beleza da garota primavera mirim e juvenil	Aviário	Praça CEU Aviário
Baile de Halloween	Festa com brincadeiras e doces, performances e arrecadação de doações.	Aviário	Praça CEU Aviário
<b>Esporte</b>			
<b>Projeto</b>	<b>Descrição</b>	<b>Praça de Realização</b>	<b>Promotor</b>
Operação saúde	Realização de oficinas e palestras, com foco na saúde da mulher	Cidade Nova	Setor de Educação Física da Praça e a Secretaria da Saúde
Exercitando na Estação	Oferecimento de treinamento funcional para turmas de variadas idades	Cidade Nova, Jardim Acácia	Setor de Educação Física
Melhor idade ativa: treinamento funcional para idosos	Treinamento funcional para homens e mulheres a partir de 50 anos	Cidade Nova, Aviário	Setor de Educação Física
Yogue-se na Estação	As aulas de yoga voltado para o público a partir de 18 anos, do sexo feminino e masculino	Cidade Nova	Setor de Educação Física
Swingando na Estação	Aulas de swing baiano aberto para o público masculino e feminino que tenham idade igual ou superior a 14 anos	Cidade Nova	Setor de Educação Física
Infância ativa: Funcional kids	Aulas de funcional para crianças de 05 a 12 anos	Cidade Nova, Aviário	Setor de Educação Física
Esporte na Estação: Futsal e Boleado	Turmas para crianças e adolescentes de 7 a 10 e 11 a 15 anos	Cidade Nova, Aviário	Setor de Educação Física
Baba do CEU	Futsal infantojuvenil (de 7 a 17 anos de idades). O projeto depois foi renomeado para "Nova geração"	Jardim Acácia	Praça Jardim Acácia

MOVIMENTE-SE NO CEU – Atividades Físicas para Mulheres	O projeto foi criado para atender as necessidades físicas específicas das mulheres, precisamente as balzaquianas - com treinos de atividades localizadas, circuitos funcionais, atividades para a melhoria do condicionamento físico.	Jardim Acácia	Praça Jardim Acácia
Karatê	Turmas de Karatê para todas as faixas etárias	Jardim Acácia	Praça Jardim Acácia
Feira da Saúde	Oferecimento de vacinação antitetânica, sarampo, tríplice viral, influenza, febre amarela, etc. Atendimento médico, testes rápidos, verificação com bioimpedância e medidas antropométricas, educação sexual, massagens, tratamentos de beleza como manicure e pedicure, além de orientações jurídicas.	Aviário	Praça Aviário, FUNTITEC, Corpo de bombeiros, CRAS.
Defesa pessoal	Orientações e noções de defesa pessoal	Aviário	Praça Aviário
Ginástica rítmica	Ginástica rítmica para crianças e adolescentes de 8 a 10 e 11 a 13 anos	Aviário	Praça Aviário
Boxe chinês	Boxe chinês para crianças e adolescentes de 8 a 12 e 13 a 17 anos	Aviário	Praça Aviário

Quadro 25 - Relação das principais atividades culturais e esportivas (pontuais e sistemáticas) realizadas nas Praças de Feira de Santana, em 2019

Fonte: FEIRA DE SANTANA, 2019. Elaborado pelo autor

Em relação às ações desenvolvidas, em 2019, no âmbito do CRAS, pela SEDESO, estão Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), além de eventos coletivos e visitas domiciliares, que totalizam quase 30 mil atendimentos e atividades ao longo do ano.

Total de famílias em acompanhamento pelo PAIF	1.675
Total de atendimentos individualizados	21.003
Grupos do PAIF	256
SCFV (crianças de 0 a 6 anos)	59
SCFV (crianças de 0 a 6 anos em situação prioritária)	9
SCFV (crianças de 7 a 14 anos)	293
SCFV (crianças de 7 a 14 anos em situação prioritária)	111
SCFV (adolescentes de 15 a 17 anos)	25
SCFV (adolescentes de 15 a 17 anos em situação prioritária)	13
SCFV (idosos)	142
SCFV (idosos em situação prioritária)	31

SCFV (18 a 59 anos)	286
SCFV (18 a 59 anos em situação prioritária)	32
Pessoas com deficiência participando do SCFV ou dos grupos do PAIF	62
Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas	139
Eventos coletivos	2.369
Visitas domiciliares realizadas	2.025
<b>Total</b>	<b>28.530</b>
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família	

Quadro 26 - Atividades/Atendimentos realizados pelos CRAS das Praças CEU e Nº de beneficiários, em 2019  
Fonte: FEIRA DE SANTANA, 2019. Elaborado pelo autor

#### 4.2.5 Uso e conservação dos espaços

Questionados sobre o espaço mais utilizado da Praça considerando atividades programadas e uso espontâneo pela comunidade, os coordenadores responderam à pesquisa da Secult que a quadra é o equipamento mais usado na Cidade Nova e Aviário, e o cineteatro na Jardim Acácia.

Já o telecentro é o espaço menos utilizado nas três Praças. Em entrevista ao autor, Queiroz informou que, ao assumir a coordenação geral das Praças em março de 2020, verificou que os computadores do telecentro estavam, em sua maioria, sem condições de uso. Os poucos que ainda foi possível ser restaurados foram colocados à disposição das comunidades para cadastramento do auxílio emergencial fornecido pelo governo federal durante os meses mais intensos da pandemia, sob orientação dos profissionais do CRAS.

Segundo Ana Alice Pereira Vitório<sup>178</sup>, do grupo gestor da Praça CEU Aviário:

O telecentro nunca funcionou, mesmo havendo 16 computadores disponíveis: Para você ver, a gente tem, se eu não me engano, são 16 computadores, se eu não me engano, a base é mais ou menos essa, 16 computadores junto com o que fica na sala de coordenação. A gente tem mais de 100 pessoas matriculadas num curso de informática desde 2016 que nunca aconteceu, (...) A gente conseguiu colocar internet final de 2018, mas uma internet que mal funciona. A internet aqui, para ser liberada para o povo, é um Deus nos acuda.

<sup>178</sup> Entrevista realizada com Ana Alice Pereira Vitório, Membro do grupo gestor - Representante da Associação de Moradores, da Praça CEU Aviário, em 25 de novembro de 2017, na Praça CEU Aviário, e 14 de outubro de 2020, por meio de videochamada pelo WhatsApp, conduzida pelo autor.

Esses dois depoimentos, no entanto, divergem em relação às informações da pesquisa da Secult, que apontou que os equipamentos de informática das Praças estavam em boa condição de conservação, classificando esse quesito com o marcador Inovação.

Cabe registrar também que, segundo o ex-coordenador do CEU Jardim Acácia, a Praça possui zona livre de wi-fi mantido pela FUNTITEC. Questionado sobre a qualidade do sinal, ele admitiu, no entanto, não ser tão boa, com interferências constantes que exigem contatar a empresa prestadora do serviço em diversos momentos.

Esse contexto chama ainda mais atenção quando considerado que as Praças foram administradas ao longo de três anos pela Fundação Municipal de Tecnologia da Informação, Telecomunicação e Cultura Egberto Tavares Costa, que tem entre suas finalidades o desenvolvimento de processos de inclusão digital e de melhoria da infraestrutura nessa área no município.

Notei divergências também em relação às respostas dadas sobre a conservação dos espaços físicos, classificado com o marcador Inovação, e as entrevistas, por exemplo, dadas por Dilza Matos Garcia<sup>179</sup> e Ana Alice Pereira Vitória<sup>180</sup>, membros do grupo de gestão da Praça CEU Aviário, que relataram vir apontando desde 2017 uma série de problemas de estrutura e manutenção em diversas dependências da Praça: na quadra (alambrado desabando), na sala multiuso (rachadura e goteira na laje), nos vidros das janelas (finos demais em relação à estrutura), nos banheiros (não têm porta), na grama (sem manutenção), nas salas do CRAS (pequenas para o tipo de serviço prestado), além da ausência de copa para os funcionários.

Segundo Dilza e Ana Alice, esses e outros problemas foram abordados por elas no V Encontro Regional das Praças CEU, realizado em 2017, e teriam recebido como réplica por parte dos representantes do MinC, promotores do evento, que, em relação aos problemas de projeto, o MinC havia elaborado um projeto de referência, que poderia ser adequado por cada município à realidade local, mas isso não aconteceu, já que a maior parte dos municípios o executaram exatamente como foi enviado, com o intuito de evitar maiores custos. As gestoras do MinC teriam dito ainda que era preciso separar as possíveis incorreções do projeto arquitetônico dos problemas de execução da obra realizada pela empresa licitada, que este último era

---

<sup>179</sup> Entrevista realizada com Dilza Matos Garcia, Membro do grupo gestor - Representante do Conselho da Comunidade, da Praça CEU Aviário, em 17 de outubro de 2020, por meio de videochamada pelo WhatsApp, conduzida pelo autor.

<sup>180</sup> Entrevista realizada com Ana Alice Pereira Vitória, Membro do grupo gestor - Representante da Associação de Moradores, da Praça CEU Aviário, em 25 de novembro de 2017, na Praça CEU Aviário, e 14 de outubro de 2020, por meio de videochamada pelo WhatsApp, conduzida pelo autor.



recorrente e teria feito muitas prefeituras desistirem do convênio. Por fim, informaram que melhorias na Praça que não prejudicam o projeto original (alterar a finalidade dos espaços e seus usos, por exemplo) são possíveis, como a ampliação dos edifícios.

Sobre medidas de segurança, nenhuma das três Praças são cercadas, embora essa seja uma proposta sempre pautada pelos gestores, inclusive, defendida pelo atual coordenador geral, Cristiano Queiroz, mas não é consenso entre os membros dos grupos de gestão. Para ele, gradear a Praça seria uma alternativa eficaz contra os recorrentes furtos que acontecem, pois considera insuficientes as demais medidas adotadas, como as câmeras de vigilância com monitoramento 24 horas, a instalação de filme escuro nos vidros dos edifícios e a presença de segurança 24 horas.

Estamos pensando na possibilidade de gradear, aumentar um pouco mais a segurança. Eu tenho praça aqui que toda a fiação dos postes foi arrancada, entendeu? Eu tenho praça hoje sem energia em boa parte justamente por conta desse roubo de fiação. Então aí a gente percebe que há uma necessidade de fazer esse trabalho<sup>181</sup>.

No entanto, logo em seguida ao depoimento acima, o próprio Cristiano afirma que o caso citado se refere a Praça da Juventude e não às Praças do programa CEU.

Segundo Luís Augusto Oliveira, diretor de atividades culturais da FUNTITEC, os casos de roubo e furto nas dependências da Praça são muito menores do que projetavam, tendo em vista a pouca segurança da Praça e a quantidade de equipamentos técnicos de alto valor comercial disponíveis nos espaços. Para ele, a vigilância e o compromisso de cuidado da própria comunidade são elementos essenciais no impedimento de ocorrências maiores e mais graves.

Quesito	Marcador		
	Inovação	Básico	Alerta
Uso e conservação dos espaços	A maioria dos espaços físicos (incluindo acervo e mobiliário) encontra-se em estado bom ou ótimo de conservação	Quadra e Pista de skate ficam acessíveis à comunidade no período noturno	
	Os equipamentos de vídeo e som encontram-se em estado bom de conservação		

<sup>181</sup> Cristiano Queiroz em entrevista citada anteriormente.

	Os equipamentos de informática encontram-se em estado bom de conservação		
	Os equipamentos esportivos encontram-se em estado bom de conservação		
<b>Telecentro e acesso à Internet</b>		A velocidade da internet no Telecentro é maior que 2MGBps até 9 MGBps	
		O Telecentro conta com acesso à internet, sendo este por cabo	
<b>Abertura e medidas de segurança</b>	A Praça encontra-se totalmente aberta ao público, sem grades, cercas, muros ou portões		

Quadro 27 - Conservação dos espaços, Telecentro e Segurança das Praças CEU Aviário, CEU Cidade Nova e CEU Jardim Acácia

Fonte: Secretaria Especial da Cultura, 2020. Elaborado pelo autor

#### 4.2.6 Comunidade e sociedade civil organizada

Quando questionados quais os principais impactos que a implantação das Praças causou nas comunidades, foram abordados pontos como: 1. capacitação das pessoas; 2. maior acesso aos direitos básicos dos cidadãos; e 3. melhoria dos vínculos familiares e comunitários. Esses pontos, em alguma medida, corroboram os comentários coletados nas entrevistas com os membros dos grupos de gestão, que, conforme apontado na primeira parte deste capítulo, sinalizaram como principais realizações e impactos das Praças: sentimento de pertencimento; ampliação do modelo de gestão para outras Praças da cidade; melhoria da qualidade de vida dos usuários; inclusão social da população em situação de vulnerabilidade; garantia da realização de atividades de interesse dos usuários; e implantação de novas práticas de gestão.

A pesquisa da Secult apontou também que 1. conhecimento e autoestima dos moradores locais e 2. entretenimento para a população e oportunidade de conhecimento para as crianças de baixa renda foram indicadas como as principais mudanças que ocorreram na comunidade e território após a instalação da Praça. O primeiro foi relatado pela Praça CEU Cidade Nova e o segundo pelas outras duas.

Em relação aos públicos alcançados, os resultados da pesquisa apontaram que na Praça

Cidade Nova há atividades direcionadas para grupos específicos, como pessoas neurodiversas<sup>182</sup>, mulheres, pessoas com deficiência, população negra, estudantes, idosos, grupos artístico-culturais independentes, mestres e grupos das culturas populares, urbanas e rurais. Na Praça Aviário o direcionamento é feito para idosos e pessoas com deficiência, enquanto que na Praça Jardim Acácia há atividades destinadas especialmente a pessoas ou grupos vítimas de violência, neurodiversas, mestres e grupos das culturas populares, urbanas e rurais.

Sinalizado com o marcador Básico, as três Praças informaram ter de 1 a 5 grupos que utilizam as dependências do equipamento para ensaios, oficinas e/ou apresentações, independente de atividades programadas, e que os principais grupos são de capoeira e karatê. Cultos religiosos também fazem parte da rotina das Praças, o que pode ser atestado no trabalho de campo, quando foi possível verificar a montagem de altar no palco para a realização de festividades e cultos, sobretudo na Praça CEU Cidade Nova, que se encontra defronte a uma grande igreja cristã.

A presença de associações, ONGs, OSCIPs ou outros grupos organizados ocupando as dependências das Praças com atividades e uso dos espaços é mais frequente na Jardim Acácia, que informou ser semanal essa ocupação, conferindo-lhe o marcador Inovação. Na Praça Aviário essa periodicidade é anual, sendo, dessa forma, estabelecido o marcador Básico. A Praça Cidade Nova afirmou não ter organizações dessa natureza utilizando seus espaços, classificada, portanto com o Alerta, o que indica a necessidade de melhorar o indicador pois pode estar em risco de descumprimento dos objetivos originais do Programa.

Não identifiquei, na pesquisa da Secult nem nas entrevistas realizadas, a presença de pontos de cultura nas Praças, tampouco relação entre os dois programas na instância municipal. De acordo com o site oficial do programa Cultura Viva<sup>183</sup>, há atualmente 13 pontos de cultura na cidade de Feira de Santana. Conforme assinalado no capítulo dois, a desarticulação entre os dois programas, Praça CEU e Cultura Viva, acontece até mesmo em âmbito federal, o que reverbera também nos municípios, o que fica evidenciado com o caso de Feira. A parceria dessas duas iniciativas, que compartilham das mesmas diretrizes – participação social e diversidade, poderia contribuir na ampliação e fortalecimento das ações em âmbito local.

Quesito	Marcador		
	Inovação	Básico	Alerta

<sup>182</sup> Neurodiversidade se refere às variações naturais no cérebro humano de cada indivíduo em relação à sociabilidade, aprendizagem, atenção, humor e outras funções cognitivas. O termo foi criado em 1998 pela socióloga Judy Singer, que, junto ao jornalista Harvey Blume, foi responsável por popularizar o conceito.

<sup>183</sup> Cf. Site oficial do programa Cultura Viva. <http://culturaviva.gov.br/>. Acessado em: 9 abr. 2022.

<b>Comunidade e sociedade civil organizada</b>	A comunidade ajuda na conservação do equipamento	A Praça é utilizada para ensaios, oficinas ou apresentações por 1 a 5 grupos da comunidade, independente das atividades programadas oferecidas	
	[Jd. Acácia] A Praça conta com associações, ONGs, OSCIPs ou outros grupos organizados ocupando o equipamento com atividades e uso dos espaço semanalmente	[Aviário] A Praça conta com associações, ONGs, OSCIPs ou outros grupos organizados ocupando o equipamento com atividades e uso dos espaço anualmente	[Cidade Nova] Praça não conta com associações, ONGs, OSCIPs ou outros grupos organizados ocupando o equipamento com atividades e uso dos espaços

Quadro 28 – A Comunidade e as Praças CEU Aviário, CEU Cidade Nova e CEU Jardim Acácia

Fonte: Secretaria Especial da Cultura, 2020. Elaborado pelo autor

Um outro ponto sensível no quesito comunidade e sociedade civil organizada e que não é alcançado pela pesquisa da Secult está descrito no relatório do V Encontro Regional das Praças CEU, no qual o Sr. Ruy Contreras, ex-coordenador da Praça CEU Aviário, ao fazer uma breve apresentação sobre a Praça, narrou uma dificuldade, que denominou de “guerra de territórios”: o bairro do Aviário foi dividido e os habitantes do Paulo Souto<sup>184</sup> estão impedidos de ir à Praça CEU, por conta de disputa de território do tráfico, o que impossibilita que parte da comunidade usufrua das atividades e serviços oferecidos (MINC, 2017b).

O bairro Aviário é bastante estigmatizado na cidade, por conta da violência e do tráfico de drogas. Foi possível atestar esse cenário durante o trabalho de campo, no qual era comum a dificuldade para chegar ou sair da Praça de táxi ou de transporte por aplicativo, uma vez que os motoristas dispensavam as corridas quando descobriam o destino. Todavia, a violência não tem sido um problema exclusivo do bairro, mas de toda a cidade. Segundo relatos de Diselma Ferreira Santos<sup>185</sup>, funcionária terceirizada da Praça Jardim Acácia, antes da construção, o local “era um terreno baldio, que servia até de desova de cadáveres e tudo mais”. De acordo com dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021, divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Feira de Santana figura como a terceira cidade mais violenta do País, quando o recorte são mortes violentas intencionais, com taxa de 89,9 mortos por 100 mil habitantes.

Essa realidade expõe outras nuances das relações das Praças com as comunidades onde se inserem e, em alguma medida, atestam ainda mais a importância de sua existência, mesmo

<sup>184</sup> Conjunto habitacional Paulo Souto é um sub-bairro pertencente ao bairro Aviário.

<sup>185</sup> Entrevista realizada com Diselma Ferreira Santos, funcionária terceirizada da Praça Jardim Acácia, em 26 de novembro de 2017, na Praça CEU Jardim Acácia, conduzida pelo autor.

com suas precariedades, deficiências e/ou incompletudes. Esses espaços surgem como política pública para o enfrentamento de diversas vulnerabilidades por meio de ações sociais que têm potencial, como visto até aqui, para oportunizar outras e novas perspectivas de vida para muitas pessoas. Em um contexto no qual ainda impera no país políticas punitivistas e/ou pouco estruturantes, sobretudo, quando se trata de questões ligadas ao consumo de drogas e a violência urbana, a presença e efetividade de um espaço público destinado a acolher e disponibilizar acesso a bens e serviços culturais, esportivos, laborais e assistenciais à população local parecem-nos louvável e capaz de provocar mudanças efetivas, ainda mais quando essa iniciativa demarca como fundamental o envolvimento e a participação plural da comunidade no processo de gestão e decisão.

Identificados os principais consensos e também as divergências que permearam a gestão das Praças de Feira de Santana entre os anos de 2016 e 2020, a seguir busco refletir e ponderar sobre a gestão compartilhada empreendida no âmbito das Praças CEU, com base nas chaves conceituais desse trabalho – participação social e diversidade cultural.

#### 4.3 A GESTÃO COMPARTILHADA À LUZ DA DIVERSIDADE E DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

As Praças CEU da cidade de Feira de Santana estão em funcionamento desde 2016 com investimento inicial na ordem de R\$ 7.540.000,00<sup>186</sup>, o que representa 62% e 26%, respectivamente, do montante investido pelos órgãos SECEL e SEDESO no ano de 2019, conforme vimos no terceiro capítulo, demonstrando a importância desses espaços. No entanto, embora tenham sido concebidas seguindo os preceitos determinados em convênio e documentos referenciais do programa que exigem a implantação de gestão compartilhada entre poder público e sociedade civil, observei, conforme visto até aqui, equívocos, falhas e incompletudes na operacionalização desse modelo de gestão. Mas identifiquei também pontos positivos que evidenciam as potencialidades dessa política pública que, a despeito das diversas mudanças de gestão e diretrizes institucionais pelas quais passou desde sua implantação em 2010 e que interferiram no seu desenvolvimento e, por certo, no cumprimento ao que se propunha quando criada, ainda assim provoca impactos significativos nas comunidades onde está inserida.

---

<sup>186</sup> Valor investido pelo governo federal com recursos do PAC para construção civil e equipar as Praças.

Os depoimentos coletados nas entrevistas com os membros dos grupos de gestão e coordenadores que atuam ou atuaram na administração das Praças CEU Aviário, Cidade Nova e Jardim Acácia, a confrontação entre eles e as informações levantadas a partir de outras fontes apresentadas ao longo dos quatro capítulos deste trabalho revelam de igual maneira as incompletudes e contradições do modelo de gestão compartilhada e colaborativa ao mesmo tempo em que evidenciam também que suas falhas não anulam os efeitos positivos provocados nas vidas das pessoas nas comunidades.

Isso posto, nos tópicos a seguir teço algumas reflexões sobre as fases e níveis de participação e sobre a diversidade presente na estrutura e nas práticas de gestão empreendidas nas Praças CEU de Feira.

#### **4.3.1 Fases e níveis de participação**

A partir da pesquisa e do acompanhamento da gestão das Praças CEU de Feira de Santana, identifiquei e categorizei ao menos quatro momentos bem delimitados e particulares que dizem respeito a participação da sociedade civil na gestão compartilhada daqueles empreendimentos, considerando o período de recorte do estudo, 2016 a 2020:

1. Desconfiança: no primeiro momento, antes da convocação e apresentação formal por parte do poder público sobre o programa Praça CEU, as comunidades acreditavam tratar-se de uma iniciativa eleitoreira e/ou de um empreendimento comercial. Havia, portanto, uma atmosfera de descrença e desconfiança que foi se dissipando aos poucos;

2. Conquista: em seguida, com o processo de mobilização social concluído, os grupos de gestão definidos e as Praças inauguradas, as comunidades e os principais atores envolvidos no processo de gestão demonstravam entusiasmo no desenvolvimento do programa na comunidade. Essa fase é marcada por muitas transformações, afinal é o momento em que a Praça sai do plano das ideias e torna-se uma realidade palpável, no qual os membros dos grupos de gestão ocupam papel fundamental no processo;

3. Divergências e descumprimentos: com o início das atividades das Praças, os membros do grupo gestor, sobretudo os representantes da sociedade civil sentem-se alijados das decisões. Esse sentimento é recorrente nas três Praças, com especial destaque para o CEU Aviário. As cobranças por programação de acordo com os interesses locais e manutenção da estrutura física

são constantes, com respostas morosas por parte do poder público. Esse momento é marcado também pela ausência dos representantes do terço referente aos órgãos da administração pública nas reuniões ordinárias do grupo gestor;

4. Frustração e cansaço: o permanente “descompromisso” do poder público foi gerando desânimo e descrença na gestão compartilhada, que para alguns representantes dos grupos de gestão, inclusive, parece não existir para além dos documentos e discursos. Nota-se nuances de cansaço por parte da sociedade civil em participar, sugerir e criticar e não ter retornos efetivos e com a agilidade, emergência e urgência que as demandas sociais exigem. Alguns apontam, inclusive, para uma certa encenação da participação, como se ela não fosse, de fato, efetiva.

A desconfiança inicial da primeira fase deu lugar ao entusiasmo a partir das ações de mobilização levadas a cabo pela prefeitura. Apesar de aparentemente bem-sucedida tendo em vista a finalização dos produtos a que se pretendia – a formação dos grupos de gestão e a elaboração do Estatuto e Regimento, vale analisar criticamente a etapa de mobilização social, pois ela ajuda a compreender o que viria a se tornar a gestão compartilhada posteriormente e a entender até onde se permitiu a participação da sociedade civil naquele processo.

Etapa obrigatória e anterior a inauguração da Praça, conforme sinalizado no terceiro capítulo, a mobilização social foi realizada a partir de metodologias pré-elaboradas disponibilizadas pelo então Ministério da Cultura, que já haviam sido testadas e aplicadas em diversas localidades pelo País. O intuito dessa fase é criar uma relação de pertencimento entre a comunidade e a praça, evitando que a instalação do empreendimento chegue como um corpo estranho e se apossa da paisagem, sem qualquer vínculo efetivo e afetivo com as pessoas e o local.

Apesar de bem-intencionadas, as mobilizações em Feira promoveram um processo participativo estimulado por meio do recebimento de produtos alimentícios, a exemplo de lanches, como forma de atrair as pessoas. O fato de vivermos em um país em que a dignidade alimentar ainda é uma questão muito séria, o direito à alimentação saudável e diária nunca deveria ser posta como moeda. Além disso, as ações de mobilização social estavam concentradas na aplicação de ferramentas tecnicistas e lúdicas, as discussões eram pouco reflexivas e esvaziadas de qualquer debate mais aprofundado sobre os contextos políticos, institucionais e sociais e sobre as estruturas de poder e práticas contra hegemônicas.

Nesse sentido, valem as reflexões de Barros (2020) sobre o “uso de metodologias ancoradas na encenação da participação mediada pelo diálogo” em que o autor afirma que muitas vezes essas estratégias encobrem desigualdades de poder. Para Barros, a utilização de “práticas lúdicas se apresentam como biombos das relações de poder e esvaziam o espaço reflexivo, a

autonomia de escolhas, as possibilidades de efetiva apropriação” (2020, p. 169). Práticas participativas a que se destinam quebrar paradigmas e construir relações verdadeiramente horizontais, exigem, em certa medida, uma “radicalidade política, epistêmica e emocional” (SANTOS, 2002; BARROS, 2020).

No entanto, a despeito da promoção de uma participação utilitarista, com vistas a entrega de um produto final, é preciso reconhecer que a etapa de mobilização tornou o programa conhecido nas comunidades de Feira e entusiasmou as pessoas com as oportunidades que poderiam ser geradas pela presença das Praças nos bairros. Uma vez formados os grupos de gestão, o nível de envolvimento dos membros não foi linear e igualitário entre eles. Alguns se implicaram mais que outros no processo e suas opiniões e posições sobre o modelo de gestão, invariavelmente, refletem o grau de comprometimento de cada um. Se, de um lado, é possível notar maior atuação dos membros da sociedade civil e entidades, do outro constata-se a ausência dos representantes do poder público nas reuniões ordinárias que deveriam ser realizadas mensalmente. Ou seja, as decisões que deveriam ser tomadas coletivamente, a partir do debate permanente com a participação de membros com diferentes olhares, valores e vínculos institucionais, eram inviabilizadas porque a participação dos representantes do poder público era precária ou inexistia. Esse contexto denota a fragilidade do modelo e demonstra que o poder deliberativo concedido pelo estatuto aos grupos não era efetivo. Ao final, de modo geral, as decisões eram tomadas pela prefeitura e comunicadas aos grupos, que se contrapunham em casos isolados, como relatado pelas moradoras do Aviário em relação as modalidades de cursos de artes ofertados, por exemplo.

Diante desse cenário, a frustração e o cansaço daqueles que se envolveram mais firmemente foi ficando latente e mesmo acreditando na transformação que as Praças poderiam provocar nas comunidades, a gestão compartilhada em si era objeto de muitas críticas. O programa CEU na cidade de Feira de Santana não conseguiu imprimir relações e diálogos verdadeiramente horizontais nos grupos de gestão, algo que se esperaria em processos que se pretendem efetivamente colaborativos.

Se considerarmos, por exemplo, as tipologias de níveis de participação cidadã criadas por Arnstein (1969), apresentadas no primeiro capítulo (e rememoradas nesta nota de rodapé<sup>187</sup>), a experiência da gestão compartilhada das Praças CEU de Feira de Santana estaria no

---

<sup>187</sup> Cabe rememorar aqui a escada de participação social desenvolvida por Arnstein (1969). A escada é composta por oito degraus, que vai do menor ao maior nível de participação. Os primeiros degraus são: 1. Manipulação e 2. Terapia, que são os níveis de “não-participação”, que têm como objetivo real não permitir que a população participe nos processos de planejamento ou conduzir programas, mas permitir que os tomadores de decisão possam “educar” ou “curar” os participantes. Os degraus 3 e 4 são denominados pela autora como Informação e Consulta,



estágio da pouca concessão de poder, classificada entre o terceiro e quarto degrau da escala criada pela autora. Nesses níveis, a participação do cidadão é restrita a ouvir e ser ouvido, fornecer informações e ser consultado, mas o poder de decisão permanece com os “poderosos”, que, nesse caso, seria o poder público. A autora alerta que, quando a participação está restrita a esses níveis, não há continuidade, tampouco há garantia de mudanças estruturais, inclusive na centralização do poder, mantendo-se o *status quo*.

É possível considerar, no entanto, com base nos depoimentos coletados e analisando a gestão das Praças a partir das fases citadas acima, que houve momentos em que se alcançou o quinto degrau, denominado Pacificação, no qual se permite aos cidadãos aconselhar o poder público, mas se retém na mão destes o direito de tomar a decisão final. Observei esse estágio, por exemplo, quando os futuros membros dos grupos de gestão, ainda na etapa de mobilização, sinalizavam necessidades de mudança e/ou correções nas obras ainda em curso e foram devidamente acatadas pela prefeitura em algumas situações, conforme demonstrei no capítulo três.

Todavia, para subir aos degraus mais altos dos níveis de participação, a gestão compartilhada das Praças precisaria estabelecer o que Arnstein denomina de Parceira, que seria o sexto degrau, no qual é permitida a negociação “de igual para igual com aqueles que tradicionalmente detêm o poder. Nos degraus superiores, 7. Delegação de poder e 8. Controle cidadão, o cidadão detém a maioria nos fóruns de tomada de decisão, ou mesmo o completo poder gerencial” (ARNESTEIN, 1969 *apud* BARROS, 2020, p. 162). Mas esses estágios não foram alcançados e não há indicativos que apontem para uma evolução nesse sentido.

A participação social no âmbito do programa se dava de forma encenada, ou seja, embora a comunidade tivesse assento nos grupos de gestão, dois terços, diga-se de passagem, a negociação não era horizontal, tampouco deliberativa, como reza a Cartilha de Práticas de Gestão das Praças CEU, publicada pelo MinC em 2017, como abordado no segundo capítulo. As discussões, inclusive, ficavam prejudicadas por conta da ausência dos membros do poder público.

O Grupo Gestor é uma forma inovadora de Gestão de serviços públicos, por meio da qual as decisões efetivas sobre os serviços, ações, projetos e programas executados na Praça CEU são tomadas de forma compartilhada visando

---

respectivamente, e eles avançam a níveis de concessão limitada de poder que permitem espaços de escuta e interlocução. No entanto, nesses níveis, a população não tem o poder para assegurar que suas opiniões serão aceitas por aqueles que detêm o poder, não havendo garantia de mudanças estruturais e/ou duradouras. O degrau 5 é denominado Pacificação e consiste em um nível superior dessa concessão limitada de poder, pois permite que a população aconselhe os poderosos, mas retém na mão destes o direito de tomar a decisão final. No degrau 6 surge a Parceria, no qual os cidadãos podem participar e negociar de igual para igual com aqueles que tradicionalmente detêm o poder. Nos últimos degraus, 7. Delegação de poder e 8. Controle cidadão, o cidadão detém a maioria nos fóruns de tomada de decisão, ou mesmo o completo poder gerencial (ARNESTEIN, 1969 *apud* BARROS, 2020).

atender melhor a comunidade beneficiária do equipamento. É dever da Prefeitura dar condições para a execução das ações deliberadas pelo Grupo Gestor. Por isso, é importante que a coordenação municipal da Praça seja parte deste Grupo (MINC, 2017a, p. 7).

Houve uma apropriação do discurso da participação social por parte da prefeitura municipal como forma de atender aos requisitos para implementação do programa na cidade e legitimar o processo, sendo realizada como uma formalidade burocrática.

Todavia, essa situação não foi pacífica. Membros da sociedade civil, em especial do grupo de gestão da Praça CEU Aviário, apontavam rotineiramente para o descumprimento dos documentos referenciais do programa. Inclusive, era comum nos depoimentos dos entrevistados do poder público a informação de que a maior cobrança e contestação das decisões da prefeitura vinha do grupo de gestão daquela Praça.

Cabe destacar que a comunidade do Aviário tem um perfil que a distingue das outras duas. Nela identifiquei um senso de solidariedade maior entre os moradores, que se reflete, por exemplo, no perfil dos eventos propostos na Praça – de cunho filantrópico e solidário, assim como pela história do bairro, que congrega diversos conjuntos habitacionais populares, alguns deles construídos por mulheres da própria comunidade enquanto seus maridos, pais e filhos trabalhavam fora. Esse senso solidário e articulador confere ao Aviário uma particularidade que repercute diretamente no nível de envolvimento de seus membros no grupo gestor da Praça. Comprova ainda mais essa percepção o depoimento da ex-coordenadora da Praça Cidade Nova, Fátima Suely, no qual ela confessa que foi apenas após a experiência como gestora que sua percepção de que vivia em comunidade aflorou, vez que o bairro Cidade Nova tem uma dinâmica de pouco convívio e relações entre vizinhos.

No que diz respeito à participação dos órgãos públicos municipais, também identifiquei e categorizei, a partir da pesquisa realizada, ao menos três momentos que são bem nítidos, a saber:

1. Pré-inauguração: antes da inauguração das Praças, o programa era coordenado pela Secretaria de Planejamento (SEPLAN) que buscava atender às normas estabelecidas em convênio para a garantia dos repasses dos recursos financeiros e técnicos por parte do governo federal. Essa fase abarca todo o período de inscrição e seleção no edital, obras das Praças e condução do processo de mobilização, que vai de 2010 a 2016;

2. Cultura e esporte: fase que marca a participação da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer (SECEL) e da Fundação Municipal de Tecnologia da Informação, Telecomunicação e Cultura Egberto Tavares Costa (FUNTITEC) à frente da gestão compartilhada das Praças, a

partir de 2016 até pelo menos 2019, simbolizada no protagonismo das ações culturais e esportivas nas Praças, assim como contempla todo o primeiro mandato dos grupos de gestão;

3. Complexo da assistência social: o terceiro e atual momento diz respeito ao protagonismo do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), a partir da transferência de gestão para a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDESO). Essa fase é marcada ainda pela deterioração das Praças, passados quatro anos de inauguradas, com a necessidade de inúmeras intervenções de requalificação e manutenção, assim como pelo fim dos mandatos dos grupos de gestão sem retomada de novas eleições.

Ao longo dessas três fases, notei também, assim como em relação à participação dos membros dos grupos de gestão, limitações no que diz respeito à dimensão intersetorial do programa em âmbito municipal. Um dos eixos basilares do programa Praça CEU, a intersetorialidade prevê a ação conjunta de diferentes pastas municipais como “forma de gestão que possibilita a resolução de problemas de modo integral e não em partes, tendo como princípio entender o cidadão na sua complexidade e com suas demandas diversas” (MINC, 2017a, p. 4). Ou seja, é a possibilidade de ofertar de forma integrada várias políticas públicas, com vistas a contribuir na resolução articulada de problemas que tenham causas relacionadas entre si, além de otimizar os recursos disponíveis, possibilitando complementação e cooperação financeira entre setores e áreas.

Nesse sentido, a intersetorialidade proposta no programa vai ao encontro do que defende Vich sobre as políticas culturais (2014, 2017). Para o autor, elas devem estar articuladas com outras dimensões da vida social, como as políticas econômicas, da saúde, da habitação, do meio ambiente, de gênero, de segurança cidadã, do combate à corrupção, do contrário há o risco “que a cultura continue sendo vista como entretenimento ou como assunto para especialistas” (VICH, 2017, p. 50).

A atuação da SECEL, da FUNTITEC e da SEDESO, principais órgãos envolvidos na gestão das Praças, não garantiu a implementação de políticas públicas articuladas e perenes entre elas e outros órgãos, o que aponta para uma intersetorialidade superficial, frágil e dependente dos interesses e acordos político-partidários às quais os órgãos públicos municipais estão submetidos. Sobre esse último ponto, cabe registrar que, para garantir a governabilidade e o apoio na câmara de vereadores, o poder executivo da prefeitura dividia as secretarias municipais entre sua base de apoio. A coordenadora da Praça CEU Aviário, Laiane Alves, revelou, por exemplo, a existência do “vereador do bairro”, pelo qual cidade é submetida a uma divisão de zonas de poder e influência. Se o “vereador do bairro” for influente e tiver acesso ao poder

executivo, ele consegue mais recursos para a sua base eleitoral, do contrário, se ele não tiver força política para atrair recursos, não permite que outros o façam, que avance sobre sua base.

Nesse sistema, a elaboração e a implementação de políticas públicas ficam diretamente dependentes das circunstâncias e acordos partidários e institucionais, muitas vezes pouco republicanos e éticos. Essa situação atesta o que constatei no primeiro capítulo, quando verifiquei que o paternalismo e clientelismo, expressões marcantes da trajetória política no Brasil, são práticas nocivas que impedem a consolidação de uma cultura participativa e plural no país.

Além do cenário político-institucional pouco favorável à efetiva aplicação de novas práticas e modos de fazer, é preciso reconhecer que há ainda outros aspectos que contribuem para as limitações e incompletudes da gestão compartilhada no âmbito das Praças CEU de Feira de Santana, a exemplo da diversidade da estrutura do modelo, da composição dos grupos de gestão e a forma de operacionalizar a proposta. Sobre esses e outros pontos tratarei no tópico a seguir.

#### **4.3.2 Diversidade na estrutura, na composição e nos modos de gerir**

A Cartilha de Práticas de Gestão das Praças CEU (MINC, 2017a) prevê que a diversidade nas Praças precisa ser ao menos de dois tipos: 1. de atividades, ou seja, agregar as secretarias municipais e departamentos que ofertem serviços nas áreas de cultura, assistência social, trabalho e emprego, esporte e lazer, prevenção à violência, educação e saúde coletiva, respeitando as características locais; e 2. de público, uma vez que deve atender a crianças, jovens, idosos, comunidades tradicionais, população indígena, diferentes vertentes religiosas, população negra, mulheres, pessoas com deficiência, população LGBT etc.

Além de considerar a diversidade na oferta de serviços e da população atendida – conforme sugere a referida publicação do antigo Ministério da Cultura, importante levar em conta também outros elementos que podem auxiliar na mensuração desse aspecto na gestão compartilhada. Afinal, conforme vimos no capítulo 1, a expectativa é que a diversidade não esteja limitada aos conteúdos e aos públicos, mas presente em todas as camadas e dimensões, que incluem ainda os modos de gerir, as dinâmicas locais, a comunicação do espaço, etc. Ou seja, a diversidade cultural deve estar presente como contexto, como princípio, como prática e como objeto de deliberações (BARROS, 2009a; BARROS; LUCENA, 2010).

Nesse sentido, busquei localizar iniciativas e indicativos que apontem para presença ou

ausência de diversidade na gestão compartilhada das Praças, no que se refere à estrutura organizacional e administrativa do modelo proposto, ou seja, o conjunto de instrumentos utilizados como base legal para as decisões, a exemplo do Estatuto e Regimento, além de medidas de capacitação e treinamento das equipes; a composição dos grupos de gestão; as atividades realizadas e os públicos alcançados; e a infraestrutura física das Praças.

No que diz respeito aos dois principais documentos referenciais da gestão das Praças, o Estatuto do grupo gestor e o Regimento interno da Praça, abordados no capítulo três, o tema da diversidade aparece transversalmente como princípio a ser seguido, porém não há registro nominal do termo no texto dos referidos documentos. Em relação ao Estatuto, por exemplo, identifiquei o artigo 3º, que explicita que a finalidade social do CEU é promover a defesa e a garantia de direitos constitucionalmente assegurados à comunidade local sem quaisquer preconceitos ou discriminações de gênero, cor, raça, etnia, nacionalidade, situação socioeconômica, credo religioso, político, idade ou de qualquer outra natureza (FEIRA DE SANTANA, 2017d).

Da mesma forma, em relação ao Regimento, embora presente, o termo “diversidade” também não está descrito nominalmente. Mas o artigo 6º defende que, entre os princípios que deverão orientar a gestão do CEU, está a “I) Tomada de decisões de forma coletiva” (FEIRA DE SANTANA, 2017d), o que pressupõe e se espera que haja uma pluralidade de vozes envolvidas no processo.

Quando considerado o Plano Municipal de Cultura, também abordado no capítulo três, notei que o termo diversidade é recorrente no texto do documento, estando presente em três das 10 diretrizes estabelecidas: 2 - Respeitar a diversidade de pensamento e das manifestações culturais; 4 - Democratizar o acesso aos bens culturais produzidos dentro e fora do município dando enfoque à diversidade cultural; e 8 - Valorizar, promover e difundir a diversidade cultural enquanto traço difuso no município.

Apesar da inserção da diversidade cultural como princípio no regramento jurídico do PMC de Feira de Santana e das Praças CEU da cidade, é possível atestar, absolutamente, que as conquistas não findam no estabelecimento de leis e normas institucionais; ao contrário, estes são o meio pelo qual conquistas podem ser efetivamente alcançadas. Não à toa, muitos dos avanços conquistados e aparentemente consolidados, sobretudo no campo institucional, têm sido paulatinamente esvaziados, enfraquecidos ou simplesmente descontinuados, sobretudo neste momento em que o campo da cultura sofre com o desmonte de suas políticas.

A situação do Plano Municipal de Cultura de Feira de Santana, por exemplo, após oito

anos de sua elaboração, tem provocado frustração e desânimo nos atores sociais que participaram ativamente para a sua construção. A morosidade do poder público e também a execução de “ações e projetos de cultura desconectados com as demandas sociais, pouco consistentes ou democráticos e sem qualquer interlocução com o Estado e com a União” (GALEANO; PITA, 2019a, p. 168) demonstram que não há priorização por parte do poder público municipal para o cumprimento do que está estabelecido no Sistema Municipal de Cultura e seus elementos constitutivos.

Ainda em relação à estrutura organizacional, notei que as ações de capacitação e treinamento não é uma prática comum. Mapeei casos pontuais em que os representantes dos grupos de gestão das Praças CEU Cidade Nova e Aviário estiveram em encontros promovidos pelo então Ministério da Cultura, nos anos de 2015 e 2018. Porém, nenhum dos coordenadores das Praças e os demais membros dos grupos estiveram em iniciativas dessa natureza.

Do ponto de vista da diversidade como objeto, ou seja, presente nas atividades disponibilizadas pelas Praças de Feira, observei que o tipo de projetos realizados e ações ofertadas refletem a quantidade e a finalidade dos órgãos públicos envolvidos na gestão dos empreendimentos. Conforme registrado no tópico anterior, ao menos quatro órgãos da prefeitura se envolveram na administração das Praças, não necessariamente de forma simultânea: SEPLAN, SECEL, FUNTITEC e SEDESO. A atuação da SEPLAN é anterior a inauguração das Praças, tendo ficado à frente da mobilização social, não se envolvendo nas atividades que viriam acontecer a partir do início do funcionamento, em 2016.

A SECEL e a FUNTITEC, que atuaram substancialmente entre os anos de 2016 a 2019, estabeleceram como principal marca as ações de cultura, esporte e lazer nas Praças, em especial as duas primeiras. No exercício de 2019, contabilizei ao menos 16 projetos artístico-culturais, entre sistemáticos e pontuais, 14 projetos de desenvolvimento físico e esportivo, dois projetos da área de lazer e mais dois de caráter solidário, voltados a públicos de faixas etárias variadas e ofertados gratuitamente para as comunidades nas três Praças.

Quando consideradas as ações realizadas pelos CRAS, administradas pela SEDESO, também no ano de 2019, notei uma atuação significativa, com números bastante expressivos. Ao todo são 28.530 atendimentos e atividades realizadas pelos três centros localizados nas Praças CEU. Em geral, o CRAS atende pessoas do território, não apenas do bairro, e o acompanhamento costuma ser sistemático em determinados casos.

Entre os projetos realizados naquele ano, identifiquei e classifiquei ao menos oito categorias, o que aponta para a busca da diversificação dos serviços oferecidos, atendendo assim

aos preceitos dos documentos referenciais do programa: 1. Fruição artístico-cultural: aqueles projetos voltados para a apreciação artísticas das linguagens de teatro, dança, música, literatura e audiovisual; 2. Mediação cultural: projetos focados em estratégias e ferramentas para potencializar a relação entre o público e as obras artísticas; 3. Formação artística: projetos que oferecem atividades formativas no campo artístico, como oficinas e cursos livres, de curta ou longa duração; 4. Lazer: ações destinadas a realização de práticas recreativas, jogos e brincadeiras; 5. Atividade física e orientações em saúde coletiva: projetos voltados ao condicionamento físico e atendimento de saúde, como aferição de pressão arterial e orientações nutricionais, por exemplo; 6. Práticas esportivas: oferecimento de aulas de modalidade esportivas, como futebol, vôlei, baleado, boxe, entre outras; 7. Eventos solidários: aqueles com o intuito de arrecadar fundos para a própria comunidade promover ações beneficentes em dias comemorativos como o Dia das Crianças, por exemplo; e 8. Assistência: ações realizadas no âmbito do centro de referência de assistência social, voltados ao atendimento às pessoas socialmente vulneráveis.

Categoria		Projetos/Atividades
1	<b>Fruição artístico-cultural</b>	Carnaval das antigas Cultura nas Praças 16ª Edição Festival Vozes da Terra Festival Metropolitano de Música Gospel Circuito Cultural Belgo Bekaert Arames O CEU da melhor idade 12º FENATIFS - Festival Nacional de Teatro Infantil de Feira de Santana Cinema na Praça Danças culturais
2	<b>Mediação cultural</b>	Leiturinha no CEU: interação com o Programa Arte de Viver BRINCADEIRAS NO CEU – Recreação Infantil Ciclo de leituras Maleta viajante - Leitura na Praça Leitura e Desenho livres
3	<b>Formação artística</b>	Programa Arte de Viver Projeto Escolas Culturais (Circuito Luiz Orlando de Exibição Audiovisual)
4	<b>Lazer</b>	Colônia de férias Jogos e recreação
5	<b>Atividade física e orientações em saúde coletiva</b>	Operação saúde Exercitando na Estação Melhor idade ativa: treinamento funcional para idosos Yogue-se na Estação Swingando na Estação Infância ativa: Funcional kids MOVIMENTE-SE NO CEU – Atividades Físicas para Mulheres Feira da Saúde Defesa pessoal

6	<b>Prática esportiva</b>	Esporte na Estação: Futsal e Baleado Karatê Ginástica rítmica Boxe chinês Baba do CEU
7	<b>Eventos solidários</b>	Garota Primavera Baile de Halloween
8	<b>Assistência</b>	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas Eventos coletivos Visitas domiciliares

Quadro 29 - Principais projetos e eventos realizados nas Praças CEU de Feira de Santana (2019)  
Fonte: FEIRA DE SANTANA, 2019. Elaborado pelo autor

As atividades ofertadas nas Praças se concentram nas ações de cultura, esporte, lazer, saúde e assistência e, segundo a pesquisa da Secult (2019), tais realizações atendem uma média semanal, considerando o uso dos espaços fechados e abertos, de 600 pessoas, na Praça Aviário, de 700 pessoas, na Praça Jardim Acácia e de 800, na Praça Cidade Nova. Foi possível atestar durante o trabalho de campo, ao menos na Praça Cidade Nova, que tais números correspondem à realidade.

A pesquisa aponta ainda que o perfil do público atendido é de pessoas neurodiversas, mulheres, pessoas com deficiência, população negra, estudantes, idosos, grupos artístico-culturais independentes, mestres e grupos das culturas populares, urbanas e rurais, pessoas ou grupos vítimas de violência, religiosos de diferentes vertentes e matrizes, etc. Durante o trabalho de campo foi possível constatar a diversidade de pessoas que frequentam as atividades realizadas, tanto no que diz respeito à faixa etária e à etnia/cor. Vale frisar, no entanto, a ausência de pesquisas de satisfação permanentes que meçam o perfil dos usuários das Praças com maior precisão, assim como avaliação das atividades ofertadas e o que o público deseja consumir.

São poucas e localizadas, porém, as atividades voltadas à capacitação e aperfeiçoamento profissional (emprego e renda), que é uma demanda recorrente dos grupos de gestão, conforme apontado nas entrevistas realizadas. Em 2019, não localizei nos relatórios de gestão nenhuma ação desta natureza, tampouco projetos protagonizados por órgãos como a Secretaria Municipal de Educação (SEDUC), esta, inclusive, tem assento nos grupos de gestão, e a Secretaria Municipal de Prevenção a Violência (SEPREV), conforme sugere a Cartilha de Práticas de Gestão (MINC, 2017a).

Apesar da ausência das secretarias citadas, observa-se certa pluralidade das atividades ofertadas e dos públicos alcançados. Importante lembrar, todavia, que o relatório de gestão da



prefeitura (2019), que foi a fonte principal para as informações do quadro acima, não faz qualquer referência a ações conjuntas entre a SECEL/FUNTITEC e a SEDESO, o que confirma a fragilidade da atuação intersetorial que deveria ser empreendida nas Praças e que já se havia constatado no tópico anterior.

No que diz respeito a composição dos grupos de gestão, constatei que, dos 54 membros dos três grupos, sendo 18 pessoas/grupo, dois terços são de mulheres (33) e um terço é formado por homens (21), com destaque para a Praça CEU Aviário, na qual há apenas três homens, todos do poder público, sendo as demais representantes todas mulheres, não havendo nenhum representante homem da comunidade e das entidades. Esse cenário é bastante sintomático da história vivida por aquele bairro – que tem maior protagonismo feminino. Nas outras duas Praças o número de homens e mulheres é paritário.

Vale registrar que a diferença de gênero em conselhos de gestão nos três níveis da federação é objeto de investigação já há algum tempo. De acordo com dados do IPEA, de 2013, os conselhos nacionais têm uma composição predominantemente masculina – 63% de homens e 37% de mulheres. Esse perfil da participação no nível nacional difere do perfil de instituições participativas no nível local, em que a participação feminina é mais acentuada, como conselhos municipais e orçamento participativo. Segundo relatório do Instituto, esses dados podem ser explicados pelo fato de “as mulheres, diferentemente dos homens, ainda serem as principais responsáveis pelos cuidados com a família, o que torna a participação local uma função menos difícil de conciliar com suas funções domésticas” (IPEA, 2013, p. 19).

A pesquisa do IPEA aponta ainda que, quanto mais distante do nível municipal, mais se reduzem as chances de participação das mulheres. Nota-se também que a proporção de homens e mulheres varia de acordo com a temática do conselho, sendo observado que aqueles voltados para políticas sociais e garantia de direitos contam com mais participação feminina, visto que apresentam uma composição mais igualitária. Nos demais conselhos, a quantidade de homens supera os 70%. Isso se explica pelo fato de a participação política feminina, tradicionalmente, estar associada aos temas que lidam mais com o cuidado, como é o caso dos conselhos de políticas sociais (LÜCHMANN; ALMEIDA, 2010 *apud* IPEA, 2013). Nesse sentido, encontramos consonâncias com a realidade encontrada em Feira de Santana.

Ao considerar as entidades que compõem os grupos de gestão, identifiquei ao menos 10 segmentos, que denominei e categorizei da seguinte forma: 1. grupo de pais e alunos; 2. associação de moradores; 3. organização religiosa; 4. coletivo por gênero e idade; 5. grupo de esporte; 6. grupos, coletivos e associações culturais; 7. conselho municipal; 8. organização social

(ONG); 9. movimento social; e 10. organização de categoria profissional.

Vale dizer que a Praça Cidade Nova é a única em que as seis entidades estão classificadas em diferentes segmentos, o que lhe confere maior diversidade em termos de participação de organismos da sociedade civil organizada. Importante sublinhar também que organizações religiosas constituem o único segmento presente nas três Praças, o que aponta para a relevância e atuação desses organismos nas comunidades.

Das seis entidades da Praça Jardim Acácia, três delas são grupos de esportes, apresentando a maior concentração de uma mesma categoria entre os três CEUs. Chama atenção ainda que há apenas uma entidade classificada no segmento grupo, coletivo e/ou associação cultural: trata-se do grupo de capoeira presente na Praça Jardim Acácia, a despeito do quantitativo e importância que as ações culturais têm na composição da grade de programação das Praças.

<b>Grupo de gestão - Praça CEU Cidade Nova</b>	
<b>Entidades</b>	<b>Segmento</b>
Representante do Conselho Local de Saúde	conselho municipal
Representante do Grupo de Artes Marciais	grupo de esporte
Representante da Paroquia Nossa Senhora das Graças	organização religiosa
Representante do Instituto Antônio Gasparini (IAG)	organização social
Representante do Movimento Nacional da População de Rua (núcleo Feira de Santana)	movimento social
Representante dos Agentes Comunitários de Saúde	organização de categoria profissional
<b>Grupo de gestão – Praça CEU Jardim Acácia</b>	
<b>Entidades</b>	<b>Segmento</b>
Representante do Grupo de Karatê	grupo de esporte
Representante do Grupo de Basquete	
Representante do Grupo de Futebol	
Representante do Grupo de Jovens	coletivos por gênero e idade
Representante do Dispensário Santana	organização religiosa
Representante do Grupo de Capoeira	grupo, coletivo e/ou associação cultural
<b>Grupo de gestão - Praça CEU Aviário</b>	
<b>Entidades</b>	<b>Segmento</b>
Representante da Associação de Moradores	associação de moradores
Representante do Conselho da Comunidade	

Representante da Igreja Católica Nossa Senhora Auxiliadora	organização religiosa
Representante da Igreja Evangélica Quadrangular	
Representante do Grupo de Mães de Alunos da Escola Municipal Josenita Neri Boaventura	grupo de pais e alunos
Representante do Grupo de Mulheres	coletivos por gênero e idade

Quadro 30 - Grupo de gestão - Praça CEU Cidade Nova  
 Fonte: FEIRA DE SANTANA, 2017. Elaborado pelo autor

Por fim, em relação à infraestrutura física das Praças, notei, por exemplo, que os espaços abertos são acessíveis a pessoas com baixa mobilidade, cadeirantes e pessoas cegas. Vale sublinhar, contudo, equívocos nas obras da Praça CEU Aviário em que um dos caminhos de piso tátil finaliza em uma parede de vidro.

O acervo e a estrutura das bibliotecas e telecentro não são acessíveis: não há aparelhos de acessibilidade, não há materiais em braile, nem conversor de texto em áudio e ampliador de caracteres, tampouco o mobiliário atende aos corpos não-normativos.

O fato de as Praças não terem muros, cercas ou grades já denota a intenção de acolher a todos, embora esse seja um tema sensível nas discussões entre os membros dos grupos de gestão, em que recorrentemente alguém defende a ideia de murar os espaços. Cabe destacar que urbanistas apontam para a ilusão da segurança em espaços públicos cercados (JACOBS, 2000; LING, 2015; ROLNIK, 2020). O efeito pode ser contrário, inclusive, uma vez que a circulação e a presença de atividades são importantes para a segurança pública pela simples observação e fiscalização informal dos cidadãos ao seu redor. Espaços públicos desertos são locais propícios para assaltos e atividades ilegais que podem ocorrer sem testemunhas. Além disso, a cerca ou muro distanciam o Programa de alcançar seus objetivos, pois restringe o uso e acesso a Praça, principalmente à noite, perpetuando o que busca justamente combater – a exclusão social.

Em resumo, diante das análises apresentadas ao longo deste capítulo, sobretudo, neste último tópico, aponto que entre as principais fragilidades e equívocos cometidos pelo programa Praça CEU em Feira de Santana estão a operacionalização superficial da intersetorialidade, a ausência dos membros do poder público nas reuniões periódicas e a não garantia ao grupo gestor de deliberar, de fato, sobre questões relevantes, como investimentos e definição da programação, por exemplo, conforme previsto no Regimento e Estatuto. Cabe registrar ainda a morosidade do poder público em atender questões como a manutenção e conservação da estrutura física das Praças e o oferecimento de ações de qualificação profissional às comunidades.

No que se refere às principais realizações e impactos causados pela implantação das

Praças na cidade de Feira, destaco como pontos positivos o sentimento de pertencimento gerado na comunidade e o oferecimento de atividades culturais, esportivas e assistências de variados formatos, com regularidade e com vistas a atender um público diverso.

Por fim, atesto que os níveis de participação e diversidade na gestão compartilhada das Praças CEU de Feira de Santana carecem de aprimoramentos, avanços e completudes. No entanto, apesar das falhas, equívocos e lacunas, o programa Praça CEU e seu modelo de gestão oportunizam o acesso a serviços e políticas públicas a diversas pessoas que convivem em situações de vulnerabilidade.

Política pública oriunda de um momento político e institucional no qual a diversidade, a participação e inclusão social eram diretrizes fundantes de um conjunto de intervenções do Estado no campo da cultura, o programa Praça CEU foi concebido para tornar-se um espaço de desenvolvimento de práticas participativas e colaborativas construídas a muitas vozes.

São inegáveis as oportunidades geradas a partir da implantação de uma praça com a disponibilização de tantos serviços como as que são oferecidas nas Praças CEU, sobretudo em locais onde há tantas ausências, como nos bairros Aviário, Jardim Acácia e Cidade Nova, em Feira de Santana. Somada a isso, a possibilidade de envolver a comunidade local na gestão do espaço, ainda que não seja no nível desejado, mas talvez possível, permitindo a partir daí que as demandas comunitárias tenham prioridade na agenda de atividades ofertadas, parece-me louvável, pois pode gerar uma espiral de interesse na vida pública, certamente transformador tanto do ponto de vista pessoal como coletivo. As Praças têm potencial para configurar-se como verdadeiros laboratórios de exercício da cidadania, no qual o processo, as práticas e a vida diária são tão relevantes e valorosas quanto os resultados finais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2017, quando iniciei o presente estudo, a primeira provocação que fiz a mim mesmo foi: seria a Praça CEU uma revolução silenciosa ou um fracasso retumbante? Isso porque, diante dos primeiros levantamentos de dados sobre o programa, constatei uma aparente contradição no fato de uma política pública de tamanha capilaridade nacional, volume de investimentos e amparada em uma base conceitual sólida não contar com uma bibliografia que a tomasse como objeto de pesquisa condizente com os números superlativos que apresentava, tampouco com a quantidade de serviços e atividades que se propunha a oferecer à população nas dependências das mais de 220 Praças já construídas e inauguradas pelo País afora. Era comum, inclusive, o desconhecimento de muitos profissionais do campo da cultura sobre aqueles espaços – mesmo a gestão deles sendo capitaneada pelo então Ministério da Cultura, que se notabilizava pela atuação paradigmática e inovadora à época. Alguns com quem conversei afirmavam nunca terem ouvido falar ou pensavam se tratar da iniciativa paulistana empreendida na gestão Marta Suplicy, no início dos anos 2000, dez anos antes do lançamento do edital do programa Praça CEU pelo governo federal.

Diferentemente do que acontece com outros programas e iniciativas que foram idealizados e/ou executados no mesmo período pelo Ministério da Cultura, imbuídos das mesmas diretrizes fundantes e que eram as marcas daquela pasta – participação, diversidade, inclusão social e descentralização de recursos –, como o Cultura Viva, ou outros de menor investimento financeiro e cobertura nacional, o programa Praça CEU é objeto de poucos estudos e análises, o que se configurou como uma adversidade para esta investigação.

Importante dizer que, até mesmo dentro do próprio Ministério da Cultura, o programa não era unanimidade, rivalizando principalmente com o programa Cultura Viva, a partir de um falso dilema que contrapunha as duas iniciativas na disputa de investimentos dentro do orçamento da União. Os recursos das Praças CEU eram oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e previamente vinculados a um tipo específico de despesa (infraestrutura), o que impossibilitava o gasto com outras despesas. Além do mais, o recurso foi transferido ao MinC porque este havia sido escolhido para capitanear o programa entre os cinco ministérios envolvidos (Cultura, Esporte, Desenvolvimento Social, Justiça e Emprego e Renda). Não havia, portanto, possibilidade de transferência para o Cultura Viva que, ao longo de sua trajetória, sofreu com as instabilidades de investimento. Nota-se que sobraram disputas e desentendimentos e faltaram conciliações e diálogos internos, resultando na ausência completa de articulações

consistentes e perenes entre os dois programas que, em alguma medida, são complementares e se poderiam fortalecer mutuamente em benefício da população brasileira.

O cenário não se alterou com as mudanças de gestão que se seguiram após os anos Lula, Dilma e Temer. Pelo contrário: até pelo menos o ano de 2018, o site oficial do programa congregava informações de toda sorte sobre o seu histórico e era atualizado periodicamente, inclusive com informações sobre o contato, por e-mail e/ou telefone, com os profissionais responsáveis pela gestão do programa; a partir de 2019, as atualizações diminuíram substancialmente até cessarem por completo em julho de 2020, e os contatos com os gestores para a coleta de informações passaram a ser mais difíceis diante da troca constante de servidores. A suspensão completa das atualizações coincide com a chegada do ator Mário Frias, em junho de 2020, para assumir a gestão da pasta da Secretaria Especial de Cultura, órgão criado para abrigar as políticas e medidas do campo da cultura depois que o MinC deixou de existir, no início do governo Bolsonaro (2019-2022), diminuindo a transparência e provocando uma perda considerável da memória do programa.

Constata-se, portanto, que o programa Praça CEU é uma iniciativa pouco prestigiada pelos governos, por pesquisadores da área e até mesmo por movimentos culturais, a despeito de sua importância e relevância, por exemplo, para o enfrentamento da deficitária infraestrutura cultural do País – afinal, são ao menos 223 novos cineteatros, 223 novas bibliotecas, 223 novas salas multiuso e 223 novos telecentros construídos na última década. Esses espaços atendem ainda à promoção e difusão da arte e cultura, por meio de projetos de fruição, mediação e formação artístico-cultural; à realização de atividades de desenvolvimento físico, esportivo e orientações em saúde coletiva; à disponibilização de espaços de convívio social, de lazer e para a realização de ações recreativas, jogos e brincadeiras; ao atendimento a populações vulneráveis por meio de políticas assistenciais; entre outros.

Mas por que isso ocorre? Por que um programa que mobilizou e ainda mobiliza tantos recursos financeiros e humanos em diversas cidades brasileiras desperta tão pouca atenção? Seria uma proposta tão equivocada assim? Mesmo que fosse, até para afirmar e apontar suas falhas e lacunas seria necessário pesquisá-lo, analisá-lo e avaliá-lo. Além das disputas internas no MinC, desde a gênese do programa e o desmonte institucional que o ministério enfrentou e vem enfrentando desde pelo menos 2019, aponto ainda dois fatores que explicam esse contexto: o primeiro diz respeito ao fato de o programa Praça CEU atuar principalmente fora das grandes capitais, concentrando-se em municípios de pequeno e médio porte, em regiões distantes dos principais centros de pesquisa do País e de maior cobertura e visibilidade em termos de mídia.

O segundo se refere ao fato de o programa concentrar sua atuação em regiões e para pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica, em localidades historicamente invisíveis, nas quais o raio de alcance das políticas públicas e dos circuitos mais organizados do campo da cultura é precário, insuficiente ou ausente. O que aponta para a visão elitista que ainda perdura nas políticas públicas de cultura no país.

Ao considerar a experiência das Praças de Feira de Santana, cidade de médio porte para os parâmetros do estado da Bahia, foi possível notar que os CEUs adquiriram certa importância no contexto da administração municipal, com o envolvimento de ao menos quatro órgãos públicos ao longo da trajetória do programa na cidade e uma diversificação de atividades ofertadas e de públicos alcançados, tendo uma média semanal de frequentadores que varia de 600 a 800 pessoas. Feira é um dos poucos municípios do País que aprovou três propostas de construção de Praças em seu território e tornou todas elas uma realidade nos bairros do Aviário, Cidade Nova e Jardim Acácia, locais escolhidos para a implantação dos empreendimentos. Para efeito de comparação, Salvador, capital do estado, também aprovou três Praças, mas até o momento, passados 12 anos da inscrição do edital, apenas uma teve as obras concluídas e se encontra em funcionamento.

Vale salientar que a cidade de Feira de Santana é administrada por partidos de centro-direita desde meados da década de 1990, com gestões dos Partido Social Cristão - PSC (1997-2000), Partido da Frente Liberal – PFL (2001-2014 / 2005-2008), Democratas - DEM (2009-2012 / 2013-2016 / 2017-2018) e Movimento Democrático Brasileiro - MDB (2018-2020 / 2021-atual). Em comum entre eles está o fato de serem adeptos do capitalismo *laissez-faire*, pelo qual se acredita que o mercado é capaz de se regular sozinho, sem a necessidade de subsídios ou regulamentações criadas pelo Estado. Não fazem parte de suas pautas e agendas prioritárias temas como participação e colaboração social nas decisões políticas e a promoção e proteção da diversidade cultural – princípios presentes na Constituição Federal de 1988 e diretrizes fundamentais para o programa Praça CEU, que foi idealizado e implementado inicialmente por governos da centro-esquerda ou progressistas, no âmbito federal, no início da década de 2010.

Ainda assim, mesmo não alinhada politicamente, a administração municipal, que já havia instituído sistema e plano de cultura nos anos de 2013 e 2016, respectivamente, cumpriu todas as determinações previstas em convênio para a instalação e implementação das Praças CEU, que exigiam, entre outras coisas, o estabelecimento de uma gestão compartilhada entre a sociedade civil e o poder público.

Com base nas entrevistas realizadas com representantes dos grupos de gestão, coordenadores, ex-coordenadores e funcionários das Praças, nos relatórios e documentos oficiais, em bibliografias sobre temas correlatos e no trabalho de campo realizado nas Praças CEU Aviário, Cidade Nova e Jardim Acácia, observo que a efetividade e a aplicabilidade da gestão compartilhada empreendida carece de aprimoramentos, avanços e completudes, sobretudo no que diz respeito aos elementos utilizados como chaves para a análise do modelo proposto: participação e diversidade.

No que diz respeito à participação social, identifiquei ao menos quatro fases ao longo do período estudado, 2016 a 2020, as quais são bem distintas uma da outra: 1. Desconfiança: quando a população ainda não tinha maiores informações sobre o programa e acreditava tratar-se de uma obra com fins eleitorais; 2. Conquista: fase originada com o processo de mobilização social, instauração dos grupos de gestão, inauguração das Praças e início das atividades; 3. Divergências e descumprimentos: fase marcada pela ausência dos representantes do poder público nas reuniões do grupo gestor e no descumprimento do estatuto e regimento no que concerne ao poder deliberativo dos grupos; e 4. Frustração e cansaço: a morosidade do poder público em atender os anseios dos grupos e das comunidades geraram um cansaço e desânimo generalizado, colocando a gestão compartilhada em descrédito.

Ainda em relação à participação, utilizando as tipologias de níveis de participação cidadã criadas por Arnstein (1969), que são compostas por oito degraus, da manipulação, degrau 1, ao controle dos cidadãos, degrau 8, observei que as experiências das Praças de Feira alcançaram os degraus 3 e 4, em que a população participa como fornecedora de informações e fonte de consulta, mas não detém o poder de decisão, este permanecendo com o poder público. Ou seja, a horizontalidade nas decisões, que deveria ser o ponto a ser alcançado ao longo do processo de maturação da gestão compartilhada, não se tornou uma realidade até o momento, ficando estagnada no meio da “escada”.

Quando a participação é avaliada em relação aos órgãos do poder público, notei que entre as cinco áreas sociais que têm assento nos grupos de gestão – cultura, esporte, assistência, saúde e educação –, o protagonismo fica por conta das três primeiras, representadas pela Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer (SECEL), pela Fundação Municipal de Tecnologia da Informação, Telecomunicação e Cultura Egberto Tavares Costa (FUNTITEC) e pela Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDESO). No entanto, a atuação desses órgãos é pouco articulada entre si, ocasionando uma intersetorialidade frágil e superficial. Identifiquei também que as pastas de educação e saúde são as que menos realizam ou participam de atividades promovidas



nas Praças.

Ao considerar a dimensão da diversidade, verifiquei que, do ponto de vista da estrutura organizacional e administrativa, os documentos referenciais e normativos do programa preveem a garantia da diversidade, mesmo quando não a expressam nominalmente em seus textos. Em relação às medidas de capacitação e treinamento das equipes, foi possível notar a ausência de ações dessa natureza, principalmente promovidas pela prefeitura. As poucas ações existentes eram iniciativas do antigo Ministério da Cultura, que se notabilizava por realizar encontros periódicos de ativação das Praças e espaços de troca de experiências de práticas de gestão em diversas cidades pelo País. Um desses encontros, inclusive, foi realizado em Feira de Santana, em novembro de 2017, na Praça CEU Cidade Nova.

Identifiquei, também, variedade nas atividades oferecidas nas Praças, com a presença de ao menos nove categorias diferentes de projetos e iniciativas, que espelham as finalidades dos órgãos públicos envolvidos na gestão. São eles: projetos culturais nas áreas de fruição, mediação e formação artístico-cultural; ações recreativas, jogos e brincadeiras; atividade física e orientações nutricionais e de saúde; práticas esportivas; eventos solidários e filantrópicos; e ações assistenciais. Não localizei, todavia, em relação ao ano de recorte da pesquisa, 2019, ações voltadas para o emprego e renda e justiça, embora essas áreas componham o conjunto dos cinco ministérios inicialmente responsáveis pelo programa e que deveriam atuar de forma articulada nas Praças, a saber: Cultura, Esporte, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Justiça e Trabalho e Emprego.

Ainda a respeito da diversidade, chama atenção a composição dos grupos de gestão ter dois terços dos representantes do sexo feminino, embora esse número seja elevado por conta da Praça CEU Aviário, que tem 15 mulheres e apenas três homens no seu conjunto. Isso se explica por particularidades daquela região, que tem um grande número de mulheres chefiando famílias e atuantes nos movimentos sociais do local. As outras duas Praças têm números paritários de homens e mulheres, seguindo uma tendência nacional, o que demonstra maior participação feminina em conselhos na esfera municipal e de temática voltada para políticas sociais e garantia de direitos.

Sobre as entidades que compõem os grupos de gestão, foi possível classificá-las em 10 segmentos: 1. grupo de pais e alunos; 2. associação de moradores; 3. organização religiosa; 4. coletivo por gênero e idade; 5. grupo de esporte; 6. grupos, coletivos e associações culturais; 7. conselho municipal; 8. organização social (ONG); 9. movimento social; e 10. organização de categoria profissional.

Se, por um lado, foi curioso notar a presença diminuta de grupos, coletivos e associações culturais – apenas um, na Praça CEU Jardim Acácia –, por outro não foi surpresa perceber que o único segmento unânime nas três Praças foi o de organizações religiosas, todas de matriz cristã, diga-se de passagem, que em geral estão presentes de forma bastante sólida em muitas periferias brasileiras. O baixo número do segmento artístico e cultural com assento nas Praças chama a atenção pelo fato de a iniciativa ser capitaneada pelo MinC, em âmbito nacional, e pela SECEL e FUNTITEC, na esfera municipal, e, ainda assim, isso não se refletir em uma apropriação mais consistente dessa área nos grupos. Há concentração de segmentos na Praça Jardim Acácia, em que três das seis entidades atuam na área esportiva e apenas a Praça Cidade Nova tem seis segmentos diferentes, o que encarei como positivo, visto que elas aglutinam diferentes pautas e agendas de interesse da comunidade e congrega em torno de si valores e missões distintos. Isso pode contribuir para a variedade de olhares e posições nas discussões.

Em relação à infraestrutura, apesar de abertas e de terem alguma acessibilidade arquitetônica, como piso tátil, por exemplo, as Praças ficam a desejar no que diz respeito à acessibilidade comunicacional e programática, não sendo identificadas ações dessa natureza, o que impõe barreiras ao atendimento e à aproximação de pessoas com deficiências e/ou corpos não normativos.

As experiências das Praças CEU de Feira revelam duas dimensões da gestão compartilhada à luz da participação e diversidade. A primeira está relacionada ao âmbito individual daqueles que se permitiram participar efetivamente do processo. No contexto da pesquisa, foi possível perceber o entusiasmo que alguns membros dos grupos de gestão demonstram em estar envolvidos na gestão da Praça e o quanto isso apurou neles o senso de pertencimento à comunidade em que vivem. Há uma evidente satisfação e a sensação de dignidade em participar; as pessoas se sentem mais cidadãs e se percebem implicadas na construção de algo para o bem e o usufruto coletivo. Esse sentimento é tão forte que explica, em alguma medida, a frustração e decepção de muitas dessas pessoas quando perceberam os entraves que impediam a plenitude do processo conforme previsto nos documentos referenciais e normativos.

A segunda dimensão diz respeito à operacionalização da gestão no âmbito coletivo, com o envolvimento de outras pessoas de diferentes vínculos institucionais, visões de mundo, valores e princípios. Essa dimensão se refere à estrutura de funcionamento da gestão, de como transformar as demandas e interesses deliberados no coletivo em ações efetivas. Nesse processo, é indispensável a atuação do poder público, cabendo-lhe administrar as urgências e emergências demandadas em conciliação com os verdadeiros interesses e contextos políticos e institucionais,

bem como com a realidade da máquina pública e sua dinâmica de funcionamento, em geral morosa, descapitalizada e alvo de disputas internas muitas vezes pouco republicanas e éticas.

A investigação evidenciou o distanciamento entre o discurso e a prática, revelado na diferença do que está disposto nos documentos referenciais do programa e a realidade do dia a dia da gestão, o que aponta para os limites desse modelo, que se pretende plural e participativo. No entanto, isso não implica, de forma alguma, na nulidade dessa experiência; pelo contrário, revela a necessidade permanente de readequação e aprimoramento.

Impõe-se ao País o desafio de reinventar-se em relação às práticas participativas, aprimorando as ações já realizadas, adotando novas perspectivas e construindo outras estratégias e mecanismos que aproximem cidadãs e cidadãos do exercício político, além de assumir os enfrentamentos necessários às limitações e engessamentos da gestão pública nesse âmbito. Para tanto, é preciso, primeiramente, aproveitar-se de todas as experiências vividas até aqui e avaliar com criticidade e maturidade a insuficiência e/ou a superação das instâncias de participação, assim como estimular o surgimento e a consolidação de outros modos e práticas, sobretudo aqueles a partir de saberes não-hegemônicos e que vão além da reprodução *pari passu* de normas e técnicas.

Em resumo, diante da pesquisa aqui apresentada, assinalam-se, entre os principais equívocos e fragilidades do programa Praça CEU em Feira de Santana, a operacionalização superficial da intersetorialidade, a ausência do poder público na efetiva gestão compartilhada e o não alcance de uma participação verdadeiramente deliberativa como se previa do modelo proposto. Em segundo plano, mas não menos importante, cabe registrar ainda a morosidade do poder público em atender questões como manutenção e conservação da estrutura física das Praças e em oferecer ações de qualificação profissional às comunidades.

No que se refere às principais realizações e impactos causados pela implantação das Praças na cidade feirense, destacam-se o sentimento de pertencimento gerado na comunidade e o oferecimento de atividades variadas nas áreas de cultura, esporte e assistência de forma regular e sistemática para uma população com pouco ou nenhum acesso a tais serviços.

Não se pode deixar de mencionar ainda o ineditismo de promover uma experiência de gestão compartilhada, ainda que com limitações, em três comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano da cidade, contando com a participação de entidades de diferentes segmentos e áreas de atuação e com moradores locais, exercitando desse modo práticas colaborativas e cidadãs que fogem ao que é tradicionalmente realizado pelo município em termos de participação e colaboração da sociedade civil na administração pública, em especial no

campo da cultura.

Por fim, ao considerar que Feira de Santana abriga apenas três das mais de 200 experiências de gestão compartilhada que acontecem nas Praças CEU espalhadas nas cinco regiões do País, é possível ter a dimensão de quantas novas práticas e novos saberes podem ter surgido a partir da implantação dessa política pública nos últimos dez anos de existência do programa, que, como é possível atestar nesta pesquisa, tem potencial para reverberar e contribuir na produção de conhecimento nas áreas das políticas sociais, das políticas culturais e dos espaços e equipamentos de cultura, este último ainda tão carente de mapeamentos, estudos e pesquisas. Talvez seja essa a sutil e importante contribuição das Praças do povo, além, por óbvio, do impacto social das ações ali realizadas.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. Lei Sarney foi pioneira no incentivo à cultura. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/12/20/lei-sarney-foi-pioneira-no-incentivo-a-cultura>. Acessado em: 29 dez.2020.

AGUIAR, Flávio. A praça, o povo e o poeta. **Língua e Literatura**, nº 23, p. 47-62, 1997.

ALBINATI, Mariana. Cultura e Território: Equipamentos culturais em bairros populares de Salvador. **Anais do IV ENECULT** – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador, 28 a 30 de maio de 2008.

ALCARAZ, María Victoria. Latinoamérica: reflexiones sobre las infraestructuras y equipamientos culturales. In: ROMERO, Salvador Catalán; RUEDA, Antonio Javier González (Eds.). **Manual Atalaya**. Apoyo a la gestión cultural, 2014. Disponível em: [goo.gl/Mh63Yo](http://goo.gl/Mh63Yo). Acessado em: 13 dez. 2020.

ALLUCCI, Renata R.; JORDÃO, Gisele. **Panorama setorial da cultura brasileira - 2011/2012**. São Paulo: Allucci & Associados Comunicações, 2012. 216p.

ALLUCCI, Renata R.; JORDÃO, Gisele. **Panorama setorial da cultura brasileira - 2013/2014**. São Paulo: Allucci & Associados Comunicações, 2014. 232p.

CASTRO ALVES, Antônio. de. O povo ao poder. In: **Poesia coligida**. Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro: a Escola do Futuro da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, s.d., s.p. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000069.pdf>. Acessado em jul. 2022.

CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Disponível em: <https://cebrap.org.br/institucional>. Acessado em: 29 dez. 2020.

ARAÚJO, Antonio Marcello. Expansão Urbana de Feira de Santana/BA: Atuação do Estado e do Setor Imobiliário (2004-2018). 193f. Tese (Doutorado) Salvador: Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social. Universidade Católica do Salvador (UCSal), 2019.

BAHIA. Casa Civil. Decreto nº 19.586 de 27 de março de 2020. Ratifica declaração de Situação de Emergência em todo o território baiano, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e regulamenta, no Estado da Bahia, as medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. 2020. Disponível em: <http://www.casacivil.ba.gov.br/arquivos/File/DECN19586DE27MARCO2020.pdf>. Acessado em: 14 set. 2021.

BARBALHO, Alexandre. Políticas Culturais no Brasil. Identidade e diversidade sem diferença. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre. **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 37-60. (Coleção CULT).

BARBALHO, Alexandre. O Segundo tempo da institucionalização: o Sistema Nacional de Cul-

tura no Governo Dilma. **Anais do VI Seminário Internacional de Políticas Culturais**. Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 2015.

BARBALHO, Alexandre. Política cultural em tempo de crise: o Ministério da Cultura no Governo Temer. **Revista de Políticas Públicas**. V. 22. p. 239-260. UFMA, 2018.

BARROS, José Márcio. Cultura, Diversidade e os Desafios do Desenvolvimento Humano. *In*: BARROS, José Márcio (Org.). **Diversidade Cultural: da Proteção à Promoção**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p.15-22.

BARROS, José Márcio. A diversidade cultural e os desafios de desenvolvimento e inclusão: por uma cultura da mudança. *In*: BARROS, José Márcio. **As mediações da cultura: arte, processo e cidadania**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2009a.

BARROS, José Márcio; LUCENA, Gisele. Diversidade cultural e conselhos de cultura: uma aproximação conceitual e empírica. *In*: RUBIM, Albino A. C.; FERNANDES, Taiane; RUBIM, Iuri (Orgs.). **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura**. Salvador: Edufba, 2010. 400 p. il. (Coleção Cult).

BARROS, José Márcio; ZIVIANI, Paula. Equipamentos, meios e atividades culturais nos municípios brasileiros: indicadores de diferença, desigualdade e diversidade cultural. *In*: **Políticas culturais: Reflexões e práticas**. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009. p. 105-129.

BARROS, José Márcio; KAUARK, Giuliana. Políticas públicas para a diversidade cultural: uma análise do Programa Brasil Plural. *In*: KAUARK, Giuliana; BARROS, José Márcio; MIGUEZ, Paulo (Orgs.). **Diversidade Cultural: políticas, visibilidades midiáticas e redes**. Salvador: Edufba, 2015.

BARROS, José Márcio. Participação Social e planos de cultura: três experiências e seus desafios. **PragMATIZES** - Revista Latino Americana de Estudos em Cultura, v. 9, p. 91-100, 2019.

BARROS, José Márcio. Diagnósticos participativos, desenvolvimento e diversidade cultural: desafios conceituais e metodológicos. *In*: BARROS, José Marcio Barros (Org.). **Diversidade cultural e desenvolvimento sustentável**. Belo Horizonte: Observatório da Diversidade Cultural, 2020, v. 1, p. 157-172.

BARROS, José Márcio; RATTES, Plínio. Formação de gestores de equipamentos culturais: Desafios e perspectivas. **Revista Extraprensa – Cultura e Comunicação na América Latina**. V. 14, n. 2. p. 264-280, jan./jun. 2021. São Paulo: Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (CELACC-ECA-USP).

BERNARD, François de. Por uma definição do conceito de diversidade cultural. *In*: BRANT, Leonardo (Org.). **Diversidade Cultural. Globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas**. São Paulo: Escrituras Editora: Instituto Pensarte, 2005.

BERNARD, François de. Diversidade Cultural. **Dicionário Crítico**. GERM, Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Globalização, 2003. Disponível em: **Erro! A referência de hiperlink não é válida.** Acessado em: 26 dez. 2020.

BEZERRA, Laura; PITOMBO, Mariella. Políticas culturais e a pluralidade de atores na contemporaneidade. In: VLADI, Nadja (Org.). **Olhares interdisciplinares**. Fundamentos em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas. Cruz das Almas: Ed. UFRB, 2016, p. 171-192.

BEZERRA, Laura. Notas sobre política cultural, gestão, cidades e culturas locais. **Anais do XV ENECULT** - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador, 01 a 03 de agosto de 2019.

BRASIL. Casa Civil. Decreto nº 5.036, de 7 de abril de 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5036.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5036.htm). Acessado em: 29 dez. 2020.

BRASIL. Casa Civil. Decreto nº 6.835, de 30 de abril de 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6835.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6835.htm). Acessado em: 29 dez. 2020.

BRASIL. Decreto 6.226, de 4 de outubro de 2007. Institui o Programa Mais Cultura. Portal da legislação: Leis ordinárias. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6226.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6226.htm). Acessado em: 13 abr. 2019.

BRASIL. Decreto nº 526, de 1º de julho de 1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-526-1-julho-1938-358396-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 4 jan. 2020.

BRASIL. Portaria MTUR nº 15, de 21 de maio de 2021. Dispõe sobre a alteração da denominação do programa “Estações Cidadania – Cultura” para “Pracinhas da Cultura”. Brasília: Ministério do Turismo. Disponível em: [https://epracas.cultura.gov.br/assets/PORTARIA\\_MTUR\\_15.pdf](https://epracas.cultura.gov.br/assets/PORTARIA_MTUR_15.pdf). Acessado em: 10 ago. 2021.

BRASIL. Praça dos Esportes e da Cultura - Manual de Instruções para Contratação e Execução. Brasília, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Programa de Aceleração do Crescimento. 2010. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>. Acessado em: 13 abr. 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acessado em: 14 jan. 2021.

BOBBIO, Norberto *et. al.* **Dicionário de Política**. Brasília: Ed. UnB, 1986. p. 888-890.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 7. ed. rev. ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos).

BOTELHO, Isaura. Dimensões da Cultura e Políticas Públicas. São Paulo em Perspectiva, vol.15 n.2, São Paulo, abr./jun., 2001.

BOTELHO, Isaura. Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública. **Revista Espaço e Debates**. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos. v.23. n.43-44. jan/dez, 2003.

BOTELHO; Isaura; FIORE, Maurício. O uso do tempo livre e as práticas culturais na região metropolitana de São Paulo. **Relatório da Primeira Etapa da Pesquisa**. Centro de Estudos da Metrópole – CEBRAP. Abril de 2005.

CALABRE, L. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. **Anais do III ENECULT** – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 23 a 25 de maio de 2007. Facom/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/fcrb/451>. Acessado em: 8 dez. 2020.

CALABRE, L. Políticas culturais no governo militar: o Conselho Federal de Cultura. **Anais do Encontro de História ANPUH** – Rio, 12, 2008, Itaguaí, 2008. p.1-9. Disponível em: [http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212692933\\_ARQUIVO\\_Anpuh2008.pdf](http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212692933_ARQUIVO_Anpuh2008.pdf). Acessado em: 8 dez. 2020.

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil**: dos anos 1930 ao século XXI. Editora FGV: 2009.

CALABRE, Lia. Participação social na construção de Planos Setoriais de políticas públicas: um estudo do Plano Nacional de Cultura. **Anais do VI Congresso de Gestão Pública** - CONSAD, Brasília/DF – 16, 17 e 18 de abril de 2013. Disponível em: <http://consad.org.br/wp-content/uploads/2013/05/066-PARTICIPA%C3%87%C3%83O-SOCIAL-NA-CONSTRU%C3%87%C3%83O-DE-PLANOS-SETORIAIS-DE-POL%C3%8DTICAS-P%C3%9ABLICAS-UM-ES-TUDO-DO-PLANO-NACIONAL-DE-CULTURA.pdf>. Acessado em: 6 jan. 2020.

CALABRE, Lia. **Políticas culturais**: reflexões sobre gestão, processos participativos e Desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009a, p. 63-65.

CANCLINI, Néstor Garcia. Definiciones en transición. *In*: MATO, Daniel. **Cultura, política y sociedad Perspectivas latinoamericanas**. Argentina: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2005.

CANEDO, Daniele. **Cultura, Democracia e Participação Social**: um estudo da II Conferência Estadual de Cultura da Bahia. 190f. Dissertação (Mestrado) Salvador: Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

CARMO, Rene Becker Almeida. **A urbanização e os assentamentos subnormais de Feira de Santana**. 2009. 360f. Tese (Doutorado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural, o direito à cultura**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CNM - Confederação Nacional de Municípios. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/cultura-ter%C3%A1-investimento-de-r-47-bilh%C3%B5es-afirma-gil>. Acessado em: 12 jan. 2021

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Fapesp/Iluminuras, 1997.

COELHO, Teixeira. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2001.



COELHO, Teixeira. **Usos da cultura**: políticas de ação cultural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CORREIA, Ana Maria Amorim. **Diversidade cultural no governo Lula**: Um olhar para a Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural. 130f. Dissertação (Mestrado) Salvador: Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

COSTA, Kátia Maria de Souza. **A Diversidade Cultural no projeto de Apoio e Assistência Técnica à Elaboração de Planos Municipais de Cultura**. 255f. Dissertação (Mestrado) Salvador: Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

COSTA, Kátia; RATTES, Plínio. Diversidade de Expressões em risco. Brasil, em estado de exceção? **Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, v. 73, p. 15-20, 2017.

CUÉLLAR, Javier Pérez. **Nossa diversidade criadora**. Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. Campinas: Papirus, Brasília: UNESCO, 1997.

CUNHA, Humberto. Exposição na mesa de debate 3: Plano Nacional de Cultura: e os próximos 10 anos? **Seminário Diversidade Cultural**: 15 anos da Convenção da Unesco e 10 anos do Plano Nacional de Cultura, de 23 a 25 de novembro de 2020. Observatório da Diversidade Cultural; transmissão on-line: Sesc São Paulo.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo, Cortez Editora, 1988

DIAS, Caio. A cultura como conceito operativo: Antropologia, Gestão Cultural e algumas implicações políticas desta última. **Revista PragMATIZES**, RJ: UFF, 2011. Disponível em: <http://www.pragmatizes.uff.br/revista/index.php/ojs/article/view/2/5>. Acessado em: jan.2021.

DOREA, Juraci. Feira de Santana Memória e Remanescentes da Arquitetura Eclética. Feira de Santana: UEFS Editora, p. 332, 2018.

FALCÃO, Cristiane; CAMPOS, Luciana. Origem de Feira de Santana. Disponível em: <http://origem-de-feira.blogspot.com>. Acessado: 24 jul. 2021.

FARIA, Hamilton. Políticas públicas de cultura e desenvolvimento humano nas cidades. In: BRANT, Leonardo (Org). **Políticas Culturais**. Vol. 1. Barueri: Manole, 2003.

FEIRA DE SANTANA. Lei nº 3643, de 24 de novembro de 2016. Institui o Plano Municipal de Cultura de Feira de Santana e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a2/ba/f/feira-de-santana/lei-ordinaria/2016/365/3643/lei-ordinaria-n-3643-2016-institui-o-plano-municipal-de-cultura-de-feira-de-santana-e-da-outras-providencias>. Acessado em: 6 ago. 2021.

FEIRA DE SANTANA. Lei nº 3736, de 12 de setembro de 2017. Dispõe sobre sons urbanos, fixa níveis e horários em que será permitida sua emissão, possibilita doação e destruição de equipamento(s) sonoro(s) e dá outras providências. 2017. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/f/feira-de-santana/lei-ordinaria/2017/373/3736/lei-ordinaria-n-3736-2017-dispoe-sobre-sons-urbanos-fixa-niveis-e-horarios-em-que-sera-permitida-sua-emissao-possibilita-doacao-e-destruicao-de-equipamento-s-sonoro-s-e-da-outras-providencias>. Acessado em: 8 set. 2021.

FEIRA DE SANTANA. Decreto N° 10.546, de 22 de dezembro de 2017. Institui o Grupo Gestor da Praça CEU - Centro de Artes e Esportes Unificados do Bairro Cidade Nova. 2017a. Disponível em: <http://www.diariooficial.feiradesantana.ba.gov.br>. Acessado em: 4 jan. 2020.

FEIRA DE SANTANA. Decreto N° 10.547, de 22 de dezembro de 2017. Institui o Grupo Gestor da Praça CEU - Centro de Artes e Esportes Unificados do Bairro Jardim Acácia. 2017b. Disponível em: <http://www.diariooficial.feiradesantana.ba.gov.br>. Acessado em: 4 jan. 2020.

FEIRA DE SANTANA. Decreto N° 10.548, de 22 de dezembro de 2017. Institui o Grupo Gestor da Praça CEU - Centro de Artes e Esportes Unificados do Bairro Aviário. 2017c. Disponível em: <http://www.diariooficial.feiradesantana.ba.gov.br>. Acessado em: 4 jan. 2020.

FEIRA DE SANTANA. Decreto N° 10.549, de 22 de dezembro de 2017. Institui o Estatuto e Regimento Interno do Grupo Gestor da Praça CEU - Centro de Artes e Esportes Unificados do BAIRRO AVIÁRIO. 2017d. Disponível em: <http://www.diariooficial.feiradesantana.ba.gov.br>. Acessado em: 4 jan. 2020.

FEIRA DE SANTANA. Decreto N° 10.550, de 22 de dezembro de 2017. Institui o Estatuto e Regimento Interno do Grupo Gestor da Praça CEU - Centro de Artes e Esportes Unificados do Bairro CIDADE NOVA. 2017e. Disponível em: <http://www.diariooficial.feiradesantana.ba.gov.br>. Acessado em: 4 jan. 2020.

FEIRA DE SANTANA. Decreto N° 10.551, de 22 de dezembro de 2017. Institui o Estatuto e Regimento Interno do Grupo Gestor da Praça CEU - Centro de Artes e Esportes Unificados do JARDIM ACÁCIA. 2017f. Disponível em <http://www.diariooficial.feiradesantana.ba.gov.br>. Acessado em: 4 jan. 2020.

FEIRA DE SANTANA. Construção do Cine Theatro Santana foi um marco na vida cultural feirense. 2018. Disponível em: <https://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?titulo=Constru%20E3o%20do%20Cine%20Theatro%20Santana%20foi%20um%20marco%20na%20vida%20cultural%20feirense&id=38&link=secom/noticias.asp&idn=19410>. Acessado em: 24 abr. 2021.

FEIRA DE SANTANA. FUNTITEC. Relatório Geral de Atividades de 2019. Disponível em: <https://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?id=12&link=seplan/gestao.asp>. Acessado em: 13 set. 2021.

FEIRA DE SANTANA. Rollie E. Poppino, o primeiro historiador da Feira de Santana. 2020a. Disponível em: <https://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?titulo=Rollie%20E.%20Poppino,%20o%20primeiro%20historiador%20da%20Feira%20de%20Santana&id=44&link=secom/noticias.asp&idn=25801>. Acessado em: 24 jul. 2021.

FEIRA DE SANTANA. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Feira de Santana terá monitoramento de qualidade do ar em 2020. 2020b. Disponível em: <https://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?titulo=Feira%20de%20Santana%20ter%20E1%20monitoramento%20de%20qualidade%20do%20ar%20em%202020&id=18&link=secom/noticias.asp&idn=23900>. Acessado em: 31 jul. 2021.

FEIRA DE SANTANA. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Cinquenta por cento das lagoas foram destruídas nos últimos 30 anos. 2021. Disponível em: <https://www.feiradesan->

tana.ba.gov.br/servicos.asp?titulo=Cinquenta%20por%20cento%20das%20lagoas%20foram%20destru%EDdas%20nos%20FAltimos%2030%20anos&id=18&link=secom/noticias.asp&idn=27012>. Acessado em: 31 jul. 2021.

FEIRA DE SANTANA. Secretaria de Desenvolvimento Social. Relatório de gestão municipal de 2020. Disponível em: <http://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?id=12&link=seplan/gestao.asp>. Acessado em: 19 ago. 2021.

FEIRA DE SANTANA. Lei nº 3383, de 06 de junho de 2013. Dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Cultura e dá outras providências. 2013. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/ba/f/feira-de-santana/lei-ordinaria/2013/339/3383/lei-ordinaria-n-3383-2013-dispoe-sobre-a-criacao-do-sistema-municipal-de-cultura-e-da-outras-providencias>. Acessado em: 10 ago. 2021.

FEIRA DE SANTANA. Lei nº 3427, de 05 de dezembro de 2013. Altera a Lei nº 2.592, de 07 de julho de 2005, que dispõe sobre a criação da Fundação Cultural Municipal Egberto Tavares Costa. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/ba/f/feira-de-santana/lei-ordinaria/2013/342/3427/lei-ordinaria-n-3427-2013-altera-a-lei-n-2592-de-07-de-julho-de-2005-que-dispoe-sobre-a-criacao-da-fundacao-cultural-municipal-egberto-tavares-costa>. Acessado em: 13 ago. 2021.

FEIRA DE SANTANA. Guia Cultural dos Equipamentos Fundação Municipal de Tecnologia da Informação, Telecomunicações e Cultura Egberto Tavares Costa. 2020. Disponível em: [https://www.feiradesantana.ba.gov.br/funtitec/arq/Guia\\_Equipamentos\\_Funtitec.pdf](https://www.feiradesantana.ba.gov.br/funtitec/arq/Guia_Equipamentos_Funtitec.pdf). Acessado em: 30 ago. 2021.

FÓRUM PERMANENTE DE CULTURA. Carta aberta – Desengavete o Plano Prefeito, 2015. Disponível em: <https://forumpermanentedeculturafsa.wordpress.com>. Acesso em: 27 ago. 2021.

FONSECA, Jumária Fernandes Ribeiro. **O Orçamento Participativo e a Gestão Democrática de Goiânia**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2009.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v6-bx.pdf>. Acessado em: 16 set. 2021.

FREITAS, Elizabeth Ponte de. A gestão pública não estatal na cultura: uma questão de gestão ou de política cultural? **Anais do V ENECULT**. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 27 a 29 de maio de 2009. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19248.pdf>. Acessado em: ago. 2014.

FREITAS, Elizabeth Ponte de. **Centros Culturais Públicos no Brasil**: Um estudo comparativo entre o Centro Dragão do Mar e Arte e Cultura e o Centro Cultural São Paulo. Monografia. (Graduação). Curso de Produção em Comunicação e Cultura, Facom-UFBA, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

FREITAS, Elizabeth Ponte de. **Por uma Cultura Pública**: Organizações Sociais, OSCIPS e a gestão pública não estatal. 2010, 143f. Dissertação (Mestrado). Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

FURTADO, Celso. **Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2012.

GALEANO, Aloma; PITA, Maylla. Plano Municipal de Cultura de Feira de Santana/BA: Um relato da gestão à participação social na Princesa do Sertão. *In*: BARROS, José Márcio; COSTA, Kátia (Orgs.). **Planos municipais de cultura: reflexões e experiências**. Belo Horizonte: EdUEMG, 2019a.

GALEANO, Aloma; PITA, Maylla. Do Amélio ao Beco: olhares sobre dois casos de espaços culturais em Feira de Santana. *In*: KAUARK, Giuliana; RATTES, Plínio; LEAL, Nathalia (Orgs.). **Um lugar para os espaços culturais: gestão, territórios, públicos e programação**. Salvador: Edufba, 2019b. 379-406 p. (Coleção Cult).

GALPÃO CINE HORTO. Diagnóstico cultural de Feira de Santana. 2016. Disponível em: <http://galpaocinehorto.com.br/wp-content/uploads/2020/03/Diagno%CC%81stico-Cultural-de-Feira-de-Santana-documento-final.pdf>. Acessado em: 9 ago. 2021.

GIL, Gilberto. Discurso do ministro da Cultura, Gilberto Gil, na abertura da primeira reunião do Conselho Nacional de Política Cultural. Discurso proferido em Brasília, 19 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://cultura.gov.br/324347-revision-v1>. Acessado em: 6 jan. 2020.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

IBGE. Cidades@. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/feira-de-santana/panorama>. Acessado em: 31 jul. 2021.

IBGE. Sinopse do censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=29&dados=1>. Acessado em: 24 jul. 2021.

IBGE. IBGE traça o perfil administrativo de todos os municípios brasileiros. Disponível em: <http://www1.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/1704munic.shtm>. Acessado em: ago. 2014.

IBGE. **Sistema de informações e indicadores culturais: 2007-2018**/IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, 2019. 263p.

IBGE. Estimativas da população residente para os municípios e para as unidades da federação brasileiros com data de referências em 1º de julho de 2020. 2020. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas\\_de\\_Populacao/Estimativas\\_2020/POP2020\\_20210331.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2020/POP2020_20210331.pdf). Acessado em: 24 jul. 2021.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2013. Perfil dos Conselheiros Nacionais. Relatório de Pesquisa Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/130130\\_relatorio\\_perfil\\_conselhosnacionais.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/130130_relatorio_perfil_conselhosnacionais.pdf). Acessado em: jul. 2022.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KAUARK, Giuliana. Contribuições da Convenção para a Diversidade Cultural para a Política

Cultural Brasileira. **Anais do IV ENECULT** - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador, mai. 2008. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14472.pdf>. Acessado em: 29 dez. 2020.

KAUARK, Giuliana. **O paradoxo da diversidade**: institucionalização da diversidade cultural na agenda internacional e tradução em políticas culturais nacionais (o caso Brasil e França). 309f. Tese (Doutorado). Salvador: Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

KAUARK, Giuliana; RATTES, Plínio; LEAL, Nathalia (Orgs.). **Um lugar para os espaços culturais**: gestão, territórios, públicos e programação. Salvador: Edufba, 2019. 407p. (Coleção Cult).

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do Desenvolvimento Social**. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2003.

LACERDA, Alice Pires de. Políticas e gestão públicas de cultura: diversidade cultural em uma perspectiva intercultural. **Anais da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Natal, ago. 2014.

LING, Anthony. Cercar espaços públicos é errado em todos os sentidos imagináveis. 7 jun. 2015. Disponível em: <https://caosplanejado.com/cercar-espacos-publicos-e-errado-em-todos-os-sentidos-imaginaveis>. Acessado em: 2 abr. 2022.

OBULJEN, Nina. Um Resumo da História do Instituto para a Discussão de Diversidade Cultural para as Relações Internacionais. Zagreb, Culturelink Network. In: BRANT, Leonardo (Org.). **Diversidade Cultural**: globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas. Democracia Cultural 1. São Paulo: Escrituras Editora: Instituto Pensarte, 2005. p. 121-129.

OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. “**Canções da cidade amanhecendo**”: memórias urbanas, silêncios e esquecimentos, Feira de Santana, 1920-1960. Tese (Doutorado). Brasília, UnB, 2011.

MAGAGNIN, Renata Cardoso. **Um sistema de suporte à decisão na internet para o planejamento da mobilidade urbana**. Tese (Doutorado em Engenharia Civil: Transportes). Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. São Carlos-SP, 2008.

MARTINS, Fernando José. Diversidade: conceitos e práticas presentes na educação, gestão e movimentos sociais. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 36, n. 1, p. 245-261, jan./jun. 2011.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protacao-social-basica/projetos-psb/servico-de-protacao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif#:~:text=Em%2019%20de%20maio%20de%202004%2C%20o%20PAIF%20%E2%80%93%20Servi%C3%A7o%20de.com%20o%20Decreto%205.085%2F2004>. Acessado em: 28 set. 2021.

MEDEIROS, Alexsandro. Democracia Participativa. 2014. Disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/ciber-democracia/democracia-participativa>. Acessado em: 26 dez. 2020.

MINC. Ministério da Cultura. 1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006: estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura. Secretária de Articulação Institucional do Ministério da

Cultura. Brasília: Ministério da Cultura, 2007. Disponível em: <http://cnpccultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/3/2017/03/ANAIS-I-CNC1%C2%AA-PARTE.pdf>. Acessado em: 7 jan. 2020.

MINC. Ministério da Cultura. Espaço Mais Cultura. Secretaria de Articulação Institucional, MinC, 2009.

MINC. Ministério da Cultura. Programa Cultura Viva. Disponível em: <http://cultura-viva.gov.br>. Acessado em: 28 dez. 2020.

MINC. Ministério da Cultura. Conceito, desafios e potencialidades do PAC da Cultura 1 - Praças CEUs. 2015. [http://ceus.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/28/2017/12/00\\_Reflexoes\\_PAC\\_da\\_Cultura\\_2014\\_Apresentacao.pdf](http://ceus.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/28/2017/12/00_Reflexoes_PAC_da_Cultura_2014_Apresentacao.pdf). Acessado: dez. 2017.

MINC. Ministério da Cultura. Relatório devolutivo Seminário Nacional de Capacitação para Gestores e Comunidades dos CEUs. Realizado em 2 e 3 de dezembro de 2014, Brasília-DF. 2015a.

MINC. II Prêmio Inclusão Cultural da Pessoa Idosa. Edição Inezita Barroso. Brasília: Minc/SID, 2010a.

MINC. Ministério da Cultura. Edital de Divulgação do Espaços Mais Cultura Nº 01, de 27 de janeiro de 2010b.

MINC. Ministério da Cultura. Modelo de Regimento Interno do Centro de Artes e Esportes Unificados – CEU. 2014a. Disponível em <http://ceus.cultura.gov.br/mobilizacao-cartilhas-e-modelos/>. Acessado em 15 de abril de 2019.

MINC. Ministério da Cultura. Modelo de Estatuto do Grupo Gestor dos Centro de Artes e Esportes Unificados – Praças CEUs. 2014b. Disponível em <http://ceus.cultura.gov.br/mobilizacao-cartilhas-e-modelos/>. Acessado em 15 de abril de 2019.

MINC. Ministério da Cultura. Cartilha de Orientação para Ações de Mobilização Social nos CEUs. 2014c. Disponível em <http://ceus.cultura.gov.br/mobilizacao-cartilhas-e-modelos/>. Acessado em abril de 2019.

MINC. Ministério da Cultura. Cartilha Práticas de Gestão das Praças CEU. 2017a. Disponível em: <http://estacao.cultura.gov.br/2015/11/03/disponivel-o-primeiro-caderno-praticas-de-gestao-das-pracas-ceu>. Acessado em: 30 dez. 2020.

MINC. Ministério da Cultura. Relatório do V Encontro Regional. Praça CEU Cidade Nova, Feira de Santana/BA. 2017b.

MILANESI, Luis. **A casa da invenção** - Centros de cultura: um perfil. São Paulo: Ed. Siciliano, 1991.

MILANESI, Luis. **A casa da invenção**. Ateliê Editorial. São Caetano do Sul, 1997.

MILANESI, Luis. **A casa da invenção**: biblioteca - Centro de cultura. 3.ed. São Caetano do Sul: Ateliê Editorial, 1997.

MILANESI, Luis. **A casa da invenção**: biblioteca e centro de cultura. 4. ed rev. e ampl. São

Paulo: Ateliê, 2003.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Proteção social é ofertada em mais de 83 mil unidades do Cras em todo o país. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/protecao-social-e-ofertada-em-mais-de-8-3-mil-unidades-do-cras-em-todo-o-pais>. Acessado em: 28 set. 2021.

MORONI, José A. O direito a participação no governo Lula. Disponível em: [https://www.jus-tica.gov.br/central-de-conteudo\\_legado1/seguranca-publica/artigos/artigomoroni.pdf](https://www.jus-tica.gov.br/central-de-conteudo_legado1/seguranca-publica/artigos/artigomoroni.pdf). Acessado em: 26 dez. 2020.

MORONI, José Antônio. O direito à participação no governo Lula. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção Democracia Participativa).

NÚÑEZ, Enrique del Álamo. Los espacios de la cultura. In: **Manual Atalaya** - Apoyo a la Gestión Cultural, 2014. Disponível em: <http://atalayagestioncultural.es>. Acessado em: 13 jan. 2021.

OLIVEIRA, Danilo Júnior de. A democracia participativa na formulação das políticas culturais: reflexões sobre a efetividade dos mecanismos participativos na área da cultura no Brasil. Artigo apresentado no **2º Congresso Latinoamericano de Gestión Cultural**, Cali, Colombia, 16 a 20 de outubro de 2017.

OLIVEIRA, Ana Maria C. dos Santos. **Feira de Santana em tempos de modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano (1950-1960)**. Tese (Doutorado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

OLIVEIRA, Maria Leny Souza. **Espaço Urbano e o modo de vida na favela: a voz dos moradores da Rocinha em Feira de Santana-BA**. Salvador: UNIFACS, 2010. 176f.

NUSSBAUMER, Gisele; RATTES, Plínio. Equipamentos Culturais de Salvador: Públicos, Políticas e Mercados. Trabalho apresentado no **V ENLEPICC**. Salvador: Faculdade Social da Bahia, 11 de novembro de 2005 (1 cd-rom).

NUSSBAUMER, Gisele. Refletir sobre espaços culturais: da experiência à crítica. In: KAUARK, Giuliana; RATTES, Plínio; LEAL, Nathalia (Orgs.). **Um lugar para os espaços culturais: gestão, territórios e programação**. Salvador: EDUFBA, 2019.

PAIVA, Carlos. Reflexões sobre a constituição de uma política para equipamentos culturais no Brasil. In: KAUARK, Giuliana; RATTES, Plínio; LEAL, Nathalia (Orgs.). **Um lugar para os espaços culturais: gestão, territórios e programação**. Salvador: EDUFBA, 2019.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PIRES, Roberto Rocha Coelho. Da sociedade para o Estado: Desafios da participação no Brasil. In: MARX, Vanessa (Org.). **Democracia participativa, Sociedade civil e Território**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. 202p.

PITOMBO, Mariella. Uma agenda cultural para o desenvolvimento humano: o papel das agências multilaterais na formulação das políticas culturais. 2005. Disponível em

<http://www.cult.ufba.br/Artigos/Mariellaumaagenda.pdf>. Acessado em: 17 dez. 2020.

POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Salvador: Itapuã, 1968.

PORTO, Marta. O espaço que antecede os espaços culturais. *In: Anais do Encontro Espaços Culturais – 2º Seminário de Gestão Cultural*. Duo Informação e Cultura, Belo Horizonte, 2010.

PRETTY, J. N. **Regeneration agriculture**. London: Earthscan, 1995.

RAMOS, Luciene Borges. **Centro Cultural: Território Privilegiado da Ação Cultural e Informativa na Sociedade Contemporânea**. Salvador: UFBA, 2007.

RATTES, Plínio. **Políticas e gestão de equipamentos culturais da cidade de Salvador-Ba: A perspectiva dos gestores**. 184f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

RATTES, Plínio; SILVA, Maria da Conceição; MOURA, Carolina. A diversidade cultural e o Sesc: Abordagens e perspectivas. **Anais do XVII ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**. Salvador, 27 a 30 de julho de 2021.

REIS, Ruy. Feira de Santana: Aspectos históricos da urbanização sob a ótica da mobilidade urbana. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 56: 19-27 (jan./jun. 2017).

ROCHA, Carlos. Gestão pública municipal e participação democrática no Brasil. **Revista Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, n. 38, p. 171-185, fev. 2011.

ROCHA, Sophia Cardoso. A estadualização do Programa Cultura Viva. **Políticas Culturais em Revista**, 2(7), p. 26-45, 2014. Disponível em: [www.politicasculturaisemrevista.ufba.br](http://www.politicasculturaisemrevista.ufba.br). Acessado em: 13 abr. 2019.

ROCHA, Renata; RUBIM, Albino (Org.). **Panorama Políticas culturais**. Salvador. EDUFBA, 2012. 182 p. (Coleção Sala de aula nº 8).

RODRIGUES, Luiz Augusto F. Gestão cultural e seus eixos temáticos. *In: CURVELLO, M. A. et al. (Orgs). Políticas públicas de cultura do Estado do Rio de Janeiro: 2007-2008*. Rio de Janeiro: Uerj/Decult, 2009. p. 76-93.

RODRIGUES, Luiz Augusto F. Formação e profissionalização do setor cultural: caminhos para a institucionalidade da área cultural. **PragMATIZES – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura**, Ano 2, nº 3, set. 2012. p. 63-80. Disponível em: [www.pragmatizes.uff.br](http://www.pragmatizes.uff.br). Acessado em: 15 jan. 2021.

RODRIGUES, Tatiane Cosentino; ABRAMOWICZ, Anete. O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação. **Educ. Pesqui.** vol.39, n.1 São Paulo, jan./mar. 2013. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022013000100002](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022013000100002). Acessado em: 15 dez. 2020.

RODRIGUES, L.A.F.; LIMA, D.R. Mário de Andrade, Aloísio Magalhães e Gilberto Gil: três Macunaímas na política cultural **Revista de Investigación en Gestión Cultural**. DOI: 10.32870/cor.a5n9.7359. 8 de nov./2020. Disponível em: <http://corima.udgvirtual.udg.mx/index.php/corima/article/view/7359>. Acessado em: 9 dez. 2020.



ROLNIK, Raquel. Se nada mudar, em breve São Paulo terá 50 mil pessoas vivendo na rua. 11 fev. 2020. Disponível em: <https://caosplanejado.com/se-nada-mudar-em-breve-sp-tera-50-mil-pessoas-vivendo-na-rua/#:~:text=Metade%20das%20pessoas%20que%20responderam,o%20Brasil%20vive%20crise%20econ%C3%B4mica>. Acesso em: 2 abr. 2022.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. **Revista Galáxia**. São Paulo, n. 13, p. 101-113, jun. 2007.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Conselhos de Cultura: atribuições, caráter, composição e democracia. In: RUBIM, Antônio A. C.; FERNANDES, Taiane; RUBIM, Iuri (Orgs). **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura**. 2.ed. Salvador: EDUFBA, 2011. p.151-170.

RUBIM, Albino. Políticas culturais do governo Lula. **Revista Lusófona de Estudos Culturais** (*Lusophone Journal of Cultural Studies*), Vol. 1, n.1, p. 224-242, 2013.

SACRAMENTO, Beatriz Café. O cinema e as sociabilidades em Feira de Santana (1910-1919). **Anais do VII Encontro Estadual de História** - ANPUH. Feira de Santana, 2016.

SAMPAIO, Breno. Avaliação de impactos econômicos e sociais dos Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs) [recurso eletrônico]. (Coord.). Cooperação UFPE - MinC. Recife: Ed. UFPE, 2019.

SANTO, Sandra. O desenvolvimento urbano em Feira de Santana (BA). **Sitientibus**, Feira de Santana, n.28, p.9-20, jan./jun. 2003.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, Outubro 2002: 237-280.

SANTOS, Lucas; BAUMGARTNER, Wendel. Caracterização da evolução urbana e da situação atual de Feira de Santana. 2011. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/asempa/article/viewFile/3744/3428>. Acessado em: 24 jul. 2021.

SANTOS, Aline Aguiar Cerqueira dos. **Diversões e civilidade na “Princesa do Sertão” (1919-1946)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2012.

SECRETARIA de Identidade e Diversidade Cultural. Balanço de Editais – SID – 2005 a 2010. Ministério da Cultura, 2010. Disponível em <http://cultura.gov.br/identidade-e-diversidade-412013/>. Acessado em: 30 dez. 2020.

SECRETARIA ESPECIAL DO ESPORTE. Praça da Juventude. Disponível em: <http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/institucional/secretaria-executiva/praca-da-juventude>. Acessado em: abr. 2019.

SERFERT, Tatiane. Mais definições em trânsito: Diversidade Cultural. 2007. Disponível em <http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/DIVERSIDADEDECULTURAL.pdf>. Acessado em: 19 abr. 2021.

SERPA, Ângelo. A Cidade como Fenômeno Cultural: apontamentos para uma abordagem geográfica. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; ROCHA, Renata (Orgs.). **Políticas Culturais para cidades**. Salvador: EDUFBA, 2010.

SILVA, Liliana Sousa. Gestão cultural na e para a cidade, 2008. Cultura e Mercado. Disponível em: <http://www.culturaemercado.com.br/wpcontent/uploads/2008/09/gestaoculturalnaeparaa-cidade.pdf>. Acessado em: jan. 2021.

SILVA, Susete Rodrigues da. **O pensamento vivo de Mário de Andrade**: dos parques infantis aos CEUs da cidade de São Paulo. Orientador: João Cardoso Palma Filho. 2012. 278 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes, 2012.

SILVA, Alex de Souza. **A influência do Centro Industrial do Subaé (CIS) no processo de urbanização do bairro do Tomba**: um estudo de caso do município de Feira de Santana. 177. f.. Dissertação Mestrado UNIFACS, 2010.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização social**: um modo de construir a democracia e a participação. Brasília: UNICEF- Brasil, 1996.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Paris, out. 2005.

UNESCO. Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, 2015. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil>. Acessado em: 19 abr. 2021.

UNESCO. Brazil - Quadrennial Periodic Report on Measures to Protect and Promote the Diversity of Cultural Expressions. 2012. Disponível em: <https://en.unesco.org/creativity>. Acessado em: 29 dez. 2020.

UNESCO. Brazil - Quadrennial Periodic Report on Measures to Protect and Promote the Diversity of Cultural Expressions. 2016. Disponível em: <https://en.unesco.org/creativity>. Acessado em: 29 dez. 2020.

UNESCO. Declaração Universal sobre Diversidade Cultural. Paris, 2 nov. 2001.

UNICEF. Declaração Universal dos Direitos Humanos: adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acessado em: 14 jan. 2021.

VAZ, Lilian; JACQUES, Paola. A cultura na revitalização urbana – espetáculo ou participação? **Revista Espaço e Debates**. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos. v.23. n.43-44. jan/dez, 2003.

VELOSO, Adriana. Das BACs aos CEUs. <http://culturadigital.br/blog/2015/01/13/das-bacs-aos-ceus/>. Acessado em: abr. 2019.

VICH, V. **Desculturizar la cultura**. La gestión cultural como forma de acción política. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014.

VICH, V. O que é um gestor cultural? In: CALABRE, Lia; LIMA, Deborah Rebello (Orgs.). **Políticas culturais**: conjunturas e territorialidades [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; São Paulo: Itaú Cultural, 2017. (p. 48 a 54).

# **APÊNDICES E ANEXOS**

APÊNDICE A - CATEGORIAS DE ESPAÇOS CULTURAIS REGISTRADOS NO SITE  
MAPAS CULTURAIS

Antiquário	Escola livre de Pontinhos de cultura
Arquivo Privado	Espaço Mais Cultura
Arquivo Público	Espaço Público Para Projeção de Filmes
Ateliê	Espaço para Eventos
Audioteca	Espaço para apresentação de dança
Banca de jornal	Estúdio
Bem Arqueológico	Gafieira
Bem Imóvel	Galeria de arte
Bem Móvel ou Integrado	Ginásio Poliesportivo
Bem Paisagístico	Igreja
Bens culturais de natureza imaterial	Instituição Privada Comunitária
Bens culturais de natureza material	Instituição Privada Comunitária exclusivamente voltada para formação artística e cultural
Biblioteca Comunitária (incluídos os pontos de leitura)	Instituição Privada Confessional
Biblioteca Escolar	Instituição Privada Confessional exclusivamente voltada para formação artística e cultural
Biblioteca Especializada	Instituição Privada Filantrópica
Biblioteca Nacional	Instituição Privada Filantrópica exclusivamente voltada para formação artística e cultural
Biblioteca Privada	Instituição Privada Particular
Biblioteca Pública	Instituição Privada Particular exclusivamente voltada para formação artística e cultural
Biblioteca Universitária	Instituição Pública Distrital exclusivamente voltada para formação artística e cultural
Casa de espetáculo	Instituição Pública Estadual exclusivamente voltada para formação artística e cultural
Casa do Patrimônio	Instituição Pública Federal exclusivamente voltada para formação artística e cultural
Centro Comunitário	Instituição Pública Municipal exclusivamente voltada para formação artística e cultural
Centro Cultural Privado	Instituição Pública de Ensino Regular Distrital
Centro Cultural Público	Instituição Pública de Ensino Regular Estadual
Centro Espírita	Instituição Pública de Ensino Regular Federal
Centro cultural itinerante	Instituição Pública de Ensino Regular Municipal
Centro de Artes e Esportes Unificados – CEU	<i>Lan house</i>
Centro de Documentação Privado	Livraria

Centro de Documentação Público	Mesquitas
Centro de artesanato	Museu Privado
Centro de tradições	Museu Público
Cine itinerante	Núcleos de Produção Digital
Cineclube	Outros
Circo Fixo	Outros Equipamentos Culturais
Circo Itinerante	Palco de Rua
Circo Moderno	Ponto de Cultura
Circo Tradicional	Ponto de Leitura Afro
Clube social	Pontos de Memória
Coleções	Praça dos esportes e da cultura
Concha acústica	Rádio Comunitária
Coreto	Sala Multiuso
Creative Bureau	Sala de Leitura
Danceteria	Sala de cinema
Documentação	Sala de dança
Drive-in	Sebo
Escola livre de Artes Cênicas	Sinagoga
Escola livre de Artes Visuais	Sítio Histórico
Escola livre de Audiovisual	Teatro Privado
Escola livre de Cultura Digital	Teatro Público
Escola livre de Cultura Popular	Templo
Escola livre de Design	Terreiro
Escola livre de Gestão Cultural	Terreno para Circo
Escola livre de Hip Hop	Trio elétrico
Escola livre de Música	Usina Cultural
Escola livre de Patrimônio	Videolocadora

APÊNDICE B – ROTEIRO PADRÃO DE ENTREVISTAS (SEMIESTRUTURADO) – UTILIZADO COM O MINISTÉRIO DA CULTURA, DOS ESPORTES, DO TRABALHO E EMPREGO E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EM 2017

**Histórico e conceitos do Programa Praça CEU**

Fale um pouco sobre o histórico do Programa Praça CEU no âmbito do Ministério da Cultura (conceitos do Programa, principais atores do processo, as principais tensões internas, as principais potencialidades e fragilidades do Programa, as relações entre os ministérios parceiros, os diferentes nomes do Programa – Espaços Mais Cultura, Praças de Esporte e Cultura, Praça das Artes, Praça CEU, Centros de Artes e Esportes Unificados etc.).

Qual a importância do Programa Praça CEU, hoje, nas políticas culturais desenvolvidas no âmbito do Ministério da Cultura?

Como o programa se desenvolveu em cada gestão do MinC (Gil, Juca, Hollanda, Suplicy, Carlerio etc.)? Qual foi a importância dada em cada uma dessas gestões?

Qual a estrutura do Programa hoje no MinC?

Em que momento e em que medida o projeto sofreu influência dos CEUs de São Paulo.

Qual a relação entre o Programa Cultura Viva e o Programa Praça CEU?

**Informações gerais sobre o Programa**

Há quantas Praças em construção hoje no País? No Nordeste? Na Bahia? (Há divergências desses números no site do PAC e no site das Praças CEU).

Há quantas Praças já inauguradas e em pleno funcionamento no País? No Nordeste? Na Bahia? (Há divergências desses números no site do PAC e no site das Praças CEU).

Quanto foi investido até o momento no Programa? O site do Programa fala em investimento acima de 800 milhões de reais.

Os recursos são provenientes do PAC – eixo Comunidade Cidadã. Explique um pouco sobre esse eixo, conceitos e quem gere dentro do governo federal.

Qual a situação atual do PAC após as recentes mudanças de governo? Ainda há recursos garantidos para investimento nas Praças?

Ainda fazem parte da gestão do Programa os Ministérios do Esporte, Desenvolvimento Social, Justiça e Segurança Pública? Quais as atribuições de cada um deles no âmbito do Programa?

O Programa depende da parceria das Prefeituras. Quais são as obrigações do poder municipal? Como é o processo para a Prefeitura solicitar a construção de uma Praça em seu município? Edital? Se sim, há previsão de novos editais?

Como é o acompanhamento das obras e, após inauguração, das atividades realizadas nas Praças? Em que medida o Ministério interfere/influência na gestão desses equipamentos?

É obrigatório a implantação de uma gestão compartilhada tripartite (sociedade civil organizada, comunidade e poder público) no âmbito das Praças. Como o MinC faz esse acompanhamento para garantir a aplicação dessa ação? Em que medida o MinC interfere caso o processo não seja aplicado conforme o orientado nos documentos referenciais do Programa?

Há casos de outros modelos de gestão (publicização?) sendo realizados?

Quais Praças têm se destacado no País em termos de: gestão, programação, articulação comunitária, transversalidade da cultura? E na Bahia, quais são os destaques?

De quem é a responsabilidade pela execução das obras? Quem realiza as licitações das empresas construtoras?

A compra de mobiliário e equipamentos (cênicos, instrumentos musicais, tatames etc.) é feita pelo MinC ou Prefeitura?

Observei também em duas das três Praças ausência de árvores. Qual a orientação dos projetos no que tange ao paisagismo das Praças?

Como os projetos arquitetônicos se adaptam às características de cada município (climáticas, arquitetônicas etc.)?

De quem é a responsabilidade pela manutenção (preventiva e corretiva) das Praças?

Quem seleciona e paga os profissionais que atuam nas Praças? Há funcionários de algumas Praças que dizem ser pagos pelo PAC, isso procede? Se não, por que há essa falta de clareza para alguns funcionários, sobre não saberem quem são seus empregadores?

O MinC sugere um número mínimo de funcionários com determinadas formações e que atuem nos sete dias da semana, nos três turnos. As Praças têm acatado isto? Há algum estudo do MinC nesse sentido?

O CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) tem uma gestão independente dos demais equipamentos da Praça?

Há alguma orientação do Ministério pela não comercialização de comidas e bebidas (alcoólicas ou não) nas dependências das Praças? Por quê?

### **Questões opinativas**

Como o discurso da cidadania e da participação social tem se efetivado no âmbito da gestão das Praças CEU?

Em que medida as mudanças políticas ocorridas nos últimos dois anos têm impactado na execução do projeto, sobretudo no que diz respeito à concretização da proposta de gestão compartilhada entre o poder público e a sociedade civil organizada?

A intersectorialidade e a diversidade são pontos centrais do conceito do Programa. De que forma esses dois pontos se expressam na gestão das Praças?

As Praças abrigam atividades de múltiplas áreas. Em que medida as atividades culturais são integradas às ações das demais áreas finalísticas (esporte, justiça, emprego etc.) desenvolvidas nesses locais?

Em 2013, a FUNARTE lançou o Edital de Ocupação dos CEUs das Artes e selecionou 80 projetos de ocupação, sendo um para cada CEU. Quais os principais resultados desse edital? Quais as dificuldades? Há pretensão de outros editais?

Há estudos sobre resultados e impactos socioculturais nos territórios em que estão inseridas as Praças?

Quais críticas vocês costumam ouvir em relação ao Programa?

Quais outras políticas para equipamentos culturais há no MinC hoje?

Quem são os nomes de referências das Praças, as principais pessoas que empreenderam o projeto dentro do MinC?

Quem eu devo procurar em outros ministérios para entrevistas e buscar dados e estudos sobre as Praças?

Há nos documentos referenciais a informação de que as Praças abrigariam os pontos de cultura. Isso aconteceu? Em que medida? Como é essa relação entre os dois programas?



APÊNDICE C – ROTEIRO PADRÃO DE ENTREVISTAS (SEMIESTRUTURADO) – UTILIZADO COM OS MEMBROS DOS GRUPOS DE GESTÃO E COORDENADORES DAS PRAÇAS CEU DE FEIRA DE SANTANA, EM 2020

**Sociedade civil**

Participação social

Como você e/ou a Entidade a qual você é vinculado se envolveu com a gestão da Praça CEU? Como se dá essa participação?

Como você avalia a centralidade/importância da Praça CEU para a comunidade e entidades que a circundam?

As Praças de Feira têm uma diretriz de gestão estabelecida pelo poder municipal? Se sim, qual seria?

Bairros

Fale um pouco sobre esse bairro onde está localizada essa Praça CEU. Quais as características principais desse bairro e das populações que aqui vivem, em termos de mobilidade urbana, habitação, comércio, segurança, cultura, educação etc.?

Qual a especificidade dessa Praça em relação às outras duas?

As três Praças funcionam em rede? Qual o nível de articulação entre elas? Há alguma articulação por iniciativa da sociedade civil?

Políticas públicas

Como se dá a relação com o governo federal e municipal, hoje, em relação à gestão da Praça? Há um acompanhamento efetivo da gestão? De que forma?

Como você avalia o impacto das mudanças ocorridas no âmbito federal, com as trocas de governo e de gestão do MinC/Secretaria Especial de Cultura (Lula-Dilma-Temer-Bolsonaro), sobretudo desta última, na gestão e funcionamento das Praças?

No âmbito municipal, a gestão das Praças foi recentemente transferida (outubro de 2019) da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer para a Secretaria de Desenvolvimento Humano. Quais os pontos positivos e negativos dessa mudança?

Você tem acesso ao custo médio mensal da Praça no que diz respeito a programação, recursos humanos, manutenção das instalações, custeio de água, luz, limpeza e segurança?

Você conhece os materiais produzidos pelo governo federal (documentos referenciais), como as cartilhas de gestão, sugestão de estratégias de mobilização social, propostas de ações que podem ser desenvolvidas nas Praças etc.? Se sim, o que acha? Eles são utilizados? Em que medida?

Você teve a oportunidade de participar de alguma “Ativação de Praça” (encontros de capacitação promovidos pelo MinC)? Se sim, relate a experiência? Onde e quando foi? Quais temas discutidos? Quais pontos positivos e negativos da iniciativa?

Já participou de alguma capacitação específica para a gestão das Praças promovida pelo MinC ou Prefeitura ou outra instância? Se sim, qual? Relate.

Como você se refere à Praça institucionalmente e cotidianamente? Praça, Praça CEU ou Estação Cidadania-Cultura?

## **A Praça**

### Estrutura física e funcionamento

Como você avalia a manutenção estrutural, ambiental e dos equipamentos técnicos e mobiliários da Praça? Há contratos de manutenção preventiva e corretiva?

Você considera que a instalação dessa Praça contribuiu para a melhoria da população local ou é indiferente?

Como você avalia o horário de funcionamento da Praça?

Como você avalia os funcionários que atuam na Praça?

Qual orientação sobre a comercialização de comidas e bebidas (alcoólicas ou não) e outros produtos/serviços nas dependências das Praças? Comente.

Houve/há alguma destinação diferente da que foi concebida de algum dos equipamentos das Praças? Foi autorizada pelo MinC, conforme prevê os documentos referenciais do Programa?

### Programação

Você conhece as atividades que são realizadas na Praça? Como você avalia as atividades que são realizadas na Praça?

Quais atividades você costuma frequentar/praticar na Praça? Por quê?

Você promove alguma atividade na Praça? Se sim, qual? Relate.

Como se dá a relação entre as diferentes áreas que devem atuar na Praça (cultura, esporte, assistência, formação profissional)? Há ações integradas? Se sim, como elas acontecem?

As atividades oferecidas na Praça são gratuitas ou há algum tipo de cobrança? Se sim, quanto? O que você pensa sobre isso (cobrar ou não cobrar para acesso às atividades)?

Quais as atividades mais procuradas na Praça? O que você acha que deveria ser oferecido e, não é?

Quais os espaços da Praça mais utilizados? Por quê?

O MinC desenvolveu uma série de documentos referenciais para estimular a criação de ações como hortas comunitárias, cineclubes, atividades relacionadas ao livro e leitura, economia solidária, geração de trabalho e renda e sustentabilidade da Praça. Você tem conhecimento desses documentos? Há alguma ação específica nessas áreas cidades? Como elas se dão e como são financiadas?

A Praça dispõe de zona livre de wi-fi? Comente.

As Praças CEU de Feira já foram contempladas em algum edital do MinC lançado especificamente para a promoção de ações nas Praças? Se sim, quais? Relate.

Como a Praça se relaciona com o circuito comercial de arte da cidade? Costuma abrigar projetos culturais maiores (festivais, mostras etc.)?

Como se dão os pedidos de uso das Praças por terceiros?

### Públicos

Quais os públicos da Praça em termos de faixa etária, classe social, escolaridade, local de residência, gênero/sexo?

Você conseguiria mensurar a média de público que frequenta a Praça diariamente ou semanalmente? Qual(is) o(s) dia(s) e o(s) horário(s) que costumam ter mais gente na Praça e por quê?

Comente sobre a participação da comunidade em relação a:

1. atividades programadas
2. ocupação das áreas abertas da Praça
3. eventos esporádicos, como feiras, festivais, celebrações religiosas, entre outras
4. reuniões e deliberações do Grupo Gestor

Você considera que a instalação dessa Praça contribuiu para a melhoria da qualidade de vida da população local ou é indiferente? Comente.

### Segurança

Há histórico de furtos, roubos ou violências na Praça? Relate.

Quais principais medidas de segurança que são adotadas na Praça?

Concordaria com a possibilidade de cercar a Praça com grades ou muros? Por quê?

### **Grupo gestor**

Fale um pouco sobre o início de sua relação com a Praça. Como você se envolveu com essa iniciativa e passou a integrar o grupo de gestão?

Qual a periodicidade das reuniões do grupo gestor? As atas das reuniões são publicadas? É possível acessá-las? Onde?

Há grupos de trabalho ou comissões dentro do grupo gestor? Se sim, quais são, quais as motivações e a finalidade?

Você desempenha alguma função específica dentro do grupo de gestão? Se sim, quais? Fale sobre elas.

Você, enquanto membro do grupo gestor, tem acesso ao custo médio mensal da Praça no que diz respeito a programação, recursos humanos, manutenção das instalações, custeio de água, luz, limpeza e segurança?

Quais as principais dificuldades que o grupo gestor tem no processo de gestão da Praça?

Quais os principais facilitadores que o grupo gestor tem no processo de gestão da Praça?

Quais principais desafios na gestão da Praça no que diz respeito a:

Estrutura física:

Recursos humanos:

Programação:

Grupos residentes/corpos estáveis:

Comunicação/divulgação:

Públicos:

Grupo gestor:

Você considera que o Regimento e Estatuto da Praça é cumprido? O que você apontaria como positivo e negativo sobre esses documentos.

Comente sobre o cumprimento das funções do Grupo Gestor previstas no Estatuto:

1. planejar, executar e apoiar a execução da programação;
2. realizar o balanço financeiro do ano anterior e o planejamento orçamentário do ano seguinte;
3. pesquisar os atores locais (lideranças locais, equipamentos e instituições do município, que se localizam próximos à Praça, e tenham participação ou potencial de participação nas atividades do equipamento);
4. buscar parceiros institucionais;
5. preencher e atualizar o Sistema de Gestão.

Uma das funções do grupo gestor é criar um plano de gestão para a Praça. Houve a elaboração desse documento? Foi publicado? É possível acessá-lo? Se não foi elaborado, por quê?

Se houver um plano de gestão, quais suas principais diretrizes, metas e ações? Há um relatório de avaliação dos resultados? É possível acessá-lo?

Durante o processo de construção da Praça, há a previsão de uma etapa chamada “mobilização social”, que se objetiva desembocar na formação do grupo gestor. Relate como se deu esse processo com as Praças de Feira.

Durante o processo de construção da Praças se prevê também a elaboração de um mapeamento, nomeado pelo MinC de “Territórios de Vivência”. Esse mapeamento foi realizado? Relate esse processo. É possível acessar esses documentos?

Vocês utilizam ou já utilizaram o sistema de gestão elaborado pelo MinC, o e-Praças? Quais os pontos positivos e negativos desse sistema?

Como estaria a Praça hoje se não houvesse a existência de um grupo de gestão tal e qual há? Estaria melhor, pior ou seria indiferente? Comente.

Como você avalia a participação dos membros do grupo gestor nas instâncias decisórias acerca da Praça? De fato, é uma instância deliberativa?

Como você avalia sua participação no grupo gestor?

### **Cultura, Diversidade e Participação**

O que você entende por ‘Cultura’?

Qual a sua visão sobre Participação social no âmbito das políticas públicas? Em que medida você acha que a participação se expressa na gestão da Praça CEU?

Qual a sua visão sobre Diversidade cultural no âmbito das políticas públicas? Em que medida você acha que a diversidade se expressa na gestão da Praça CEU?

## APÊNDICE D – RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

## Relação de entrevistados entre os anos de 2017 e 2020

<b>NOME</b>	<b>CARGO/FUNÇÃO/VÍNCULO INSTITUCIONAL</b>	<b>DATA DA ENTREVISTA</b>	<b>LOCAL DA ENTREVISTA</b>
Isadora Tami Lemos Tsukumo	Analista de Políticas Sociais, da Coordenação Geral de Mobilização Social e Gestão da Diretoria de Infraestrutura Cultural da Secretaria Executiva do Ministério da Cultura	12 de dezembro de 2017	Ministério da Cultura, Brasília
Jessica de Freitas Afonso	Analista Técnico de Políticas Sociais, da Coordenação Geral de Gestão Compartilhada da Secretaria Especial de Cultura	12 de dezembro de 2017	Ministério da Cultura, Brasília
Adriana Regina Leite Nunes	Coordenação Geral de Gestão Compartilhada da Secretaria Especial de Cultura	12 de dezembro de 2017	Ministério da Cultura, Brasília
José Ivan Mayer de Aquino	Especialista em políticas públicas e gestão governamental, do Ministério do Trabalho / Ministério do Esporte (atuou em ambos os Ministérios)	14 de dezembro de 2017	Ministério do Trabalho, Brasília
Fabiane Macedo Borges	Departamento de Proteção Social Básica, do Ministério do Desenvolvimento social	14 de dezembro de 2017	Ministério do Desenvolvimento Social, Brasília
Antônio Carlos Coelho	Diretor-Presidente, da Fundação Egberto Costa de Cultura, Ciência e Tecnologia	28 de maio de 2019	Fundação Egberto Costa, Feira de Santana
Luis Augusto Oliveira	Diretor de Atividades Culturais, da FUNTITEC, e Representante do poder público dos três grupos de gestão	28 de maio de 2019	Fundação Egberto Costa, Feira de Santana
Amarildo Costa	Ex-coordenador geral das três Praças CEU, da Secretaria Municipal de Habitação	30 de setembro de 2020	Plataforma digital (teams)
Cristiano Queiroz	Diretor das Proteções Sociais do SUAS e Coordenador geral das três Praças CEU, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	29 de setembro de 2020	Plataforma digital (teams)
Lay Ribeiro	Ex-coordenadora da Praça CEU Cidade Nova (dezembro de 2017 a dezembro de 2019)	14 de setembro de 2020	Plataforma digital (teams)
Fátima Suely	Ex-coordenadora da Praça CEU Cidade Nova	28 de setembro de 2020	Plataforma digital (teams)
Robert Danilo Cerqueira Fonseca de Oliveira	Coordenador da Praça CEU Cidade Nova	24 de setembro de 2020	Plataforma digital (teams)

Eduardo Brito Correia	Membro do grupo gestor – Representante das entidades (Instituto Antônio Gasparini - IAG), da Praça CEU Cidade Nova	23 de setembro de 2020	Plataforma digital (teams)
Carlos Antônio Moreira (Marrom)	Membro do grupo gestor - Representante do poder público, da Praça CEU Cidade Nova	22 de setembro de 2020	Videochamada pelo WhatsApp
Najara Suany Nunes de Jesus	Membro do grupo gestor - Representante do Conselho Local de Saúde, da Praça CEU Cidade Nova	22 de setembro de 2020	Videochamada pelo WhatsApp
Hemérito Neto	ex-Coordenador da Praça CEU Jardim Acácia	4 de fevereiro de 2020	Praça CEU Jardim Acácia, Feira de Santana
Diselma Ferreira Santos	Funcionária terceirizada da Praça CEU Jardim Acácia	26 de novembro de 2017	Praça CEU Jardim Acácia, Feira de Santana
Alex Sales Silva	Membro do grupo gestor - Representante da comunidade, da Praça CEU Jardim Acácia	17 de novembro de 2017	Videochamada pelo WhatsApp
Laiane Alves	Coordenadora da Praça CEU Aviário	29 de setembro de 2020	Videochamada pelo WhatsApp
Ana Alice Pereira Vitorio	Membro do grupo gestor - Representante da Associação de Moradores, da Praça CEU Aviário	25 de novembro de 2017 e 14 de outubro de 2020	Praça CEU Jardim Acácia, Feira de Santana e videochamada pelo WhatsApp, respectivamente
Gilma Cordeiro Lopes	Membro do grupo gestor - Representante do Grupo de Mães de Alunos da Escola Municipal Josenita Neri Boaventura, da Praça CEU Aviário	16 de outubro de 2020	Videochamada pelo WhatsApp
Dilza Matos Garcia	Membro do grupo gestor - Representante do Conselho da Comunidade, da Praça CEU Aviário	17 de outubro de 2020	Videochamada pelo WhatsApp
Vaney Pedreira França	Assistente Social - (Responsável pelo processo de Mobilização social para conformação dos grupos de gestão), pela Empresa Foco Opinião e Mercado	13 de outubro de 2020	Plataforma digital (teams)

Fonte: Elaborado pelo autor

APÊNDICE E – RELAÇÃO DOS MEMBROS DOS GRUPOS DE GESTÃO

<b>Grupo de gestão - Praça CEU Cidade Nova</b>		
1	Coordenador Geral	AMARILDO COSTA DOS SANTOS
2	Representante da Cultura	LUIZ AUGUSTO QUEIROZ DE OLIVEIRA
3	Representante do Esporte	EMERSON DA SILVA BRITTO
4	Representante da Educação	ANA PAULA DE OLIVEIRA MORAES SOTO
5	Representante da Saúde	VALDENICE DE QUEIROZ COSTA RODRIGUES
6	Representante da Assistência Social	ANA KARINE DE OLIVEIRA MORAES SOUTO
7	Representante do Conselho Local de Saúde	NAJARA SUANY NUNES DE JESUS
8	Representante do Grupo de Artes Marciais	GEILSON DA SILVA SANTOS
9	Representante da Paróquia Nossa Senhora das Graças	WANDA MARIA SANTOS BASTOS SILVA
10	Representante do Instituto Antônio Gasparini (IAG)	EDUARDO BRITO CORREIA
11	Representante do Movimento Nacional da População de Rua (núcleo Feira de Santana)	DIANE CARLA SILVA CORDEIRO DE ALMEIDA
12	Representante dos Agentes Comunitários de Saúde	IRAILDES CERQUEIRA DA SILVA CARVALHO
13	Representante da Comunidade das Baraúnas	EDCARLOS VENANCIO CERQUEIRA
14	Representante da Comunidade	MANOEL CATARINO DE JESUS
15	Representante da Comunidade	LUZI NEIDE BONFIM CARNEIRO
16	Representante da Comunidade	MARIA AUREA DUARTE COSTA
17	Representante da Comunidade	OSVALDO DE OLIVEIRA
18	Representante da Comunidade	CARLOS BRANCO CERQUEIRA
19	Suplente da Comunidade	WALDSON NUNES DE JESUS
20	Suplente da Comunidade	NORMALIA RIBEIRO DOS SANTOS
21	Suplente da Comunidade	WALTERCIA FATEL CAMPOS
Fonte: FEIRA DE SANTANA, 2017b, p. 3 e 4		
<b>Grupo de gestão – Praça CEU Jardim Acácia</b>		
1	Coordenador Geral	AMARILDO COSTA DOS SANTOS
2	Representante da Cultura	LUIZ AUGUSTO QUEIROZ DE OLIVEIRA
3	Representante do Esporte	EMERSON DA SILVA BRITTO
4	Representante da Educação	ANA PAULA DE OLIVEIRA MORAES SOUTO
5	Representante da Saúde	VALDENICE DE QUEIROZ COSTA RODRIGUES
6	Representante da Assistência Social	VERA MACEDO DE OLIVEIRA
7	Representante do Grupo de Karatê	ALEX SALES SILVA
8	Representante do Dispensário Santana	ANA PAULA SANTANA CRUZ

9	Representante do Grupo de Futebol	JOSÉ ROBERTO DE JESUS
10	Representante do Grupo de Basquete	ISRAEL DOS SANTOS ARAUJO
11	Representante do Grupo de Capoeira	WILLIAN SILVA RAMOS
12	Representante do Grupo de Jovens	EDMARIA SANTANA CRUZ
13	Representante da Comunidade	ADEVALDO MARMEIDE ALMEIDA
14	Representante da Comunidade	ELIANA BOAVENTURA SANTANA
15	Representante da Comunidade	FABIOLA SANTANA CRUZ
16	Representante da Comunidade	LEILA DAYANE LOPES BRANDÃO
17	Representante da Comunidade	ALINE PINTO TORRES
18	Representante da Comunidade	CARLOS ALBERTO ALMEIDA ALVES
19	Suplente da Comunidade	JAILTON DA SILVA
20	Suplente da Comunidade	ÂNGELA SHEILA DOS SANTOS
21	Suplente da Comunidade	BOANERGES SANTANA ARAÚJO
Fonte: FEIRA DE SANTANA, 2017c, p. 5 e 6		
<b>Grupo de gestão - Praça CEU Aviário</b>		
1	Coordenador Geral	AMARILDO COSTA DOS SANTOS
2	Representante da Cultura	LUIZ AUGUSTO QUEIROZ DE OLIVEIRA
3	Representante do Esporte	EMERSON DA SILVA BRITTO
4	Representante da Educação	ANA PAULA DE OLIVEIRA MORAES SOUTO
5	Representante da Saúde	VALDENICE DE QUEIROZ COSTA RODRIGUES
6	Representante da Assistência Social	LUCIBELE BASTOS ALVES MATOS
7	Representante do Grupo de Mães de Alunos da Escola Municipal Josenita Neri Boaventura	GILMA CORDEIRO LOPES
8	Representante da Associação de Moradores	ANA ALICE PEREIRA VITÓRIO
9	Representante do Conselho da Comunidade	DILZA MATOS GARCIA
10	Representante da Igreja Católica Nossa Senhora Auxiliadora	PRISCILA DE SOUZA SANTOS
11	Representante do Grupo de Mulheres	ANA CRISTINA GOLÇALVES NERI
12	Representante da Igreja Evangélica Quadrangular	ADRIANA DA SILVA GUERRA
13	Representante da Comunidade	TANIA SUELY MARTINS
14	Representante da Comunidade	ANA KATIA DE ASSIS ARAÚJO
15	Representante da Comunidade	MARIA NEIDE FERREIRA CASTOR DE AMORIM
16	Representante da Comunidade	MILENA ESTRELA MUNIZ MENDES
17	Representante da Comunidade	MARCIA DOS SANTOS SILVA
18	Representante da Comunidade	GILVANE DOS SANTOS GONÇALVES
19	Suplente da Comunidade	VALDIRA DA SILVA VITORIA
20	Suplente da Comunidade	ROSIELLE LOPES ROBERTO



21	Suplente da Comunidade	JOSEFA MATOS DA SILVA
22	Suplente da Comunidade	TATIANE OLIVEIRA SANTHIAGO
Fonte: FEIRA DE SANTANA, 2017b, p. 7 e 8		

## ANEXO A – ESTATUTO DAS PRAÇAS DE FEIRA DE SANTANA

### ESTATUTO DO GRUPO GESTOR DO CENTRO DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS – CEU BAIRRO AVIÁRIO

#### CAPÍTULO I

##### DO CENTRO DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS - CEU - E SUA FINALIDADE

Art. 1º - O CENTRO DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS - CEU - é um equipamento público estatal, instalado em áreas de vulnerabilidade social, que integra atividades socioculturais, socioassistenciais, recreativas, esportivas, de formação e de qualificação.

Art. 2º - Idealizado em conjunto pelos Ministérios da Cultura, Esporte, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Justiça e do Trabalho e Emprego, integra em um mesmo espaço físico programas e ações setoriais, com o objetivo de promover, em áreas de vulnerabilidade social, a ampliação do acesso a serviços públicos, o desenvolvimento econômico e social, a cidadania e a garantia de direitos.

Art. 3º - A finalidade social do CEU é promover a defesa e a garantia de direitos constitucionalmente assegurados, públicos e gratuitos, atendendo à comunidade local em suas necessidades de desenvolvimento humano, respeitando suas características socioculturais, sem quaisquer preconceitos ou discriminações de gênero, cor, raça, etnia, nacionalidade, situação socioeconômica, credo religioso, político, idade ou de qualquer outra natureza.

Art. 4º - O Grupo Gestor tem como princípio a participação social, por meio da garantia da gestão compartilhada do CEU entre o poder público local, a comunidade beneficiária e a sociedade civil organizada.

#### CAPÍTULO II

##### DA DENOMINAÇÃO E DA SEDE

Art. 5º - Fica criado no âmbito do município de Feira de Santana/BA, o Grupo Gestor do Centro de Artes e Esportes Unificados-CEU, que terá como sede o CEU do Bairro Aviário, localizado na Rua: Pau Pombo, s/nº, Conjunto: Paulo Souto entre a Rua I e II a ser regido por este Estatuto e seu Regimento Interno.

#### CAPÍTULO III

##### DA COMPOSIÇÃO

Art. 6º - O Grupo Gestor terá composição tripartite membros representantes do poder público, da comunidade do entorno do CEU e da sociedade civil organizada, que farão a gestão compartilhada do equipamento, com poder deliberativo sobre as ações e funcionamento do CEU.

Art. 7º - A parte referente à comunidade do entorno do CEU deverá ter seus assentos de representação organizados conforme os bairros adjacentes ao equipamento e/ou prioritários pela concentração de população em situação de vulnerabilidade social, garantindo a participação do público primordialmente beneficiário pelo Programa.

Art. 8º - A parte referente à sociedade civil organizada deverá ter seus assentos de representação organizados segundo representação de classe laboral, conselhos, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. 2 colegiados e assembleias (de âmbito público ou privado), que já atuem no município e, preferencialmente, nos bairros priorizados conforme Art. 7º deste Estatuto.

Art. 9º - A parte referente ao poder público local deverá ter seus assentos de representação organizados segundo as áreas de atuação de Prefeitura Municipal, garantindo a presença mínima das áreas de cultura, esportes e assistência social, devendo ser complementadas pelas áreas de saúde e educação.

Art. 10 - O Grupo Gestor será composto por 06 (seis) membros que representam o poder público, 06 (seis) membros que representam a comunidade do entorno do CEU, e 06 (seis) membros que representam a sociedade civil organizada.

Art. 11 - É recomendado que todos os indicados para compor o Grupo Gestor estejam envolvidos com atividades do CEU e/ou das Secretarias Municipais.

Parágrafo único - As atividades do Grupo Gestor em nenhuma hipótese poderão ser remuneradas, salvo os representantes do Poder Público que já recebem remuneração por força do seu cargo de origem.

#### CAPÍTULO IV

#### DAS ELEIÇÕES

Art. 13 - O primeiro Grupo Gestor poderá ser definido e tomar posse com base apenas em indicação, desde que:

I. Sua composição seja tripartite, conforme explicitado no art. 6º do presente documento; II. Seus membros tenham sido representantes da Unidade Gestora Local – UGL ou tenham, comprovadamente, participado das oficinas de mobilização social.

Art. 14 - O mandato do Grupo Gestor será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição de seus membros.

Art. 15 - Os membros titulares e suplentes que representam o poder público serão indicados pelo Chefe do Poder Executivo Local, respeitadas as disposições do Art. 9º.

Art. 16 - Os membros titulares e suplentes que representam a sociedade civil organizada serão escolhidos, entre grupos organizados e/ou instituições que comprovem funcionamento há pelo menos 1 (um) ano, respeitadas as disposições do art. 8º, exceto: I. Membros da sociedade civil previamente eleitos como representantes no âmbito de conselhos públicos de participação social

das esferas federal, estadual ou municipal, se houver, privilegiando as temáticas de cultura, esporte, assistência social, saúde, educação, juventude, inclusão produtiva e habitação.

Art. 17 - Os membros titulares e suplentes que representam as comunidades do entorno dos CEU serão escolhidos entre pretendentes devidamente cadastrados e reconhecidamente com participação efetiva nas atividades desenvolvidas no CEUs.

Art. 18 - O cargo de suplente será preenchido pelo segundo candidato mais votado, conforme Arts. 7º, 8º e 9º.

Art. 19 - Quando da existência de apenas 1 (um) candidato concorrendo à vaga, conforme disposto nos Arts. 7º, 8º e 9º, este candidato estará automaticamente eleito.

## CAPÍTULO V

### DAS FORMAS DE ATUAÇÃO

Art. 20 - O Grupo Gestor deverá realizar reuniões ordinárias e abertas com periodicidade mínima mensal.

Art. 21 - O Grupo Gestor poderá, quando necessário, realizar reuniões extraordinárias e abertas, mediante manifestação de um mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos membros eleitos do Grupo Gestor.

Art. 22 - O Grupo Gestor poderá, quando necessário, convocar assembleias gerais deliberativas de ampla participação comunitária.

Art. 23 - O Grupo Gestor poderá atuar por meio da constituição de Grupos de Trabalho e Comissões para a formulação de propostas sobre assuntos específicos, a serem deliberadas em reuniões ordinárias, reuniões extraordinárias e/ou assembleias gerais.

## CAPÍTULO VI

### DA COMPETÊNCIA

Art. 24 - Ao primeiro Grupo Gestor do CEU compete:

I - Definir as cadeiras para cada parte do Grupo Gestor, seguindo composição tripartite explicitada no Capítulo III;

II - Elaborar e aprovar o Regimento Interno do CEU, mediante reunião com a presença de no mínimo 75% dos membros do Grupo Gestor.

Art. 25 - Ao Grupo Gestor do CEU compete:

I - Garantir a gestão compartilhada, na forma de:

a) Garantir o envolvimento da comunidade nas atividades do CEU; b) Articular-se com as demais instâncias de participação popular do município; c) Articular-se com demais Políticas,

Programas e Ações das esferas federal, estadual e municipal; d) Divulgar amplamente para a comunidade as atividades do CEU, bem como as relativas ao trabalho do Grupo Gestor.

II - Garantir o planejamento, a gestão e a avaliação das atividades, na forma de:

- a) Deliberar sobre as diretrizes, estratégias e prioridades do equipamento;
- b) Planejar, executar e apoiar a execução da programação do equipamento;
- c) Realizar o balanço financeiro do ano anterior, bem como o planejamento orçamentário para o próximo ano;
- d) Pesquisar os atores locais (pessoas, lideranças locais, equipamentos e instituições do município, que se localizam próximos ao CEUs, e tenham participação ou potencial de participação nas atividades do equipamento) para produzir o Mapeamento do Território de Vivência (mapeamento dos atores locais do entorno do CEU);
- e) Buscar parceiros institucionais a fim de agregar esforços e garantir o pleno funcionamento do equipamento; e
- f) Preencher e atualizar as informações solicitadas no Sistema de Gestão, incluindo a programação, o balanço financeiro, o planejamento orçamentário, os atores locais e os parceiros institucionais e as demais informações previstas no Sistema de Gestão.

III - Competirá ao Grupo Gestor, de forma adicional:

- a) Instituir, no âmbito do Grupo Gestor, Grupos de Trabalho e Comissões para a formulação de propostas sobre assuntos específicos a serem deliberadas em reuniões ordinárias, reuniões extraordinárias e/ou assembleias gerais, conforme art. 23º;
- b) Emendar o Regimento Interno e o Estatuto do Grupo Gestor, quando for o caso, mediante reunião com a presença de no mínimo 2/3 (dois terços) dos membros do Grupo Gestor;
- c) Assegurar o cumprimento do Regimento Interno do CEU, garantindo que suas finalidades e objetivos sejam respeitados.

## CAPÍTULO VII

### DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS MEMBROS DO GRUPO

Art. 26 – São direitos dos membros do Grupo Gestor:

- I - Participar das eleições, votar e ser votado;
- II - Promover e participar das reuniões ordinárias, extraordinárias e assembleias;
- III - Deliberar sobre a saída ou troca de membro do Grupo Gestor;
- IV - Definir representantes para participação em seminários, oficinas e outros encontros relativos às ações do CEU; e

V - Ter acesso a informações relativas à gestão do CEU, incluindo ata e reuniões anteriores.

Art. 27 - São obrigações dos membros do Grupo Gestor:

I - Comparecer em um mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) das reuniões ordinárias, extraordinárias e assembleias realizadas por semestre, bem como não se ausentar por 03 (três) encontros consecutivos, tendo sua titularidade revogada nos casos de descumprimentos injustificados;

II - Definir cronograma, convocar seus membros e convidar os demais interessados para as reuniões ordinárias, extraordinárias e assembleias;

III - Garantir transparência e fácil acesso às atas e registros das reuniões e assembleias ocorridas;

IV - Fazer uma avaliação do ano corrido, por meio de um relatório sobre o balanço das atividades do ano anterior; e

V - Estabelecer meios e criar instrumentos para garantir o item III, bem como para divulgar as atividades que estão ocorrendo no CEU.

VI - Organizar e manter atualizado o inventário dos móveis, bens materiais e equipamentos existentes em todas as unidades e dependências.

VII - Acompanhar e controlar a aplicação dos recursos financeiros e humanos.

VIII - Acompanhar a apuração de irregularidades ocorridas no âmbito do CEU, respeitando as áreas e competências dos diferentes e encaminhando-a às autoridades competentes, quando for o caso.

IX - Encaminhar às autoridades competentes processos, petições, correspondências oficiais, propostas, programas, projetos e relatórios, dentro dos prazos legais.

X - Garantir a manutenção das condições de segurança, promovendo a integração, no que couber, com a Guarda Municipal, a Polícia Militar e o Conselho de Segurança.

XI - Apurar irregularidades ocorridas no âmbito do CEU, respeitando as áreas e competências dos diferentes e encaminhando-a às autoridades competentes, quando for o caso;

## CAPÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28 - O presente estatuto foi aprovado em Assembleia Geral, realizada em dezessete de fevereiro de dois mil e dezesseis no CEU – Centro de Artes e Esportes Unificados do Bairro Aviário localizado na Rua: Pau Pombo, S/n, Conjunto: Paulo Souto entre a Rua I e II, com a presença do grupo gestor. Quarta-feira, 17.02.2016.

Art. 29 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 22 de dezembro de 2017.

JOSÉ RONALDO DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

MARIO COSTA BORGES

CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO

CLEUDSON SANTOS ALMEIDA

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

ELIZIARIO RIBEIRO DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

EDSON FELLONI BORGES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

ANTONIO CARLOS DALTRO COELHO

DIRETOR-PRESIDENTE, DA DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, TELECOMUNICAÇÕES E CULTURA  
EGBERTO TAVARES COSTA – FUNTITEC

## ANEXO B – REGIMENTO DAS PRAÇAS DE FEIRA DE SANTANA

### REGIMENTO INTERNO DO CENTRO DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS - CEU BAIRRO AVIÁRIO

#### CAPÍTULO I

##### DA CONSTITUIÇÃO DO CENTRO DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS - CEU – E SUA FINALIDADE

Art. 1º - O CENTRO DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS - CEU - é um equipamento público estatal, instalado em área de vulnerabilidade social, que integra atividades socioculturais, socioassistenciais, recreativas, esportivas, de formação e de qualificação.

Art. 2º - O CEU é composto pelo espaço físico situado entre a Rua A e Um, Bairro Aviário, pela intersectorialidade dos membros das diversas secretarias envolvidas, bem como do grupo gestor, mutuamente voltados às políticas públicas de âmbito cultural, educacional, esportiva, tecnológica, recreativa, de assistência social, saúde e demais políticas de ações integradas a atender aos anseios de todos os usuários da comunidade e promover a inclusão social e a promoção da dignidade humana.

Art. 3º - O CEU é mantido pelo Município de Feira de Santana/Bahia por meio das secretarias envolvidas.

Parágrafo único – Os recursos responsáveis pela manutenção do espaço poderão ser oriundos de recursos próprios da administração municipal, convênios, fundos e iniciativa privada.

Art. 4º - O CEU reger-se-á por toda a legislação aplicável às Secretarias envolvidas; pelo presente Regimento Interno, bem como pelo Estatuto do Grupo Gestor.

Parágrafo único – As decisões voltadas à modificação do presente Regimento serão deliberadas em reuniões do Grupo Gestor.

Art. 5º - As ações, projetos, programas e serviços do CEU têm por principal finalidade a participação da comunidade nas atividades socioeducativas, culturais, esporte, lazer e devem ser voltadas para a construção do conhecimento, da cidadania e geração de emprego e renda.

#### CAPÍTULO II

##### DA GESTÃO DO EQUIPAMENTO

Art. 6º - A gestão do CEU será orientada pelos seguintes princípios:

I) Tomada de decisões de forma coletiva; II Participação da população, por meio das organizações da sociedade civil representativas da comunidade local; III) Democratização e circulação de informações; IV) Acompanhamento e avaliação permanente da unidade.



Art. 7º - A gestão do CEU será feita de forma compartilhada, a partir da constituição de Grupo Gestor com poder deliberativo e mandato bianual.

Art. 8º - O Grupo Gestor será composto paritariamente por membros da sociedade civil organizada, comunidade do entorno do CEU e poder público do município.

Art. 9º - O Grupo Gestor será instituído e regido por Estatuto próprio.

### CAPÍTULO III

#### DO FUNCIONAMENTO DO CEU

Art. 10 - O CEU funcionará de segunda a sexta-feira das 08h00 às 12h00 de 14h00 às 22h00.

§1º - Aos domingos, feriados, períodos de férias e recessos escolares os usuários e visitantes poderão usufruir mais amplamente dos Equipamentos e Espaços para atividades culturais, esportivas e de lazer, nos horários pré-estabelecidos pelo Grupo Gestor.

§2º - O CEU não funcionará nos dias 1º de janeiro e 24, 25 e 31 de dezembro, e outros dias determinados pelo Grupo Gestor, mediante aviso prévio a comunidade usuária.

§3º - O horário de manutenção será as segundas-feiras definido pelo Grupo Gestor.

Art. 11 - Qualquer pessoa pode ter acesso e circular pelo CEU durante seu horário de funcionamento, desde que previamente cadastrado na secretaria, respeitando a natureza dos espaços e equipamentos e as atividades realizadas.

### CAPÍTULO IV

#### DA TRANSPARÊNCIA E DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Art. 12 - As informações sobre a gestão do CEU, recursos orçamentários, quadro de funcionários, documento de constituição do Grupo Gestor e atas de reuniões deliberativas e assembleias realizadas por este, ficarão disponíveis para consulta pública em secretaria situada no próprio empreendimento.

Art. 13 - A programação do CEU, com informações sobre eventos, cursos e atividades a serem realizadas, serão amplamente divulgadas para a comunidade local, ficando afixada em locais de fácil visualização dentro do CEU como murais e, quando possível, no site do município.

### CAPÍTULO V

#### DAS ATIVIDADES

Art. 14 - As atividades do CEU serão abertas ao público e gratuitas.

§ 1º - Poderá haver mecanismos como lista de inscrição, lista de espera ou sorteio para selecionar os participantes que integrarão as atividades, caso haja mais interessados que a quantidade de vagas ofertadas.

§ 2º - Poderá haver venda de alimentos e produtos no CEU em caso de eventos como feiras, shows e festas, sendo vetada a cobrança de entrada em tais eventos.

## CAPÍTULO VI

### DOS ESPAÇOS

Art. 15 - São equipamentos e espaços do CEU:

I) Cineteatro; II) biblioteca, videoteca e brinquedoteca; III) Sala de Inclusão digital; IV) Sala multiuso; V) CRAS; VI) Quadra poliesportiva; VII) Pista de skate;

Art. 16 - Os espaços do CEU são de acesso público e de uso comunitário, destinados a atividades específicas, de acordo com sua natureza:

I) Cineteatro: Espaço destinado à exibição de filmes, ensaios e apresentações teatrais e musicais, bem como para a realização de encontros, reuniões, cursos de capacitação e oficinas. Entre as ações e atividades previstas incluem-se a exibição dos acervos do Laboratório Multimídia, Biblioteca, cineclubes e outras produções locais;

II) Biblioteca, videoteca e brinquedoteca: Espaço destinado ao atendimento, por meio do seu acervo, áreas e serviços, dos diferentes interesses de leitura e informação da comunidade, colaborando para ampliar o acesso à informação, à leitura e à cultura;

III) Sala de Inclusão Digital (Telecentro): Espaço para promoção da inclusão digital, realizada por meio de cursos e treinamentos com uso de computador e internet, bem como com o uso livre em horários que não estejam sendo realizadas atividades de formação. Entre as ações e atividades previstas incluem-se a leitura de documentos digitais e em outros formatos, a criação de ambientes virtuais de comunicação e a universalização de coleções que compõe o patrimônio cultural local;

IV) Sala Multiuso: Espaço destinado à realização de encontros, reuniões, oficinas, cursos de capacitação, ensaios e apresentações teatrais e musicais;

V) CRAS: Espaço da unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social que oferece serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

VI) Quadra poliesportiva: Espaço destinado à aula e à prática esportiva, bem como ao uso livre em horários que não estejam sendo realizadas atividades programadas;

VII) Pista de skate: Pista destinada à prática de skate, patinação e práticas esportivas afins;

Parágrafo único - Os espaços do CEU poderão comportar ações e atividades complementares, além das atividades específicas de acordo com suas naturezas, desde que estas estejam integradas aos seus distintos espaços e às políticas públicas a eles direcionadas.

Art. 17 - Para definição de prioridade no uso dos espaços do CEU, o coordenador deverá considerar a ordem a seguir: I) CRAS – Centro de Referência de Assistência Social II) Escolas e entidades públicas municipais; III) Escolas e entidades públicas estaduais; IV) Escolas e entidades privadas ou não governamentais;

## CAPÍTULO VII

### DOS USUÁRIOS

Art. 18 - O público a ser atendido pelo CEU compreende a população local, os usuários das escolas, os usuários representantes dos órgãos públicos e os participantes de organizações da sociedade civil da área de abrangência do Município de Feira de Santana/BA. Art. 19 - Assegura-se aos usuários do CEU ampla liberdade de expressão e organização, para as quais a comunidade do CEU deve concorrer ativamente, respeitadas as decisões do Grupo Gestor e a legislação vigente.

Art. 20 - Os usuários do CEU e comunidade em geral poderão participar da elaboração, acompanhamento e avaliação do Projeto de Atividades de forma representativa no Grupo Gestor.

Art. 21 - São direitos dos usuários do CEU:

I) Acesso ao equipamento em seus horários de funcionamento; II) Acesso à informação sobre gestão do equipamento; e III) Participação nas atividades programadas.

Art. 22 - São deveres da comunidade usuária interna e externa do CEU:

I) Contribuir, em sua esfera de atuação, com a elaboração, realização e avaliação do Projeto de Atividade; II) Comparecer pontualmente e colaborar com as atividades que lhes forem afetas, empenhando-se no sucesso de sua execução; III) Comunicar, com antecedência, a desistência de usufruir de qualquer atividade para a qual esteja inscrito, permitindo a redistribuição das vagas; IV) Cooperar e zelar pela boa conservação das instalações físicas, dos equipamentos, dos espaços e dos materiais disponíveis no CEU, concorrendo para suas boas condições de asseio e conservação; V) Não portar material que represente perigo para a saúde, segurança e integridade física pessoal e coletiva; VI) Zelar pelo bom funcionamento das atividades pedagógicas, culturais, esportivas e de lazer; VII) Respeitar e tratar com urbanidade os servidores e funcionários; VIII) Nas atividades desacompanhadas de monitor deverão os pais ou responsáveis acompanhar as crianças menores de 10 (dez) nas atividades desenvolvidas; IX) Assumir autoria por danos materiais ou morais e seu ressarcimento em dinheiro ou com medidas sócio educativas.

## CAPÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23 - Os casos omissos neste Regimento serão deliberados pelo Grupo Gestor mediante reuniões ou assembleias, e promulgados por portarias, comunicados ou instruções complementares, quando necessário.

Art. 24 - Este Regimento, devidamente aprovado pelo Grupo Gestor, entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 22 de dezembro de 2017.

JOSÉ RONALDO DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

MARIO COSTA BORGES

CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO

CLEUDSON SANTOS ALMEIDA

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

ELIZIARIO RIBEIRO DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

EDSON FELLONI BORGES

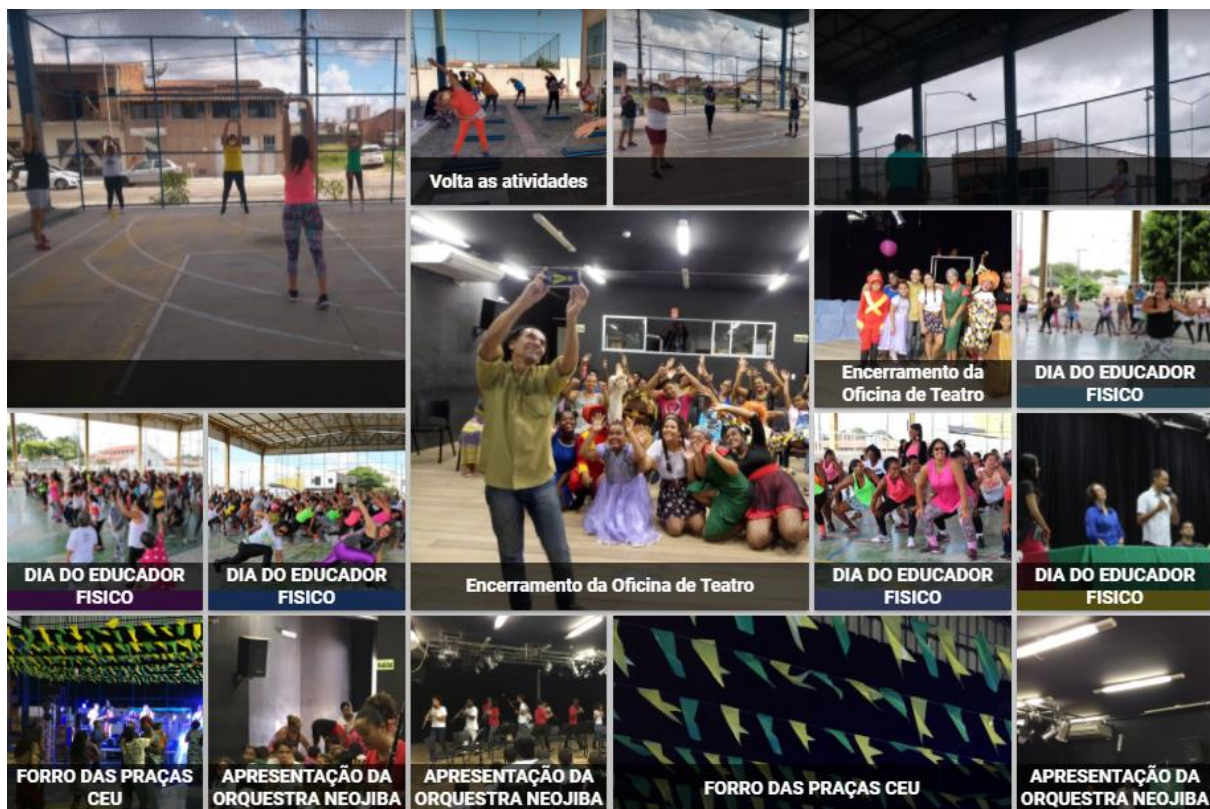
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

ANTONIO CARLOS DALTRO COELHO

DIRETOR-PRESIDENTE, DA DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, TELECOMUNICAÇÕES E CULTURA  
EGBERTO TAVARES COSTA – FUNTITEC

## ANEXO C – GALERIA DE IMAGENS DAS PRAÇAS CEU DE FEIRA DE SANTANA

## Praça CEU Jardim Acácia



Fonte: Sistema E-praças, 2022





Foto: Toni Freitaz (2017)



### Praça CEU Cidade Nova



Fonte: Sistema E-praças, 2022



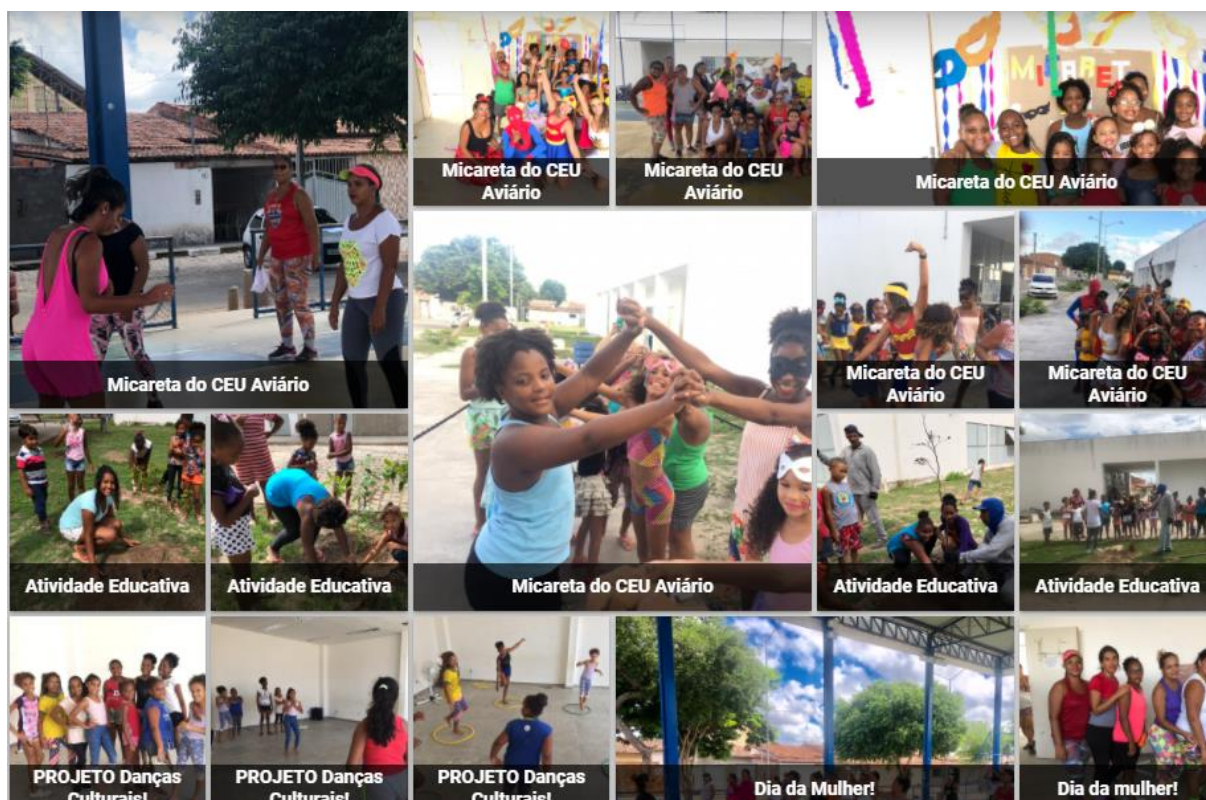


Foto: Toni Freitas (2017)





## Praça CEU Aviário



Fonte: Sistema E-praças, 2022





Foto: Toni Freitas (2017)



ANEXO D – RESULTADO DA PESQUISA ANUAL REALIZADA PELO GOVERNO FEDERAL COM AS PRAÇAS CEU DE FEIRA DE SANTANA

<b>Praça CEU Aviário (2019)</b>			
<b>Categoria</b>	<b>Inovação</b>	<b>Básico</b>	<b>Alerta</b>
<b>Público</b>		600 pessoas é a média de frequentadores da Praça semanalmente, considerando o uso dos espaços fechados* e abertos**	
		300 pessoas era a média de inscritos em atividades programadas no momento da pesquisa	
<b>Funcionamento</b>	A oferta de atividades programadas ocorre em dias de semana e aos finais de semana	Oferece atividades programadas	
<b>Atividades comunitárias</b>		Além das atividades programadas, são realizadas atividades esporádicas como festivais, celebrações, campeonatos, eventos, bazares, entre outras, mensalmente	
<b>Uso e conservação dos espaços</b>	A maioria dos espaços físicos (incluindo acervo e mobiliário) encontra-se em estado bom ou ótimo de conservação	Quadra e Pista de skate ficam acessíveis à comunidade no período noturno	
	Os equipamentos de vídeo e som encontram-se em estado bom de conservação		
	Os equipamentos de informática encontram-se em estado bom de conservação		
	Os equipamentos esportivos encontram-se em estado bom de conservação		
<b>Telecentro e acesso à Internet</b>		A velocidade da internet no Telecentro é maior que 2MGBps até 9 MGBps	
		O Telecentro conta com acesso à internet, sendo este por cabo	

<b>Fonte de Recursos</b>	A Praça conta com uma ação orçamentária específica na LOA municipal para custeio e manutenção		
<b>Abertura e medidas de segurança</b>	A Praça encontra-se totalmente aberta ao público, sem grades, cercas, muros ou portões		
<b>Recursos Humanos</b>	Há pessoas da comunidade trabalhando na Praça	A equipe tem de 7 a 15 pessoas	Não há voluntários trabalhando na Praça
	Há professores e monitores oriundos de instituições parceiras		
	Há pessoas para trabalhar exclusivamente na Biblioteca, no Telecentro, na Quadra, no CRAS e nas Áreas Externas		
<b>Comunidade e sociedade civil organizada</b>	A comunidade ajuda na conservação do equipamento	A Praça é utilizada para ensaios, oficinas ou apresentações por 1 a 5 grupos da comunidade, independente das atividades programadas oferecidas	
		A Praça conta com associações, ONGs, OSCIPs ou outros grupos organizados ocupando o equipamento com atividades e uso dos espaço anualmente	
* Biblioteca, Cineteatro, Telecentro, Salas Multiuso e CRAS ** Quadra(s), pista de skate, pista de caminhada e playground			

Fonte: Secult, 2019

<b>Praça CEU Jardim Acácia (2019)</b>			
<b>Categoria</b>	<b>Inovação</b>	<b>Básico</b>	<b>Alerta</b>
<b>Público</b>		700 pessoas é a média de frequentadores da Praça semanalmente, considerando o uso dos espaços fechados* e abertos**	
		300 pessoas era a média de inscritos em atividades programadas no momento da pesquisa	

<b>Funcionamento</b>	A oferta de atividades programadas ocorre durante todos os dias da semana, incluindo finais de semana	Oferece atividades programadas	
<b>Atividades comunitárias</b>		Além das atividades programadas, são realizadas atividades esporádicas como festivais, celebrações, campeonatos, eventos, bazares, entre outras, mensalmente.	
<b>Uso e conservação dos espaços</b>	A maioria dos espaços físicos (incluindo acervo e mobiliário) encontra-se em estado bom ou ótimo de conservação	As áreas externas ficam acessíveis à comunidade no período noturno	
	Os equipamentos de vídeo e som encontram-se em estado bom de conservação		
	Os equipamentos de informática encontram-se em estado bom de conservação		
	Os equipamentos esportivos encontram-se em estado bom de conservação		
<b>Telecentro e acesso à Internet</b>		A velocidade da internet no Telecentro é maior que 2MGBps até 9 MGBps	
		O Telecentro conta com acesso à internet, sendo este por cabo	
<b>Fonte de Recursos</b>	A Praça conta com uma ação orçamentária específica na LOA municipal para custeio e manutenção		
<b>Abertura e medidas de segurança</b>	A Praça encontra-se totalmente aberta ao público, sem grades, cercas, muros ou portões		
<b>Recursos Humanos</b>	Há pessoas da comunidade trabalhando na Praça	A equipe tem de 7 a 15 pessoas	Não há voluntários trabalhando na Praça
	Há professores e monitores oriundos de instituições parceiras		
	Há pessoas para trabalhar exclusivamente na Biblioteca, no Telecentro, na Quadra, no		

	CRAS e nas Áreas Externas		
<b>Comunidade e sociedade civil organizada</b>	A comunidade ajuda na conservação do equipamento	A Praça é utilizada para ensaios, oficinas ou apresentações por 1 a 5 grupos da comunidade, independente das atividades programadas oferecidas	
	A Praça conta com associações, ONGs, OSCIPs ou outros grupos organizados ocupando o equipamento com atividades e uso dos espaços semanalmente		
<b>Gestão Compartilhada e Intersetorial</b>	A equipe do CRAS planeja suas atividades em conjunto com os demais espaços da Praça	O CRAS está em funcionamento na Estação	As reuniões do Grupo Gestor são trimestrais
	O planejamento a execução e a avaliação das atividades da Praça é feito de forma conjunta entre as secretarias	Há Estatuto do Grupo Gestor instituído por lei, decreto ou portaria municipal	Participação efetiva de 2 secretarias municipais na gestão do equipamento
		A Praça tem Regimento Interno instituído por lei, decreto ou portaria municipal	O mandato do Grupo não está vigente em 2020
		A Praça tem Grupo Gestor instituído por lei, decreto ou portaria municipal	
* Biblioteca, Cineteatro, Telecentro, Salas Multiuso e CRAS ** Quadra(s), pista de skate, pista de caminhada e playground			

Fonte: Secult, 2019

<b>Praça CEU Cidade Nova (2019)</b>			
<b>Categoria</b>	<b>Inovação</b>	<b>Básico</b>	<b>Alerta</b>
<b>Público</b>		800 pessoas é a média de frequentadores da Praça semanalmente, considerando o uso dos espaços fechados* e abertos**	
		400 pessoas era a média de inscritos em atividades programadas no momento da pesquisa	

<b>Funcionamento</b>	A oferta de atividades programadas ocorre durante todos os dias da semana, incluindo finais de semana	Oferece atividades programadas	
<b>Atividades comunitárias</b>			Além das atividades programadas, são realizadas atividades esporádicas como festivais, celebrações, campeonatos, eventos, bazares, entre outras, a cada 6 meses.
<b>Uso e conservação dos espaços</b>	A maioria dos espaços físicos (incluindo acervo e mobiliário) encontra-se em estado bom ou ótimo de conservação	Quadra, Áreas Externas e Pista de skate ficam acessíveis à comunidade no período noturno	
	Os equipamentos de vídeo e som encontram-se em estado bom de conservação		
	Os equipamentos de informática encontram-se em estado bom de conservação		
	Os equipamentos esportivos encontram-se em estado bom de conservação		
<b>Telecentro e acesso à Internet</b>		A velocidade da internet no Telecentro é maior que 2MGBps até 9 MGBps	
		O Telecentro conta com acesso à internet, sendo este por cabo	
<b>Fonte de Recursos</b>	A Praça conta com uma ação orçamentária específica na LOA municipal para custeio e manutenção		
<b>Abertura e medidas de segurança</b>	A Praça encontra-se totalmente aberta ao público, sem grades, cercas, muros ou portões		
<b>Recursos Humanos</b>	Há pessoas da comunidade trabalhando na Praça	A equipe tem de 7 a 15 pessoas	Não há voluntários trabalhando na Praça
	Há professores e monitores oriundos de instituições parceiras		

	Há pessoas para trabalhar exclusivamente na Biblioteca, no Telecentro, na Quadra, no CRAS e nas Áreas Externas		
<b>Comunidade e sociedade civil organizada</b>	A comunidade ajuda na conservação do equipamento	A Praça é utilizada para ensaios, oficinas ou apresentações por 1 a 5 grupos da comunidade, independente das atividades programadas oferecidas	A Praça não conta com associações, ONGs, OSCIPs ou outros grupos organizados ocupando o equipamento com atividades e uso dos espaços
<b>Gestão Compartilhada e Intersetorial</b>	A equipe do CRAS planeja suas atividades em conjunto com os demais espaços da Praça	O CRAS está em funcionamento na Estação	As reuniões do Grupo Gestor são trimestrais
	O planejamento a execução e a avaliação das atividades da Praça é feito de forma conjunta entre as secretarias	Há Estatuto do Grupo Gestor instituído por lei, decreto ou portaria municipal	Participação efetiva de 2 secretarias municipais na gestão do equipamento
		A Praça tem Regimento Interno instituído por lei, decreto ou portaria municipal	O mandato do Grupo não está vigente em 2020
		A Praça tem Grupo Gestor instituído por lei, decreto ou portaria municipal	
* Biblioteca, Cineteatro, Telecentro, Salas Multiuso e CRAS ** Quadra(s), pista de skate, pista de caminhada e playground			

Fonte: Secult, 2019